

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

LUISA FERNANDES CORDEIRO

A DUALIDADE DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:
impactos da reestruturação produtiva na subjetividade e na organização da classe trabalhadora

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

LUISA FERNANDES CORDEIRO

A DUALIDADE DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:
impactos da reestruturação produtiva na subjetividade e na organização da classe trabalhadora

Porto Alegre

2022

LUISA FERNANDES CORDEIRO

A DUALIDADE DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:
impactos da reestruturação produtiva na subjetividade e na organização da classe trabalhadora

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social ao Programa de Pós-graduação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates

PORTO ALEGRE
2022

Ficha Catalográfica

C794d Cordeiro, Luisa Fernandes

A dualidade do trabalho no modo de produção capitalista : impactos da reestruturação produtiva na subjetividade e na organização da classe trabalhadora / Luisa Fernandes Cordeiro. – 2022.

219 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates.

1. Modo de produção capitalista. 2. Trabalho. 3. Captura da Subjetividade. 4. Alienação. 5. Organização Sindical. I. Prates, Jane Cruz. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

LUISA FERNANDES CORDEIRO

A DUALIDADE DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:
impactos da reestruturação produtiva na subjetividade e na organização da classe trabalhadora

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Jane Cruz Prates – Presidenta
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Profa. Dra. Ednéia Alves de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Profa. Dra. Inez Rocha Zacarias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dra. Thiana Orth
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Porto Alegre, 2022

À Ricardo, Regina, Leonardo, Kalil e Zeca, pelo amor, companheirismo, confiança e incentivo sem fronteiras.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001” (“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Desafio tão grande quanto escrever essa Tese, é transmitir nessas linhas reservadas aos agradecimentos a todas as pessoas e espaços que somaram comigo neste período tão importante da minha vida. Não tenho dúvidas de que durante estes onze anos que venho me dedicando ao Serviço Social, a assistente social que hoje sou, é sem sombra de dúvidas o acumulado de experiências dentro e fora das universidades, dos congressos, dos encontros, das salas de aula e de filosofias entre tantos “botecos”.

Agradeço inicialmente a fé que construí na minha vida, a verdadeira e libertadora fé, do caminho baseado no respeito, no amor, na irmandade, no companheirismo, e jamais aquela que reafirma as desigualdades, alimenta a culpa e cega. Sei que até aqui, me deu forças e paciência para continuar.

Ao meu pai, que pode e deve ser descrito como aquele que não tem limites, não tem limites para me apoiar, para me confortar, para ser meu companheiro e que desde os meus treze para quatorze anos, quando decidi que iria me mudar para estudar, esteve comigo, não soltou minha mão. A você, meu pai, dedico o meu amor, e essa Tese como uma forma de dizer, que valeu a pena! As minhas melhores escolhas vieram do seu amor e suporte. Eu estarei sempre, sempre aqui.

A minha mãe, sou como você. Talvez seja esse o meu maior título que a vida poderia me conferir. A ternura, a amizade, o apoio incondicional, as infinitas horas ao celular quando eu não podia estar presente em algum momento, os carinhos enviados pelo Sedex, as flores para tornar meu aniversário melhor. Todas, todas as maneiras de demonstrar apoio, amor sempre estiveram presentes. Por isso, a você mãe, também dedico essa Tese com meu amor, ela representa que as lágrimas nos aeroportos valeram a pena.

Meu irmão Leonardo, eu perdi as contas de quantas fotos trocamos as sextas-feiras via *Whatsapp*, com uma boa cervejinha, essa é apenas uma das diversas formas que temos de nos manter conectados. Obrigada pelo apoio, pela irmandade, por esse coração enorme, bonito, bondoso. Minha grande alegria é ir pro Prata é te reencontrar, ver como você se tornou essa pessoa generosa. Essa Tese também é para você, por tantas vezes que não pude estar

presencialmente perto, mas sempre com meu coração próximo ao seu. Então, para você também, com todo amor.

Aos meus familiares, todos e todas, das mais diversas formas contribuíram para que eu pudesse chegar aqui, cada um ao seu modo, mas tenho certeza de que torceram e torcem por mim. Renunciei inúmeros momentos de estar com vocês, de comemorar a beleza que os nossos encontros podem proporcionar, mas sabendo que ao mesmo tempo, vocês me incentivavam a continuar o meu desejado doutorado. Obrigada pelas palavras de incentivo quando a minha vontade era de ficar mais perto, sei o quanto foi importante todos os momentos que eu ouvi frases que não me deixaram titubear. Portanto, essa Tese é para vocês também, com meu carinho e respeito.

Meu cachorro Kalil, mas que parece gente. Você chegou no começo da pandemia, quando tudo era incerto, e quando começamos a ser companheiros um do outro, eu descobri que eu posso ser bem melhor. Tenho nitidamente as lembranças de sua companhia até o céu clarear enquanto eu escrevia a Tese, a sua festa mesmo quando eu não estava bem, as demonstrações de amor mais sinceras, você fez com que eu não me sentisse sozinha em nenhum momento. Seguiremos assim para sempre.

Não posso deixar de agradecer, pois sem vocês Porto Alegre não seria a mesma, a PUCRS não seria a mesma, meus amigos daqui que convivo desde 2015 quando ainda eu era uma recém-chegada e fui tão bem recebida e acolhida por vocês. Não me esqueço de todos os desesperos, das noites em claro, dos artigos intermináveis. E claro, das festas, das gargalhadas, dos jantares que sempre terminavam em café da manhã. Em especial, minhas amigas do coração, Alexia Dorneles, Clarissa de Paula, Nadianna Marques e Luiza Eidt. Saibam, que sem o apoio de vocês, eu não conseguiria, e hoje, o mais incrível não é dizer que eu consegui, a verdade é que nós conseguimos. Isso é lindo, poderoso e afetuoso!

Minha amiga Lívia Neves, que desde 2011 ainda na UFOP (Univ. Federal de Ouro Preto) se tornou minha amiga da vida, e que eu necessariamente preciso agradecer enormemente pela troca de conhecimento, pelas inúmeras aventuras vividas com os amigos e amigas em Mariana- MG. Hoje, posso dizer “*quem diria hein Lívia?*” A verdade é que nós nos tornamos versões muito melhores, e nossa amizade tem um significado enorme para mim. Sou grata a você por poder dividir os momentos que constituem essa trajetória.

Não menos importante, em todo esse período de estudos, agradeço muito a professora Dra. Edneia Alves de Oliveira, tê-la hoje participante desse momento não estava nem nos meus melhores pensamentos, desde a graduação você é uma inspiração. Ao meu querido professor Dr. Carlos Nelson dos Reis, meu orientador no mestrado, professor dedicado,

companheiro, que tanto me ensinou e me acolheu quando cheguei aqui. Obrigada professor por me ensinar tanto. A professora Dra. Inez Rocha Zacarias, um exemplo de dedicação, de compartilhar conhecimento, de generosidade, poder contar com você nessa etapa é muito significativo para mim. A professora Dra. Thiana Orth que carinhosamente aceitou o convite para participar dessa banca, que certamente tem muito a contribuir para a minha formação.

A minha orientadora Dra. Jane Cruz Prates que só consigo agradecer, pelas orientações maravilhosas, pelas conversas incríveis que me trouxeram inquietações, e que movimentavam durante a construção dessa Tese. Obrigada pelo acolhimento, pelo amor transmitido, a paciência e sobretudo, o seu conhecimento. Concluir essa etapa, tendo você como minha orientadora, só me faz ter a certeza de que eu sempre estive ao lado das pessoas fundamentais.

Enfim, agradeço a todos que estiveram comigo nessa trajetória que não se encerra aqui. Aproveito para ressaltar a importância das Agências de Fomento Públicas (CAPES e CNPq) que resistem aos ataques sofridos. Aos líderes sindicais participantes, que ajudaram a construir essa Tese com suas colaborações e todos os seus representados, o meu obrigada.

Reafirmo, por fim, que essa Tese tem o compromisso com a classe trabalhadora, na busca pela transformação da realidade, por uma sociedade justa e livre, baseada através do projeto ético-político do Serviço Social.

De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um tijolo
Valia mais do que um pão?

Foi dentro da compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção
Cresceu também o operário.
Cresceu em alto e profundo
Em largo e no coração
E como tudo que cresce
Ele não cresceu em vão
Pois além do que sabia
- Exercer a profissão -
O operário adquiriu
Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.

E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:

Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.

O operário em construção/Vinicius de Moraes (MORAES, 1990)

RESUMO

Esta tese de doutorado se propôs a investigar como a dualidade que o trabalho assume no modo de produção capitalista, apreendendo seus dois sentidos, o ontológico e o abstrato, impactam na subjetividade e na organização da classe trabalhadora. Trata-se de uma pesquisa quantitativa fundamentada no método dialético crítico e no materialismo histórico, com ênfase qualitativa, portanto a amostra que deu base a pesquisa empírica foi do tipo não probabilística intencional, composta por dois (02) sindicatos sendo estes: O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre (STIMEPA) e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários do Rio Grande do Norte (SEEB/RN). A técnica de pesquisa utilizada para a realização desta Tese foi a triangulação, contemplando coletas on-line com líderes sindicais, análises documentais e revisão bibliográfica. Assim, as fontes que foram utilizadas para a triangulação foram: análise do contexto social na contemporaneidade, a partir de um adensamento conceitual com base em autores cujas produções pudessem contribuir para o adensamento do tema desta pesquisa, a percepção dos sujeitos trabalhadores, representados aqui através dos líderes sindicais, e análise de documentos que aprofundassem os dados sobre organização sindical dos trabalhadores formais. Entende-se o trabalho como central para esta Tese, neste sentido ao longo do segundo capítulo debateu-se a compreensão do ser social, portanto, de sua ontologia, da lei do valor, das formas que o trabalho assume na ordem do capital, demarcando o tempo de análise a partir da década de 1970. Entende-se que a técnica de gestão toyotista é um marco transformador na forma de organizar, e de produzir. Nesse caminho discutiu-se categorias fundamentais como ideologia, alienação e a captura da subjetividade. Após, no terceiro capítulo, realizou-se um resgate histórico sobre as formações da classe trabalhadora em nível mundial, contemplou-se também a realidade brasileira, apresentando suas particularidades e por fim, o sindicalismo e o movimento sindical - sendo este um dos diversos *locus* de atuação e organização da classe trabalhadora-, desde seus papéis iniciais até suas formas de organização na contemporaneidade. Encerra-se o terceiro capítulo apresentando os conceitos e a importância do trabalho de base, sendo este um espaço a ser fomentado para a criação de novas perspectivas. Por fim, apresentou-se o caráter contraditório do trabalho no capitalismo e alguns limites e possibilidades impostos à luta de classes para o enfrentamento da realidade e para a construção de sujeitos de novo tipo, éticos e estéticos, como parte do processo de superação da sociabilidade capitalista.

Palavras-Chave: Modo de produção capitalista; Trabalho; Captura da Subjetividade; Alienação; Organização Sindical.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to investigate how the duality that work assumes in the capitalist mode of production, understanding its two meanings, the ontological and its abstract meaning, impact on subjectivity and the organization of the working class. This is a quantitative and qualitative research based on the critical dialectic method based on historical materialism, however, the present study has a qualitative emphasis, therefore, it was composed through a non-probabilistic intentional sample of two (02) unions: The Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre (STIMEPA) and the Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários do Rio Grande do Norte (SEEB/RN). The research technique used for the realization of this Thesis was triangulation, contemplating online collections with union leaders, documentary analyses and bibliographic review. Thus, the sources that were used for the triangulation were: the analysis of the social context in contemporaneity, from a conceptual thickening based on authors whose productions could contribute to the thickening of the theme of this research, the perception of the workers, represented here through the union leaders, and the analysis of documents that would deepen the data about the union organization of formal workers. It is understood that work is central to this thesis, and in this sense, throughout the second chapter, the understanding of social being was discussed, therefore, its ontology, the law of value, the forms that work assumes in the order of capital, demarcating the time of analysis from the 1970s. It is understood that the toyist management technique is a transforming landmark in the way of organizing and producing. In this journey, fundamental categories such as ideology, alienation, and the capture of subjectivity were discussed. Then, in the third chapter, a historical review was carried out on the formation of the working class worldwide, then the Brazilian reality was approached, presenting its particularities and, finally, unionism and the union movement - this being one of the several *locus* of action and organization of the working class -, from its initial roles until its forms of organization in the present time. The third chapter ends by presenting the concepts and importance of grassroots work, which is a space to be fostered for the creation of new perspectives. Finally, the contradictory character of work in capitalism and some limits and possibilities imposed on the class struggle to face reality and to build subjects of a new type, ethical and aesthetic, were presented as part of the process of overcoming sociability. capitalist.

Keywords: Capitalist mode of production; Labor; Capture of Subjectivity; Alienation; Trade Union Organization.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 Formas de aproximação a temática | 15 |
| 1.2 O método marxiano: investigação e exposição da realidade | 19 |
| 1.3 Historicidade, totalidade, mediação e contradição: as categorias protoformas do método | 28 |
| 1.4 O caminho metodológico da pesquisa | 34 |
| 1.5 A estrutura da produção | 42 |
| 2 O INDIVÍDUO SOCIAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA | 44 |
| 2.2 A dialética do trabalho e o ser social | 48 |
| 2.3 A teoria do valor e o mundo do trabalho | 65 |
| 2.3.1 Valor e trabalho | 68 |
| 2.3.2 O lucro e a mais-valia: centralidade da exploração do trabalho | 71 |
| 2.4 A forma assumida pelo trabalho na ordem do capital | 80 |
| 2.5 As transformações no mundo do trabalho: o toyotismo e suas novas formas de organização | 86 |
| 2.6 A captura da subjetividade, ideologia e alienação: o rompimento dos laços solidários | 99 |
| 3 A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE: sua forma de ser, resistir e organizar | 123 |
| 3.1 Breves considerações acerca da formação da classe trabalhadora | 123 |
| 3.1.1 Ensaio sobre a consciência de classe | 135 |
| 3.2 Vistas sobre a classe trabalhadora brasileira e seu contexto sócio-histórico | 141 |
| 3.2.2 A contemporaneidade brasileira: algumas rápidas objetivações | 157 |
| 3.3 Sindicalismo e movimento sindical – um esforço sobre seus papéis | 162 |
| 3.3.1 Sindicalismo Brasileiro após 1930: ruptura ou conciliações? | 169 |
| 3.4 O trabalho de base como processo fundamental na criação de novas perspectivas | 185 |
| 4 CONCLUSÃO | 193 |
| REFERÊNCIAS | 201 |
| APÊNDICES | 209 |
| APÊNDICE A | 210 |
| APÊNDICE B | 214 |
| ANEXOS | 216 |
| ANEXO A | 217 |

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo primeiro tem por objetivo apresentar os elementos teóricos que compõem o método dialético crítico, fundamentado no materialismo histórico, que se apresentam através da reunião de autores que fundamentam esta teoria. No primeiro momento, o que se apresenta são as formas de aproximação a temática estudada, quais são os caminhos que culminaram no objeto de estudo desta tese. No segundo momento encontra-se o método marxiano, sua forma de exposição e explicação da realidade, através de suas categorias centrais para este movimento. Na terceira parte discorre-se sobre a metodologia que se utilizou na construção da pesquisa, e qual será a estrutura da produção.

1.1 Formas de aproximação a temática

A presente tese está sendo apresentada visando a obtenção de título de doutorado, vinculada linha de pesquisa Serviço Social, Políticas Sociais e Processos Sociais, do programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Diante da dinâmica da sociedade capitalista vigente, percebe-se contradições intrínsecas a esse modo de produção entre a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e o trabalho da grande maioria da população. Sua origem se dá na produção de mercadorias, que pressupõe a divisão social do trabalho, e a propriedade privada dos meios de produção, características determinantes do modo de produção capitalista. Dessa forma, o processo de exploração do trabalho é o eixo central das relações capitalistas de produção, afinal o capitalista se apropria do trabalho excedente dos trabalhadores na busca incessante pelo lucro.

Dessa forma, diante das modificações que ocorreram no mundo do trabalho e na nova forma de gestar a força de trabalho, o tema de estudo está referenciado na organização da classe trabalhadora diante da acumulação flexível, cuja delimitação enfoca os movimentos de mobilização da classe trabalhadora a partir da subjetividade capturada no novo modelo de gestar o trabalho.

O contato com a temática ocorreu ainda no período de formação, na graduação em Serviço Social, seguida pela dissertação de mestrado, e, agora, entende-se a importância de adensar e avançar neste tema, considerando-se o contexto social, político e econômico da contemporaneidade. Ressalta-se que, desde a elaboração da monografia, o tema vem sendo

pensado e pesquisado a fim de contribuir para transformar a realidade e enfrentar as expressões da questão social. No mestrado, propôs-se uma revisão bibliográfica sobre a conjuntura atual do modo de produção capitalista e uma investigação para descobrir se havia, de fato, uma captura da subjetividade do sujeito. Dessa forma, ao desenvolver a dissertação, também com o compromisso ético-político vinculado à categoria profissional dos (as) Assistentes Sociais, teve-se a oportunidade de encontrar resultados importantes. Esses resultados versavam sobre os movimentos dos fenômenos que aparecem e são criados a partir de uma lógica destrutiva implantada no trabalho, e da alienação do trabalhador, em que necessidades supérfluas são criadas e um aumento excessivo da carga de trabalho invade todas as esferas das relações sociais. Assim, o que se propõe nesta Tese é, sobretudo, uma pesquisa quantiquantitativa embasada no método dialético crítico fundamentado no materialismo histórico, a partir do qual se faz a análise dos movimentos que atravessam as possibilidades de organização da classe trabalhadora, através dos sindicatos, ou seja, os trabalhadores formais, e de que forma a captura da subjetividade dos trabalhadores e da categoria trabalho, pelo modo de produção capitalista, colocam desafios para a organização e resistência.

Percebe-se a importância do estudo sobre o mundo do trabalho, do ser social, da subjetividade e seus papéis representativos quando se refere à luta de classes, mobilização da classe trabalhadora e transformação da realidade. Portanto, surgiu o interesse em continuar desenvolvendo pesquisas científicas sobre esse tema para complementar o movimento realizado desde a construção da dissertação de mestrado.

Esta proposta de pesquisa é fruto de reflexões realizadas desde o ingresso no curso de Serviço Social, e também do arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que a trajetória profissional proporcionou e ainda há de proporcionar, momento que se adensa durante o cursar do doutorado em Serviço Social. A motivação principal que norteia a proposta liga-se aos primeiros reflexos de desocultação da “pseudoconcreticidade¹”, que dá origem ao mundo da reificação, das falsas aparências diante da compreensão do metabolismo da ordem do capital. Sendo assim, a utilização do método crítico-dialético fundamentado no materialismo histórico é pano de fundo desta pesquisa, que visa à compreensão e transformação da realidade. A discussão sobre esse Tema, na conjuntura atual, tem enorme

¹ “O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural (...)” (KOSIK, 1989, p.11).

importância, pois, com o acirramento da contradição entre capital e trabalho, as expressões da questão social emergem da realidade e expõem ainda mais o caráter subversivo do capital.

Os pensamentos e reflexões constituídos ao longo do processo de construção do conhecimento geraram inquietações acerca de diversas questões que acompanham a trajetória acadêmica e profissional: a importância de desenvolver uma pesquisa sobre o tema está no movimento de, e entende-se como objetivo, desocultar os limites e possibilidades que o modo de produção capitalista e o mundo do trabalho utilizam, através de suas novas formas de gestar a força de trabalho para capturar a subjetividade do sujeito, fazendo com que a organização da classe trabalhadora e suas mobilizações sofram impactos e fragmentações, no intuito de dar visibilidade às manipulações e propor estratégias que instiguem processos de desalienação.

Com base no exposto, formula-se a grande interrogativa desta produção, ou o problema de pesquisa: Como as determinações que conformam o modo de produção capitalista e a gestão da força de trabalho, no tempo presente, capturam a subjetividade do trabalhador para fragmentar e reduzir as possibilidades de sua organização, em especial a organização sindical?

Ressalta-se que a discussão proposta é pertinente, pois, o Serviço Social se reconhece como trabalho, logo, os trabalhadores que compõem esse coletivo profissional sofrem todas as vicissitudes do mundo do trabalho e os processos de estranhamento e alienação dele decorrentes. Ademais, seu projeto ético-político profissional tem forte vínculo em defesa da classe trabalhadora. Para responder ao problema de pesquisa, formulou-se as seguintes questões norteadoras: Como os processos de reestruturação produtiva e alienação da força de trabalho se conformam no tempo presente? Qual o papel da ideologia nesse processo de captura da subjetividade? Como ocorre a organização da classe trabalhadora diante da reestruturação produtiva ou desses processos? Como a captura da subjetividade se manifesta no cotidiano e na construção da consciência de classe? De que modo o papel dos sindicatos vem sendo exercido diante da conjuntura de retirada dos direitos trabalhistas?

Busca-se, então, proporcionar à academia e à categoria profissional mais um momento de reflexão e descoberta, de como esse processo de mudança no modelo de gestão produtiva impacta a todos, ainda que de maneira indireta em alguns momentos. Para tanto, a relevância do tema em estudo está na possibilidade de debates sobre o objeto escolhido, o compartilhamento dos resultados obtidos, através desta Tese, e, posteriormente, publicados em eventos para a divulgação e explanação sobre os resultados da pesquisa.

A delimitação da pesquisa alcançou o período de 2002 a 2020, pois, neste espaço de tempo, as transformações no modelo de gestão da força de trabalho se intensificaram, sobretudo a partir das reformas trabalhistas, da flexibilização da categoria trabalho e dos novos mecanismos de alienação que se aprofundam diante do processo de intensificação do neoliberalismo no Brasil (1990). Busca-se, portanto, analisar e compreender os impactos para a organização e mobilização da classe trabalhadora brasileira, no período de 2013 a 2020, considerando-se a crise estrutural do capital a partir do ano de 2008.

Por fim, a justificativa em que se baseia esta Tese está na possibilidade de aprimorar o processo do saber, não somente acadêmico, mas também de desmistificar os fenômenos que atravessam a sociabilidade do sujeito e capturam a vida cotidiana. A contribuição social aqui pretendida inclui o universo profissional e acadêmico, com o intuito de acrescentar, no processo de desvendamento da vida humana e da organização da classe trabalhadora, a contingência de o homem se reconhecer como sujeito histórico, agente transformador e pertencente à única classe social capaz de uma transformação social, que reconhece no outro a possibilidade de se realizar.

O que se busca são novas formas de enfrentar as expressões da questão social na contemporaneidade, através da resistência, da organização da classe trabalhadora, do movimento de base e também do trabalho profissional do assistente social para resistir e confrontar a onda conservadora que solapa os direitos sociais duramente conquistados na luta de classe, reafirmando o compromisso de classe presente no Projeto Ético Político dos Assistentes Sociais.

Pretende-se, portanto, desocultar os limites e as possibilidades que o modo de produção capitalista e o mundo do trabalho adotam, mediante suas novas formas de gestão da força de trabalho, para capturar a subjetividade do sujeito, o que faz com que a organização da classe trabalhadora e suas mobilizações sofram impactos e fragmentações. Também se deseja dar visibilidade às manipulações e propor estratégias que instiguem processos de desalienação, como objetivo geral da presente Tese. Quanto aos objetivos específicos tem-se: analisar e compreender o trabalho como constituinte do ser social e espaço de alienação; Investigar os movimentos do capitalismo, alienação e ideologia versus consciência de classe; Compreender a acumulação flexível e a captura da subjetividade e da intersubjetividade; Investigar as respostas dos trabalhadores, os processos de resistência e a captura desses processos pelo capital; Analisar as formas de organização da classe trabalhadora e o papel dos sindicatos; Investigar o desmonte dos direitos trabalhistas e das formas organizativas dos

trabalhadores, destituição, criminalização, coerção e captura; Analisar a resposta dos sindicatos.

1.2 O método marxiano: investigação e exposição da realidade

Para realizar uma pesquisa científica é necessário dispor de uma metodologia condizente com um caminho mais coerente para intervir na realidade. Através da metodologia é possível compreender a trajetória da pesquisa, as técnicas utilizadas, o referencial teórico até que se alcance o objetivo determinado. Isso possibilita a compreensão dos fenômenos do cotidiano, mas, sobretudo, além do que se apresenta de forma imediata, a sua essência.

É importante salientar, aqui, os momentos que constituem o caminho metodológico desta pesquisa: na primeira parte aborda-se o método de investigação e o de exposição, tendo-se como referência o Prefácio da segunda edição de *O capital*. No segundo momento, explana-se o método dialético crítico fundamentado no materialismo histórico e suas categorias de análise, que são fundamentais para o uso correto do método. Por fim, apresenta-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta Tese.

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori (MARX, 2013, p. 86).

A metodologia não pode acontecer separada da teoria; elas são indissociáveis. Através da metodologia é possível compreender não somente a técnica, mas também as concepções teóricas que serão abordadas. No que diz respeito à pesquisa pode-se defini-la como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, o qual busca descobrir respostas parciais para questionamentos mediante o emprego de procedimentos científicos (GIL, 2007). Ao se desenvolver uma pesquisa visa-se conhecer determinada realidade, o que resultará em verdades parciais sobre ela (MARCONI e LAKATOS, 1999). Ou seja, as verdades parciais sobre determinado objeto de estudo acontecem porque, ao

considerar a processualidade histórica que atravessa a realidade e o cotidiano da vida, as transformações são inerentes. O que se busca é o real; o que emerge da realidade.

Contudo, entende-se a realidade, a partir de sua de forma imediata, ao que salta aos olhos, o que por sua vez impede a compreensão de sua essência. A opção pelo método dialético crítico fundamentado no materialismo histórico está abalizada em ser o método que oferece as condições para que se apreenda, de forma científica, os movimentos da realidade e, sobretudo, as suas múltiplas determinações. Assim, o método propicia a apreensão de todos os aspectos que compõem os processos e fenômenos que emergem da realidade a ser investigada.

Nesse movimento dialético, através do caminho entre o particular e o universal, e o universal e o particular pode-se buscar informações compreendidas entre: condições objetivas de vida, dados históricos, e as contradições que perpassam a vida humana, sobretudo, identificando o conjunto de determinantes que compõem a contradição presente na produção e reprodução do trabalho, das relações sociais e da vida, sob as bases do modo de produção capitalista.

Esse é o momento em que os fenômenos que estão pairando sob a realidade, aparecem de forma imediata e superficial devem ser ultrapassados, buscando suas origens, e assim, compreendendo como se constituem, se contradizem e se modificam.

O movimento que se realiza em busca do núcleo duro dos fenômenos é a negação da imediaticidade, ou seja, ao passo que se nega o aparente, aquele que então investiga a realidade fará escolhas sobre os materiais a serem utilizados para analisar o que, inicialmente, encontra-se confuso, superficial.

Entretanto, os processos de investigação não se iniciam no marco zero, e é torna importante salientar o *não uso* da palavra “desconstrução” ao utilizar o método marxiano. Explica-se: ao utilizar informações que já se possui para o processo de investigação do objeto de estudo, pressupõe-se um conhecimento prévio, portanto, o movimento que se realiza aqui é investigativo e, sobretudo, transformador. Ou seja, não é compreensível a desconstrução de conceitos, afinal sempre se parte de uma realidade antecipadamente conhecida. Assim, o movimento que se faz aqui, a partir do método de investigação e exposição e da metodologia empregada, é a reconstrução dos conceitos, através de processos de superação de seus limites anteriores, até então apreendidos em sua aparência e, após o movimento de busca pela essência, podem ser compreendidos em sua totalidade.

Esse processo de abstração leva de volta ao concreto, não ao mesmo do qual partiu a investigação, mas sim à totalidade concreta, ao todo. Aparência e essência, ou seja, o conjunto das condições reais.

O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões. O processo do pensamento não se limita a transformar o todo caótico das representações no todo transparente dos conceitos; no curso do processo o próprio todo é concomitante delineado, determinado e compreendido. (KOSIK, 2011, p.37).

É preciso que se saliente, aqui, o ponto inicial a partir da dialética marxiana, que é justamente a realidade, o concreto, pois é aqui, nesta esfera, onde se encontra o “homem de carne e osso”, e igualmente no concreto que se encontram e se produzem os determinantes para a transformação do ser humano em indivíduo social. Na relação entre o materialismo e a construção da consciência humana edifica-se a vida real, ou seja: os processos, fenômenos, sujeitos são constituídos a partir dessa realidade, desse modo de produzir capitalista que forma a vida humana em determinado momento histórico, mas que não se finda nele.

O próprio método no provém do espírito puro: formula-se a partir da experiência humana e em dado momento do desenvolvimento social, reflete este desenvolvimento – desenvolvimento natural, objetivo, inicialmente inconsciente ou consciente de si dentro das fórmulas ideológicas ilusórias, mas que em dada altura, dentro de certas condições históricas, se torna plenamente consciente de si (LEFEBVRE, 1966, p.230).

Entende-se que Marx, para compreender as relações sociais, ou ainda, para entender a construção do ser social a partir do trabalho, que consiste na transformação da natureza e, ao mesmo tempo, na transformação do homem, parte do modo de produção capitalista. Ou seja, compreender a historicidade desse processo é necessário para que se entenda: as relações entre os homens vão muito além das forças produtivas, e estas são produzidas historicamente.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais (MARX, 2008, P. 49).

Conforme mencionado, os momentos que compõem o caminho metodológico da pesquisa, as etapas iniciais do método se diferenciam, afinal, o começo da investigação é casual e perpassado de intenção, pois, todo início da exposição deve ocorrer através dos elementos que perpassam e definem o objeto.

Ao referenciar a produção bibliográfica de Karl Marx, e sua produção no livro em O Capital, Kosik (2011) começa pela mercadoria, e diz que, por razões específicas, “o início da investigação é casual e arbitrário, ao passo que o início da exposição é necessário” (p. 38). Ou seja, Marx inicia pela mercadoria e já aponta a necessidade de transcender a aparência dos fenômenos e processos, e isto se torna notável quando se encontra o seguinte trecho: “a riqueza das sociedades nas quais domina o mundo de produção capitalista *aparece* como um <<imenso acúmulo de mercadorias>> (MARX, 1990, p.45). Aqui, Marx, utiliza a palavra “aparece” para se referir ao que salta aos olhos de forma imediata, quando se analisa o modo de produção capitalista e seus fenômenos que, ponderados em sua aparência, apresentam-se como uma grande coleção de mercadorias. Todavia, os mesmos assumem um papel muito maior, que estão presentes não somente na condição objetiva de vida, mas sobretudo no limiar da esfera das relações sociais.

Desse modo, entende-se que todo o processo investigativo e sua exposição não será feita de forma fragmentada, congelada ou ainda, pinçada do mundo real, ou seja: da realidade social que produz seus determinantes e condições históricas, mas sim, será feita através de movimentos de desmistificação da realidade e dos seus processos, em que se possa compreender seus conceitos, suas contradições e sobretudo: as possibilidades de transformação e superação da realidade.

Nas tentativas históricas presentes em diversas pesquisas encontra-se a busca incessante, por parte de alguns pesquisadores, pela infecunda possibilidade de realizar pesquisas que não demonstrem o seu posicionamento político, econômico e social; buscam, no caminho da neutralidade, que tem em sua origem atravessamentos conservadores e moderadores da ordem vigente, a coerência para suas explicações e teses. De antemão, apresenta-se, aqui, nas preliminares da metodologia, que esta pesquisa está preenchida por conceitos políticos, sociais e econômicos coerentes com a crítica da realidade social, e mais: são mais um instrumento que fortalece e contribui para o desafiador caminho da superação da ordem vigente. Portanto, é uma ação política.

[...] o método de Marx não é “neutro”, “positivo” ou científico-naturalista: esse método, que ele intitula dialética racional é um “escândalo e uma abominação para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, porque, na compreensão positiva das coisas existentes, ele inclui ao mesmo tempo inteligência de sua negação, de seu declínio necessário... ele é essencialmente crítico e revolucionário (LOWY, 1978 p.19).

O processo de construção da pesquisa desta Tese é composto por várias etapas, perpassadas pelas intenções, orientações e escolhas teóricas diretamente ligadas à perspectiva e fundamentação política e ideológica do pesquisador. Para tanto, entende-se que se explica esse processo da seguinte forma:

Da minha audição e da minha vista participam, portanto, de algum modo, todo o meu saber e a minha cultura, todas as minhas experiências – sejam vivas, sejam ocultas na memória e se manifestando em determinadas situações -, os meus pensamentos e as minhas reflexões, apesar disto não se explicitar nos atos concretos da percepção e da experiência sob um aspecto predicativo (KOSIK, 2011, p. 30).

A escolha do método dialético crítico, fundamentado pelo materialismo histórico para ser o caminho metodológico desta pesquisa, é, sobretudo, um compromisso político que se expressa no devir da trajetória política do pesquisador, da sua categoria profissional e da intervenção na realidade, que busca superar o modo de vida produzido pelo modo de produção capitalista.

Esse modo de produção [...] isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizaram a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que produzem e também com o como produzem* (MARX, 2009 p.34-25).

E, conforme salientou-se anteriormente, o método marxiano propicia o conhecimento total da realidade, sua aparência, essência, seus atravessamentos e fenômenos que atingem a vida humana.

Na realidade, contrariamente ao que pretende Mannheim (e, num outro contexto Althusser) Marx não escondeu jamais a perspectiva de classe que orienta seu

pensamento. Ele não somente “revelou” o caráter burguês da obra de seus adversários (economia política clássica e vulgar) mas afirmou também, em alto e bom som, o caráter proletário de seu próprio ponto de vista (LOWY, 1978, p. 18).

Salienta-se que o marxismo possui, em sua essência, mormente, a ciência da classe operária, e seu intuito está abalizado no contínuo movimento de desocultamento da realidade social, no conhecimento da vida humana, que é forjada através de contradições que se assentam sobre um modo de produzir a vida, a partir de determinado modo de produção. Desse modo, as relações sociais construídas no modo de produção capitalista, a existência humana não está findada ao mesmo, embora estejam forjadas sob essa lógica.

Ao considerar e reconhecer o marxismo como a ciência que pretende e alcança o entendimento da vida humana no modo de produção capitalista, é preciso demarcar, aqui, o movimento fecundo que está em desmistificar as relações de opressão que são o núcleo duro do sistema capitalista, e que a esta opressão a classe trabalhadora está submetida. Portanto, mais do que desocultar a realidade, o marxismo propõem o enfrentamento das falácias produzidas pela classe dominante em virtude da manutenção da ordem imposta. Entender a lógica capitalista e o seu comportamento e, por fim, a sua superação, são os imperativos do marxismo, não os únicos, porém, os primordiais.

A cada dia que passa torna-se mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não possuem um caráter uno, um caráter simples, mas sim um caráter de duplicidade; fica claro que nas mesmas relações nas quais se produz riqueza, a miséria também se produz; que nas mesmas relações nas quais existe desenvolvimento das forças produtivas, há também uma força produtora de opressão (MARX, 2004, p. 139-140).

De maneira recorrente e histórica, o marxismo sempre foi alvo de perseguições, e essa perseguição, que ainda persiste fortemente, acontece em virtude da proposta radical oferecida pelo método. Ou seja, não há sob qualquer análise teórica do marxismo alguma ideia, ação e movimento que não seja o rompimento e a superação do modo de produção capitalista. Certamente, o aniquilamento de privilégios e da desigualdade não é um projeto burguês. E entende-se que, junto a esse processo, somente o marxismo oferece historicidade ao modo de produção capitalista, e que a extensão alcançada pelo marxismo, e por isso a perseguição, está na transparência de seus objetivos, onde o proletariado, que possui caráter revolucionário, não esconde suas pretensões.

O proletariado, em compensação, classe universal cujo interesse coincide com o da grande maioria e cuja finalidade é a abolição de toda dominação de classe, não é obrigado a ocultar o conteúdo histórico de sua luta; ele é, por conseguinte, a primeira classe revolucionária cuja ideologia tem a **possibilidade** objetiva de ser **transparente** (LOWY, 1978, p.32).

No decorrer das pesquisas científicas e dos processos que dão sustentabilidade à desmistificação da realidade, salienta-se, aqui, o reconhecimento de que assumir o método marxiano enquanto forma de análise e intervenção na realidade não tem relação direta com a verdade de forma imediata. Ao mesmo tempo, entende-se que há validade também nas produções realizadas por outras vertentes.

O ponto de vista do proletariado não é uma condição suficiente para o conhecimento da verdade objetiva, mas é o que oferece maior possibilidade de acesso a essa verdade. Isso porque a verdade é para o proletariado um meio de luta, uma arma indispensável para a revolução. As classes dominantes, a burguesia (e também os burocratas, num outro contexto) têm a necessidade de mentiras para manter seu poder. O proletariado revolucionário tem necessidade da verdade... (LOWY, 1978, p.34).

Diante do processo investigativo, que se origina através da pesquisa, é preciso que se entenda os intuítos e objetivos desse movimento. Ou seja, ao optar pelo método marxiano é preciso que se tenha como eixo norteador a transformação da realidade, eximindo-se, portanto, de uma pesquisa simplesmente interpretativa e/ou contemplativa da realidade. Dessa forma, a busca pelo conhecimento deve ser permeada de ações que proponham alternativas e que, de fato, possam contribuir para alterar o modo e as condições de vida das pessoas — mudanças reais para sujeitos reais, para problemas reais. “Fuerbach, não satisfeito com o pensamento abstrato, quer a contemplação [Anschauung]; mas ele não compreende o sensível [die Sinnlichkeit] como atividade prática, humano-sensível” (MARX, 2009, p.120). Entende-se, desse modo, que, além das análises teóricas da realidade, as quais podem ser concebidas através de pesquisas e estudos, é necessário que se tenha sensibilidade para captar os movimentos dos processos e dos fenômenos do contexto social onde se produz e reproduz as relações sociais, para que se reconheça a necessidade real da superação e transformação do

mesmo. Ademais, como foi ressaltado por Marx, “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2009, p. 122). Portanto, a contribuição da pesquisa e da Tese precisa ter efetividade na realidade social, o que significa dizer que para isso acontecer é preciso ultrapassar o plano das ideias e das interpretações isoladas, pois essas, sem efetividade prática, não serão capazes de proporcionar a liberdade humana.

É necessário que o conhecimento germine no mundo real dos homens e para ele retorne, onde a vida é produzida e reproduzida. Esse movimento é conhecido como práxis humana.

Lá onde a especulação cessa, na vida real, começa, portanto, a ciência real, positiva, a descrição da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. Terminam as frases sobre consciência, o saber real tem de substituí-las. Com a descrição da realidade, a filosofia autônoma perde o seu meio de existência (MARX, 2009, p.32).

O sentido do que Marx afirma na passagem da Ideologia Alemã está em entender que o fim da filosofia como uma forma de especulação se deve ao fato de que é preciso analisar a realidade concreta, sem devaneios que não imputem a transformação. Embora se compreenda que o método marxiano e a dialética sejam a melhor forma de concretizar a relação teoria e prática, sabe-se que as relações sociais e a realidade estão atravessadas por processos e fenômenos que inviabilizam, de modo imediato, a consciência humana. Ou seja, atravessam-se na formação do sujeito social fenômenos que tornam, inicialmente, a formação de consciência um processo nublado.

Portanto, o cotidiano de sobrevivência da classe proletária, no modo de produção capitalista, não oferece, ou pouco oferece, a possibilidade de reflexão sobre os atos que se realiza. O que significa dizer que as atividades essenciais: comer, trabalhar, dormir dentre outras, são realizadas de modo impensado, e, sobretudo, naturaliza-se o processo da “não consciência”, certamente não planejada ou por escolha própria, mas sim porque, para a sobrevivência, dentro do sistema capitalista e do próprio sistema, é necessário que as ações humanas sejam automáticas e sem reflexão.

Aqui, encontra-se uma atividade humana fragmentada, em que a possibilidade de o sujeito social se reconhecer partícipe de uma realidade não existe. A fragmentação da vida humana é, neste sentido, um processo que coíbe o desenvolvimento da consciência humana. A

divisão social do trabalho é a fonte desse movimento, a qual solapa as condições de se reconhecer integrante dessas realidades e dos seus movimentos.

A única conexão em que os indivíduos ainda se encontram com as forças produtivas e com a sua própria existência, o trabalho, perdeu no seu caso toda a aparência de autoatividade e apenas mantém a sua vida atrofiando-a [...] agora elas divergem tanto uma da outra que, de fato, a vida material surge como fim, e a produção dessa vida material, o trabalho (o qual é agora a única forma possível, mas, como vemos, negativa de autoatividade), como meio (MARX, 2009, p.107-108).

Então, a partir desses processos e movimentos que atravessam a vida humana, o método dialético crítico, fundamentado no materialismo histórico, propicia o desocultamento dos mesmos. Busca-se a essência através do desmembramento da realidade que salta aos olhos de forma imediata, busca-se o núcleo duro. É sob esse movimento, que visa conhecer o real, e não apenas o imediato, que está assentada a prática (práxis) revolucionária; a mudança e a transformação da realidade para homens e mulheres de carne e osso.

Para o Serviço Social, a pesquisa científica é uma ferramenta importante, afinal, uma profissão interventiva que investiga a realidade onde os sujeitos estão inseridos, marcada por uma complexa desigualdade social que também produz resistência, contribui com subsídios para endossar e qualificar os processos sociais interventivos. Portanto, o que se compreende é que a pesquisa não faz parte de um luxo intelectual; ela é a necessidade de realizar e condicionar possibilidades que rompam com práticas românticas, imediatistas e impensadas (PEREIRA, 2005).

O campo de atuação profissional tem a pesquisa como um instrumento de trabalho, e a origem da questão social e suas expressões – sendo este o objeto de intervenção da categoria profissional, que tem como núcleo duro a contradição capital *versus* trabalho. Ou seja, conhecer a realidade em profundidade é uma forma de se realizar o trabalho profissional de forma mais substantiva. Esse movimento permite aos Assistentes Sociais uma intervenção que abarque todas as esferas que compõem a vida dos usuários: sociais, políticas, econômicas, culturais dentre outras, e ainda reforça o afastamento de intervenções que estejam abalizadas em análises individuais, congeladas, e que culpabilizam os sujeitos. Entende-se, portanto, que este usuário atendido pelo Serviço Social é atravessado por processos e fenômenos que compõem a vida em sua totalidade, ou seja, as condições de vida são edificadas a partir da realidade total e não de uma perspectiva fragmentada.

Na aproximação que a categoria profissional faz ao método dialético crítico fundamentado no materialismo histórico como forma hegemônica de leitura e intervenção na realidade após o movimento de renovação, ofertou ainda

(...) um conjunto teórico de fôlego, que se inspira no próprio movimento da realidade, histórico, contraditório, multicausal, aporta além de categorias explicativas da realidade, elementos que nos permitem explicar a profissão como processo de trabalho com seus movimentos condicionados e protagonistas (PRATES, 2006, p. 06).

Sendo assim, para somar as explicações que se encontra aqui, o Serviço Social possui, em seu Projeto Ético Político e no Código Ético Profissional, compromissos e valores que endossam a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e, por fim, livre.

O Projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central - a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, *o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero* (NETTO, 1999, p. 104 *apud* TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 6).

Por fim, estes são os pressupostos que fazem referência ao método dialético crítico que estão presentes na construção dessa Tese de doutorado.

1.3 Historicidade, totalidade, mediação e contradição: as categorias protoformas do método

A metodologia foi delimitada de forma a abarcar os objetivos propostos na tese. Para tanto, o que lhe dará sustentação teórico-metodológica desta pesquisa, será precisamente o método dialético crítico fundamentado no materialismo histórico, no esforço de se apreender e decifrar o movimento da realidade em seus conflitos e contradições, pois, a “realidade tal qual a Esfinge, desafia – “Decifra-me ou te devoro”. (ALCOFORADO, 2009, p. 721).

O fundamento dialético-crítico em Marx compreende que o conhecimento deve partir do real, de condições objetivas postas na realidade. Sobre o materialismo histórico é

importante que se destaque a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida em sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos sujeitos, no desenvolvimento da humanidade (TRIVIÑOS, 1987). Ao pensar sobre o caráter materialista do método é possível que se compreenda ao considerá-los

pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vidas, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação (MARX; ENGELS, 1993, p. 26).

A realidade é um complexo de contradições entrelaçadas historicamente pelos processos sociais, políticos e econômicos dos sujeitos em pontuais espaços de tempo e não se dá a conhecer no campo da imediatez, pois a essência dos fatos é ocultada pelos fenômenos. Para desmistificar a realidade e alcançar o movimento do real é imprescindível um severo empenho da consciência em interpretar e compreender o seu modo de ser, diz Marx (2012a) ao afirmar que toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas correspondessem imediatamente.

Para explicar a realidade a partir dos seus fenômenos é necessária a utilização de categorias de análise centrais, e aqui serão abordadas as que fazem referência a esta tese: *totalidade, historicidade, contradição e mediação*.

Demarca-se, aqui, um importante reconhecimento à obra de Marx. De fato, não há uma obra específica que esteja pautada no método, mas considera-se sua preocupação incansável para que a classe trabalhadora pudesse compreender o sistema opressor a que estava submetida, desse modo, então, não só se preocupou com o método de investigação, mas também com o de exposição. Assim, no prefácio de sua mais famosa obra, O Capital – primeira edição -, Marx aponta o caminho metodológico revolucionário e quais são os elementos centrais no processo investigativo. Evidencia-se que Marx, fundamentalmente, utiliza este caminho metodológico para investigar o seu objeto: o modo de produção capitalista.

Para que esse processo de investigação se concretize em sua essência, conforme já se explanou aqui, é necessária a abstração que permita o movimento de submersão na realidade. “Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência [...] além disso, na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagente químico. A força da

abstração dever substituir-se a ambos” (MARX, 2013, p. 77-78). Ou seja, entende-se que a palavra abstração não possui nenhuma ligação com o plano idealista, mas ao contrário, pressupõe-se, aqui, a capacidade de que a razão e a consciência humana têm de investigar, compreender a realidade além do que se vê aparentemente.

Salienta-se que essa metodologia revolucionária proposta por Marx é por si só um movimento de sucessivas aproximações às teorias que antecederam sua obra. A própria compreensão sobre a abstração é a superação do conceito apresentado previamente no método dialético crítico por Friedrich Hegel (1770-1831), que não apresentou um papel de concretude para a abstração. Com a passagem a seguir, que se encontra na obra *A Ideologia Alemã*, Marx consegue elucidar esse movimento de superação em relação ao idealismo Hegeliano².

Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações [...] a consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida (MARX, 2009, p. 31).

E que,

Não é a consciência que determina vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo. No segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a *sua* consciência (MARX, 2009, p. 32).

O movimento histórico presente nessas passagens de Marx é de fundamental importância para se reconhecer os múltiplos determinantes que perpassam a vida humana e que fundamentam as transformações societárias: sua forma de produzir, de se relacionar, e da própria evolução humana. Compreender as formas de organização societária e os modos de produção que anteviram ao capitalismo é reconhecer a superação pressuposta nessa locomoção histórica. Entende-se, portanto, que é no capitalismo e em sua organização que se encontram fenômenos e processos que não se desenvolveram nos modos de produzir que o

² O idealismo hegeliano, combatido por Marx, consiste fundamentalmente na argumentação de que a ideia é o eixo transformador da história. O homem, a partir da sua consciência, torna-se um ser autônomo. Marx objeta esta tese, pois entende o homem não como ser um ser autônomo por sua consciência, mas um ser ontologicamente social, pois constrói sua história pelo trabalho e não no nível das ideias (GADOTTI, 1983, s/p *apud* ZACARIAS, 2018, p.20).

antecederam. Exprime-se, aqui, o movimento dialético marxiano, a espiral que consiste em: guardar – negar – superar.

A chamada evolução histórica descansa em geral no fato de que a última forma considera as formas ultrapassadas como graus que conduzem a ela, sendo capaz de criticar a si mesma alguma vez, e somente em condições muito determinadas – aqui não se trata, é óbvio, desses períodos históricos que se desdobram a si próprios – inclusive como tempos de decadência [...] Desse modo, a economia burguesa só chegou a compreender a sociedade feudal, antiga, oriental, quando a sociedade burguesa começou a criticar a si mesma (MARX, 2008, p. 267).

Desse modo, o que se observa aqui é uma análise de dados concretos, que fazem parte da realidade, e a partir desse concreto pode-se fazer o movimento de retorno aos processos e organizações sociais passadas. Todavia, conforme já se salientou, esse movimento não deve ser feito de modo etapista, fragmentado e aprisionado em datas históricas, como se a história se constituísse de momentos desconectados e congelados. No bojo do caldo histórico é preciso que todos os elementos estejam contabilizados. Todas as características devem ser levadas em consideração, sempre observando o tempo histórico, contexto social, político, econômico e o desenvolvimento das forças produtivas (e os instrumentos de trabalho), afinal, estas denunciam o nível de desenvolvimento humano.

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, 2013, p. 257).

Assim, é possível que se compreenda como ocorrem os processos que dão origem a épocas revolucionárias. As relações sociais são originárias das relações de produção que os homens estabelecem a partir do trabalho, que é determinado pelas forças produtivas, e no movimento de contradição entre as duas esferas encontra-se o processo revolucionário.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais [...] Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas

todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido encubadas no próprio seio da velha sociedade (MARX, 2008, p.49-50).

Portanto, a história é uma categoria de análise, pois sempre e todos os períodos históricos estão em constante transformação, e o que algumas análises da realidade apontam como permanente será transformado. É o próprio modo de produção capitalista que será o bojo para a sua superação.

[...] reconhece a processualidade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos (PRATES, 2003a, p. 95-96).

Para se compreender os fenômenos em sua totalidade é fundamental aprofundar o conhecimento acerca da maneira como se estabelecem as articulações entre as partes e o todo. Cabe destacar, inicialmente, que “a compreensão dialética da realidade pressupõe a perspectiva de totalidade” (PONTES, 2010, p. 81). Sendo assim, sinalizam-se as categorias centrais utilizadas, no que diz respeito à *totalidade*.

Mais do que a reunião de todas as partes, significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, mas em movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem (PRATES, 2003a, p. 87).

A totalidade não está retratada em uma fotografia paralisada da realidade. Mas sim em um constante movimento de transformação, é dinâmica, “essencialmente processual, dinâmica, cujos complexos, em interação mútua, possuem um imanente movimento. No limite, esse movimento produz uma dada legalidade social, historicamente determinada e determinante” (PONTES, 2010, p. 81). Portanto, o que se afirmar é que a totalidade exposta aqui é parte da concretude humana. Ou seja, tem razão ontológica de ser, constituinte do ser social.

Ao falar sobre *contradição*, compreende-se que ela é uma negação e está presente no cotidiano da realidade aparente para a realidade abstrata. O que constitui a contradição é a luta dos contrários, os contrários não podem existir independentemente de estar um sem o outro. Nesse sentido, a contradição é considerada a fonte do movimento de transformação dos fenômenos (TRIVIÑOS, 1987). A contradição existe em todas as esferas da vida social, e no que se refere ao modo de produção capitalista ela aparece através do conflito existencial e necessário entre capital e trabalho. Assim, se estabelece o seu eixo central: o acúmulo de riqueza concomitante à produção de miséria, o que Marx explicita na Lei Geral de Acumulação capitalista.

A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos privadas, a formação e o incremento do capital. A condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este repousa exclusivamente na concorrência entre os operários (MARX, ENGELS, p. 44-45).

Entende-se, portanto, a lei que rege a sobrevivência do modo de produção capitalista. O acúmulo de capital, por parte da burguesia, ocorre através do não pagamento das horas extras trabalhadas pela classe trabalhadora e pelos baixos salários, e este é o movimento que vai garantir aos donos do meio de produção a geração de mais-valia. Já o trabalhador, para conseguir sobreviver, a única coisa que lhe resta é vender a sua força de trabalho; portanto, uma relação contraditória e simbiótica.

A importância da categoria contradição está presente não somente na pesquisa, mas no próprio existir humano. Consiste, sobretudo, em reconhecer que a maior contradição da história é a própria vida. À medida que se vive, consome-se a própria vida, o anseio pelo fim da contradição é o anseio pelo fim da vida, pois contradição é movimento. Certamente, o que se busca, aqui, é explicar a contradição existente e opressora do modo de produção capitalista e da sua sociabilidade, e não somente a contradição necessária para a existência humana.

É preciso admitir que as contradições têm um fundamento nas próprias coisas e que estas são o ponto de partida. Em outros termos, as contradições do pensamento e das consciências subjetivas dos homens apresentam um fundamento objetivo e real. Se existem “pró e contra”, “sim e não”, é porque as realidades apresentam não somente aspectos múltiplos, mas facetas mutáveis e contraditórias (LEFEBVRE, 2017, p. 28).

Ou seja, a contradição, em si, apresenta uma possibilidade de transformação, não está estacionada na dúvida entre o “ser ou não ser”, permite-se, a partir desta categoria analítica da realidade, a construção de possibilidades para superar o que está posto enquanto forma de produzir e reproduzir a vida.

Todos os movimentos até aqui citados podem ser retratados na última categoria e não menos importante, a mediação. Ao se analisar a realidade e desconsiderar o movimento que a permeia, pode-se afirmar que é o concreto vazio de sentido. A mediação tem o papel agregador de todos os elementos que compõem a realidade.

A mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria deve-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva da totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da razão, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética (PONTES, 2006, p. 93).

Dessa forma, por intermédio da pesquisa, o que se busca no sujeito pesquisador é uma reprodução do movimento da realidade em seu pensamento. A parte conhecida [da realidade] não representa o todo nem se mostra imediatamente, de modo que as representações que daí emanam devem ser negadas e analisadas à luz de um conhecimento superior (teórico) (GUERRA, 2009). Sendo assim, salienta-se que ao pensar sobre as categorias presentes no método dialético-crítico fundamentado no materialismo histórico é preciso que se pense em articulação e não em movimentos fragmentados e isolados.

1.4 O caminho metodológico da pesquisa

Com o intuito de desocultar as dimensões constitutivas do objetivo da presente tese, serão estruturadas etapas interligadas. A profundidade que propõe o método marxiano de análise da realidade requer, sobretudo, um tipo de pesquisa que consiga abarcar a totalidade da realidade. Dessa forma, o que irá se adotar como tipo de estudo será o enfoque misto, que possui dupla abordagem, tanto quantitativa quanto qualitativa.

Diante do que já se expos aqui, a fidelidade com o método consiste em não somente interpretar a realidade, mas transformá-la. Acredita-se que ao utilizar o enfoque misto há maiores chances de apreender a realidade, dar voz aos sujeitos que fazem parte do objeto de estudo, e construir possibilidades que adensem os movimentos de resistência na contemporaneidade.

Se, por outro lado, nos preocupamos com a transformação do real e, destaque-se, esta é uma questão central na proposta de Marx, a visibilidade ao movimento, sua apreensão integral e propostas para incidir no real precisam ser viáveis, portanto, contemplar processos e resultados, argumentos que se pautem em dados quantitativos e qualitativos. Logo, a supervalorização de um desses aspectos pode significar a secundarização do outro de igual relevância (PRATES, 2012, p. 117-118).

Quando se analisa o questionário de 1880, realizado por Marx, e que tinha como objetivo compreender as condições da classe trabalhadora na França, entende-se a proximidade entre o enfoque misto e o método marxiano. Marx não só aplicou o questionário, mas deu voz aos trabalhadores para que, ao passo em que eles descrevessem sua realidade, fossem capazes também de refletir sobre ela. Ou seja, o caráter teleológico e transformador é o objetivo da aplicação do questionário.

A aplicação do método enfoque misto propicia o acúmulo de dados quantitativos que resulta no interessante movimento de passagem da quantidade para a qualidade, explica-se: o aglomerado de uma quantidade dentro de determinada fase condiciona o impulso para a transformação qualitativa, o que pode se chamar também, por saltos qualitativos (que contêm em seu núcleo as mudanças em todas as partes que conformam o todo). Portanto, a qualidade é alterada após o acúmulo de uma quantidade.

(...) refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações quantitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, “saltos”, modificações radicais) (KONDER, 1981, p. 58).

Nesse sentido, compreende-se que tudo está interligado, apontando que os elementos que compõem a realidade não podem ser analisados de forma isolada. O que não quer dizer que, ao longo do processo investigativo, não se possa criar etapas que irão facilitar o

entendimento do objeto estudado. “É sempre necessário voltar das partes para o todo, pois é este que contém a realidade, a verdade, a razão de ser das partes (LEFEBVRE, 1983, p. 210).

Discorreu-se, anteriormente, sobre entender a contradição como uma possibilidade de transformação da realidade, e não como alvo para ser eliminada ou superada (a não ser a contradição capital *versus* trabalho). Diante disso, através do movimento dialético está forjada a lei da negação da negação, o que se pode dizer que é a compreensão da contradição como um movimento que exclui e inclui ao mesmo tempo. Afinal, ao se afirmar, se nega, e essas duas etapas, dialeticamente, em formato espiral são superadas, portanto, aqui se encontra a negação da negação.

Assim no mundo moderno, o exame e a análise mostram que as condições econômicas – a própria estrutura das forças produtivas industriais – criam as contradições entre grupos concorrentes, classes antagonistas, nações imperialistas. Portanto, convém estudar esse movimento, essa estrutura e suas exigências, com o objetivo de tentar resolver estas contradições (LEFEBVRE, 1983, p. 238).

Assim, foi incluída uma amostra de participantes que irão colaborar para a construção da tese e do entendimento sobre a realidade e sua representatividade na sociedade.

Salienta-se que o universo é extremamente amplo porque é composto por diferentes sindicatos organizados pela classe trabalhadora, estima-se que no Brasil existem aproximadamente 11.257³ sindicatos de trabalhadores. Contudo, como o presente estudo tem ênfase qualitativa pretende-se compor a amostra do tipo não probabilística intencional, por dois (02) sindicatos sendo estes: O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre (STIMEPA⁴) e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários do Rio Grande do Norte (SEEB/RN⁵). Neste sentido é fundamental que se caracterize estes participantes, mas antes disso é preciso que se ressalte a dificuldade encontrada no desenvolvimento da pesquisa e da coleta de dados. No limiar da qualificação desta Tese, havia sido acordado de forma prévia a participação de 03 sindicatos, os quais demonstraram interesse e abertura para a participação. No entanto, ao final do trâmite do Comitê de Ética e da Plataforma Brasil buscou-se contato com os representantes sindicais, os quais não responderam o contato feito

³ De acordo com os dados da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, dados do ano de 2019.

⁴ Site disponível em: < STIMEPA - Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre >.

⁵ Site disponível em: <Sindicatos dos Bancários RN (bancariosrn.com.br)>.

pela pesquisadora. Diante deste contexto de ausência de respostas, buscou-se por conta própria o contato com o STIMEPA para participação na pesquisa, que prontamente atendeu e já foi possível realizar a coleta de dados, e o SEEB/RN foi uma escolha sobretudo geográfica, a fim de apreender as diversidades proporcionadas pelas localidades, mas ainda pelo apoio e mediação de pessoas que estão dentro do universo bancário e sindical, proporcionando e agilizando os contatos. Neste sentido, rapidamente se obteve resposta e também foi possível coletar os dados. De toda forma, ressalta-se a dificuldade encontrada para a realização das coletas com aqueles que já estavam previamente acordados, sem aparentemente, nenhuma justificativa.

Assim, a caracterização dos sindicatos se inicia pelo STIMEPA criado em 19 de março 1931 (90 anos), foi o primeiro sindicato criado no Rio Grande do Sul ainda com o nome de Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre, o seu início se deu a partir da contribuição financeira dos próprios trabalhadores. O então primeiro presidente José Baldelino de Lemos que ocupou por duas gestões o cargo, comandava as primeiras reivindicações que eram pelo aumento salarial. Em 1960, o sindicato inicia uma campanha que levava o nome de “Campanha do Mais Um” que consistia em premiar aqueles associados que conseguissem sindicalizar novos trabalhadores. No período da ditadura civil-militar, os membros da diretoria dos sindicatos são afastados, cassados e alguns presos, e assume então o comando uma junta de militares que permanecem no controle do sindicato do dia 23 de abril de 1964 até 11 de junho do mesmo ano. Em 1966 se consolida uma nova eleição em que, aqueles líderes que desejam concorrer deveriam apresentar o “atestado de ideologia” que em tempo era fornecido pelo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

Próximo ao período de redemocratização do Brasil, no ano de 1981 e 1982 realiza-se os Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora (ENCLAT) realizado na sede do STIMEPA, e no ano seguinte, 1983 acontece o primeiro congresso dos metalúrgicos de Porto Alegre e Região, tendo como contexto histórico-social e político a pulsante necessidade de eleições diretas para a presidência da república. Nos anos 90, mais de 300 greves ocorreram nas cidades abarcadas pelo sindicato cujas pautas estavam centradas em: demissões, salários atrasados e reposição salarial. No ano de 1991, em uma assembleia geral realizada de forma unanime os trabalhadores metalúrgicos aprovam a filiação do STIMEPA à Central Única dos Trabalhadores (CUT), no intuito de buscar maior engajamento nas lutas sociais latentes, formação política dos dirigentes sindicais e a melhoria da estrutura do sindicato.

Por fim, a título de caracterização, apresenta-se alguns dados: o Sindicato abrange uma categoria formada por 10.219 sindicalizados, deste montante os seguintes números: 2.085 são

oriundos de fábricas, dos quais 34.908 são trabalhadores de base, os sócios ativos são da ordem de 8.503 e os aposentados: 1.716. Além de Porto Alegre, a base da entidade é formada pelas cidades de Guaíba, Viamão, Alvorada, Glorinha e Eldorado do Sul, o que significa a representação de aproximadamente 35 mil trabalhadores. O sindicato referido é filiado à Federação dos Metalúrgicos do RS, Confederação Nacional dos Metalúrgicos e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tendo como suas principais bandeiras a luta por: melhores salários; contra a retirada de direitos dos trabalhadores; pela jornada de 40H trabalhadas sem redução de salário; por mais e melhores empregos; pela defesa da saúde do trabalhador.

O segundo Sindicato participante desta Tese é o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários do Rio Grande do Norte (SEEB/RN), fundado em 16 de setembro de 1937 e possui 4.000 (quatro mil) sindicalizados. Centrado em suas lutas em defesa da liberdade de expressão e da democracia, vinculou-se a CUT até meados dos anos de 2007, a qual foi filiado por quase duas décadas. Entretanto, de acordo com as perspectivas apresentadas pelo SEEB/RN. Segundo o seu entendimento a categoria sentiu-se traída pela direção que, a Central passou a aderir. Para eles, o caminho dos acordos, troca de cargos no governo e conchavos em detrimento da luta dos trabalhadores eram inaceitáveis, o que *por supuesto*, afetaria toda a tradição de luta da classe trabalhadora que havia sido travada até aquele momento.

A atual diretoria do SEEB/RN, intitulada “Independência e Luta, travou embates importantes com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf/CUT), criada nos anos 2000, afirmam que a Confederação realizava sucessivas campanhas salariais e que, portanto, isso desmontaria possíveis movimentos espontâneos que poderiam surgir dos trabalhadores, o que levaria ao entendimento da SEEB/RN que estas defesas feitas pela Contraf/CUT apenas demonstravam o seu caráter patronal e classista. Diante de divergências de estratégias e políticas, o SEEB/RN atentava-se ao fato, de que naquele momento nascia outra Central Sindical: a Conlutas, que aglutinou sindicatos que estavam insatisfeitos com as posturas adotadas tanto pela CUT, quanto nesse caso específico da Contraf/CUT, assim deu-se origem ao Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB) que tinha o propósito de unificar as lutas.

Em 2007, o Sindicato dos Bancários propôs um plebiscito para apreender o que de fato, aqueles sindicalizados entendiam das posições e contraposições políticas das Centrais, o que resultou em 75% dos votos para a desfiliação da CUT. Decidem rumar baseado na independência, todavia entendendo a necessidade de não se isolar, tanto no cenário local como no nacional para conciliar as lutas necessárias. Em 2008 os bancários sindicalizados

ratificaram através de uma assembleia geral, a união do SEEB/RN com a Coordenação Nacional de Lutas, que aliás é a única Central Sindical brasileira sendo financiada apenas pelos trabalhadores. Por fim, em 2009 inaugura-se a nova sede administrativa do Sindicato e junto dela suas novas orientações e mobilizações políticas.

Sendo assim, a partir de um convite previamente realizado pela pesquisadora via on-line (em virtude da pandemia provocada pelo Novo Coronavírus), explicou-se qual era a intenção do contato e se havia interesse em participar, sem realizar nenhum tipo de entrevista ou coleta de depoimento sem a autorização por partes dos comitês reguladores. A resposta inicial foi positiva, e, posteriormente, o projeto de pesquisa foi encaminhado à Comissão Científica e ao Comitê de Ética da PUCRS e obteve aprovação.

Explica-se que essa escolha se deveu ao fato de que o objetivo desta pesquisa está em desocultar os processos que compõem a captura da subjetividade da classe trabalhadora (trabalhadores formais), os quais culminam na fragmentação do movimento sindical, e dar visibilidade às manipulações e propor estratégias que instiguem processos de desalienação.

A técnica de pesquisa utilizada para a construção desta tese foi a triangulação, contemplando coletas on-line com líderes sindicais, análises documentais e revisão bibliográfica. A triangulação tem por objetivo abarcar a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, exatamente porque reconhece a interconexão entre os fatos e a impossibilidade de apreendê-los de modo consistente quando isolados (TRIVIÑOS, 1987). Nesse sentido, entende-se que esta técnica possui uma enorme aproximação ao método dialético crítico fundamentado no materialismo histórico, isto porque, ao se realizar a busca em fontes distintas, captam-se todos os movimentos que compõem a realidade social, ou seja: não há através da triangulação, espaço para uma análise positivista da realidade, fragmentada e suspensa. Ao contrário, propõe-se, com esta técnica, compreender todos os processos e fenômenos que emergem da realidade, mas que não se esgotam em sua aparência.

Ao se optar pela realização da triangulação, o primeiro aspecto a se considerar são as percepções dos sujeitos, através das formas verbais; o segundo são os elementos produzidos pelo meio — documentos, leis, decretos, pareceres, entre outros —; e o terceiro ângulo a ser contemplado é a análise dos “processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito” (TRIVIÑOS, 1987, p. 139), considerando-se a luta de classes, o modo de produção, as forças produtivas e as relações de produção (PRATES, 2003b). O estudo realizou a triangulação das seguintes fontes: análise do contexto social na contemporaneidade, a partir de um

adensamento conceitual com base em autores cujas produções pudessem contribuir para o adensamento do tema desta pesquisa, a percepção dos sujeitos trabalhadores, representados aqui através dos líderes sindicais, e análise de documentos que aprofundassem os dados sobre organização sindical dos trabalhadores formais.

Para a análise do material relativo ao conjunto dos documentos utilizou-se a análise documental. As fontes documentais são de extrema relevância, destacam Prates e Prates (2009, p.115):

Os registros históricos constituem fontes importantes de pesquisa, dentre os quais podemos destacar, por exemplo, os documentos oficiais de uma instituição, tais como planos de trabalho, regimentos, estatutos, orçamentos, relatórios de gestão, que segundo Lê Goff (*apud* Borrión e Chaves, 2004) são produzidos "consciente ou inconscientemente" para impor uma imagem ou para explicitar o que aquele grupo que os conformou entende como verdadeiro, adequado ou pertinente.

Para a coleta direta serão utilizadas entrevistas semiestruturadas realizadas de modo on-line para a obtenção de depoimentos em virtude da pandemia do Novo Coronavírus. O instrumento empregado foi um formulário (apêndice B) que orientou o aprofundamento de informações referentes à história dos sindicatos, número de sindicalizados, análise de conjuntura, estratégias e instrumentos de luta utilizados pelas organizações na contemporaneidade.

Para o tratamento dos dados quantitativos utilizou-se o tratamento estatístico simples e para a análise dos dados qualitativos a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). A autora apresenta esse tipo de análise em três etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados.

A primeira etapa, a pré-análise, consiste em um processo composto pela leitura superficial do material, escolha dos documentos, exaustividade, representatividade, homogeneidade e adequação (BARDIN, 2009). Essa etapa é o momento de organização, quando se objetiva a operacionalização e a sistematização das ideias iniciais.

Já a segunda fase, referente à exploração do material, "consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas" (BARDIN, 2009, p. 127). A exploração do material nada mais é que a busca, interpretação e análise dos elementos nas fontes, os quais contribuem para fundamentar as discussões a serem sistematizadas sobre a temática estudada.

E, por último, o tratamento dos resultados consiste no uso dos elementos captados para responder aos questionamentos e inquietações do(a) pesquisador(a) sobre o objeto pesquisado (BARDIN, 2009). Nesse sentido, através dessa etapa os resultados “são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (BARDIN, 2009, p. 127). E a partir disso, torna-se possível dar valor às informações e dados obtidos no período de coleta de dados, compreendendo-os como elementos fundamentais para a obtenção de resultados, interpretação e transformação da realidade investigada.

Destaca-se, por fim, que todos os cuidados foram envidados para a garantia dos preceitos éticos da pesquisa, entre os quais o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

A presença do agir ético é fundamental no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais, e também imprescindível durante uma pesquisa científica, partindo-se da compreensão de que é uma profissão interventiva na realidade. Através da pesquisa cria-se a possibilidade de se desenvolver a postura investigativa que tão necessária se faz no trabalho profissional. Sobretudo, insere informações da realidade no contexto científico e ético, as quais serão desocultadas durante a realização da pesquisa.

Compreende-se que a ética “é uma construção humana, portanto, histórica, social e cultural” (RESOLUÇÃO nº 510/2016, 2016, p.1). Entende-se que é um componente fundamental para a realização das pesquisas científicas e, sobretudo, com o que diz respeito ao retorno dos dados aos sujeitos e realidades envolvidas.

A categoria profissional dos Assistentes Sociais tem como dever ético a devolução dos resultados para a transformação da realidade. Assim, é possível que se compreenda esta questão ética no artigo 5º do Código de Ética do Assistente Social, e este profissional tem o dever de “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento dos seus interesses” (CRESS, 2005, p. 24). Por sua vez a Resolução nº 510/2016, seu artigo 1º estabelece “as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana” (RESOLUÇÃO nº 510/2016, p. 1).

Desse modo, os cuidados éticos em relação aos sujeitos envolvidos são estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a fim de que se evite qualquer tipo de transtorno para aqueles que participam desse processo. “Entende-se por Processo de Consentimento Livre e Esclarecido todas as etapas a serem necessariamente observadas para

que o convidado a participar de uma pesquisa possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida” (RESOLUÇÃO nº 466/2012, s/o).

É parte do compromisso ético a devolução dos resultados, o que não significa, necessariamente, o contato direto com os sujeitos que foram pesquisados, mas sim no compartilhamento das informações pesquisadas. O compromisso ético que se assume, aqui, sobre a devolução dos dados, consiste na própria construção da tese, na apresentação dos resultados através de participação em eventos, seminários, nos quais é possível debater a temática, o que não impede a pesquisadora de realizar processos de devolução junto aos sindicatos pesquisados, caso seja de seu interesse.

1.5 A estrutura da produção

Esta Tese está consolidada em 04 capítulos, além das referências bibliográficas e os apêndices. Neste item apresenta-se de forma sintética o que foi debatido em cada capítulo, a fim de dar visibilidade, ainda que parcial, dos conteúdos trabalhados na presente tese e suas interconexões.

O primeiro capítulo faz referência ao aspecto metodológico da pesquisa, delineando os caminhos percorridos para que se pudesse cumprir com os objetivos propostos. Neste mesmo sentido, apresenta o método marxiano de investigação e exposição da realidade, que além de ser uma escolha própria da autora, entende-se ser o mais apropriado para desocultar os movimentos que perpassam e compõem a realidade social, de onde emanam as categorias centrais do método como historicidade, totalidade, mediação e contradição. De modo articulado essas categorias foram ao longo deste trabalho utilizadas para dar movimento e processualidade aos processos e fenômenos que aparecem e foram aqui elencados. Sobretudo, ao optar pelo método marxiano, o que se propõe é, para além da investigação da realidade, propiciar subsídios que possam vir a serem conformados como instrumentos de transformação do atual contexto social e histórico. Assim, todo o caminho metodológico da pesquisa se deu por dentro dos elementos que emergem da realidade, a Tese possui enfoque quanti-qualitativo (misto), e se vale da técnica de pesquisa triangulação, que tem como suas fontes: referenciais bibliográficas, ou seja autores e obras que contemplem os objetivos propostos, as falas dos líderes sindicais (caracterizados também neste capítulo) e documentos que aportem dados históricos.

O segundo capítulo versa sobre o indivíduo social e o seu desenvolvimento dentro do modo de produção capitalista. Fundamentalmente inicia-se a investigação recorrendo a debates filosóficos a fim de dialogar com as teorias, e voltar à realidade explicá-la, e não apenas contemplá-la. O trabalho é assim, uma categoria central tanto para esta Tese, quanto para este capítulo. Buscou-se adensar o debate nas discussões que abarcam a teoria do valor, as transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade, mais precisamente tendo como recorte temporal iniciado na década de 1970, marco histórico na transformação da forma de produzir, e sobretudo, apreender os impactos causados por essas metamorfoses do mundo do trabalho que atravessaram vertiginosamente os sujeitos, resultando em sujeitos subjetivamente capturados. Contudo é importante advertir que o processo não se restringe a essa esfera da vida, ao contrário rebate significativamente na condição objetiva de existência do ser social. Em síntese buscou-se apresentar neste capítulo o salto qualitativo dado pelo capitalismo a partir da técnica de gestão toyotista, e ao mesmo tempo a complexificação de fenômenos como alienação, mistificação, captura da subjetividade e por fim e não menos importante, a consequência desse processo que se concretiza na fragmentação da classe trabalhadora. Ou seja, a dualidade do trabalho - seu sentido ontológico e seu sentido abstrato – é analisada nesta parte.

Avançando na construção desta Tese, no terceiro capítulo aborda-se a classe trabalhadora brasileira em tempo corrente, tendo como centralidade neste momento entender qual é a sua composição, como se organiza e resiste frente aos ataques do capitalismo. Em verdade, foi inserido uma análise sobre a classe trabalhadora em seu sentido ampliado, sempre buscando mediar a singularidade e a universalidade, portanto, achou-se pertinente nesta análise compreender o objeto em sua totalidade, na realidade da qual é parte para em seguida fazer o caminho de volta dentro desta análise contemplando assim todas as suas esferas. Nessa direção, esboçou-se considerações e ensaios sobre classe trabalhadora, consciência de classe, avançando para o contexto sócio-histórico brasileiro e apresentando, portanto, as particularidades que conformam a realidade social para que enfim, se entendesse quais são as origens da força-de-trabalho nacional. Em seguida passou-se a uma investigação e exposição sobre o sindicalismo - sendo este um dos diversos *lócus* de atuação e organização da classe trabalhadora- onde fora apresentada as compreensões universais deste instrumento de mobilização, avançando para o cenário brasileiro. Por fim, se apontou os limites e possibilidades que estão postos na vida social dos sujeitos, que embora atravessados por fenômenos típicos dessa sociabilidade são os agentes históricos transformadores. Assim, se encerra este capítulo problematizando os desafios dos sindicatos brasileiros e a iminente

necessidade de retorno as bases para construir novas perspectivas, que certamente devem estar orientadas na construção de uma sociedade para além do capital - o socialismo.

No quarto e último capítulo, se apresenta a Tese da Tese, retomando argumentos importantes que fundamentam a defesa que se faz nesta produção, que basicamente consiste em afirmar o caráter contraditório do trabalho assumido no capitalismo, sendo ao mesmo tempo espaço de desafeto e efetivação. Apontou-se também quais são os impactos que a reestruturação produtiva e a captura da subjetividade oferecem para a construção de novos sujeitos e para a organização da classe trabalhadora. Certamente, ao fazer referência a novos sujeitos, o que se quer dizer é: homens e mulheres éticos, humanizados, solidários e sensíveis. Superando, enfim, o modo de vida, e os valores de vida originários do modo de produção capitalista.

2 O INDIVÍDUO SOCIAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA

Neste capítulo o que se discute são as protoformas do indivíduo social, tendo como categoria central o trabalho. Entende-se que a conformação das relações sociais está abalizada a partir da composição do ser social, atenta-se ao fato da especificidade dos elementos, processos e fenômenos que o modo de produção capitalista traz para esse movimento.

2.1 A concepção de Homem através da teoria marxista

A ideia pressuposta por algumas compreensões de que o homem é, em si, incumbido de construir a sua existência a partir uma bolha desconexa da realidade na qual está inserido, certamente não é adotada por Marx. “Marx partiu da ideia de que o homem como homem é uma entidade identificável e verificável, podendo ser definido como homem não apenas biológica, anatômica e fisiologicamente, mas também psicologicamente” (FROMM, 1970, p.34).

Entende-se que a concepção da natureza humana, portanto, sua natureza humana em geral não está assentada em concepções abstratas e que se desvinculam da realidade, ou seja, da materialidade da vida, de suas condições objetivas e subjetivas. A recusa de uma concepção abstrata da essência humana, por Marx, remete à necessidade de não a utilizar de modo descolado da realidade. A própria referência materialista e histórica, explícita ao longo

de toda a obra marxiana, autoriza a concluir que o homem não tem sua natureza construída sem a mediação social e desvinculada da realidade na qual está inserido. Portanto, referir-se a ela como essência esvazia o conceito e minimiza a dimensão histórica que a compõe, e a diferença se traduz em “natureza humana em geral” e “natureza humana modificada”, esta última entendida como desenvolvimento produtivo, social e, portanto, humano. Na 6ª Tese sobre Feuerbach, que aparece na Ideologia Alemã, é possível compreender a concepção marxiana de essência humana, e sua oposição à interpretação de Feuerbach.

6ª tese: Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações social. Feuerbach, que não penetra na crítica dessa essência real, é forçado, por isso: 1- a fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo, e ao pressupor um indivíduo humano abstrato – *isolado*; 2- por isso, a essência só pode ser apreendida como “gênero”, como generalidade interna, muda, que une muitos *indivíduos de modo natural* (MARX e ENGELS, 2009, p.121).

É possível compreender a diferença entre a natureza humana em geral e a natureza humana modificada. Nesta última se explicita a potencialidade humana, que ainda, aqui, neste momento, está posta como sua realização e não está assolada pelas condicionalidades e estruturas que decorrem das relações sociais engendradas através do modo de produzir capitalista. O homem (gênero humano) é dessa forma protoforma humana, está dada, portanto seu potencial não pode ser alterado. Entretanto, como já salientado anteriormente, o homem de carne e osso, real, é produto da história e de seus processos. Não é, portanto, só seu produto próprio; ele é sua história. Demarca-se, assim, que essa autorrealização acontece mediada pelo trabalho, seu próprio trabalho. Evidencia-se a relação homem e natureza, do trabalho humano, o que se entende, como protoforma da natureza humana em geral e modificada.

Praticamente a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na mediada em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo *inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesmo não é o corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está

interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2010a, p.84).

Conforme se explicou anteriormente, o movimento que traduz a dialética é radical, pois é, sobretudo, apreender pela raiz a origem dos processos e fenômenos, mas não somente isto: é também distinguir o que é essencial do que aparece aos olhos de modo imediato. É no processo de existir que se encontra a possibilidade da realização da essência, a qual incorpora a dimensão histórica e processual.

A essência é, assim, tanto histórica quanto ontológica. As potencialidades essenciais das coisas realizam-se no mesmo processo global que estabelece sua existência. A essência pode “alcançar” sua existência quando as potencialidades das coisas tiverem amadurecido nas e através das condições da realidade (FROMM, 1970, p.37).

Nesse sentido, o movimento que proporciona a existência humana é a atividade. São as condições postas na realidade que direcionam e condicionam a construção da relação entre sujeito e objeto. Certamente, ressalta-se que a condicionalidade que emerge do real é histórica, o que definitivamente se transforma e não impossibilita movimentos e processos que busquem a construção de uma nova forma de produzir e de sociabilidade. Contudo, sabe-se que são as condições objetivas e subjetivas, estruturantes do ser social, constituídas através da sua atividade fundamental (o trabalho) que compõem o indivíduo, mas não só enquanto sentido único, mas também no que o origina, ou seja, o homem produz a si e ao mesmo tempo aos outros homens a partir da relação social. Mas a forma de sociabilidade por ele encontrada não está fadada a manter-se infinitamente como se apresenta; a história se transforma e, portanto, suas relações também.

É certo que o modo de produzir capitalista limita o desenvolvimento das potencialidades humanas e transforma os sentidos mais humanos e genuínos. As condições estruturais que dão base para a construção da vida invertem valores, esvaziam conceitos, diluem o belo e naturalizam a desigualdade e a dor. Nesse viés, as verdadeiras necessidades humanas são tolhidas, porque aqui se entende que as verdadeiras necessidades não estão apenas relacionadas à sobrevivência humana objetiva, mas contemplam outras necessidades que se desenvolvem à medida que outras são atendidas. Essas necessidades preenchem o sentido mais amplo do *ser*, possibilitam o desenvolvimento do desejo genuíno. A capacidade

de reflexão, de conhecimento de mundo, é conformada a partir da relação do ser com objetos exteriores a ele, que são próprios de suas vivências, experiências e elaborações, ou seja: relação com o mundo onde ele se insere.

A peculiaridade de cada força essencial é precisamente a sua essência *peculiar*, portanto também o modo peculiar da sua objetivação, do seu ser vivo *objetivo-efetivo*. Não só no pensar, portanto, mas com todos os sentidos o homem é afirmado no mundo objetivo [...] pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra o *sentido* humano, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do seu objeto, pela natureza *humanizada* (MARX, 2010a, p. 110).

Na relação entre o homem e o mundo objetivo, mediado por suas vivências, o mundo exterior torna-se uma realidade, enfim, para o homem. Nesse sentido, conclui-se que sujeito e objeto não podem ser separados. “O olho se tornou olho *humano*, da mesma forma como o seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano*, proveniente do homem para o homem” (MARX, p. 109, 2011a). A atividade humana orientada pela sua relação com o mundo exterior, Marx vai denominar de atividade produtiva, ou seja, o momento em que da vida se faz vida, o processo de criação, uma atividade livre, contudo, orientada para um fim, portanto, consciente, logo, uma especificidade da vida humana.

A partir dessa elaboração é importante ressaltar que a condição histórica e objetiva de vida que permeia a realização do homem e de sua atividade é de notória importância nesta Tese. Compreender a origem ontológica do ser e, posteriormente, sua condição de indivíduo social é condição fundamental para explicar sua relação com o coletivo, ou seja, sua organização, sua mobilização, e ainda o impacto desses processos para a construção de reflexões que corroborem a construção e apreensão da dimensão de classe, e aqui, no caso, da classe trabalhadora. Portanto, não se trata de abstrações e de uma ótica recortada apenas pelo sujeito numa condição isolada, tampouco de sua atividade cotidiana realizada. Trata-se mais do que isso: aqui se contempla o movimento dialético materialista e histórico que permite a análise e a intervenção na realidade, a partir da apreensão de que todo *o ser* se origina do *ser*.

No item a seguir discorre-se sobre o trabalho, o ser social e os elementos que compõem essa relação. Inicia-se por preceitos ontológicos, e pelas transformações que recaem sobre o trabalho e o trabalhador quando inseridos no modo de produção capitalista.

2.2 A dialética do trabalho e o ser social

O trabalho é uma categoria central nesta Tese, pois é no processo de trabalho que se constitui o ser social e a produção material da vida. Além disso, é ele que instaura a maneira de ser dos homens e dá origem ao modo de sociabilidade vivida.

Historicamente, o trabalho sempre exigiu o desenvolvimento de algumas habilidades e técnicas para atuação imediata sobre a matéria, além de instrumentos, o que implica novos desenvolvimentos que devem ser entendidos como novas formas de satisfazer as necessidades humanas, desde a sobrevivência. Esse trabalho realizado pelo homem/mulher é um trabalho idealizado⁶, ou seja, o homem intui aquilo que pretende realizar antes de fazê-lo. Toda sociedade existe a partir da relação entre homem e natureza, e o que modifica sua história são as formas de reprodução material da vida e as condições em que vivem os homens para a constituição do ser social⁷.

Essas mudanças nas relações sociais derivam do trabalho, ou seja, da ação de transformação da natureza para manutenção/satisfação das necessidades humanas. Logo, o trabalho é fundante do ser social, que apresenta características particulares, sobretudo a de realizar atividades teologicamente orientadas, analíticas e planejadas, diferente dos outros seres. Entretanto, esse trabalho realizado no modo de produção capitalista nega a possibilidade do desenvolvimento do homem integral no sentido humano genérico.

É importante salientar que o trabalho na sociabilidade burguesa assume formas diferentes, não somente pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas pelo advento da propriedade privada. Observa-se que o homem forjado a partir da propriedade privada, e do modo de produção capitalista, ainda que sua atividade continue se caracterizando como vida criando vida, assume outras formas e delas decorrem outros fenômenos e conceitos.

Esse processo aparentemente evolutivo acaba por limitar o desenvolvimento das potencialidades humanas, criando um homem empobrecido como ser social. Neste sentido, Marx apresenta um novo conceito de riqueza e pobreza, diferente do conceito encontrado na Economia Política clássica. Certamente, os conceitos forjados pela economia clássica limitam-se à esfera econômica, produtiva. Em contraponto, Marx evidencia elementos que

⁶ O trabalho é uma relação mediada entre sujeito e objeto, e entre eles, sempre haverá um instrumento, que gera dois problemas: o da finalidade e o da utilidade, o que sugere que o trabalho é uma atividade projetada. (NETTO e BRAZ, 2008).

⁷ A Matéria inorgânica deu origem ao ser vivo orgânico, que com o decorrer do tempo deu origem à espécie humana. A espécie humana desenvolve-se com outro novo tipo de ser, o 'ser social'.

dizem respeito a necessidades humanas diversas ou até contrárias às necessidades criadas pelo modo de produção capitalista.

Vê-se como o lugar da *riqueza* e da *miséria* nacional-econômicas é ocupado pelo *homem* rico e pela necessidade *humana* rica. O homem rico é simultaneamente o homem *carente* de uma totalidade de manifestação humana de vida. O homem, no qual a sua efetivação própria existe como necessidade interior, como falta. Não só a *riqueza*, também a *pobreza* do homem consegue na mesma medida – sob o pressuposto do socialismo – uma significação *humana* e, portanto, social. [...] a dominação da essência objetiva em mim, a irrupção sensível da minha atividade essencial é a *paixão*, que com isto se torna a *atividade da minha* essência (MARX, 2010a, p.112 -113).

Observa-se que a passagem acima citada se refere à alteração conceitual entre o sentimento de *ser* e *ter*. O que se está dizendo aqui é o impacto profundo que a propriedade privada tem para a realização humana, evidentemente um encolhimento das possibilidades, mas não sua nulidade, dado o movimento processual da história. Todavia, sabe-se que essa distinção entre o *ser* e o *ter* provoca a renúncia, o abandono das necessidades humanas reais, e não se englobam, aqui, as potencialidades do *ser*, ao contrário, essas são abandonadas em virtude daquilo que se pode comprar. Abandonam-se as necessidades e potencialidades humanas genuínas para *ter*; é importante que se remeta ao que foi explicitado anteriormente — o movimento entre o aparente e o real. Aparentemente, o sentimento do *ter* que resulta da propriedade privada, equivocadamente provoca no *ser* a sensação de realização através da posse, quando, em realidade, o que se constata é um ser esvaziado de sentido, alienado, e que não reconhece a necessidade do outro para sua realização. Reduz-se a pobreza absoluta, à pobreza dos sentidos; perde-se a riqueza interior.

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é *nosso* se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, usado (MARX, 2010a, p.108).

E ainda

Quanto menos se comer, beber, comprar livros, for ao teatro ou a bailes, ou à cervejaria, e quanto menos se pensar, amar, teorizar, cantar, pintar etc., tanto mais se

poderá poupar e tanto *maior* se tornará o tesouro imune às traças e à ferrugem – *o capital*. Quanto menos *for* menos se expressará a vida, mais se *terá*, maior será a vida *alienada* e maior a poupança do ser alienado (MARX *apud* FROMM, 1970, p.43).

Observa-se, então, que as limitações advindas da vida forjadas no modo de produção capitalista, tomam um sentido reificado não só em relação à existência humana, mas também no que concerne às relações por ele estabelecidas. Portanto, forjam um ser social fragmentado, distanciando do homem humano genérico. O trabalho, além de seu sentido ontológico, é compreendido como a protoforma do ser social, à medida que impõe ao trabalhador condições que não condizem com o desenvolvimento de sua autonomia.

Toda autorrealização do ser social só pode ser compreendida de forma radical, na associação com outros homens, e quando não se rompe com a concepção de trabalho concreto. A contradição entre capital e trabalho não se limita ao sentido econômico e estrutural, é preciso compreender que essa contradição abarca outros processos e fenômenos em instâncias que compõem a vida humana. Sabe-se que Marx, antes de qualquer outra concepção, era em si considerado por todos um humanista radical, à medida que colocava o homem como centro. Evidencia-se, então, que o trabalho é uma atividade e não uma mercadoria.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Aqui se evidencia a importância central do trabalho para a constituição da existência humana, não só de sua constituição física, mas também de sua capacidade intelectual e de suas faculdades criativas. Ou seja, as características que o trabalho assume no modo de produção capitalista é que desvirtuam sua origem e seu propósito. A perda dos sentidos que envolvem o indivíduo social nessa forma de sociabilidade é a expressão mais sincera do revés entre criatura e criador. A especialização, considerada uma forma de desenvolvimento social e tecnológico, em realidade mutila o desenvolvimento humano. “Em geral, o trabalhador e seus

meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital” (MARX, 1978, p. 411). Assim sendo, a teoria marxista, centralmente, busca a superação do trabalho alienado e sem sentido em prol de um trabalho concreto e pleno de significados para o conjunto da humanidade. Por isso, notoriamente, para que se entenda o trabalho no seu sentido verdadeiro, o trabalho no modo de produção capitalista, e, por fim, seus impactos na vida humana e nas relações sociais, é preciso afirmar o trabalho vivo.

Ressalta-se que diante das diversas transformações na organização da força de trabalho na contemporaneidade, do novo padrão de acumulação do modo de produção capitalista, o que se pode encontrar são novas morfologias que se interiorizaram na classe trabalhadora, mas não somente na esfera da reprodução da vida social e humana.

Diante das diversas transformações na organização da força de trabalho na contemporaneidade, do novo padrão de acumulação do modo de produção capitalista, o que se pode encontrar são novas morfologias que se interiorizaram na classe trabalhadora, mas não somente na esfera da reprodução da vida social e humana. Todavia, se faz necessário entender o processo de trabalho e a gênese do ser social. Entende-se o papel da consciência determinante na relação estabelecida entre homem/mulher e natureza, mas antes disso é preciso que se considere a diferença entre as três esferas ontológicas que compõem o caminho até a constituição do ser social.

A primeira esfera é a mineral, em que o processo de evolução do “*ser*” é a forma mais embrionária, e pode ser compreendida como a pedra que se desfaz e se torna terra. Ou seja, nesse primeiro momento, que é natural, não há nenhuma presença de um órgão consciente, portanto, é inanimada. A segunda denomina-se esfera biológica, e, embora haja presença de vida nela, o movimento que se realiza é a recolocação do mesmo, não apresenta nenhuma novidade, e se pode compreender essa etapa com a reprodução das árvores. Nesse sentido, o desenvolvimento da vida do indivíduo social não seria capaz de se realizar nas duas etapas anteriores, pois sabe-se que para este processo é preciso consciência, e essa está contida somente em si.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera [...] chega-se a um resultado que já

estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p.255-256).

A esfera ontológica social é preenchida por questionamentos, escolhas, utopias, planejamentos, ou seja, há mediação constante e indispensável da consciência. A dimensão teleológica consiste na capacidade de homens/mulheres projetarem o futuro, dimensionado como resultado do seu trabalho, e que partem das situações de necessidades reais. Esse movimento advém de experiências passadas, verdadeiramente vividas, as quais servem como forma de acúmulo de conhecimento e experiências adquiridos através do contato do homem/mulher com a natureza, ou seja, ao passo que se transforma a natureza, se transforma o indivíduo social.

Essa relação entre indivíduo social e natureza é o momento em que a consciência do seu “em si” se eleva e possibilita homens/mulheres reconheçam que o que fundamenta a sua história é a sua própria história, mas essa compreensão não possui relação com uma história pronta e acabada, pois é um processo terno de construção. A esfera ontológica social é, sobretudo, uma ligação constante com as processualidades e provisoriedades sociais e da vida. O indivíduo social se diferencia pela constante e interrompível produção do novo, e isso acontece através da ação de transformar o mundo que o cerca de maneira consciente, ou seja, teleologicamente posta (LESSA, 2016).

Nesse momento, aparece a processualidade evolutiva, em que a articulação das três esferas compõe uma importante linha de compreensão do surgimento e da reprodução do indivíduo social: do inorgânico surgiu a vida, e então o ser social. Isso tem grande importância; o ser social pode se produzir e existir apenas com uma contínua e inerente relação com a natureza.

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surgem, tanto no próprio ser humano como em todos os seus objetos, relações, vínculos etc., como dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base (MARX, 2013, apud LUKÁCS, 2012, p.285).

Compreende-se que a gênese e o desenvolvimento da vida e do ser social não são potenciais destruidores da configuração final do ser que aparece; ao contrário, o conjunto das duas esferas ontológicas e do ser social faz com que sua última configuração apareça com

novas nuances, mais aprimorada e articulada. Sobretudo a configuração ontológica final é exponenciada quando a reprodução social está constantemente em troca com a natureza, pois sem natureza não há ser social.

A existência do salto ontológico não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição. Com o ato do pôr teleológico no trabalho está presente o ser social em si. O processo histórico do seu desdobramento, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser-em-si num ser-para-si e, portanto, a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios (LUKÁCS, 2012, p.287).

Percebe-se que todo e qualquer salto ontológico está ligado à mudança qualitativa e estrutural, e o primeiro estágio está completo de ideias iniciais e possibilidades das próximas fases, pois estas não podem ser realizadas a partir de uma continuidade simples. O salto ontológico consiste, sobretudo, em romper com o retilíneo contínuo do desenvolvimento e não pelo aparecimento repentino de uma nova forma de ser. O salto corresponde ao momento negativo de ruptura, negação da esfera ontológica anterior, embora o novo ser não se esgote aqui, afinal, a processualidade evolutiva já está para além do salto por si só, entendendo-a, portanto, como a negação da negação. Dessa maneira, em relação ao ser social, a reprodução do novo, de maneira consciente, determina sua gênese ser social, e o que evidencia o momento do salto ontológico da vida no mundo de homens/mulheres é o trabalho, que é uma categoria social.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. [...] O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo em que o ser humano, como sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2013, p.255).

No processo de trabalho é preciso considerar três elementos: a atividade orientada a um fim, ou seja, o próprio trabalho, seu objeto de trabalho e os meios de trabalho. A dimensão teleológica está na capacidade de “projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a

ser alcançado pelo trabalho [...] ao realizá-lo, provoca uma mudança de forma da matéria natural, mas nela realiza seus próprios fins” (IAMAMOTO, 2012, p.40).

Os objetos de trabalho são todos aqueles elementos que o processo de trabalho separa da sua forma natural, ou seja, que já preexistiam antes mesmo da interferência do homem. Tem-se, como exemplo, o minério arrancado de seus veios. Entretanto, considera-se que, quando o objeto de trabalho já passou por um processo de trabalho anterior, ele é denominado matéria-prima. Por exemplo, tem-se o minério que já foi extraído da mina e agora será lavado (MARX, 2013). É importante que se compreenda que há uma contradição posta aqui: toda matéria-prima é objeto do trabalho, contudo, nem todo objeto de trabalho é matéria-prima, e isso se deve ao fato de que só se torna matéria-prima quando alguma alteração mediada pelo trabalho tenha sido empregada no objeto de trabalho.

O segundo elemento central no processo de trabalho são os meios de trabalho, afinal, são eles que conformam a relação entre o indivíduo social e o objeto de trabalho e que dará sentido à sua atividade.

Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito. O objeto de que o trabalhador se apodera imediatamente – desconsiderando-se os meios de subsistência encontrados prontos na natureza, como as frutas, por exemplo, em cuja coleta seus órgãos corporais servem como únicos meios de trabalho – é não o objeto do trabalho, mas o meio de trabalho (MARX, 2013, p.256-257).

E ainda,

a própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como tal na agricultura, toda uma série de outros meios de trabalho e um grau relativamente alto de desenvolvimento da força de trabalho. Mal o processo de trabalho começa a se desenvolver e ele já necessita de meios de trabalho previamente elaborados (MARX, 2013, p.257).

Dessa forma, os meios de trabalho possuem uma especificidade dentro do processo de trabalho humano: a relação do indivíduo social e objeto. Ou seja, ao passo que a natureza (meio de trabalho) possibilita a transformação de meios naturais em ferramentas que, futuramente, serão utilizadas na transformação de um objeto, a relação se concretiza. De forma ampliada, o processo de trabalho está composto por seus meios, que são as coisas que irão mediar o resultado do trabalho sobre o objeto, e vão servir, então, como modo ou

condutoras da atividade. Também estão no processo de trabalho as condições objetivas que são determinantes para a realização do processo de trabalho (MARX, 2013). Os meios de trabalho explicitam sobre quais condições sociais o trabalho humano se efetiva, e em qual nível de desenvolvimento as forças de trabalho estão.

O trabalho humano, portanto, libera e domina forças e qualidades existentes objetivamente na natureza- que independem da consciência humana -, apropriando-se dessas forças naturais e irradiando-as por meio do trabalho. Forças essas que ao mesmo tempo, desenvolvem, em níveis mais elevados, as próprias capacidades dos homens que trabalham (IAMAMOTO, 2012, p.41).

Entende-se, portanto, que qualquer atividade humana é trabalho, por isso se torna uma categoria elementar, não somente nesta Tese, mas protoforma de existência do indivíduo social. Assim, no processo de trabalho e através dos meios de trabalho consegue-se transformar objetos de acordo com finalidades já previamente estabelecidas. “No que diz respeito aos meios de trabalho, o maior deles evidencia, mesmo ao olhar mais superficial, os traços do trabalho anterior” (MARX, 2013, p. 259).

Nessa análise, o trabalho concreto (processo de trabalho) é o núcleo duro da produção do valor de uso, pois, tem, em seu movimento elementar, a apropriação de componentes que são naturais, que provêm da terra, e assume características para a satisfação das necessidades humanas básicas. É, pois, uma condição universal da relação entre homem e natureza, e, sobretudo, essa relação é inerente a qualquer forma de sociabilidade. Afirma-se, nesse sentido, que o trabalho é um ato histórico, porque é a partir dessa dimensão que se criam novas necessidades. A ação para satisfazer essas novas necessidades e os instrumentos que são criados para tanto dão origem a novas necessidades sociais e a uma produção, as quais impulsionam o consumo (IAMAMOTO, 2012).

A mediação entre homem/mulher e natureza, que se expressa através do trabalho, demonstra a construção dialética desse momento metabólico, não é possível que se separe o natural do humano, é protoforma⁸ do agir humano.

Contudo, salienta-se sobre o movimento que antecede a ação (trabalho) do/a homem/mulher, a prévia-ideação, é o momento em que os resultados das ações que virão a ser realizadas são antevistas na consciência, portanto projetado na consciência antes mesmo de

⁸ Protoforma não significa dizer categoria primeira, mas a categoria originária, mais simplória. Como se entende, não há como haver trabalho anterior ao ser social (LESSA, 2016).

ser materializado. Surge, portanto, de uma necessidade concreta, real e que irá se constituir como resposta a essa necessidade humana básica (valor de uso), neste sentido é preciso que se exteriorize para o real, que supere a esfera do pensamento, afinal sabe-se que, permanecendo localizada na esfera da consciência não passa de uma ideia. Assim, compreende-se a relevância desse momento, que embora abstrato, se reflete na objetividade da vida humana, ou seja, na determinação material da práxis social⁹.

Ao se conceber algo, idealmente isso se confronta, através da consciência, com a situação presente (concreta), com situações semelhantes do passado. Dessa forma, os conhecimentos já adquiridos, são protoformas que poderão conformar ações futuras.

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX, 2013, p. 255).

Mediante o papel da consciência que gerou a prévia-ideação e a realização do objeto, percebem-se duas relações de base: a primeira é que sem a prévia-ideação o objeto não existiria, e, aqui, o sentido é a transformação da ideia em objeto. E a segunda relação é que entre a consciência do ser social e o objeto criado existe um abismo para sua distinção no plano do ser, e compreende-se que o objeto criado sobrevive ao seu próprio criador. Criador e criatura são seres completamente distintos.

A idealização que o homem/mulher realiza é o trabalho e que requer domínio, conhecimento sobre suas necessidades e desejos. Desse modo, é uma atividade que compõe a especificidade humana, e a partir daí é possível se produzir valor de uso.

O trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento, de ideias e de concepções de mundo, isto é, de formas de pensar a vida real. O ser que trabalha, constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar, ou seja, uma maneira

⁹ A expressão práxis social “refere-se, em geral, à ação, à atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da práxis [...]”. (BOTTOMORE, 1988, p. 460).

especificamente humana de se relacionar com as circunstâncias objetivamente existentes, delas se apropriando tendo em vista a consecução de fins propostos pelo sujeito na criação de objetivos capazes de desempenhar funções sociais, fazendo nascer valores de uso (IAMAMOTO, 2012, p.42).

E ainda:

através do trabalho uma posição teleológica é realizada no interior do seu material, como nascimento de uma nova objetividade. A primeira consciência disso é que o trabalho se torna protoforma de toda a práxis social [...] sua forma originária desde que o ser social se constitui. O simples fato de que o trabalho é a realização de uma posição teleológica é para todos, uma experiência elementar da vida cotidiana. (ANTUNES, 2007, p.137)

O dever ser é, portanto, a forma do comportamento humano voltado para uma infinidade de finalidades sociais. Contudo, sabendo-se que o desenvolvimento social no modo de produção capitalista pressupõe a divisão do trabalho, permeada pela contradição originária desse modo de produzir, apresentam-se duas faces: a primeira é o adensamento da dimensão genérica do indivíduo que é histórico e social, e, de outra parte, a divisão do trabalho atrelada a propriedade privada tem como obra a repartição desigual do trabalho e do que é produzido. Aqui, entende-se que aquele que produz não possui acesso ao que produz, não há domínio sobre suas objetivações, meios de trabalho, e ainda: a sua produção, que é constituída de forma coletiva, é compreendida, nesse contexto histórico, social e econômico do capitalismo, como uma produção fragmentada, criando-se e realizando a manutenção do abismo que abre entre o homem/mulher genérico/a, um ser total, e um/a homem/mulher fragmentado/a. Sobretudo porque o trabalho é uma ação conjugada de vários indivíduos, reciprocamente dependentes, entre os quais é partilhado o trabalho social (IAMAMOTO, 2012).

Esses processos, próprios do capitalismo, que capturam a noção verdadeira do processo de trabalho, resultam no processo de alienação. O longínquo, ou seja, o distanciamento de sentidos entre as potencialidades genéricas do indivíduo social e a existência de um ser único, enrijecido, apresenta-se como expressão desse processo. A divisão social do trabalho está assentada sob movimentos que dificultem e, em certos sentidos, impeçam que o pensamento coletivo, contido em todos/as homens/mulheres se sobressaia ao pensamento individualizado. Portanto, no limiar dessa contradição, o interesse coletivo toma uma forma abstrata. Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels explicam esse fenômeno.

É precisamente por essa contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma organização [Gestaltung]

autônoma como Estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em todos os conglomerados [...] de divisão do trabalho numa escala maior e de mais interesses – e, especialmente, [...] das classes desde logo condicionadas pela divisão do trabalho e que se diferenciam em todas essas massas de homens e das quais uma domina todas as outras (MARX; ENGELS, 2009, p.47).

A condição genérica do/a homem/mulher que se realiza somente pelo trabalho só poderá ser alcançada através da atividade coletiva, afinal, o trabalho é uma atividade histórica e social, protoforma das relações sociais que serão estabelecidas a partir da forma com que o trabalho está organizado. O caráter social do trabalho aparece quando o trabalho vivo que se realiza, através da transformação da matéria, apreensão de conhecimentos já produzidos, utilização de instrumentos já constituídos, traz, em sua essência, o trabalho objetivado no passado. Ou seja, a realização do/a homem/mulher só pode ocorrer através da relação com outros/as homens/mulheres.

Afirma-se a historicidade do homem: um traço determinante do gênero humano, da existência humana na sua genericidade. Existência esta que não se limita à esfera da produção material, mas engloba sua atividade vital completa: a ciência, filosofia, a arte, a religião. Por isso a essência humana na análise marxiana não se resolve em traços imutáveis e eternos, independentes do processo histórico em curso, mas com um vir a ser no movimento das relações entre os indivíduos sociais por eles criadas ao longo do curso da história (IAMAMOTO, 2012, p. 44).

Parte-se do início do processo de constituição do/a homem/mulher, um ser livre e universal, afinal, como se mencionou anteriormente, o processo de trabalho não é próprio do modo de produção capitalista – aqui adquire novas morfologias, mas a atividade orientada para um fim é histórica e independe de modo de produção. Ao ter controle sobre as forças naturais, ou ser livre para estabelecer sua relação com a natureza, possibilita-se ao indivíduo social a construção de um processo contínuo de superação para que seja possível a consolidação do sentido da vida, ou seja: a existência marcada na história.

Contudo, dentro do modo de produção capitalista e suas engrenagens que conformam a vida humana (mas, ao mesmo tempo, possuem caráter de provisoriedade), as escolhas e o sentido da existência humana não são elaborados de forma descolada da realidade social, nem da forma como se produz, e, menos ainda, do desenvolvimento na estrutura social e política. Na obra elaborada por Marx, em 1852, intitulada “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, o autor explicita esse movimento, em que se entende que a ação e o comportamento dos

indivíduos sociais estão condicionados socialmente, ou seja, fomentados pelas contradições postas pela realidade social, e essas contradições emergem da estrutura – e essa não se reduz à esfera econômica.

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2011a, p. 25).

Portanto, mesmo que as opções de escolha sejam individuais, o que determina e permeia a satisfação das necessidades sociais são condições históricas de produção e reprodução da vida de homens e mulheres, de ordem estrutural, em dada conjuntura. Deriva daí a exigência de compreender a sociedade (capitalista) em sua totalidade concreta, pois se constata que esta tem, no seu engendrar, movimentos próprios, tendências e normas que, por sua vez, ultrapassam o limite do sujeito singular. Importa ter presente que “a produção por indivíduos isolados, fora da sociedade [...] é algo tão insensato como o desenvolvimento da linguagem na ausência de indivíduos que vivam e falem juntos” (MARX, 2008, p. 241).

É preciso que se afirme, ao compreender a práxis, ou seja, o trabalho humano, que não se pode reforçar a dicotomia entre estrutura e ação, sujeito e objeto, liberdade e necessidade. Defende-se, aqui, a noção ampliada da estrutura da vida social, solapando, portanto, toda e qualquer compreensão que esteja assentada no economicismo, onde se compreende que as condições externas sejam insuperáveis, maiores e mais potentes que a força da coletividade social, o que culminaria na concepção fatalista da história. É possível observar que sempre há discrepância entre as intenções pessoais dos sujeitos e o que de fato é produzido, posições teleológicas e efeitos casuais, o que se torna ainda mais intenso a partir da complexidade que a vida toma em sociedade. As tendências que permeiam as leis ocorrem a partir da contradição, sofrendo a interferência da ação humana – fator subjetivo¹⁰ -, como um componente modificador das mesmas, às vezes decisivo (IAMAMOTO, 2012).

As relações sociais são conformadas a partir do trabalho, da mediação entre indivíduos sociais e a natureza, e sabe-se que o processo de transformação possibilita a troca de experiências e conhecimento, o que dimensiona a esfera da coletividade que está implicada no

¹⁰ Categoria que será trabalhada no terceiro capítulo desta Tese.

processo do trabalho, portanto, é neste momento que se transforma o ser humano em ser social.

Um ser se considera primeiramente como independente tão logo se sustente sobre os próprios pés, e só se sustenta primeiramente sobre os próprios pés tão logo deva a sua existência a si mesmo. Um homem que vive dos favores de outro se considera como um ser dependente. Mas eu vivo completamente dos favores de outro quando lhe devo não apenas a manutenção da minha vida, mas quando ele, além disso, ainda criou a minha vida; quando ele é a fonte da minha vida, e minha vida tem necessariamente um tal fundamento fora de si quando ela não é minha própria criação (MARX, 2010a, p. 113).

Chegou-se, portanto, a partir dessas compreensões, à incontestável capacidade humana para executar o trabalho, a qual também é compreendida como força de trabalho por Marx. O trabalho realizado pelo homem, seja este mediado por máquinas, ferramentas ou estruturas é próprio, pois é a partir dessa relação que o homem transforma a natureza e a enfrenta. Nesse sentido, a força de trabalho é uma especificidade humana, intercambiada pela consciência, por suas experiências e desejos. Contudo, aquele que detém o poder da compra da força de trabalho humano só a reconhece como mais uma mercadoria. No movimento relativo à mercantilização da vida, a força despendida pelo trabalho humano é considerada por aquele *senhor do trabalho de outros* como uma força qualquer, equivalente e equiparável ao agente humano e não humano. Se tornando, portanto, meros “fatores de produção”.

Afirma-se, nesse momento, que é aqui, nessa diferenciação entre a força de trabalho do agente humano, repleto de especificidades, criatividade, mediação de ferramentas para a modificação da natureza e de si próprio, que se pode demarcar a relevância crucial da teoria do valor do trabalho. Adverte-se que as correntes burguesas negam a importância desse entendimento. Ora, para aquele a quem não interessa as relações sociais, mas somente as relações mercantis; para aquele a quem só importa a produção do mais valor; importa apenas a manutenção e aprofundamento do processo de exploração da força de trabalho humana.

A produção capitalista exige intercambio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua *diferença específica* é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornam-se generalizadas através de toda sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de restrições legais, tais como servidão ou escravidão [...] em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, com um

contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador (BRAVERMAN, 2015, p. 54).

A importância de exaltar essa relação consiste em um processo histórico, que deve ser demarcado para que se evitem compreensões falaciosas acerca do processo de compra e venda da força de trabalho. Significa dizer que esta relação, seja contratual ou acordada, só acontece desse modo porque as condições históricas e sociais, portanto, estruturais, não permitem que o trabalhador sobreviva de outra forma. A referência que está se fazendo aqui é a possibilidade de sobreposição do acordado sobre o legislado, a fruto da última reforma trabalhista que descaracterizou por inteiro os direitos dos trabalhadores. A partir de então o trabalhador fica sujeito a uma negociação direta e imediata com o empregador, através dos sindicatos, podendo esse acordo não observar o que até então determinava a legislação trabalhista. Neste sentido, os acordos possuem mais efeitos do que as leis, o que fica explicitado nas falas que seguem, dando visibilidade às estratégias que vêm sendo utilizadas pelos sindicatos como uma alternativa a tamanho retrocesso.

Hoje não tem lei, hoje não tem lei. É o negociado no local de trabalho. Por exemplo: estão mudando as NRS (Normas Reguladoras), uma das NRS, diz assim: o dono da empresa que vai saber se é importante eu consertar aquilo ali ou eu deixar assim (uma máquina estragada). E isso não adianta chegar o inspetor do trabalho lá, não adianta tá escrito. Então, o único jeito é nós termos alguém lá que faça o debate com ele (patrão). Tu vais machucar a gente, nós vamos botar na cadeia, nós vamos parar a fábrica. É por isso que a organização no local de trabalho é fundamental. Lei existe muito, o problema é ser cumprida (LÍDER SINDICAL 01).

E ainda,

As convenções coletivas. Hoje é mais importante do que tu saber que está escrito na CLT, é tu dominar o que está escrito na tua convenção coletiva E a convenção coletiva também é o nosso foco, de nós entendermos e conseguirmos algumas coisas que vão nos tirar lá adiante. Todo mundo que entra aqui a gente faz entender primeiro de toda a convenção coletiva, seja CSE (Comitê Sindical de Empresa) seja o que for, porque isso eles têm que ter embaixo do braço, porque é uma coisa assinada pelo sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores, então é mais difícil derrubar do que uma lei. Uma lei eles se juntam no final da noite lá e mudam (LÍDER SINDICAL 01).

Assim, o processo de trabalho moldado pela engrenagem do modo de produção capitalista expõe seu caráter contraditório. O caráter ontológico que possui o trabalho, a criação de valores úteis e necessários a uma vida digna para o trabalhador, agora contribui para a expansão do capital. Atenta-se para o fato de que a expansão do *capital* não consiste somente do processo de produção, mas também de reprodução, portanto, é o *capital* uma relação social.

Esta relação social permite o surgimento e é consolidada, por seu turno, por um tipo de produção — industrial, com o crescimento da divisão do trabalho, com imenso desenvolvimento das forças produtivas e com uma subordinação crescente de toda a vida social a esse sistema produtivo (FONTES, 1997, p. 7).

Justifica-se essa explicação na busca por compreender que durante a constituição do capitalismo, a produção material da vida humana se metamorfoseou, afinal, os elementos que compõem o trabalho foram subsumidos pelo modo de produção capitalista. Esse processo é evidenciado por Marx e Engels ao acentuarem, no Manifesto do Partido Comunista, que

a burguesia despojou de sua aura todas as atividades até então consideradas com respeito e temor religioso. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência, em assalariados por ela remunerados. A burguesia rasgou o véu de emoção e de sentimentalidade das relações familiares e reduziu-as a mera relação monetária (MARX e ENGELS, 2013, p. 28).

O que se problematiza, portanto, é o fato de o processo de trabalho adquirir no modo de produção capitalista, outros sentidos. Não é apenas uma transformação do ponto de vista técnico, evolutivo, organizativo, mas para além disso, a venda e compra da força de trabalho imprimem um controle sob aquele para quem só resta a possibilidade de vender o seu trabalho. A acumulação capitalista é o que norteia essas relações. De modo objetivo, trata-se não somente das novas formas que o processo de trabalho, a compra e a venda assumem, mas, sobretudo, a característica específica desses processos no modo de produção capitalista,

pautados sempre pela exploração da força de trabalho¹¹. Como adverte Marx (20011, 46), “o único motivo que determina um possuidor de capital a empregá-lo, seja na agricultura, seja na manufatura ou num ramo particular do comércio por atacado ou varejista, é o ponto de vista do seu próprio lucro”.

Ora, no processo de compra e venda da força de trabalho, o que está sendo negociado não são as potencialidades humanas que serão desenvolvidas através do trabalho. Essa capacidade de executar uma ação de forma teleologicamente pensada permanece com o trabalhador, e não há como separá-lo desta condição específica. O trabalhador sempre irá reter sua capacidade para o trabalho. Todavia, o que está sendo apropriado pela burguesia é o movimento de atrelar o trabalhador ao trabalho de modo estranhado. A criatura, resultado do criador, não pertence a ele, mas sim àquele que compra sua força de trabalho, à medida que é contratado para desenvolver, durante um período estabelecido, um trabalho determinado, considerado apenas sob a perspectiva de horas trabalhadas, ou seja, abstraído de suas qualidades particulares. O capitalista consome a mercadoria que comprou, a força de trabalho, e aquele que porta a força de trabalho consome os meios de produção do seu trabalho. De modo geral, o processo de trabalho não se modificou de forma natural, há uma interferência externa (não dos deuses, mas dos homens), que consiste na apropriação do capitalista, em que o trabalhador não produz mais para si mesmo (ANTUNES, 2013).

Os processos de trabalho humano são extremamente diversos, e nessa medida se encontram alternativas para reinventar as formas de produzir e, ao mesmo tempo, de explorar. Desmistificar alguns processos emergentes do trabalho humano, que *aparentemente* se apresentam como algo místico ou sobrenatural, é importante neste momento, sabendo-se que a naturalização dos processos que atormentam a vida dos trabalhadores nunca foi tão profunda, como o é no tempo presente. É verdade que as modificações e transformações tecnológicas produzem importantes saltos quantitativos para a produção, para o enriquecimento e o acúmulo de capitais, de todo modo é necessário que se pergunte se este acumulado de técnicas inovadoras tem propiciado, aos trabalhadores, saltos qualitativos em direção a uma qualidade de vida digna. Para isso, a fidelidade que se apresenta nesta Tese para com a cientificidade e o rigor teórico, adianta-se que não há nenhum elemento mágico nesta relação de produzir mais. O que está a se falar é sobre o trabalho excedente, cuja discussão será abordada no próximo item.

¹¹ A teoria do valor e a exploração da força de trabalho será exposta no próximo item deste capítulo. Entende-se a importância de adensamento sobre estes pilares centrais. Por isso, a análise será feita a partir da teoria Marxiana, que em grande parte está contida na obra *O Capital*.

Algumas premissas invadem o bojo das relações sociais, e, repetidamente, tornam o processo de exploração da força de trabalho um ensejo de boas práticas. A capacidade de moldar as relações e a existência do indivíduo social, engendradas sob as ideologias capitalistas, se tornou uma relação comum, mesmo estando em pleno desfalecimento com o desenvolvimento pleno do ser social. Sendo assim, essa capacidade de produzir cada vez mais, de forma intensificada e acelerada nada mais é do que a expansão do trabalho excedente.

O que distingue a força de trabalho humano é, portanto, não sua capacidade de produzir um excedente, mas seu caráter inteligente e proposital, que lhe dá infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado. Do ponto de vista capitalista, essa potencialidade multilateral dos seres humanos na sociedade é a base sobre a qual efetua-se a ampliação do seu capital (BRAVERMAN, 2015, p. 58).

Reafirma-se que ao utilizar todos os meios possíveis para incrementar e intensificar a produção daquele que vendeu sua força de trabalho, condiciona-se o trabalhador a uma forma de trabalhar que está balizada na exploração. Ou seja, pode se requerer jornadas mais longas, e, agora, na contemporaneidade se observa um curto espaço de tempo¹², com mais intensidade, mais tecnologia e extensão do tempo de trabalho invisível. Sobre o processo de trabalho, enquanto processo de consumo de força de trabalho pelo capitalista, é importante que se atente para o que Ricardo Antunes exclamou na obra, *A dialética do Trabalho I*.

Primeiro: o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. Segundo: o produto, porém, é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia de força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia – pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho (ANTUNES, 2013, p.41).

¹² Este tema será discutido no próximo capítulo. Para que se tenha um melhor aprofundamento acerca da questão que tange o reordenamento entre espaço e tempo.

Atenta-se para o fato de que, embora ocorra esse processo de compra e venda da força de trabalho, o trabalho não pago, excedente, então, e outros processos, já salientados acima, entende-se que a capacidade intelectual e criativa do trabalhador é infinita. Todavia, há necessidade de bases para que o mesmo possa desenvolver suas capacidades, sejam elas objetivas e/ou subjetivas. Nesse sentido, explicita-se, aqui, que a compra da força de trabalho não garante a infinita capacidade de gerar mais produção, mais dinheiro e mais valia. Pondera-se que o caráter subjetivo determinante na produção dos trabalhadores não está somente atrelado ao que se conhece de forma imediata e superficial. O que está em jogo, aqui, são condições sociais gerais, suas faculdades, e, ainda, as condições dadas por aquele que compra a força de trabalho do trabalhador. O processo de trabalho neste ponto acaba por ser uma responsabilidade do capitalista. Na tratativa das relações de produção que são profundamente antagônicas, apresenta-se o desafio para o capitalista de conseguir a “plena utilidade” da força de trabalho adquirida (BRAVERMAN, 2015).

Nesse sentido, o capitalista assume por necessidade histórica, de não somente assegurar sua condição de compra da força de trabalho alheia, mas, sobretudo, expropriar, acumular capital e retirar das mãos dos trabalhadores o controle da produção. Separar, constituir um abismo ontológico entre *aquela que sou e aquilo que faço*. Esse fenômeno é conhecido como alienação.

No próximo item, discute-se a teoria do valor e o mundo do trabalho, adensando em conceitos que se apresentam na contemporaneidade e as transformações que ocorreram no mundo do trabalho.

2.3 A teoria do valor e o mundo do trabalho

O termo mercadoria, ao se consultar o dicionário, tem como definição: “aquilo que está à *venda*, que constitui objeto de comércio. Valorizar a sua mercadoria, enaltecer o que *lhe pertence*, gabar aquilo *que possui*” (DICIO, 2021). Ora, se observa aqui, que a definição privilegia a posse e a troca, a comercialização, do que é propriedade e que pode ser negociada. Entretanto, não se nota nenhuma indicação de que mercadoria tenha dupla e contraditória característica. Exatamente a sua categoria determinante não aparece na definição, isto é, a de atender a uma necessidade humana, ou ter um valor para o uso humano. Uma caneta que não escreve, por exemplo, não atende a necessidade humana, logo, não pode ser utilizada para escrever ou trocar por um valor equivalente. Por outro lado, uma caneta que tenha tinta, mas eu necessite dela para escrever, não podendo disponibilizá-la para a troca, mesmo possuindo

valor de uso, não pode ser alienada, pois é um produto que atende apenas a necessidade daquele que a possui. Portanto, a mercadoria esconde relações complexas que precisam ser desocultadas na sua forma aparentemente simples. De todo modo, não é possível que se inicie uma análise sobre a teoria do valor, a partir do método dialético crítico, fundamentado no materialismo histórico, senão pela mercadoria. E esta, no modo de produção capitalista, se configura como o embrião, cujo fora desocultado por Marx, na obra *O Capital*, onde apreendeu-se sobre as relações de acumulação, exploração, alienação, reprodução, entre outras que se escondem nessa categoria aparentemente simples, que pode ser apropriada de modo reducionista, caso limitada, por exemplo, ao que expressa o dicionário. Pelo próprio Marx, todos os processos e fenômenos que saltam aos olhos e que se apresentam de forma imediata na realidade, necessariamente precisam ser explicados em sua raiz. Significa dizer que é preciso desvendar seu modo de constituição para além da aparência, recuperando o seu movimento, suas transições. Pretende-se, neste item, dar visibilidade aos movimentos que constituem a engrenagem da teoria do valor e do mundo do trabalho. Nesse sentido, é preciso dimensionar, a partir do concreto materializado, portanto, verdadeiro, o valor social que está impregnado em qualquer produto originário do trabalho.

No prefácio do Livro I de *O Capital*, já é possível encontrar elementos que chamam a atenção sobre o processo cuidadoso de Marx acerca do valor.

A forma valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo [...] além disso, na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força de abstração deve substituir-se a ambos. Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular (MARX, 2013, p. 77-78).

Entende-se que o valor compreendido por Marx não se restringe à simples unidade, uma forma de medida, mas, muito além disso, o valor é uma *forma* carregada de sentidos que precisam ser abstraídos para que seja possível analisá-lo. Tendo como fulcro a categoria marxiana valor, entende-se que esta é explicada a partir de sua relação com a categoria valor de uso, o que será abordado mais adiante. A mercadoria, no modo de produção capitalista, assume um caráter contraditório, isso porque o liame do valor com o valor de uso é o que dá origem à célula econômica, referida no prefácio de *O Capital*. Na produção de mercadorias que acontece a partir das relações capitalistas, o produto oriundo do trabalho assume uma nova forma: forma-valor.

Contudo, pergunta-se: o que constitui um objeto para que este seja considerado um valor de uso? E responde-se: sua utilidade. Sua utilidade para o atendimento de necessidades humanas, aquele que se destina ao consumo imediato, ou seja, que tem potencialidade para satisfazer os desejos do indivíduo social. O uso de uma cama é extremamente útil para cumprir o papel de possibilitar o repouso do ser que possui a cama, porém, se esse objeto for utilizado como mercadoria no processo de troca, o seu valor, embora mantenha o valor de uso, tem como centralidade o valor de troca, ou seja, o lucro que decorre desse processo. Anteriormente, abordou-se a existência de duas formas de valor. Destacou-se, inicialmente, o valor de uso, sendo assim, resta explicitar o valor de troca. E da mesma forma questiona-se: o que constitui um objeto para que este seja considerado um valor de troca? A diferenciação das utilidades entre as mercadorias, a possibilidade de trocá-las e, nesse processo, de gerar o lucro. “O valor de troca aparece primeiramente como uma relação quantitativa, na qual os valores de uso são permutáveis. Em tal relação, esses valores constituem magnitude idêntica de troca” (MARX, 2008, p. 55). Pode-se dizer, então, que uma mercadoria assume o valor de troca porque possui capacidade de comprar outras mercadorias.

Embora apresentadas as duas faces que compõem a mercadoria, é preciso que se avance um pouco mais, e se entenda que no valor de uso e no valor de troca há uma característica em comum, que é o valor¹³.

Não parto de "conceitos", portanto, tampouco do "conceito de valor", e por isso de modo algum tenho de "dividi-lo". Parto da forma social mais simples em que o produto do trabalho se apresenta na sociedade atual, e essa é a "mercadoria". Analiso a mercadoria, e de pronto na forma como ela aparece. Aqui encontro então o fato de que ela, por um lado, é, em sua forma natural, uma coisa de uso, aliás valor de uso; por outro lado, ela é portadora de valor de troca, e sob este ponto de vista, é ela mesma "valor de troca". A análise ulterior da última me mostra que o valor de troca é apenas uma "forma de aparição", um modo de apresentação autônomo do valor contido na mercadoria, e assim parto para a análise deste último, o valor (MARX, 2017, p. 265).

O valor da mercadoria é medido através do tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. É este tempo gasto para produzir que será considerado para medir o valor de uma mercadoria em relação à outra. Nota-se que ao tratar do valor de uso das

¹³ “Identificar valor de troca e valor, o que equivale a confundir valor e preço, é um erro absolutamente primário; trata-se de identificar essência e aparência. O que é mais surpreendente é a frequência com que podemos nos encontrar com essa equivocada interpretação” (CARCANHOLHO, 2011, p. 34).

mercadorias, as distinções entre elas estão calcadas na forma qualitativa, enquanto no valor de troca assumem a forma quantitativa, ou seja, suas qualidades são abstraídas.

Embora o valor seja uma qualidade específica da mercadoria, no modo de produção capitalista a qualidade é abstraída pelo processo de mercantilização que se espalha para todos os âmbitos da vida social, mais ou menos acentuados em cada conjuntura. A processualidade que envolve os movimentos históricos deve ser considerada. De toda a forma, essa especificidade está balizada na capacidade de troca com outras mercadorias, o que pressupõe o poder de compra. Significa dizer que o valor de troca é a manifestação do valor, pois, sabe-se que a mercadoria por si só não se apresenta com essa característica. Conforme se salientou no começo deste item, o significado que a mercadoria adquiriu emerge da sua localização histórica, pois “coisas não têm valor por serem coisas; só possuem valor porque se encontram dentro de uma sociedade mercantil” (CARCANHOLHO, 2011, p. 35). Objetiva-se, então, que valor é uma qualidade social.

A mercadoria, produzida através do trabalho humano, ou seja, é produto deste processo, assume valor porque está no jogo das relações mercantis. Aqui se revela que, além do trabalho humano, acontecem as relações sociais entre quem produz, ou seja, aquele que produz seu produto realiza trocas de forma independente com outros produtores. No desenvolvimento dessa relação pode-se concluir que o valor, a partir desta compreensão, vai exprimir as condicionalidades e particularidades que compõem as relações sociais de produção engendradas pela sociedade mercantil. Em resumo: ao se analisar o que se produziu também se analisam as relações sociais, em qual nível está seu desenvolvimento; demarca-se, dessa forma, uma qualidade social, dado que “o valor é uma espécie de passaporte que confere ao seu possuidor (a mercadoria) o poder de comprar (de trocar-se por) suas similares (isto é: outras mercadorias)” (CARCANHOLO, 2011, p. 36). Enfim, o valor não é físico, palpável, concreto. De todo modo não está pautado na abstração (e aqui se reitera a importância da abstração para compreender suas diferenças, contudo, sem suspendê-las da realidade social), ao contrário, sua materialidade é inteiramente histórica.

2.3.1 Valor e trabalho

O trabalho humano expressa o valor que possuem os produtos produzidos para atender necessidades humanas. É preciso, contudo, que se examine de modo mais profundo essa

afirmação. Sabe-se que as relações sociais, baseadas em características mercantis, possuem, por obviedade, um agente importante: o mercado – o mesmo condiciona, portanto, o valor que as mercadorias irão assumir. Ao tratar-se da captura da subjetividade, no capítulo 2 – ver item 2.6 afirmou-se que esse processo inclui a personificação de coisas. Aliás, é importante lembrar que o mercado não é um ser social e, portanto, não pode ser apreendido como uma entidade fantasmagórica, que ora se apresenta de forma calma, ora se apresenta de forma descontrolada. Ao se considerar a utilização do trabalho humano como forma de expressar o valor dos produtos, o mercado abstrai, aparta-se das diferenças que existem entre os trabalhos utilizados para produção de mercadorias diferentes. Observa-se que há uma equiparação, por exemplo, uma quantidade A de ferro é igual a uma quantidade B de aço. Nessa equiparação, o mercado sinaliza que o mesmo trabalho socialmente necessário para a produção de ferro é igual para a produção de aço, quando em realidade não é.

Foi necessária a interconexão entre os conceitos de valor (de uso e de troca) e os conceitos de trabalho (concreto e abstrato) para que fosse possível explicar o processo de trabalho no modo de produção capitalista. Aqui temos que dar visibilidade às duas concepções: aquela que trata o valor como quantidade e aquela que trata o valor como forma, como relação social, ou enfatiza o qualitativo, mas não teríamos que pensar na articulação de ambos? Quantidade e qualidade? Esta categoria sobre a qual já se enfatizou, anteriormente, o caráter ontológico, assume, na sociedade capitalista, sua contradição. Ele é, na mesma medida, trabalho concreto – útil – e trabalho abstrato. De forma prévia, adianta-se que as particularidades do trabalho concreto são ofuscadas pela capacidade de diferenciação do trabalho humano. No trabalho concreto é possível que se percebam as minúcias, suas características peculiares, que permitem notar a diferença entre a execução de um trabalho e a de outro. O trabalho abstrato é o que aparece de imediato, ou que se pode ver no conjunto: o trabalho humano não se visualiza as distinções entre os trabalhos humanos.

De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, intercâmbio metabólico entre os homens e a natureza, condição par a produção de coisas socialmente uteis e necessárias [...] o trabalho abstrato, em que desaparecem as diferentes formas de trabalho concreto, que, segundo Marx, reduzem-se a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. Nesse último caso, trata-se de uma produção voltada para o mundo das mercadorias e da valorização do capital. O trabalho encontra-se envolto em relações capitalistas, que alteram em grande medida seu sentido histórico original (ANTUNES, 2005, p. 69).

Assim, o que pode se confirmar aqui é que no engendrar da sociedade mercantil capitalista, o trabalho humano, entendido como uma unidade no seu sentido ontológico e necessário para a existência do indivíduo social, aparece de duas formas: concreto e abstrato. Salientou-se, anteriormente, essa somativa conceitual, quando se explanou sobre valor de uso, valor de troca, trabalho concreto e trabalho abstrato, o que pode se resumir que, dado a esse duplo caráter do trabalho, pode-se produzir uma mercadoria, isso significa dizer que é possível que se produza valor de uso e valor. Ora, é de extrema relevância tratar com transparência esse processo: enquanto trabalho concreto, o que se cria é valor de uso; e enquanto trabalho abstrato, valor. “Enquanto cristais dessa substância social comum, eles são valores – valores de mercadorias [...] Um valor de uso ou bem, portanto, apenas tem um valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano em abstrato” (MARX *apud* CARCANHOLO, 2011, p.38). Contudo, essa diferença que há entre os dois polos do trabalho, não os coloca como categorias abstratas, pois é justamente em virtude da realidade, do modo de produção capitalista que acontece esse processo. Não se pode compreender o mercado como o determinante o preço da mercadoria. Em realidade, é a partir da quantidade de trabalho socialmente necessário que é possível medir o valor.

Certamente, esse tema não se esgota nessa explanação. A intenção que se tem aqui é de entender de forma mais minuciosa os elementos centrais que estão envolvidos no trabalho e no valor. Nesta Tese não se tem o objetivo de aprofundar essas questões, dada a sua complexidade, mas sabe-se da fundamental importância para uma análise total que compreenda todas as transformações que ocorrem no trabalho, partindo da fundamentação ontológica, e depois do trabalho inserido na sociedade mercantil, aqui em especial, no modo de produção capitalista.

Sendo assim, entende-se que o trabalho é, antes de mais nada, anterior a qualquer forma de organização societária, o que implica dizer que é o trabalho existente muito anterior ao modo de produção capitalista, e aqui o trabalho que está se fazendo referência é o trabalho concreto. Em suma, a unidade trabalho mercantil é compreendido a partir de duas características: concreto e abstrato, e respectivamente, portanto, um possui conteúdo material, e o outro, a forma social e histórica.

Retomando as explicações sobre valor que assume a forma de uma categoria abstrata, historicamente determinada pela sociedade capitalista, é possível reconhecer o modo como o valor de troca aparece. Todavia, é preciso que se ultrapasse a aparência adquirida por essa forma de valor para conhecer a sua essência, que é o seu conteúdo, valor real. Isso possibilita afirmar, portanto, que valor é a aparência, e a essência é valor de uso.

Por fim, foram apresentadas, aqui, as principais compreensões que contemplam o tema, porém, salienta-se que nesta Tese não se tem o objetivo de adensar esses conceitos e esgotar a profunda inquietude que essas questões produzem. De todo modo, no próximo subitem discorre-se sobre o lucro, o objetivo da produção capitalista e a produção capitalista: a produção de mais-valia.

2.3.2 O lucro e a mais-valia: centralidade da exploração do trabalho

De forma a contribuir com esta compreensão, entende-se ser importante apresentar, de modo elementar, o processo de criação de mais-valia, que é, sobretudo, um conjunto de ações que emergem da relação daquele que detém os meios de produção com aqueles que vendem sua força de trabalho. Isso significa dizer que este não quer produzir só um valor de uso, que seja necessário para as utilidades humanas, mas sim uma mercadoria que tenha valor de mercado, para que possa ser comprada e vendida, e ainda não só valor de uso, mas valor, além disso, mais valia.

Existem processos de circulação dentro das bases de produção capitalista, ou seja, que caracterizam a produção, e que podem ser expressos de forma sucinta na seguinte compreensão: a primeira, a circulação mercantil simples, se expressa na seguinte fórmula: Mercadoria (M) -> Dinheiro (D) -> Mercadoria (M). O que se apresenta nesta fórmula consiste em aquele que entende o dinheiro como um mero equivalente para troca, utilizado apenas para comprar mercadorias, ou seja, o processo simples de vender para comprar. De qualquer modo, aquele produtor não tem posse do dinheiro. No processo de desenvolvimento histórico, quando se aumentou a utilização do dinheiro, certamente também se modificou a simplicidade em que consiste o processo de circulação, portanto da produção mercantil simples.

A alta demanda das atividades comerciais e, sobretudo, as transformações geográficas dos mercados que se desenvolviam, fizeram surgir o papel do comerciante, que agora está ao lado daqueles que produzem e dos que consomem. Este terceiro papel é importante que se destaque, pois é a partir dele que há uma modificação importante nesse processo. O papel que os comerciantes passam a exercer, não está ligado a produção das mercadorias, mas sim em realizar, dentro das possibilidades do mercado existentes, melhores negociações, o que em suma significa dizer: comprar uma mercadoria por um preço A, e vendê-la por um preço A+. Deste modo, se encontra aqui um novo cenário envolvendo a produção e a circulação. A

entrada dos comerciantes altera a expressão da circulação simples, que passa a ser compreendida da seguinte forma: D (Dinheiro) -> M (Mercadoria) -> D+ (Dinheiro Acrescido). O ganho obtido pelos comerciantes consistia em conseguir melhores negociações entre compra e venda de mercadorias, que acabavam resultando em dinheiro acrescido.

A importância de compreender, à luz da totalidade e da particularidade, as transformações históricas¹⁴ e sociais é fundamental. Para tanto, é preciso esmiuçar o particular, entendendo-se que ainda assim ele está contido em uma totalidade, logo, é preciso fazer o movimento de volta e envolver, nesta análise, a processualidade histórica. Afinal, sabe-se que as transformações são a chave para a evolução, o que não foi diferente para esses processos de circulação e produção mercantil. Sendo assim, ocorria, naquele momento, onde havia presença forte dos comerciantes, uma nova caracterização entre aqueles que produziam. Aqueles que conseguiram enriquecer tornaram-se *patrões*. Agora, o que se tem é a produção mercantil capitalista,

as bases da produção mercantil capitalista são inteiramente distintas da produção mercantil simples. Se ambas supõem a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, na produção mercantil simples essa propriedade não cabe ao produtor direto, mas ao capitalista (burguês). [...] desaparece o trabalho pessoal do proprietário: o capitalista é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem trabalha – ele compra a *força de trabalho* que, com os meios de produção que lhe pertencem, vai produzir mercadorias (NETTO e BRAZ, 2008, p. 93).

Em resumo, há uma modificação estrutural, o que antes se entendia por uma relação de produtor com sua produção, aparece, em sequência, um terceiro componente, o comerciante, que não possui relação com o que está sendo produzido, a menos que seja para realizar ações de compra e venda e dali retirar seu dinheiro acrescido. O que se apresenta agora é uma diferenciação, pois surge o papel do patrão, e, diante da produção mercantil simples, terá como engrenagem de sua produção a exploração da força de trabalho. Essa mesma força de

¹⁴ A crise do feudalismo abre-se no século XIV, num processo extremamente complexo – e, até hoje, objeto de controvérsias e polemicas – que só culminará, em termos históricos-universais, no final do século XVIII. No decurso desses séculos, operando para a ultrapassagem do modo de produção feudal, as suas contradições internas foram potenciadas pelos efeitos do florescimento do comércio, expressos na consolidação crescente de uma economia de base mercantil. O processo de crise do feudalismo é, igualmente, o solo histórico do movimento que conduzirá ao *mundo moderno* – a Revolução Burguesa (NETTO e BRAZ, 2008, p. 80-81).

trabalho é comprada mediante o salário. É importante que se dê atenção, a partir das palavras de Marx, ao salário¹⁵.

O capitalista *compra* o trabalho dos operários com dinheiro. Eles *vendem-lhe* o seu trabalho a troco de dinheiro. Mas é só na aparência que isso acontece. Na realidade, o que os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a *sua força de trabalho* [...] o salário não é, portanto, uma cota-parte do operário na mercadoria por ele produzida. O salário é a parte de mercadoria já existente, com a qual o capitalista compra, para si, uma determinada quantidade de força de trabalho produtiva. A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital. Por que ele a vende? Para viver (MARX, 2010b, p. 33-35-36).

Assim, é diferente do que ocorre na circulação mercantil simples. Ora, se há aqui a presença de um capitalista, que está buscando lucro, não acontece mais o processo embrionário das relações mercantis, em que o dinheiro é utilizado como meio de se ter outras mercadorias, e diferente da presença do comerciante que intercambiava as relações para comprar uma mercadoria por um preço A e vendê-la por um preço A+. Isso se deve ao fato de que a possibilidade de produção da mais valia não se restringe à esfera da circulação, compra e venda; ao contrário, essa relação é mais profunda inicia na esfera da produção. Antes que se avance e, como bem explicitou Marx na seção II do livro I de O Capital, para abandonar a esfera ruidosa da *circulação* e entrar de cabeça erguida na esfera da *produção*, é importante que se apresente, aqui, o conceito de proletário e a diferença, durante a transição que ocorreu, entre as duas esferas, em que os homens já não são iguais. Alguns compram força de trabalho; outros vendem para sobreviver.

O antigo possuidor de dinheiro marcha a frente como capitalista, o possuidor de força de trabalho segue-o como seu operário; um significativamente sorridente e zeloso pelo negócio, o outro tímido, contrariado, como alguém que levou a sua própria pele ao mercado e agora nada mais tem a esperar senão – ser esfolado (MARX, 1990, p. 204).

¹⁵ Adiante, no próximo subitem irá se apresentar sobre o salário e trabalho concreto/abstrato; o processo de compra e venda da força de trabalho pelo capitalista.

Assim, Marx não só apresenta o conceito de proletário, mas também encontra um ponto em comum entre todos eles. Evidencia-se que sua diferença não se restringe aos capitalistas, mas também a alguns poucos trabalhadores que ainda não são obrigados a vender sua força de trabalho. Alguns pequenos agricultores, artesãos, dentre outros, conseguem vender o produto do seu próprio trabalho, sem ser intercambiado por nenhum processo, que não seja criador e criatura.

Desse modo, emergindo da esfera da produção, o lucro que é almejado pelo capitalista necessita a continuidade da produção e que o seu controle seja feito pelo próprio capitalista. Portanto, sim, a produção é uma esfera central. Desse modo, explica-se, a seguir, a circulação mercantil capitalista: D (Dinheiro) -> M (Mercadoria) -> D' (Dinheiro Acrescido). Nota-se a diferença neste processo de circulação mercantil capitalista, o que antes era tido como D+, onde ainda havia presença de comerciantes, agora toma outra forma, se apresentando como D', o que significa dizer que é um acréscimo de valor que emerge da esfera da produção, mediante a utilização da força de trabalho explorada. “D+ é dinheiro + lucro; D', de onde se produz o lucro do capitalista, é dinheiro + mais-valia” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 94). O núcleo duro que compõe a produção capitalista é o trabalho assalariado.

Portanto, o que está se fazendo referência aqui é sobre a especificidade do modo de produzir capitalista, que, historicamente, consolida duas classes sociais próprias desse modo de produção da vida. De um lado, aquele que possui dinheiro e os meios de produção – o capitalista, e, de outro lado, o possuidor da força de trabalho, que, dentro dos limites do capitalismo, é livre, pois, deverá vender sua força de trabalho como uma mercadoria a ser comprada pelo capitalista – o proletário. A representatividade exposta aqui, assim sendo, é a contradição capital *versus* trabalho, o capitalista representante do capital e o proletário do trabalho.

O movimento engendrado na esfera da produção também se revela na esfera das relações sociais (reprodução); o que se pode concluir que o movimento de compra e venda da força de trabalho, que acontece entre o capitalista e o proletário, não se limita a isso. As relações sociais passam a ser também invadidas por este sentimento de que, no modo de produzir capitalista, tudo é passível de ser comprado, como uma mercadoria qualquer. A dimensão da mercantilização da vida é um dos traços fundamentais do capitalismo. As relações sociais assumem a partir do processo de reificação outra lógica, que está assentada sobre a objetificação da vida humana, o que permite dizer que é neste ponto que a produção mercantil capitalista é universalizada; a mercadoria se torna o cerne das relações de produção e das relações sociais. Kofler (2010, p.166) realça que “Marx demonstra igualmente como,

neste mundo de representações categoriais da reificação, mesmo os processos mais simples adquirem forçosamente a aparência reificada, tornando-se opacos e irracionais”.

O objetivo fim a que o modo de produção capitalista se propõe não é outro que não seja o lucro. Este é sua razão de ser e existir; não há outras razões que proporcionem a existência do modo de produção capitalista que não seja a incessante busca pela produção e obtenção de lucro. Lucro que pode ser compreendido de modo objetivo como ele se constitui a partir do processo que já se explicou anteriormente, a fórmula $D \rightarrow M \rightarrow D'$. Esse processo é crucial para que se entenda, de forma utilitária, o processo de produção de lucro, o que difere de uma produção mercantil simples para uma produção mercantil capitalista é: no primeiro processo, o dinheiro é simplesmente um equivalente comum, que possibilita a troca de mercadorias, o que pode ser compreendido através da ideia de que se vende para comprar aquilo de que se carece. Já no segundo processo, o objetivo central é obter mais dinheiro, mas não só obtê-lo, e também providenciar sua acumulação, o que se compreende, portanto, que, aqui, o dinheiro não é somente um equivalente comum, mas sim origem e destino. Ou seja: no movimento presente na produção mercantil capitalista, se compra para vender, por isso, aqui, o dinheiro é origem e destino, certamente ao final, o que se tem é dinheiro acrescido. Sendo assim, partindo do dinheiro, é possível comprar os meios necessários de produção, produzir mercadorias e, ao final, ter mais dinheiro (D'). É importante que se salientem os meios de produção¹⁶ aqui mencionados, que ao serem comprados¹⁷ pelo capitalista também se tornam uma mercadoria, e atrelada à força de trabalho (também comprada por aquele que possui dinheiro) atua diretamente no processo de produção, que dará origem a outras novas mercadorias e, por fim, será vendida por um preço maior do que foi investido, inicialmente, mas é preciso que se ressalte: o lucro obtido pelo capitalista não está apenas na diferença entre compra e venda de mercadorias, não está atrelado somente à esfera de circulação (que no desenvolvimento do capitalismo pode se tornar também uma esfera de obtenção de lucro), mas, sobretudo, é na esfera da produção que ele se origina, com o processo de exploração da força de trabalho como já foi salientado anteriormente. Enfim, o lucro é, portanto, o *objectum* para o qual se orienta o capitalista.

¹⁶ Ver item 2.2 desta tese.

¹⁷ “A compra força de trabalho, o capitalista incorpora ao próprio trabalho, como fermento vivo aos elementos mortos que constituem produto que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, e ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega” (MARX, 2013, p. 263-264).

O valor de uma mercadoria é determinado pela *quantidade total de trabalho* nela contida. Mas uma parte dessa quantidade de trabalho representa um valor pelo qual foi pago um equivalente em forma de salários; outra parte está realizada num valor pelo qual nenhum *equivalente* foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho *pago*; a outra parte, trabalho *não pago*. Logo, quando o capitalista vende a mercado *pelo seu valor*, isto é, como cristalização da *quantidade total de trabalho* nela aplicado, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja exigido o trabalho do seu operário. O curso da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas inteiramente diferentes. Repito, pois, que lucros normais e médios são obtidos vendendo-se as mercadorias, *não acima* do que valem, *sim pelo seu verdadeiro valor* (MARX, 2010b, p. 118).

É importante que se atente para o fato de que ao dizer que os meios de produção se tornam mercadoria nesse processo, se entende que essa mercadoria (M) contém os instrumentos, as matérias, máquinas e a força de trabalho. No decorrer da produção, a ação humana (força de trabalho) é despendida sobre esses meios, quando são produzidas novas mercadorias (M'), pois de uma mercadoria se originam outras. Portanto, ao explicitar essa cristalização, Marx está fazendo referência à mercadoria inicial (M'), de onde se obtém o acréscimo de valor (D'), conforme salientado anteriormente. Nas fórmulas apresentadas previamente, onde é possível encontrar $D \rightarrow M \rightarrow D+$, obrigatoriamente ressalta-se que é preciso fazer a distinção entre $D+$ e D' , afinal está contido em D' o essencial papel que o excedente econômico assume no modo de produção capitalista. Na fórmula anterior, a possibilidade dos ganhos baseava-se na diferença entre o que pagavam e o que recebiam ao vender a mercadoria. Já no modo de produção capitalista D' é o excedente, a origem do lucro, compreendido como mais-valia. Por fim, sendo o lucro a engrenagem do modo de produção capitalista, não há outro sentido para aquele que detém os meios de produção e possui capital (ou seja: utiliza o dinheiro para a compra de mercadorias para produção de outras mercadorias), que não seja o de obter lucro. Portanto, entende-se que

é preciso deixar de lado toda a ideologia que tenta revestir com um verniz moralizador a ação de empresas capitalistas; essa ideologia (atualmente resumida nos motes “empresa cidadã, “empresa com responsabilidade social” etc.) pretende ocultar o objetivo central de todo e qualquer empreendimento capitalista: a caça aos lucros (NETTO e BRAZ, 2011, p. 107).

No modo de produção capitalista, o trabalhador é assalariado, e o que caracteriza essa condição é a venda de sua força de trabalho a um capitalista. Esse processo de compra e venda da força de trabalho é o que a torna uma mercadoria, que, após ser adquirida, é usada para a produção de outras mercadorias, pois, na linha de produção em que se insere, será utilizada como uma máquina *qualquer*. Certamente, diferentemente das máquinas, a força de trabalho humano possui seus limites para ser utilizada: sua exaustão física e mental. O que determina o valor da força de trabalho é a quantidade de trabalho necessária para sua reprodução, o que está francamente ligada à condição biológica e física desse trabalhador, portanto, sua força de trabalho utilizada para uma jornada diária ou semanal de trabalho é totalmente diferente do valor que se possa comprar essa mesma força.

Em relação a uma explicação fundamental, ao fazer referência sobre a compra e a venda da força de trabalho, apontou ser (aos olhos do capitalista) uma mercadoria como outra *qualquer*, contudo, salienta-se que certamente não é. A força de trabalho humana é uma mercadoria excelsa no processo de investimento realizado nos meios de produção, pois estes não são capazes de criar novos valores, o que ocorre é um processo de repasse de valor. Durante a produção de um computador, os meios de produção necessários (peças, plástico, borracha entre outros) passam a compor o valor do computador. Ou seja, se uma máquina de corte de plástico (trabalho morto) tem sua validade por período de cinco anos, à medida que ela é utilizada e o tempo se esgote, há repasse de valor para o produto final. Assim sendo, ao final, quando o computador está pronto, os meios de produção que se desgastaram deram origem ao que foi produzido, ou seja, o investimento feito nessa parte da linha de produção é denominado capital constante.

Ao converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores do processo de trabalho e ao incorporar força de trabalho viva à materialidade morta desses elementos, transforma valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, em valor que se amplia, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse o diabo no corpo (MARX, 1975, p. 219-220).

Ao retornar para a análise da força de trabalho humana, que não é uma mercadoria *qualquer*, é necessário que se entenda o como e o porquê ela assume essa especificidade. O fator a que se deve atentar aqui é o *valor* da força de trabalho, ou seja, o preço que se paga por ela, *salário*. E explicou-se aqui que este *valor* é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que permitem a reprodução, o que envolve as

necessidades de sobrevivência para aquele que vende sua força de trabalho: comer, vestir, beber, entre outros. E ao passo que há desenvolvimento sócio-histórico, outros elementos também passam a fazer parte dessas necessidades — lazer, educação, cultura, arte ..., embora esses elementos sejam estes precariamente contemplados, quando o são.

Aproxima-se ao centro da explicação sobre a força de trabalho ser uma mercadoria especial e diferente de todas as outras, a razão consiste em: a força de trabalho humana produz valor. Não somente por produzir valor, mas como este processo acontece: a ação de comprar a força de trabalho permite ao capitalista se apossar do seu valor de uso, ou seja, a criatividade humana, a agilidade, os movimentos que ocorrem dentro da linha de produção, e é por isso que gera valor. Portanto, o salário pago ao trabalhador é inferior ao seu *valor* real. Paga-se apenas o seu valor de troca, que não contempla, por exemplo, o processo criativo, pois a força de trabalho humano sempre produz mais valor do que lhe é pago, por exemplo: a quantidade de horas trabalhadas não pagas.

Ao pagar o *valor* diário ou semanal da força de trabalho do tecelão, o capitalista adquire o direito de usar essa força de trabalho durante *todo o dia ou toda a semana*. Portanto, digamos que irá fazê-lo trabalhar 12 horas diárias, ou seja, além das 6 horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar outras 6 horas, a que chamarei de *sobretabalho*, e esse sobretabalho se traduzirá em uma mais-valia e em um *sobreproduto* [...] esse tipo de troca entre o capital e o trabalho é que serve de base à produção capitalista (MARX, 2010b, p. 114-115).

Nessa direção, o valor que se criou a partir do dispêndio da força de trabalho humana, que está além do valor necessário para sua produção e reprodução, é a parte da qual o capitalista se apropria. Sendo assim, como Marx explicitou na citação mencionada anteriormente, a relação contraditória entre capital e trabalho que é objetivada na luta de classes está assentada na expropriação do excedente produzido pelo próprio trabalhador.

Explanou-se anteriormente sobre o capital constante, que consiste na utilização do trabalho morto e do repasse do valor para o produto. Contudo, sabe-se da composição orgânica do capital, que é justamente a relação entre capital constante (trabalho morto) e capital variável (trabalho vivo), tema que será tratado a seguir. Atenta-se para o fato de que esta Tese não possui nenhuma pretensão de esgotar reflexões acerca da teoria do valor, e não se propõe isso, mas acredita-se que é inviável realizar a discussão sobre a organização da

classe trabalhadora, sindicalismo e resistência que não contemple, ainda que de forma sucinta, os elementos e fenômenos centrais que conformam o modo de produção capitalista.

O trabalho vivo, ou a força de trabalho humana, é chamado de capital variável, pois suas características e especificidade em produzir seu próprio valor ainda são capazes de gerar mais valor, o que, certamente, poderá ter mais ou menos desempenho dependendo da etapa sócio-histórica de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade (embora, certamente, não levará ao seu findar).

Portanto, a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital [...] a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável (MARX, 2013, p. 286).

Destacam-se os avanços das forças produtivas, pois desocultar esse momento é decisivo para que se compreenda em qual nível de organização e produção se encontra a sociedade. É preciso considerar que há avanços tecnológicos, como a utilização da robótica, por exemplo, em que se constata um processo de automatização dentro da linha de produção, que, certamente, se traduz na alteração da composição orgânica do capital, todavia não representa a entrada de novos fatores (constantes e variáveis), mas sim uma crescente aplicação tecnológica dentro das indústrias, das fábricas e do próprio processo de trabalho. Contudo, a força de trabalho humana que dispõe da especificidade de gerar mais valor, que dispõe da criatividade, agilidade, inteligência não poderá ser substituída na sua integralidade¹⁸. O que se encontra, portanto, é uma variação: quando há uma alta composição orgânica do capital significa dizer que é maior a parcela de capital constante; e quando há uma baixa composição se tem um processo decrescente de capital variável.

Nesse sentido, conforme se apresentou no começo deste subitem, o lucro é o objetivo para onde rumam os capitalistas, mas observa-se, a partir da explicação de capital constante e variável, que não é a partir do trabalho morto que o capitalista consegue atingir seu objetivo

¹⁸ No item 2.4 discute-se sobre as transformações dentro dos processos de produção e as alterações que compõe estes movimentos.

final. Isto porque é impossível explorar, expropriar o trabalho de máquinas, pois o que se explora é a força de trabalho humana.

O capital é trabalho morto que apenas se anima, à maneira de um vampiro, pela sucção de trabalho vivo, e que vive tanto mais quanto mais dele sugar. O tempo durante o qual o operário trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho por ele comprada. Se o operário consome o seu tempo disponível para si próprio está a roubar o capitalista (MARX, 2013, p. 307).

No próximo subitem discorre-se sobre o trabalho na ordem do capital. É importante notificar as transformações que ocorrem dentro do processo de produção e quais são os seus impactos e suas expressões frente à organização da classe trabalhadora: o trabalho é a categoria central para a realização do indivíduo social e, portanto, representa sua capacidade e, ao mesmo tempo, seus limites dentro da sociedade capitalista.

2.4 A forma assumida pelo trabalho na ordem do capital

A importância dada à categoria trabalho, e que vem sendo apresentada desde o começo desta Tese, não é somente um eixo central dessa exposição, mas está assentada em uma vertente de análise da realidade, considerando o trabalho fundamental para a existência do indivíduo social e das relações sociais. Portanto, toda e qualquer transformação histórica, social e política não poderá descartar a sua importância. Como exposto anteriormente, o trabalho é, em si, o processo de realização do sujeito e, por conseguinte, o sujeito histórico, afinal, são as condições, os meios e como se produz que irão materializar o patamar de desenvolvimento da sociedade. A realização do trabalho, mediada pelo papel da consciência, é determinante na diferenciação dos homens para os outros seres vivos, que, por sua vez, produzem, originalmente, para responder as suas necessidades humanas, assim, este intercâmbio entre sujeito e natureza altera não somente a natureza como a si mesmo. Nesse momento, é importante ressaltar que não é um movimento do modo de produção capitalista, e sim um requisito para a existência humana, portanto, independente do modo de produção.

Aqui, todavia, o que se busca explicar são os novos processos e fenômenos que emergem dessa relação entre homem e natureza, ou seja, a categoria trabalho no modo de produção capitalista, afinal, é certo que assumem novas características. Observa-se que as

condições em que o processo de trabalho se realiza no modo de produção capitalista estão esvaziadas dos seus objetivos reais. Em particular, na ordem do capital o seu significado é subvertido e torna-se, dessa forma, uma atividade negativa, ou seja: o processo de realização do indivíduo social – o trabalho – no modo de produção capitalista se torna uma atividade alienante¹⁹. Os fins obtidos por esse processo de trabalho, neste contexto histórico, social e político são estranhos ao trabalhador, no qual até mesmo o seu próprio corpo e energia física e intelectual (força de trabalho) são obtidos como uma mercadoria. Nesse sentido, entende-se que

tudo é reificado, e as relações ontológicas fundamentais são viradas de cabeça para baixo. O indivíduo se confronta com meros objetos (coisas, mercadorias) uma vez que seu “corpo inorgânico” – “natureza aprimorada” e força produtiva exteriorizada – foi alienado dele. Ele não está consciente que é um “ser genérico”. (...) isto é, um ser que tem consciência do gênero a que pertence ou, formulando de outro modo, um ser cuja essência não coincide diretamente com sua individualidade. O homem é o único ser capaz de tal “consciência de gênero” – tanto subjetivamente, em seu estado consciente do gênero a que pertence, quanto nas formas objetivadas dessa “consciência do gênero”, da indústria às instituições e às obras de arte – e, conseqüentemente, ele é único “ser genérico” (MÉSZÁROS, 2016, p.80).

Notoriamente, o sistema capitalista possui uma especificidade importante, que sucumbe o trabalho — essa atividade realizadora do indivíduo social —, portanto, uma categoria com função de mediação entre homem e natureza, a uma atividade fragmentada, atomizada e, sobretudo, dispersa de seu papel original. Defronta-se, neste sentido, com o material, a *coisificação* da vida humana e de suas relações, transforma o sentido do trabalho, ou, talvez, os sentidos do trabalho. Na contramão de uma atividade preenchida pela criatividade, realização humana e criação das relações sociais, o que se encontra a partir do trabalho na ordem do capital é a construção de sujeitos cada vez mais isolados, distantes e, portanto, menos solidários, perpassados por limites que impedem a consciência do gênero a que pertencem. Neste sentido, não é audacioso afirmar que esses sujeitos se reduzam apenas à capacidade de sua própria sobrevivência. Assim sendo, entende-se que o trabalho no modo de produção capitalista é uma atividade alienada, pois não se realiza mais a mediação entre sujeito e natureza, todavia ressalta-se que o valor de uso não deixa de existir, pois mesmo no trabalho abstrato só se vendem coisas úteis. Ou seja, a capacidade do capitalismo de penetrar

¹⁹ No capítulo três, dedica-se um item para discutir a alienação. Assim sendo, esse debate apresentado neste subitem é uma introdução que será adensada no capítulo seguinte.

em todas as esferas da vida humana, tornando necessidades criadas como se fossem necessidades fundamentais e/ou naturais.

Sob o domínio do capital, o trabalho se torna uma atividade forçada, que passa a ter características apenas de um meio de sobrevivência, tornando-o, assim, distante da atividade livre, realizadora do ser social. Nesse cenário, historicamente determinado, ou seja, o pilar central do capitalismo — produção de riqueza para outros — o trabalho é considerado um meio apenas para conseguir meios de sobrevivência, o que implica não somente condições objetivas de vida, mas também as condições subjetivas, às quais estes são conformados a partir das relações sociais assim construídas. Como vem se construindo nesta Tese, a categoria contradição é fundamental para compreender esses processos e fenômenos, aliás, embora o trabalho assuma, na ordem do capital, características devastadoras para o trabalhador e, portanto, para a classe trabalhadora, é de suma importância que se diga: o trabalho *desafetuoso*, no capitalismo, não é uma imposição sem o contraditório, o que significa dizer que essas condições encontram resistência, mobilização, e que buscam, dentro dos limites do capitalismo, condições menos animais (ressalta-se que o terceiro capítulo será construído fazendo-se análise desses processos de organização da classe trabalhadora, portanto, este debate não se finda aqui).

O movimento de transformação do trabalho em um meio de subsistência, e como foi salientado anteriormente, a força de trabalho em uma mercadoria como outra qualquer, sua finalidade, dentro do sistema capitalista, passa a ser uma engrenagem cujo objetivo é manter a produção de novas mercadorias, e, por conseguinte, a valorização do capital. A produção de novas mercadorias, portanto, não está se referindo a coisas úteis, ou seja, àquelas que são importantes e fundamentais para o desenvolvimento humano, criadas a partir do trabalho concreto, ao contrário: perde-se a característica de realização humana.

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2010a, p. 80).

Ainda neste sentido, o processo de produção de novas mercadorias, o qual tem pôr fim a valorização do capital, não só demonstra a desvalorização da vida humana, mas faz emergir contradições elementares do modo de produção capitalista, como demonstrado, a produção

de riqueza para outros (classe burguesa) necessita do empobrecimento da classe trabalhadora, para que haja processo de acumulação de capital necessariamente é preciso que haja privação dos acessos aos bens e serviços produzidos socialmente, para que haja riqueza, dentro da lógica do capital é preciso que se tenha miséria. Dialeticamente, esses opostos são pressupostos para a existência de cada um.

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais calores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica, quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2010a, p. 82).

Assim sendo, tratou-se desse processo no item 2.2 e aqui, com mais profundidade, pode-se afirmar que o processo de trabalho no modo de produção capitalista se torna um lócus de desefetivação do ser social. A criatura domina o criador, não somente ao final do processo de produção da mercadoria, mas durante sua execução o trabalhador não só se desconhece naquilo que produz, mas também enquanto o produz; as especificidades humanas se tornam imperceptíveis no sistema capitalista. A incorporação do trabalho humano nas mercadorias é representada pelo valor de troca, contudo, o trabalho aqui representado é homogêneo, não diferenciado (MARX, 2008), ou seja, a individualidade dos trabalhadores desaparece. Percebe-se que o que torna a mercadoria intercambiável é compreendido como um mundo de aparências dessa categoria denominada valor.

Nesse mesmo sentido, o trabalho se torna uma penúria para aquele que trabalha, que está em processo contínuo de desefetivação, e o que deveria ser um lugar para satisfação se torna um sofrimento. A exteriorização do trabalho é quando não pertence mais ao seu ser, ao contrário da possibilidade de desenvolvimento livre e pleno. Nas palavras de Marx,

o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho *obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2010a, p. 83).

Tudo é alheio àquele que trabalha, desde os materiais aos instrumentos que mediam o processo de trabalho, e o próprio trabalho, a categoria trabalho, é sucumbida pelo modo de produção capitalista, alterando sua essência, afinal, a força de trabalho humana, ao ser tornar uma mercadoria como outra qualquer, tem suas características apropriadas pelo capital e, portanto, durante a jornada de trabalho a relação entre trabalhador e força de trabalho é alheia, não somente em uma relação direta, mas também por intermediários que visam inspecionar o processo criativo e a realização de novas mercadorias. O trabalho vivo é, portanto, dominado em um processo de valorização do capital.

O processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração, pelo olhar, mas nas instâncias sociorreprodutivas, com a pletera de valores-fetiche e emulação, pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano (ALVES, 2011, p.114).

A partir do exposto nota-se que o caráter subjetivo do trabalho e suas transformações também colaboram para uma formação duvidosa da subjetividade do sujeito, daquele que trabalha. As novas formas assumidas pelo trabalho na ordem do capital trazem consigo mudanças não somente no indivíduo e em seu processo de estranhamento, mas também se torna estranho à natureza, de si mesmo e, por fim, do seu gênero humano²⁰.

O processo de domínio do capital sobre o trabalho, e à medida que se desenvolvem as forças produtivas, é possível afirmar que este é um movimento de dominação de trabalho morto sobre o trabalho vivo. Nesse sentido, ao concretizar essa dominação, entende-se que no movimento de produção e reprodução das relações sociais perpetua-se, nesse cenário, a produção da alienação. A reificação é um fenômeno para o qual se deve atentar aqui, pois as relações sociais que são balizadas pela quantificação e/ou coisificação da vida, não são apenas uma expressão deste fenômeno. É, portanto, uma forma de viver; é a construção de uma forma de sociabilidade que está a serviço das coisas que possui, atreladas ao fetichismo da mercadoria

De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A

²⁰ Os níveis de estranhamento e alienação serão trabalhados e adensados no capítulo três.

igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho (MARX, 2013, p. 147).

Nesse sentido, a relação entre homem e natureza é dominada pelo processo de isolamento do trabalhador no modo de produção capitalista. Assim sendo, não somente os produtos se tornam alheios ao trabalhador que os produz, mas as relações sociais também são modificadas; perde-se a identidade humana e assume-se uma nova característica, a relação entre coisas, mercadorias que se relacionam e, portanto, apagam o papel do trabalho humano. É nesta etapa que o trabalho abstrato, ou seja, a criação do valor de troca, e o trabalho assalariado tornam-se protagonistas em virtude da diminuição do trabalho concreto, criação do valor de uso, ou trabalho útil. Não suficiente, o modo de produção capitalista indo além, a partir da grande indústria e da produção²¹ em longa escala, solapa as características individuais no processo de produção, fragmentando a esteira produtiva, onde, por sua vez, rompe de vez com a possibilidade do trabalhador se reconhecer nesse processo. Ao iniciar a produção de uma peça qualquer, e pelo intenso processo de fragmentação (não somente dentro de uma única indústria, mas em escala global) ao final da mercadoria pronta, o nível de especialização é tão profundo que o trabalhador tanto não se reconhece quanto menos ainda poderá comprá-lo, ao saber do seu salário e do preço das mercadorias que produz. Complexificou, portanto, todas as relações e os sentidos do trabalho. Marx fez uso de dois termos para caracterizar essa especialização do trabalho: *work* e *labour*. Sendo *work* o mais próximo da função original do trabalho, ou seja, na sua dimensão concreta, que é socialmente útil e necessário. Por outro lado, o *labour* é a dimensão expressa aqui, específica, que assumem características capitalistas, portanto, dimensão abstrata do trabalho, ou seja: alienada e sem sentido para o trabalhador (ANTUNES, 2005).

Por fim, é preciso que se compreenda que essas duas dimensões destacadas por Marx, em relação ao trabalho, não significam admitir a falácia sobre o fim do trabalho vivo, sobretudo o trabalho concreto, ou seja o trabalho útil. A crise que assola o trabalho abstrato não é um sinal de fim do trabalho; ao contrário, o capitalismo tem em si formas e maneiras de

²¹ No item 2.5 apresentam-se os elementos em que consistem essa transformação no processo produtivo dentro do modo de produção capitalista. Ou seja, irá se debater sobre as novas formas que compõe o trabalho e suas novas formas de organização.

reinventar a partir de suas crises, e, dessa forma, se faz necessário o aprofundamento no processo de especialização do mundo do trabalho no modo de produção capitalista, sobretudo a partir do toyotismo, e isto será abordado no próximo item.

2.5 As transformações no mundo do trabalho: o toyotismo e suas novas formas de organização

Os profundos movimentos que sustentam as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, a partir da década de 1980, atravessam não somente o processo de organização do trabalho, enquanto estrutura de produção, mas também as condições de representatividade da classe trabalhadora, que aqui, nessa Tese, tem como objetivo analisar trabalhadores formais. As mudanças não se limitaram às condições objetivas do trabalho, do tempo, do que se produz, como se produz, mas, sobretudo, o aspecto subjetivo do sujeito. Certamente, diante dos elementos que vêm sendo apresentados nesta Tese, sabe-se que as condições objetivas possuem relação direta com a conformação subjetiva do sujeito, pois é o trabalho a categoria central para a realização do ser social. Assim sendo, a forma com que o trabalho está organizado também implica na capacidade organizativa da classe trabalhadora, mas antes do processo coletivo é preciso reforçar que: ao alterar a organização do trabalho, altera-se a forma de ser do sujeito histórico.

Conforme já salientado, neste item discorre-se sobre as transformações do mundo do trabalho e tem como um marco temporal o toyotismo, porém, é de grande importância que se faça, de forma coesa, um resgate histórico das técnicas de produção que precederam este momento. As principais características que tornam o toyotismo diferente do fordismo/taylorismo que emerge após grandes saltos tecnológicos, introdução da robótica, automação, são: desespecialização, intensificação e flexibilização. Assim sendo, é preciso compreender as premissas elementares do fordismo e do taylorismo para se avançar.

A técnica de produção taylorista/fordista se concretiza não somente na esfera da produção, mas principalmente ao tornar o trabalhador uma grande e importante engrenagem nesse processo. As práticas adotadas durante esse processo de gestão da força de trabalho taylorista/fordista deixavam claro que, fundamentalmente, as ações sobre os trabalhadores resultariam em um grande controle, o que se pode denominar de o tempo taylorista — o controle de todas as ações dentro do chão de fábrica, a necessidade de criar trabalhadores massivos, a produção em série, a fragmentação de funções na linha de montagem, e a solidificação de fábricas verticalizadas, ou seja, uma produção concentrada, e a criação de produtos homogêneos (CORDEIRO, 2018, p. 28-29).

Sabe-se que o fordismo é uma linha ou forma de produção que construiu sólidas bases para a indústria, onde havia, naquele contexto histórico, um processo massivo de produção de mercadorias que poderiam ser consideradas homogêneas, ou seja: havia, naquele momento, dentro do processo produtivo de determinada indústria, uma produção em grande escala, através da linha de montagem que, ao longo de seu percurso, consistia na repetição de movimentos dos trabalhadores, que orientados pelo tempo taylorista se encontravam no ritmo de produção em série fordista. E não somente essas características, mas a fragmentação na esteira de produção culminava em um abismo entre criador e criatura, e o processo de elaborar determinada mercadoria era, naquele momento, totalmente desmembrado de sua execução a partir do processo de trabalho. Todavia, a consolidação das grandes indústrias neste marco temporal reforçou o trabalho coletivo, e havia, portanto, uma importante relação solidária entre esses trabalhadores.

Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século (ANTUNES, 2015, p. 35).

Assim sendo, para que se compreenda o toyotismo e suas características é preciso, fundamentalmente, refletir sobre os aspectos importantes que culminaram em um processo de reestruturação produtiva. Nesse sentido, criou-se a necessidade de buscar uma nova forma de acumulação de capital e que, certamente, não era localizada, mas uma transformação em nível global, o que viria a ser uma transformação radical na organização do processo de trabalho.

A referência, aqui, é sobre a “crise estrutural do capital²²”, porque é parte da dinâmica do sistema capitalista apresentar crises sistemáticas como processos naturais, que, porventura,

²² A novidade histórica da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) *seu caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) *seu alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) *sua escala de tempo é extensa, contínua*, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os *colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado*, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas

possibilitam movimentos de reestruturação e reinvenção. E na busca incessante de reafirmar sua capacidade de dominação, as crises que se apresentam e são originárias do próprio sistema são, de forma contraditória, uma forma dinâmica de sustentação, afinal, “o movimento do capital é insaciável” (MARX, 1975).

A necessidade criada no período pós-segunda guerra mundial consistia na reconstrução da possibilidade de obtenção de lucro, e, conforme mencionado anteriormente, é o grande objetivo do capitalismo, a manutenção da sua capacidade produtiva, tendo como engrenagem a exploração da força de trabalho. De qualquer forma, a acumulação flexível não está restrita às condições estruturais. Somente as alterações que são proporcionadas alteram a subjetividade do sujeito, e é por este fato que é de extrema relevância que se trate deste tema, sabendo-se que o objetivo desta Tese é composto pelo desejo de desocultar as formas de organização da classe trabalhadora, de trabalhadores formais, a partir das novas composições orgânicas que se traduzem nas modificações do modo de produção capitalista. Alguns elementos são apontados para a necessidade de reestruturação da forma de acumulação de capital neste período pós-guerra; ao fazer referência ao fordismo, encontra-se um processo rígido de produção que, naquele contexto, se apresentava como um entrave para o desenvolvimento, e, de forma conjunta, houve, após a Segunda Guerra Mundial, a consolidação do Welfare State²³ que se apresentou como uma política inibidora para a superexploração da força de trabalho.

O período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. [...] E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora - o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à

no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. Seria extremamente tolo negar que tal maquinaria existe e é poderosa, nem se deveria excluir ou minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua. Não obstante, o fato de que a maquinaria existente esteja sendo posta em jogo com frequência crescente e com eficácia decrescente é uma medida apropriada da severidade da crise estrutural que se aprofunda (MESZÁROS, 2011, p.795-796).

²³ O empenho do Estado a serviço dos monopólios para legitimar-se é visível no seu reconhecimento dos direitos sociais – que, juntamente com os direitos civis e políticos, constituem a “cidadania moderna” (Marshall, 1967). A consequência desse reconhecimento, resultado da pressão dos trabalhadores, foi a consolidação de políticas sociais e a ampliação da sua abrangência, na configuração de um conjunto de instituições que dariam forma aos vários modelos de Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) (NETTO; BRAZ, 2008, p.205).

medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos (HARVEY, 1992, p. 135-136)

A acumulação flexível tem como uma de suas duas características elementares: a desespecialização, flexibilização e intensificação, que, por sua vez, começou a surgir neste cenário social, político e econômico como um embate diante da imobilidade proposta pelo fordismo, que apresentava sinais de esgotamento ao final dos anos de 1970. A técnica de produção fordista, por sua vez, era verticalizada, o que constituía unidades fabris concentradas nas mesmas unidades, com uma classe trabalhadora massivamente organizada, e o contexto político, pós-Segunda Guerra Mundial exigia a rigidez do papel do Estado para a manutenção das políticas sociais. Portanto, a flexibilidade dos processos de trabalho, da sua comercialização, o desmonte dos direitos trabalhistas e a forma como seriam consumidas as mercadorias produzidas na proposta de acumulação flexível seria uma profunda mudança no mundo do trabalho e uma reordenação do espaço-tempo.

Os horizontes temporais da tornada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1992, p. 140).

O autor Giovanni Alves (2011) alerta que é preciso que se tenha cuidado ao superdimensionar a categoria acumulação flexível, pois, sabe-se que as características fundamentais do modo de produção capitalista estão assentadas sob as bases de flexibilização, os movimentos que proporcionam a capacidade de obter lucro, através da exploração da força de trabalho, estão voltados, justamente, em flexibilizar os direitos dos trabalhadores. Ou seja, ao alterar as forças de produção, seja para qual estágio for, no sentido de se reestruturar após suas crises, o capitalismo prima pelo seu processo de valorização, e para isso é preciso que as condições sejam flexibilizadas. Ao entender a acumulação flexível como uma forma de transformação das condições de produzir, consumir e comportar, é plausível que se afirme a transformação do trabalho e no trabalho assalariado — sustentado, sobretudo, pela separação do trabalhador e dos seus meios de produção — como um exemplo empírico de que as

transformações no mundo do trabalho assalariado serão flexíveis. Isso de acordo com os imperativos para o processo de desenvolvimento do capital.

Ao salientar a acumulação flexível emergente da reestruturação produtiva é possível comprovar a tese de que, diante da crise do capital, o trabalho assalariado se torna flexível. A característica contraditória desse processo pode ser encontrada ao se analisar a intensa precarização proposta por esse cenário de reestruturação, e, ao mesmo tempo, a necessidade de trabalhadores que estejam cada vez mais desespecializados e qualificados para exercer uma tarefa.

A natureza da grande indústria, condiciona, assim, a variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional do trabalhador. Por outro lado, ela reproduz em sua forma capitalista, a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas [...] essa contradição absoluta suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente com privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, do seu meio de subsistência (MARX, 2013, p. 557).

Sendo assim, ao se falar sobre acumulação flexível faz-se referência a uma nova ofensiva do capital que, sobretudo, neste novo patamar de reestruturação, busca atingir todas as esferas da vida do ser social, e, para tanto, a criação de novos mecanismos de controle da vida humana que possam garantir a sua reprodução e acumulação é fator determinante. O controle do sujeito social é diferenciado daquele proposto pela técnica fordista, e a aparente liberdade criativa proposta pela técnica toyotista, em realidade, transfere ao sujeito trabalhador as responsabilidades, seja por sua glória ou pelo seu fracasso, e, sobretudo, e mais importante, tem por objetivo fim solapar as capacidades organizativas, rompendo os laços solidários da classe trabalhadora. O que se pode encontrar neste contexto é um trabalhador disputando consigo mesmo, em um processo exaustivo que usurpa suas capacidades mentais e físicas (estes elementos serão destrinchados ao longo do terceiro capítulo).

O nexó essencial da dita acumulação flexível é ser “movimento reativo” às conquistas da classe trabalhadora e explicitação da nova forma material de subsumção real do trabalho ao capital e dominação de classe [...] a flexibilidade da força de trabalho expressou a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar o trabalho assalariado à lógica da valorização (ALVES, 2011, p. 18).

A acumulação flexível trouxe diversos impactos, mas pode-se dizer que o impacto maior foi a transformação técnica que o toyotismo construiu dentro do mundo do trabalho e, em consequência, dentro das fábricas e indústrias. Uma das premissas mais propagadas na contemporaneidade sobre os bens produzidos está a *qualidade*. A venda e o consumo de mercadorias que, por sua vez, assumem cada vez mais a aparência de serem bens duráveis, quando, em verdade, cada vez mais são produzidos com menor durabilidade, elevando, portanto, o consumo, o que explica o fato de ser, a acumulação flexível, uma ofensiva do capital e uma constante regressão no valor de uso das mercadorias. O princípio fundamental está baseado em: a maior qualidade do produto significa menor tempo de duração. Esse processo da não durabilidade tem seu fundamento em um dos pilares do toyotismo, que é a reposição rápida de mercadorias, pois, nesta técnica de produção, os estoques estão sempre baixos e as mercadorias são produzidas de acordo com a necessidade de consumo.

Claro que aqui não se está questionando o efetivo avanço tecnocientífico, quando pautado pelos reais imperativos humanos-societas, mas sim a lógica de um sistema de metabolismo do capital que converte em descartável, supérfluo e desperdiçado aquilo que deveria ser preservado, tanto para o atendimento efetivo dos valores de uso sociais quanto para evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza (ANTUNES, 2009, p. 54).

Observa-se que, sem desconsiderar o avanço tecnológico, e isso nem mesmo é possível e necessário, é preciso compreender o profundo dismantelamento da vida humana neste contexto a partir das novas formas de intensificação do trabalho e, portanto, da exploração da força de trabalho assalariada. Assim, é importante notar quais são os elementos que caracterizam esse processo de *lioofilização organizacional e do trabalho* sob as bases técnicas do toyotismo. A lioofilização é, de antemão, um processo de desidratação, ou seja, um desgaste profundo da forma com que o trabalho se organiza, apresentando contradições que merecem ser incorporadas nessa análise. Ricardo Antunes, em sua obra *Os Sentidos do Trabalho* (2009), aponta que o padrão de acumulação flexível e a técnica toyotista fazem parte de um movimento de continuidade e descontinuidade. Essa nova forma de organização produtiva possui a inserção em alta escala da tecnologia, o que altera não somente a esteira de produção de como se realiza, mas, sobretudo, uma alteração na gestão da força de trabalho

humana. Outro ponto importante, e já citado de forma recorrente nessa produção, é a flexibilização, que traz consigo o movimento da desregulamentação dos direitos trabalhistas, ao se considerar que a introdução de empresas terceirizadas é um movimento incorporado pela técnica toyotista e é compreendida pela desconcentração da produção, apontando uma nova característica distinta no binômio taylorista/fordista que se baseava em fábricas verticalizadas. “Onde tem um frigorífico de 1000 pessoas há 10 anos, hoje chega lá tem 150. Nós temos uma metalúrgica que eu trabalhava tinha 1.100 trabalhadores em 2009, hoje ela tá com 150” (LÍDER SINDICAL 01). Portanto, ficam evidentes as alterações estruturais que vem percorrendo o mundo do trabalho, a diminuição do contingente de trabalhadores, a perda da estabilidade, a desregulamentação dos direitos e ao mesmo tempo, os impactos causados pelo uso da tecnologia que são percebidos através do processo de intensificação da rotina de trabalho.

Hoje o número dos bancários ele reduziu do que era antes, eram mais de 500.000 bancários, hoje nós somos em torno de 400.000. Na caixa, por exemplo, nós fomos já a 101.000 e hoje nós somos 83.000, é uma diminuição gigantesca. De 18.000 pessoas em cinco anos são quase 20%. Em compensação, aumentou enormemente nesse meio tempo o número de correspondentes bancários, de correspondentes imobiliários de lotéricas, ou seja, não é que o trabalho está diminuindo é que o banco está terceirizando. A questão é que, se perde 100.000 postos bancários porque está aumentando 100.000 correspondentes imobiliários, bancários, lotéricos, que não tem piso salarial, que não tem só 6 horas de trabalho, trabalham 8, 10 horas dia estão desregulamentados, que não tem vale transporte, vale alimentação, que não ganha PLR (Participação nos Lucros Reais) (LÍDER SINDICAL 02).

E ainda, sobre os impactos da tecnologia neste processo,

Essa é a questão da tecnologia. Contra a sociedade, contra o trabalhador. Não é a tecnologia em si, eu acho maravilhoso ter um monte de coisa, isso é uma vantagem para todos. Aí é certamente colocar a tecnologia a nosso favor. O problema é que a gente tem hoje um aumento da tecnologia que é interessante. Porém se demite, e aqueles que ficam continuam sendo superexplorados, sendo alvo de uma missão da carga de trabalho. Se antes tinham 10 trabalhadores, hoje passam a ter três por conta da tecnologia e os três continuam fazendo função de 10. Então é uma superexploração do trabalho (LÍDER SINDICAL 02).

Atenta-se para o fato de que o contínuo movimento de desconcentração das indústrias e, portanto, de suas zonas produtivas, implica, sobretudo, uma fragmentação também da

classe trabalhadora (certamente, este não é o único elemento, mas de forma estrutural aponta para a nova forma de localização do trabalhador dentro das fábricas). Assim sendo, criam-se “bolhas produtivas”, localizadas em espaços distintos, países distintos, condições estruturais, políticas e econômicas diferenciadas, fragmentando, de forma rasteira, a unidade trabalhadora, mas que não são isoladas ou esvaziadas. Embora a técnica toyotista, balizada pela acumulação flexível, se apresente como um modelo de inovação, e, de fato, o é, em si, ao mesmo tempo é compreensível que o processo de estranhamento e alienação do trabalho permaneça, e não só permaneça, mas se torne mais profundo, denso. A lógica da necessidade participativa do trabalhador, “homem-empresa”, dentre outras diversas nomenclaturas utilizadas, na tentativa de macular o real processo de alienação, em realidade é uma nova roupagem do processo do trabalho alienado. Existe, portanto, a partir desse marco, uma fábrica do sujeito neoliberal, que, através dos processos subjetivos (que serão explanados a seguir e no próximo capítulo), passa, como nunca antes na história, a reproduzir ideias, comportamentos e valores neoliberais que, historicamente, vão e são contra sua própria existência e capacidade de desenvolvimento humano.

O sujeito produtivo foi a grande obra da sociedade industrial. Não se tratava apenas de aumentar a produção material; era preciso também que o poder se redefinissem como essencialmente produtivo, como um estimulante da produção cujos limites seriam determinados apenas pelos efeitos de sua ação sobre a produção. Esse poder essencialmente produtivo tinha como correlato o sujeito produtivo, não só o trabalhador, mas o sujeito que, em todos os domínios de sua vida, produz bem-estar, prazer e felicidade (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 325).

Há um processo de reordenamento da organização tanto produtiva quanto da força de trabalho humana assalariada, traduzida em um complexo e estruturado movimento de intensificação da força de trabalho, o que altera e elimina, por exemplo, diversos postos de trabalho. Ao falar sobre as “bolhas produtivas” não se pode deixar que o ideário das antigas fábricas domine a compreensão sobre qual contexto está a se tratar aqui. Ao eliminar alguns postos de trabalho que, no binômio taylorista/fordista, eram imprescindíveis, por exemplo o de um inspetor de qualidade, essa função é absorvida por outro, isto é, por um único trabalhador. Portanto, a abolição de um posto de trabalho que era assumido por um trabalhador, passa a ser realizado por outro trabalhador que, previamente, já possuía outra atividade, incorporando duas, três ou quantas funções fossem necessárias, ou seja: um contínuo e prolongado processo de intensificação da exploração da força de trabalho.

O esvaziamento do conceito sobre qualidade e a incorporação de novos elementos são traduzidos a partir da falácia da “qualidade total” que recaí sobre empresas com menor quantidade possível de trabalhadores, aqueles que ali estão com uma quantidade exacerbada de trabalho, mas que ainda mantêm os altos níveis de produção e, portanto, de acumulação de capital e lucro. Alguns traços do toyotismo devem ser considerados a fim de contribuir para a compreensão dessa profunda transformação organizacional do trabalho: 1) a produção está voltada para o consumo individual, o que remete a uma produção bastante ligada à demanda, um diferencial da produção fordista que se realizava de maneira homogênea; 2) a possibilidade de se encontrar funções parceladas, como no fordismo, é praticamente zero, pois a fundamentação da produção toyotista está na polivalência do trabalhador; 3) o operário apêndice da máquina como no taylorismo/fordismo desaparece, e em virtude disso encontra-se um trabalhador único, operando até cinco máquinas de uma única vez; 4) tempo é dinheiro, a gestão *just in time* é otimizar o tempo de produção; 5) o sistema conhecido como *Kanban* é fundamentado em avisos sobre a reposição de peças necessárias, em relação ao fordismo, o estoque do toyotismo é quase zero; 6) a horizontalidade das fábricas toyotistas é um diferencial das fábricas verticalizadas no período fordista, ou seja, no modelo toyotista se produz dentro da fábrica apenas o principal, sendo o restante repassado a parcerias com empresas terceirizadas, o que acarreta a expansão do método de produção toyotista para todos os fornecedores; 7) durante o fordismo utilizavam-se técnicas apenas manuais, desprezando-se o poder intelectual do trabalhador. No toyotismo são criados os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) compostos por grupos de trabalhadores que devem avaliar o seu desempenho, visando melhorar a produtividade, abrindo espaço para que o capital se aposse do poder cognitivo, intelectual e subjetivo do trabalhador; e, por fim; 8) criou-se o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores de grandes empresas (de 25% a 30%), excluindo-se as mulheres, além de incentivos salariais ligados ao aumento da produtividade. O emprego vitalício garantia ao trabalhador certa estabilidade, embora ao completar 55 anos de idade houvesse o seu remanejamento para funções menos relevantes (ANTUNES, 2009).

Embora não se pretenda que esta Tese se torne repetitiva, reitera-se a importância de alguns elementos considerados fundamentais, pois, em linhas gerais, reafirma-se que um trabalho fragmentado, desregulamentado e flexibilizado inibe a construção de um ser social completo, dotado de consciência daquilo que faz e do que é. Não se trata de simples coincidência histórica o fato de que uma das metodologias desenvolvidas dentro da técnica toyotista, conhecida como *Kanban*, inverta o processo de produção, começando pelo final, ou seja: se trabalha sob demanda, apenas após a efetivação da venda do produto, portanto, ocorre

a produção, a reposição de determinada mercadoria a partir da demanda. É, sobretudo, e aqui é o ponto em que este estudo se funda, um processo às avessas do sujeito trabalhador, o que acaba por ampliar o estranhamento. Nesse momento, em que já se consolidou a produção em células, horizontalizadas e repartidas, o sujeito tende a compreender, de forma oposta, as suas condições históricas e políticas. Produzir, pois, sob demanda, é fundamentalmente produzir um sujeito trabalhador às avessas, que, ao final dessa linha de produção, o criador é acometido por essa nova forma de produção. O que se retrata aqui é o processo de captura da subjetividade humana.

O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que dá possibilidade ao capital de apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a *aparência* da eliminação efetiva do fosso existente entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho (ANTUNES, 2015, p. 54).

O “envolvimento cooptado”, mencionado na citação de Antunes, acima transcrita, não está restrito ao trabalhador assalariado. A desespecialização, ou seja: o trabalhador que pode operar diversas máquinas ao mesmo tempo, e que já não representa mais a imagem de um apêndice da máquina como no binômio taylorista/fordista, revela uma alteração qualitativa do trabalho. E é evidente que, ao afirmar que é uma alteração qualitativa, não necessariamente essa transformação é qualitativamente positiva. Para além dos elementos que envolvem diretamente a subjetividade do trabalhador, há, ao mesmo tempo, o processo em que captura o *trabalho*, ou seja: o ato de alterar qualitativamente o trabalho e sua forma de gestão, significa que este trabalho teve sua forma subsumida pelo capital. O processo de subsunção é uma forma de caracterização da relação entre capital e trabalho e é diferente de submissão do trabalho ao capital.

Trata-se da geração de uma situação social, na qual a força de trabalho vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital. Constitui-o negativamente, pois é nele integrado no ato de venda da força de trabalho, pelo qual o capital adquire, com esta força, o uso dela; uso que constitui o próprio processo capitalista de produção (GALVAN, 1898, p. 90)

E ainda,

o termo “submissão” [...], não ressalta a relação por ter em seu conteúdo um certa carga de “docilidade”; nas relações trabalho – capital, além e apesar de o trabalho “subordinar-se” ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista [...] a força de trabalho, além de ser um dos elementos constitutivos da relação social que a aprisiona e “submete”, é também um elemento que nega aquela relação e por isso mesmo sua “subordinação” precisa ser reiteradamente afirmada [...] o fato é o processo de trabalho, a lei é do capital (ALVES, 2000, p. 48).

Ou seja, esse movimento de subsunção do trabalho ao capital se apresenta, a partir do salto qualitativo representado pelo toyotismo, não somente como uma transformação estrutural da forma de organização do trabalho e da força de trabalho, mas sim um processo intelectual. Basta observar alguns pontos importantes. No fordismo/taylorismo, o trabalho humano, portanto o trabalho vivo, era indispensável nas máquinas, pois o trabalhador tinha uma interação constante e de forma individual com elas. No toyotismo, o que se pode apreender é que o trabalho vivo se torna um elemento que serve à máquina, e não é necessária tamanha interação, afinal, aqui se dispõe de níveis de tecnologia muito superiores ao fordismo. Assim sendo, há uma transferência de inteligência humana para a máquina e, certamente, ao passo que tecnologicamente se modifica e se aprimora essa máquina, mais automação se faz presente nesse novo processo de organização do trabalho. Mas há um fato de extrema relevância que deve ser considerado: a de inteligência humana para as máquinas mais aprimoradas requer um trabalho vivo que possa interagir, de modo simplesmente instrumental, afinal, os rumos tecnológicos apontados se traduzem em um progresso da automação e um trabalhador que saiba *apenas* interagir com os comandos. Ora, aqui, além de toda esta profunda transformação, há, nitidamente, também um adormecimento da capacidade criativa deste trabalho, da constante transformação que o trabalho vivo possui. Portanto, há um processo de captura da subjetividade do trabalho (além da subjetividade do trabalhador) que é central no toyotismo, o que o particulariza. De todo modo, a organização da produção, que tem como uma das formas aqui apontadas como “bolhas produtivas”, significa dizer que a reordenação do espaço e do tempo no interior das fábricas pressupõe, cada vez mais, a “racionalização da produção, atacando outro ângulo: a intensa espoliação da subjetividade do trabalho vivo” (ALVES, 2000, p. 58). Ou seja, há uma sensação falaciosa de que as ilhas de produção, embora tenham poucos trabalhadores, ao se aproximar conseguiriam minimizar a desefetivação das necessidades humanas que ali estão presentes. Ao reorganizar o espaço para que o trabalhador, de forma isolada, dê suporte ao mecanismo de produção, agrupando mais

trabalhadores para perto, criam-se as “bolhas produtivas”, mas, em verdade, não representam nenhum vínculo entre eles, humano e de classe. O importante é cooperar com a produção.

O valor ontológico do toyotismo para o capital *não* se vincula apenas à sua morfologia intrínseca adequada a mercados restritos, mas a ser ele (o toyotismo) o resultado de um processo de luta de classes. O toyotismo é a expressão plena de uma ofensiva ideológica cuja *intentio recta* é buscar debilitar (e anular) ou negar o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital (ALVES, 2000, p. 60).

Apresentou-se aqui mais um elemento para entender como a acumulação flexível e o toyotismo são resultado de significativas derrotas da luta da classe trabalhadora, pois, conforme já se salientou anteriormente, o trabalho vivo, trabalho humano, é movimento. Assim, todas as transformações morfológicas que compõem o mundo do trabalho e que estiveram, estão e estarão em curso, sempre terão como contraponto as resistências²⁴ da classe trabalhadora, para que os saltos e transformações qualitativas do processo de trabalho sejam favoráveis ao desenvolvimento humano.

Ao caminhar para o encerramento dessas breves explanações sobre a acumulação flexível, o toyotismo e suas novas formas de organização, e ainda considerando que, no próximo item, será abordado o processo de captura da subjetividade do trabalhador de maneira adensada, considera-se oportuno realizar uma síntese sobre o que representa esta forma de produzir e apontar os rumos que serão abarcados constantemente. Diferentemente dos elementos que compunham o fordismo/taylorismo que exigiam do trabalho e do trabalhador uma interação constante entre o pensar e o executar, o toyotismo consiste em uma sistemática em que o pensamento é fundamental e representa de modo bem empírico o único elemento utilizado, pensamento este voltado para auxiliar as máquinas que, neste contexto, são profundamente mais tecnológicos. E isso representa o processo de subsunção do trabalho ao capital, mas, como trabalho vivo, não é uma com maldição eterna.

Relembrando a clássica cena do filme Tempos Modernos (1936), de Charles Chaplin, a repetição de movimentos e, portanto, extremamente mecanizados, era reduzida ao processo físico do trabalhador, o toyotismo apresenta um salto qualitativo e passa a ser a mecanização da mente e do espírito do homem que trabalha. Anteriormente, ao dizer que se constrói uma

²⁴ O terceiro capítulo será construído sobre a classe trabalhadora e os sindicatos onde se apresentará os elementos que conformem o processo de resistência destes tempos.

percepção às avessas, o que se quer evidenciar não é simplesmente uma alteração de dentro para fora, ou do fim para o começo, mas, e isso é uma diferença fundamental, uma construção de outra subjetividade. Embora haja intensificação do trabalho no toyotismo, é certo que ainda é necessária uma interação que, baseada na desespecialização, culmina em um trabalhador realizando várias tarefas e em diversas máquinas de forma simultânea, e que, portanto, demonstra que alguns traços elementares do fordismo não foram superados, por exemplo, a repetição de movimentos, embora, qualitativamente, ela aconteça de forma distinta. Uma das características da contemporaneidade, no mundo do trabalho, é a exigência de um trabalhador *polivalente*, que, em suma, não pode ser traduzido de outra forma que não seja um trabalhador que, embora aparentemente apresente qualificação para realizar diversas tarefas, é desprovido de sentido. Dito de outro modo, essa forma de organização é uma alteração na composição orgânica do capital, a qual, de forma extremamente introdutória, apresenta um crescente investimento em capital constante (trabalho morto), uma diminuição em capital variável (trabalho vivo), o que resulta em processos de superexploração do trabalho, fomento do exército industrial de reserva, pressiona os salários para baixo, legitima a desregulamentação e a flexibilização do trabalho e retarda processos de organização da classe trabalhadora (estes elementos serão melhor apresentados no próximo capítulo). E, reiteradamente, a acumulação do capital permanece sendo incrementada.

Dentro do chão de fábrica ele diminui muito a quantidade de trabalhadores, e também obrigou os trabalhadores que têm que se formarem, a se instruírem. Porque realmente se tu olhares, das 40.000 pessoas que tinha 20 anos atrás trabalhando na grande Porto Alegre, hoje tem 15 mil entendeu, hoje tem 15! Muitas das empresas já fecharam porque elas não se modernizaram. Agora vamos trabalhar para isso, mas a gente entende dentro do dia a dia que o curso técnico, às vezes ele te ajuda te desenvolver, conseguir emprego e se modernizar em cima das novas realidades. Realmente, ela tira muito emprego, mas não adianta nós fazermos nada que isso vai acontecer, entendeu? Nós temos que pensar, o que a gente pode fazer, e o que nós estamos pensando aqui é também formar as pessoas, entendeu? Formar pessoas (LÍDER SINDICAL 01).

Por fim, embora haja diversos dispositivos e mecanismos que camuflem o processo de exploração da força de trabalho, ainda assim o toyotismo continua apresentando uma forma de organização do trabalho sem sentido. E em seus espaços de manipulação — pois é disso que se trata aqui, de uma era de capitalismo manipulatório mais profundo — as ações que visavam ser uma espécie de possibilidade de qualificação, em sua verdadeira face devem ser compreendidas como mecanismos de controle, buscando ocupar todos os espaços da vida do

trabalhador, evitando, assim, a possibilidade de reflexão. É possível perceber isso na análise que Ohno²⁵ faz sobre a fábrica toyotista:

o treinador deve realmente pegar as mãos dos operários e ensiná-los. [...] os operários devem ser ensinados a ajudar uns aos outros. Porque são pessoas que estão fazendo o trabalho e não máquinas, haverá diferenças individuais nos tempos de operação causadas por condições físicas [...] levar adiante os métodos padronizados no tempo de ciclo ajuda o crescimento da harmonia entre operários (OHNO, 1997, p. 102).

É bem verdade que a preocupação não é sobre os relacionamentos entre os trabalhadores, muito menos a de lhes possibilitar condições reais que primem por sua qualificação. Em suma, a intencionalidade e a forma com que o toyotismo se consolida é justamente criar e reafirmar cotidianamente uma habitual rotina de trabalho que desumaniza, mesmo que para isso seja necessário florir os locais de trabalho. Assim, no próximo item discute-se a subjetividade humana conformada a partir dessa nova forma do trabalho assumida no modo de produção capitalista.

2.6 A captura da subjetividade, ideologia e alienação: o rompimento dos laços solidários

As transformações produzidas nas mudanças na forma de gestar o trabalho, nas quais se incluem a força de trabalho, implicam não somente em alterações estruturais, organizativas, e na forma de produção de novos bens e serviços, mas, sobretudo, se modifica o sujeito. Pode-se observar que esse novo complexo abalizado pela reestruturação produtiva e acumulação flexível invadiu o mundo do trabalho na sua composição integral, ou seja: altera-se como se produz, e quem produz. Assim sendo, é de grande relevância que se entenda como essas alterações são percebidas no cotidiano de trabalho, e salientar que essas deram origem a uma nova sociabilidade no interior das fábricas e da produção. O avançar do toyotismo resultou em uma forma sistemática que enaltece e media o consentimento do trabalhador com a intensificação do trabalho, o que não significa dizer que esse processo de consentimento seja

²⁵ Para melhor compreensão da compreensão do toyotismo e sua história de criação, a partir do olhar do seu criador, sugere-se a leitura de “O sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala” (1997).

de uma via única e que não haja formas de enfrentamento, mas há de se ressaltar que, em uma escala ampliada, esse tipo de comportamento e de sociabilidade se adensou profundamente na vida dentro e fora da linha de produção capitalista.

Conforme se salientou nos itens anteriores, o toyotismo possui características muito próprias, e dentro delas há alguns pontos fundamentais que proporcionam essa transformação que atinge não somente o campo objetivo, mas também o subjetivo do trabalhador. As novas relações de trabalho, pautadas em processos de precarização, da deslegitimação da luta dos trabalhadores, do desmonte das leis trabalhistas são alguns dos principais marcos notáveis dessa nova forma de gestar a produção e a força de trabalho, como ressaltou um dos entrevistados sobre a nova realidade colocada a partir dos desmontes das leis trabalhistas. “É precária porque ele não tem direito a nada, porque ele não tem horário, se ele se machucar não na correria aí, ele não, não, é amparado por ninguém e quando ele precisa também de um atendimento jurídico, um atendimento, inclusive de médico do trabalho, ele não tem” (LÍDER SINDICAL 01).

Paralelamente a este processo, e de forma concomitante, o sentido estrutural da reestruturação produtiva apresenta um aumento expressivo do uso da tecnologia, e ao ser vinculada a outros elementos expõe o mundo do trabalho a um movimento intenso de descaracterização. Isto porque, em suma, o que se encontra é mais tecnologia, desregulamentação do trabalho, aumento da intensidade produtiva, precarização dos salários e um expressivo número de desempregados, o que culmina em grandes taxas da população sobrando e um sujeito modificado. Por fim, neste bojo, observa-se que o trabalho fica à disposição dos interesses e da controlabilidade do capital.

A gente defende que a jornada de trabalho deveria ser 36 horas, por exemplo, no país são 44 horas de trabalho. É uma jornada desumana (...). Penso que terem existido os caixas eletrônicos, eu acho que é brilhante ter existido internet banking, a gente quer o progresso humano (...) a gente defende que o banco deveria funcionar 10 horas por dia com 2 turnos de 5 horas para os bancários 25 horas de trabalho por semana. Enfermeiro deveria trabalhar só isso, professor deveria só dar 20 horas aula por semana. Eu acho que tem que ter menos trabalho. E não menos trabalhadores, os mesmos trabalhadores, com menos trabalho e hoje não é isso que acontece (LÍDER SINDICAL 02).

Desse modo, atenta-se, a seguir, sobre os processos e fenômenos que atravessam esses sujeitos, que impõem uma nova forma de sociabilidade e que modificam a sua dimensão subjetiva através das transformações objetivas da realidade.

[...] é neste ponto que chegamos a um aspecto essencial ao nosso tema: o trabalho tem de deixar de ser somente um meio de vida. Ora, mas o trabalho é um meio de vida! Aliás, uma mediação essencial que é responsável pelo desenvolvimento do ser social histórico que chamamos de humanidade. Quando perguntamos a qualquer pessoa: por que você trabalha? Ela nos responde: “Para pagar minhas contas, comprar o que é necessário para viver!”. Ao responder desta forma, o senso comum revela que o trabalho se degradou em mero “meio de vida” e não como “primeira necessidade vital”. Degradado em mero meio e não como vida, é natural que só nos sentimos vivos fora do trabalho e nunca dentro dele. Trabalhos oito horas para viver os minutos que nos sobram no dia, cinco dias para viver no fim de semana, onze meses para viver nas férias, trinta e cinco anos para viver depois que nos aposentamos. Olhamos para o relógio e pensamos: só faltam sete horas e cinquenta e nove minutos... Só faltam dez meses e vinte e nove dias... só faltam vinte anos... Depois estranham que as pessoas enlouqueçam (IASI, 2013 p.58).

Assim, o autor Mauro Iasi apresenta, em seu texto intitulado “A maldição e a Emancipação do Trabalho (ou como a humanidade dançou e como ela pode dançar)”, reflexões importantes sobre o que se tornou o trabalho na contemporaneidade, as quais apontam o revés do movimento ontológico do trabalho com seu caráter libertador, para um trabalho modificado e que se torna um meio de vida, mas tendo como objetivo apenas a sobrevivência. Fato é que a reestruturação produtiva e a acumulação flexível produziram uma nova forma de controle do trabalho. É importante que se destaque que a partir dos anos 1990, sob a égide das políticas neoliberais, o complexo de reestruturação produtiva incorpora novas formas, um novo sistema.

O que se apresenta nos anos 1990 reafirma o que já vinha sendo apresentado do sistema toyotista que é a adesão à microeletrônica, novas tecnologias e, para o seu manuseio, um trabalhador com mais qualificações. Entretanto, a lógica das políticas neoliberais torna-se um instrumento importante de manipulação dentro dessa nova perspectiva. O que antes era compreendido como uma qualificação importante, detalhada e específica, a partir desse nosso contexto é a criação de um sujeito que possa, ao mesmo tempo, interagir, resolver, pensar, articular, decidir diante de “situações problema” reais ou que ainda venham a existir, o que pode ser traduzido, nas palavras sedutoras dessa filosofia de vida, como um trabalhador *polivalente*. Engana-se quem pense que este novo “perfil” de trabalhador tenha alguma relação com o desenvolvimento de habilidades criativas e intelectuais. O que está posto é parte tão somente de procedimentos técnicos, mas especialmente de uma profunda ação ideológica, que passa a colaborar para a construção de uma nova hegemonia, mais ofensiva, mais intensa, e potencialmente mais devastadora do capital sob o trabalhador.

Os atributos destacados pelas empresas delineiam um tipo ideal: responsável, maduro, equilibrado, motivado, criativo, ágil de raciocínio, dedicado, com facilidade de relacionamento. Diferentemente do operário padrão, a quem se pedia que “vestisse a camisa da empresa” parece tornar-se mais importante a capacidade de “pensar com a cabeça de empresa” (MONTEIRO, 1995 apud ALVES, p. 254, 2000).

Nessas características apresentadas, nenhuma delas é dispensada, o que se observa é um somatório de elementos que irão impor ao trabalhador novas formas de interação dentro do processo de produção, e que, a partir de uma apreensão superficial, apresentam-se como maior abrangência e interação do trabalhador com o seu local de trabalho. Adensando esses novos fenômenos e processos, na esfera da reprodução da vida social, o que vai se constituindo de forma individual e coletiva no interior desses espaços é uma profunda sensação de “autonomia”, sendo perceptível através de ações que estão endossadas pela inversão de valores propostos pelo ideário neoliberal.

Dentro dessa conjuntura, o que vai acontecer com os trabalhadores? Como vão os trabalhadores vão se organizar né? E como que a gente pensa em representar esse também, porque muita gente está perdendo o seu emprego, no emprego formal, né? No emprego da carteira azul e tá lá se transformando em famoso empreendedor (...) empreendedor a palavra é bonita, mas a realidade é triste. porque eles são totalmente desamparados. Muito, muito embora eles tenham entrado nessa vida, achando que eles seriam o dono de si mesmo, empreendedores e agora estão vendo que eles estão sendo na verdade explorado por um por um capital estrangeiro. (LÍDER SINDICAL 01).

Portanto, o que está a se tratar aqui é sobre a captura da subjetividade do trabalhador, o que será fundamentado a partir do desdobramento e reflexão acerca de seus elementos constitutivos, atrelados ao papel fundamental da ideologia. Nessa nova etapa de desenvolvimento e de tecnologia, tendo como protoforma a organização toyotista, há um caráter manipulatório mais intenso e diferenciado. Portanto, o que está a se dizer aqui é que as formas utilizadas para a captura subjetiva desse trabalhador estão além da destruição do sentido verdadeiro do trabalho, mas que se propõe a dominar sua disposição intelectual-afetiva, diferentemente da proposta do binômio fordista/taylorista quando havia a captura do

“saber fazer” dos trabalhadores. Na organização toyotista, a “intelectualidade” e, portanto, seus valores sociais, políticos e éticos são os pontos principais a serem capturados.

Entende-se que, no modelo de produção fordista, a execução de tarefas repetitivas, por um longo período, possibilitava, ao trabalhador, um tempo maior para pensar. Isso significa dizer que, durante o tempo de trabalho e com tarefas mecânicas que exigiam pouco envolvimento intelectual, havia um ambiente propício ao surgimento de pensamentos pouco conformistas, pois “ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos poucos conformistas” (GRAMSCI, 1984, p. 384). Assim sendo, a busca por ações extra fábricas que pudessem controlar o trabalhador e direcioná-lo para uma forma de comportamento e de pensamento eram aquelas propostas naquele dado momento histórico. Diferentemente da organização toyotista, a necessidade criada de um trabalhador polivalente, que realiza diversas funções ao mesmo tempo, passa a utilizar o pensamento do trabalhador e sua dimensão afetiva-intelectual voltadas para o objetivo de produzir. Pensar nesse trabalhador polivalente é compreender que ele terá o seu tempo na integralidade pautado nas necessidades do espaço de trabalho. No modelo de produção toyotista, a capacidade intelectual é mais utilizada, todavia, toda a inteligência humana está sob o domínio e a serviço do capital. Ou seja, nesse novo modo de gestão da força de trabalho, o trabalhador é controlado através de novas formas no trabalho. Assim, compreende-se que, através da “autoativação” centrada na polivalência, uma das diretrizes do toyotismo é a prática “educativa” do modo de produção capitalista; é, entre outros, uma integração (e controle) do trabalho submetido à nova lógica na produção de mercadorias (CORRIAT, 1994). Em síntese, o que se encontra como uma diferença elementar é que no fordismo havia uma interação mecânica entre trabalhador e as máquinas; no toyotismo essa interação passa a ser orgânica, o que certamente captura e modifica esse sujeito.

O toyotismo instaura [...] a “subordinação formal-intelectual (ou espiritual) do trabalho ao capital”. É o novo nexos psicofísico da produção capitalista que torna mais intensa a unidade orgânica entre ação e pensamento no interior da produção capitalista [...] para o capital, unidade orgânica de pensamento e ação no local de trabalho, é expressão de “fragmentação sistêmica” para a classe (e consciência de classe) dos trabalhadores assalariados (ALVES, 2011, p. 112-113).

No curso do desenvolvimento tecnológico, da informática e, neste sentido, dessa nova forma de produzir mercadorias, ressalta-se que o capital continua, e, de maneira indispensável, dependente da capacidade intelectual e física do trabalhador. Todavia, diante do modelo de gestar a força de trabalho fundamentado no toyotismo e na acumulação flexível, essa dependência não se conforma de forma singular, mas sim coletiva²⁶ dos trabalhadores.

A inovação que emerge da proposta do toyotismo não se reduz à transformação do espaço de trabalho, do interior das fábricas, do aumento da tecnologia dentre outros aspectos importantes. Há um contínuo processo de mobilização do saber fazer do trabalhador, do uso de sua criatividade, das suas possibilidades intelectuais não somente para a interação com a nova maquinaria, mas para agregar valor à mercadoria produzida. Há um dispêndio de trabalho humano, não só físico, mas intelectual, que modifica o mundo do trabalho.

Essas necessidades criadas a partir do modelo de produção toyotista rumam para um novo comportamento da classe trabalhadora, que passa a ter como uma de suas espinhas dorsais a competição entre os trabalhadores. É uma novidade que passa a ser celebrada, impulsionando de vez mecanismos de coerção e consentimento, isso porque, conforme será explicado mais adiante, o novo tipo de administração proposta é baseado no olhar, o olhar que invade a alma humana, tornando competidores esses trabalhadores e minando possibilidades de laços solidários.

O processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção e consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instancias socio-reprodutivas, com a pleora de valores-fetice e emulação pelo medo que mobiliza as instancias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano (ALVES, 2011, p.114).

Salientou-se, anteriormente, que esse modelo de produção que busca realizar o impossível, que visa formatar trabalhadores para que solucionem problemas antes que eles aconteçam, é, sem dúvida, uma inovação, o que não significa dizer que toda inovação tem caráter positivo e agregador. A saber da experiência que o representante do SEEBRN apontou sobre este novo modelo de gestar a força de trabalho.

²⁶ Como se ressaltou no item anterior, a criação de “bolhas” produtivas no interior das fábricas fez com que este coletivo de trabalhadores fosse uma nova forma de integração, porém de controle do trabalho e sendo assim, por fim, uma maneira de captura da “inteligência coletiva”.

No banco privado, quem não cumpra a meta é demitido ou perde a função, é o tempo inteiro isso, não é uma hipótese ou exagero. Todos os dias, todas as semanas têm demissões nos bancos, claro que 99% delas são atribuídas ao desempenho, não é porque o cara roubou, porque o cara bateu num cliente não, é desempenho. É um terrorismo permanente em cima das pessoas. No banco público, as pessoas não são demitidas, mas perdem função. (LÍDER SINDICAL 02)

É importante que se note que todas essas modificações que ocorrem no mundo do trabalho e no trabalhador preservam o núcleo importante da relação contraditória entre capital e trabalho, que é o trabalho estranhado, e isso não se altera, aliás, o que pode ser observado é um aprofundamento desse processo. Diante da acumulação flexível e do modelo de produção toyotista, afirmou-se aqui um processo que minimiza os laços solidários entre os trabalhadores. Todavia, não significa afirmar que não há luta de classes e/ou processos de resistência, na verdade há modificações importantes que transpõem o *locus* desse movimento. O sistema de “bolhas produtivas”, endossadas por essa forma de gestar a força de trabalho, torna-as microrresistências, pois a exploração da força de trabalho atinge um novo patamar com a introdução e o avanço tecnológico. Nesse sentido, os conflitos entre capital e trabalho não são extintos; eles se deslocam para outras áreas, tanto da vida humana fora do trabalho quanto dentro do trabalho. Em resumo, pode-se dizer que essas resistências aparecem com características diferentes, mudam-se do lugar coletivo para o espaço das individualidades, justificando, portanto, o impacto das “bolhas produtivas” para o processo de construção e, contraditoriamente, destruição de laços solidários, ou, em outras palavras, possibilidades de reflexão que contribuam para a construção da consciência de classe²⁷.

Não pode ficar ranqueando todo mundo, mas aí dá um prêmio para os melhores. É um eufemismo, então assim é um é um ambiente extremamente competitivo, que coloca agências contra agências bancárias contra bancário. O eventual acerto de um bancário não é usado para premiar, mas para punir todos os outros. Se um vendeu 10 cartões todo mundo pode vender 10 cartões e não interessa se foi uma semana extraordinária, é agora, 52 semanas do ano vão ter que ser vendidos 10 cartões, então são novos patamares (LÍDER SINDICAL 02)

²⁷ Importante que se destaque que classe, consciência de classe, organização da classe trabalhadora e outros elementos, são temas tratados no terceiro capítulo desta Tese.

Falou-se, anteriormente, sobre o toyotismo, a lógica que deseja realizar o impossível, e que, além disso, estressa não somente a dimensão física, mas também a espiritual. Diante disso, há, em curso, um movimento que vai dilacerando o sujeito tanto dentro quanto fora do trabalho, que é a “captura” da subjetividade desse sujeito que, necessariamente, supõe um controle do trabalho vivo através de um olhar que sonda o interior do sujeito. Isto é, encontra-se mais um artifício que interfere precisamente na organização e na mobilização da classe trabalhadora. Esse processo implica estar, incessantemente, sob o olhar de algum inspetor, função que, diante das transformações no interior do mundo do trabalho, vem sendo cada vez menos encontrada, diferentemente do que se conhecia no binômio fordista/taylorista. Todavia, diante da nebulosa e manipulatória forma de gestão da força de trabalho, o inspetor não vem de fora, e não precisa ser contratado para realizar tal função; os inspetores são os próprios trabalhadores, ideia introjetada e que, conforme já se ressaltou aqui, gera competição entre eles, porque, afinal, não é um movimento de vigilância do “meu” ou do “seu” trabalho, mas é um olhar que compete, que distancia, que promove abismos entre os trabalhadores, como se não estivessem em um mesmo patamar de exploração da força de trabalho. Observa-se uma compreensão do sentido de captura da subjetividade, retratada na figura do inspetor de si mesmo, e que pode ser também compreendida como administração pelo olhar.

a sujeição do ser que trabalha ao “espírito” Toyota, à família Toyota, é de muito maior intensidade, é *qualitativamente* distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais despótica; aquela, a do toyotismo é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória. [...] O estranhamento próprio do toyotismo é aquele que dado pelo “envolvimento cooptado” que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho.” Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência de eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho (ANTUNES, 2015, p.53-54).

Dessa forma, o que se considera é que as bases da acumulação flexível atreladas aos elementos do sistema toyotista estão a disseminar uma nova ideologia do capital, que se encontra no interior da produção de mercadorias, reforçando o elo entre a coerção do modo de produção capitalista e o consentimento do trabalhador. No entanto, há ressalvas importantes a se fazer nesse momento. No processo de controle pelo olhar, esse novo tipo de administração que gesta a força de trabalho, o movimento de captura ideológica do trabalhador faz com que o sujeito se adapte a essas novas imposições, não por compactuar de maneira voluntária com

as novas formas de controle e produção, mas por condições objetivas de vida, ou seja, sua sobrevivência. “É a partir do processo de produção intrafábrica (e na relação entre empresas) que ele procura reconstituir a hegemonia do capital, instaurando, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade operária pela lógica do capital” (ALVES, 2000, p.40).

Para que se entenda melhor esse movimento ressalta-se a importância da ideologia, sendo essa um instrumento de supra importância para a manutenção dessa nova etapa da produção e reprodução das relações sociais que emergem da nova organização do mundo do trabalho. É certo que a composição da subjetividade humana tem sua raiz nas relações sociais e se baseia nas condições objetivas de vida dos sujeitos. Dessa forma, ao passo que se transforma o mundo do trabalho (categoria fundante do ser social), há um impacto nas relações humanas que passam a ser conformadas de acordo com essas novas bases, modificadas pelo modo de produção capitalista.

O poder da ideologia predominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em razão da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da *mistificação*, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, “consensualmente”, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários aos seus interesses vitais (MÉSZÁROS, 2014, p.472).

E ainda:

aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência (LUKÁCS *apud* KOFLER, ABENDROTH e HOLZ, 2014, p.67)

O que está se tratando aqui não é sobre uma ideologia transformadora e capaz de criar movimentos que propiciem a liberdade humana, aqui, neste dado momento e contexto histórico, a ideologia referida é a burguesa; são seus ideais que vão, enfim, delinear pensamentos, ações e valores. Todavia, essa hegemonia da ideologia burguesa não é consolidada sem o contraditório.

O Marx, na Ideologia Alemã, ele falava que a ideologia de uma sociedade sempre é a ideologia da classe dominante não é então a gente sempre vai ter um mundo dentro do capitalismo em que as pessoas pensam de modo capitalista (...). Mas isso justamente que a gente não deve ter. Se incomodam em achar que a culpa é da pessoa que reproduza esse tipo de coisa. Porque justamente não é! O capitalismo ele detém é rádio, TV, jornal, internet e igreja. É universidade, todo mundo falando a mesma conversa, hegemonia desse pensamento é de que se tu trabalhar bastante tu vais ficar rico, que se tu é esperar o teu momento ele vai chegar (LÍDER SINDICAL 02).

Entretanto, falar de captura da subjetividade do sujeito, do trabalhador, partindo do princípio da disseminação da ideologia burguesa é se referir à fragmentação de categorias importantes que contemplam e fundamentam o ser na sua integralidade, ou seja: ao fracionar razão e sensibilidade, estabelecer diferença entre as necessidades verdadeiramente importantes e necessidades criadas dentro deste modo de produzir, e que assumem, portanto, um papel principal na vida humana, “as relações ontológicas fundamentais são viradas de cabeça para baixo” (MEZSÁROS, 2016, p. 80). Ou dito de outro modo, a criação de valores-fetice que culminam na relação fetichizadas e reificadas, baseando-se, sinteticamente, na relação entre coisas, transformando a vida humana em um emaranhado de materiais e mercadorias que dialogam entre si, transpondo-se a verdadeira importância das relações entre sujeitos, em suma: nesse contexto, a capacidade prática da automeadiação é deixada para trás, abandonando a especificidade (característica) humana. E aqui é preciso que se ressalte um fator importante: as relações humanas passam a ser “coisificadas”, conforme mencionado anteriormente, mas, sobretudo, as coisas, as mercadorias, passam a tomar forma, a serem compreendidas como se possuíssem qualidades subjetivas. O feitiço impregnado daquilo que não possui vida e passa a ter um papel importante é o fetice. “É como se essa materialidade presidisse as relações sociais de troca, como se o valor de troca fosse determinado pelo valor de uso e não pela sociabilidade do trabalho” (GRESPLAN, 2021, p. 45).

Portanto, afirma-se aqui que enquanto as relações humanas passam a ser entendidas como coisas, a subjetividade aparece na relação entre coisas (inanimadas), e por esse motivo é comum observar comportamentos que dão vida ao mercado, ao dólar, à bolsa de valores dentre outros, e ouvir falas dizendo “o mercado está estressado”, “o dólar acalmou na tarde de hoje”. Portanto, a ilusão de mundo, de valores e compreensões que advêm do fetichismo é real.

O papel determinante exercido pela ideologia burguesa na construção das relações sociais está balizado na criação de compreensões, onde o *modo* e o *como* de vida burguês é o

único possível, que não há outras alternativas. Dentro desse bojo, fundamentado pela fragmentação de categorias importantes que já foram citadas, edifica-se o entendimento de que os sonhos possíveis de serem sonhados estão demarcados pelos limites do capitalismo, afinal, dentro das relações sociais reificadas, construídas sob a égide da ideologia burguesa,

esse modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como*. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 2009, p.24-25).

Assim sendo, a solidariedade de classe, citada anteriormente, é impactada pelo processo de despolitização, naturalizando, portanto, elementos do ideário burguês e das políticas neoliberais (sendo essas um braço importante na manutenção da ordem), por exemplo: a meritocracia, a competição e a desigualdade social, transformando-as em processos e fenômenos naturais e inerentes à vida humana.

A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 2008, p. 49-50).

Nessa citação, Marx insere importantes aportes acerca de conceitos que, inicialmente, parecem ter uma relação enrijecida ou pragmática, mas esse tipo de análise só poderia ser feito no caso de um desconhecimento do método marxiano de análise da realidade, sobretudo porque não há, aqui, nenhuma referência de dominação da vida material pela vida espiritual.

A reflexão da superestrutura²⁸ e de conceitos econômicos citados pelo autor revela a necessidade de uma interpretação do mundo, dos processos e dos fenômenos de uma forma mais profunda, buscando a sua essência para compreendê-los e transformá-los, e não somente uma análise e interpretação do aparente. E ainda busca afastar-se de possíveis entendimentos que, de forma abstrata, interpretam a realidade social, ou seja, aquilo que se vê é uma manifestação da subjetividade humana, ou resultado dela, como um produto do pensamento e voltada para ela mesma.

Entende-se que, afirmar o ser social como quem determina a sua subjetividade, ou consciência, não se está dizendo que a subjetividade tem papel secundário. Ao contrário, sabe-se que é a partir das circunstâncias do cotidiano e do trabalho que se constroem as protoformas da vida humana, e com base nessas condições que o ser social é capaz de estabelecer relação com o mundo, compreender e transformar. Assim, pode-se entender que o sujeito que está imerso no mundo do trabalho não compreende que sua vida não condiz com sua realidade, e isso se deve ao fato de que a sua representatividade está ligada ao sonho burguês, portanto, uma visão de mundo submerso na lógica da sociabilidade burguesa. Eis o momento em que não se nega a subjetividade em Marx, pois ela aparece como elemento central no processo de transformação, ao compreender a cultura, as tradições das gerações antigas, mas que ainda atuam sobre as gerações vivas (CORDEIRO, 2018).

E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmo e as coisas, em criar algo novo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras [...] a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial (MARX, 2011a, p. 25-26).

Retomando a compreensão da subjetividade humana advinda das condições objetivas de vida (a subjetividade não é um reflexo das determinações advindas da base econômica ou modo de produzir, mas é um componente inseparável e indispensável para o processo de formação da vida humana) e que essas, por sua vez, são construídas com fundamentações

²⁸ Sobre as mais variadas formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência levanta-se toda uma superestrutura de sensações, ilusões, modos de pensar e visões de vida diferentes e singulares formadas. A classe enquanto unidade cria-os e forma-os partindo de suas bases materiais objetivas e das relações sociais que lhe correspondem (MARX, 2011a).

ideológicas burguesas, ressalta-se que essas condições estruturais direcionam a compreensão de mundo do ser social,

Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações que a estar corresponde até as suas formações mais avançadas. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real da vida. Se em toda a ideologia os homens e as suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, é porque esse fenômeno deriva do seu processo histórico de vida [...] (MARX, 2009, p.31).

E ainda:

não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração parte-se da consciência como indivíduo vivo, no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se consciência apenas como a sua consciência (MARX, 2009, p.32).

Aporta-se essas observações por uma razão fundamental, como mencionado anteriormente, a ideologia aqui retratada espelha os valores burgueses, que na verdade não primam pelo desenvolvimento pleno dos sujeitos, contudo passada como única forma possível pauta sonhos, desejos, comportamentos e valores, não como um mero equívoco subjetivo, em verdade essa interpretação é uma distorção da realidade, segundo Iasi (2021) para Marx toda a forma de ideologia é mascaramento da realidade. O que em síntese pode ser compreendido da seguinte forma: uma visão difusa, distorcida da realidade possibilita a construção de uma falsa compreensão de que o modo de produção capitalista e seus artefatos não possuem contradições, que não há conflito de interesses, e que o parâmetro da universalidade é para todos, necessitando apenas o “*querer*” e o “*merecer*” de cada indivíduo. O que não significa dizer que não há movimentos contrários da expansão dos valores da sociabilidade burguesa, em realidade existe e está sendo realizados como, por exemplo, dentro dos sindicatos ou nas portas da fábrica, a exemplo do que disse um dos entrevistados na pesquisa.

A gente não pode deixar de fazer (o debate), porque, se não, a as pessoas são cada vez mais iludida. Então, há muitos, muitos que desistem de fazer isso, outros fazem por necessidade e alguns ainda fazem é por uma aposta, entendeu? Uma aposta de

ele se transformar o dono dele (...) pra eles entender a gente vai dizer – Eles deixam de trabalhar numa empresa para se tornar empreendedor e o que ele achou lá? O que ele encontrou lá? É isso que a gente trabalha com eles na porta de fábrica, entendeu? Não é só tu sair e virar empreendedor, quando chegar lá o que tu vai perder e o que tu vai ganhar? Então esse é um debate que a gente faz nas portas de fábrica direto, (LÍDER SINDICAL 01).

É bem verdade que essas ideologias não são disseminadas ao vento por si só, as instituições, empresas, fábricas, sindicatos ou de uma maneira geral, como denominou Gramsci “*aparelhos privados de hegemonia*²⁹” são instrumentos fundamentais para a consolidação desse modo de *ser* e de *viver*. Evidentemente, cabendo dentro desse espectro o contraditório e resistente que confronta a disseminação dessas ideais que capturam os sujeitos.

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo submetidas em média às ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideias das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão é, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2009, p.67).

As condições estruturais nas quais são desenvolvidas as condições objetivas e subjetivas da vida humana, realizadas através do trabalho que se torna, no modo de produção capitalista, um trabalho alienado e estranhado, propõe condições objetivas que acabam por conformar uma subjetividade desumanizada do indivíduo social, afinal, essa realidade objetiva do trabalho estranhado preconiza uma desafetividade da consciência, desconhece-se a verdadeira realidade sob a qual a vida é construída, o que se produz é estranho a quem cria. O

²⁹ Para maiores informações recomenda-se a leitura de: GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere: temas de Cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

sujeito perde-se em si mesmo, afinal permeado pelas ideias disseminadas pelo capitalismo, as suas necessidades são reduzidas à sobrevivência, as relações humanas se enfraquecem e perdem sentido, e, ao mesmo tempo, o mundo das mercadorias sobressai em relação ao mundo dos homens, cortinando por fim, o trabalho social.

Essa análise é importante porque essas ideologias são a força para a criação de um novo tipo de trabalhador. O toyotismo exige um sujeito que tenha uma estrutura não somente de ações, mas sobretudo de pensamentos capturados.

O americanismo e fordismo tratavam da constituição de uma “cultura industrial”, o que não é o caso do toyotismo que surge no interior de sociedades industriais plenamente desenvolvidas. O que se coloca não é apenas a constituição de uma disciplina ou autodisciplina, mas de “atitudes pró-ativas” de comportamento capazes de significar a participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalho (o que não era exigido no fordismo-taylorismo). Por isso, a “captura” da subjetividade do toyotismo é “qualitativamente diferente” da “captura” da subjetividade adotada pelo fordismo-taylorismo” (ALVES, 2011, p.117).

Anteriormente, falou-se sobre a transformação do papel externo do inspetor para uma função individual, e que esse controle é feito pelo olhar do próprio trabalhador para o seu trabalho. O novo formato interno da administração perscruta, pelo olhar, a alma do sujeito, pois não está restrito somente ao tempo em que o trabalhador está no trabalho, pois o trabalho se torna a sua única função, e o olhar que “*vem de dentro*” corrói todas as esferas da vida, da sociabilidade humana. Esse método é conhecido como “*panopticum*”, e foi “ideia do utilitarista Jeremy Bentham, no século XIX. Era um projeto arquitetônico de instituições disciplinares que utilizam o olhar como instrumento de controle. A ideia do panóptico [...] para ser utilizada em presídios, surgiu a partir de experimentos nas fábricas russas no começo do século XIX” (PERROT *apud* ALVES, 2011, p.115), o que, por sua vez, corrobora, de forma irrefutável, o que o trabalho viria a se tornar a partir desse sistema de organização e gestão da força de trabalho: um aprisionamento das ideias, da criatividade humana e dos desejos dos trabalhadores. Isso os torna encarcerados pelo trabalho, cambiando o direito pela liberdade pelo merecimento do seu próprio esforço, mas, sobretudo, não aparece como um trabalho opressivo, animalesco. São outras formas de manipulação e controle que possibilitam que esses processos sejam, aparentemente, ou de forma imediata, menos corrosivos. Observam-se na realidade essas transformações,

Essas novas escolas, produtivas, o banco ele tem mecanismos de controle extremamente sofisticados que conseguem estabelecer o tempo de cada um dos atendimentos. O tempo da resposta que tu dá para e-mails é um controle absurdo e permanente que faz com que o bancário tenha que produzir de uma maneira escandalosa. Hoje os bancos eles têm a vida *just in time* (...)ele tem que é vender tantas capitalizações, tanto seguros, tem que fazer tantos empréstimos, em uma semana, fazer tantos cartões de crédito e isso gera uma atenção, uma doença (LÍDER SINDICAL 02).

Esse novo modelo produtivo, toyotista, realiza duas mudanças importantes que culminam no processo de controle maior e que designa a vida social humana para outra forma de controle. A primeira é a modificação do espaço-tempo, o que, em linhas gerais, pode-se dizer que tudo se torna trabalho (mas esse trabalho não tem as características já trabalhadas nos itens anteriores que possibilitam o desenvolvimento do ser social). A lógica e a ideologia que surgem dentro da esfera da produção abrangem todas as esferas da vida social, e, portanto, a vida passa a ser vivida para o trabalho, partindo das ideias do trabalho sob a lógica e controle do capital. A segunda modificação, já mencionada, é a substituição do “*quem me vigia*” para “*eu me vigio*”, atravessando e manipulando a subjetividade humana e consolidando esse processo através do reforço e da criação de valores-fetice. Portanto, o que pode ser encontrado é um sujeito capturado não só no trabalho, mas em todos os sentidos da vida, e, desse modo, o problema passa a ser encontrar uma vida que faça sentido dentro dessas novas formas difundidas pela lógica do capital. Por fim, o que está a se dizer aqui é sobre o “capitalismo manipulatório”, utilizando-se o termo do filósofo húngaro Lukács, afinal, nunca na história do desenvolvimento do capitalismo, a manipulação social foi tão decisiva para a manutenção da produção e reprodução social.

Importante pontuar que, os impactos que todas essas transformações e a ofensiva do capital têm tornado cada vez mais exponencial a quantidade de trabalhadores adoecidos, em virtude pela forma como o mundo do trabalho tem se organizado na contemporaneidade. Aliás, a saúde mental aparece como uma das principais constatações do caráter desumano que o trabalho assume na ordem do capital. Modificou-se a forma como a exploração da força de trabalho se expressa na dimensão física e espiritual, os problemas de saúde do trabalhador conhecidos na época das fábricas verticalizadas (binômio fordista/taylorista) têm se tornado cada vez menor, e acentuando em contrapartida os índices de transtornos mentais, de suicídio, síndrome do pânico dentre diversas outras expressões. Neste sentido é importante ressaltar

que todas as modificações que ocorrem na forma de gestar a força de trabalho e que impactam diretamente a saúde mental do trabalhador têm sido, sobretudo, compreendidas a partir de uma lógica individual, desconsiderando o caráter destrutivo que hoje atravessa o trabalho. Interessante notar o que se relatou nas entrevistas com os líderes sindicais sobre este aspecto.

Cria um novo impossível, né? Então, é um fenômeno que gera um adoecimento epidêmico na categoria. Explodiu né o número de bancário afastado por problemas psiquiátricos, muito suicídio (...) toda hora ouve-se casos de suicídio. um gerente se matou dentro da tesouraria do banco mês passado chegou no trabalho disse que ia fazer não sei o quê na tesouraria, se fechou lá e deu o tiro (...)é simbólico, um ambiente é exaustivo, estressante. É um trabalho enorme, e os que não estão trabalhando estão afastados por doença psiquiátrica, com certeza (LÍDER SINDICAL 02).

E ainda,

E importante eu falar, até pouco tempo a doença do metalúrgico era a lordose que era um movimento repetitivo. Hoje não é mais, hoje é emocional. Com a pressão que tu tem de produção, se tu vai dar conta de aprender naquela máquina, se tu não quer, tem gente na rua que quer, e é verdade. Então, hoje o nosso médico do trabalho aqui, ele tem muito mais atendimento psíquico do que de movimentos que era a doença do metalúrgico. Que era corte, falta de dedos e movimentos repetitivos (LÍDER SINDICAL 01).

Através da mudança comportamental (que não se reduz ao mero comportar-se, mas sim na transformação do pensamento e, portanto, de ações) não há mais fronteiras entre a esfera do trabalho e a da vida privada; acabam-se as distinções, as instâncias produtivas e reprodutivas se tornam uma só. Todavia, os processos manipulatórios não condizem com a construção de uma vida que tenha sentido. O trabalhador, neste contexto, não só não se reconhece, mas cria um ideário de vida que vai em direção oposta ao seu desenvolvimento, e, portanto, alimenta o movimento de negação. Na reordenação espaço-temporal, própria da acumulação flexível e do sistema toyotista, a atividade produtiva é pautada pela fragmentação do sujeito. O indivíduo é posto diante de meros objetos, pois, seu “corpo inorgânico” – “natureza trabalhada” — e a capacidade de produzir, agora estão alheios a ele. Não se tem a consciência de um ser genérico, ou seja, um ser que *não* esteja fundamentado em sua individualidade (MÉSZÁROS, 2016).

Salta aos olhos, nesse momento, que o problema do estranhamento não se localiza no trabalho propriamente dito, ou ainda: como gênese, mas em uma de suas formas assumidas em determinados modos de produção, o trabalho subordinado ao capital apreende características peculiares, “o que há na forma particular do processo de trabalho subsumido ao capital que poderia inverter a característica do trabalho, ou seja, de base da sociabilidade humana para fundamento da alienação (estranhamento)?” (IASI, 2010, p. 67). É nesta forma de produção material da vida que se encontra a essência para que se compreenda a questão da alienação. A divisão social e técnica do trabalho, advinda da propriedade privada, impõe uma especificidade a essa sociedade e ao seu destino, portanto, ao retomar o que vem se discorrendo ao longo dessa produção, o trabalho dentro dessa divisão social não é realizado enquanto um gozo do ser humano, como sua forma original – em verdade, é algo que se torna o seu algoz, sua perdição.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder da extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta o mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor (MARX, 2010a, p.80).

Nessa passagem, Marx faz referência à exploração da força de trabalho e à lei geral da acumulação capitalista. E ao afirmar a desvalorização do mundo dos homens, o que se pode afirmar é que o objeto fruto do trabalho encontra um ser estranho em relação àquele que o produziu. Ora, trata-se aqui da alienação advinda da divisão do trabalho, a concepção de práxis em Marx, diz que o trabalho humano, ou seja, a “atividade prática material pela qual o operário transforma a natureza e faz emergir um mundo de produtos, mostra-se para Marx como uma atividade alienada” (VÁZQUEZ, 2007, p. 122). Diante dessa forma de produção material da vida, a qual cria objetos que tomam “vida”, que se externam e retornam como algo estranhado, exercendo o domínio sob seu criador, pode-se dizer que a mercadoria é a forma pela qual o estranhamento invade a sociabilidade humana.

A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna objeto, uma existência externa (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2010a, p. 81).

Então, torna-se claro o problema do fetichismo, que se traduz em relações sociais entre homens que assumem a forma de relações entre coisas, ou seja, a coisificação das relações sociais. É um mecanismo próprio do modo de produção capitalista, logo, universal e que está colado aos produtos do trabalho como uma fita adesiva invisível e permanente.

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a objetivação (*vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*) (MARX, 2010a, p. 80).

A aparência misteriosa da mercadoria assume o papel ilusório de que as mercadorias tenham vida, conforme salientado anteriormente. Ao se afirmar que o trabalhador (criador) não se reconhece naquilo que produz (criatura-mercadoria), isso se refere ao fenômeno da alienação. Portanto, o trabalho, entendido como uma categoria ontológica que propicia a realização e o florescimento do ser social, dentro desse modo de produzir e reproduzir a vida, viabiliza também artifícios para a sua negação. Em síntese, esse movimento remete à contradição que expressa o mais significativo grau de desenvolvimento do ser social e seu maior grau de alienação. O ser social mantém-se por conservar a sua práxis, ou seja, suas objetivações e atividades. A alienação é, portanto, um fenômeno próprio da objetivação humana, e o trabalho, uma das objetivações humanas, também se torna alienado.

[...] já a alienação é uma forma específica e condicionada de objetivação. O trabalho que constitui aquela atividade prática negativa é um trabalho unidimensional: reduz-se a dimensão da lucratividade, produção de valores de troca, mercadorias. E não só

produz mercadorias em geral: produzindo-as, produz-se a si mesmo e ao produtor como mercadorias. Trata-se de uma forma histórica do trabalho – o trabalho alienado (NETTO, 1981, 57).

A alienação penetra, através da esfera da produção, em dois momentos: o primeiro deles é através da mercadoria, ou seja, do produto do trabalhador pela atividade laboral, o trabalho, propiciando a alienação do próprio trabalhador, de si próprio. A mercadoria se torna um objeto misterioso, com vida, e o trabalhador aliena-se de si mesmo. Há, portanto, quatro níveis de alienação a serem ressaltados no decorrer do desenvolvimento das forças produtivas dentro do modo de produção capitalista, ao passo em que o trabalho estranhando:

1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano] [...] 3) do *ser genérico do homem* tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, um meio da sua existência *individual*. 4) uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de ser genérico é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem. (MARX, 2010a, p. 84, 85,86).

Dessa forma, a sociedade alienada se configura como um oposto por inteiro. “A alienação, dentro de uma sociedade dividida em classes, acaba por atingir todos os indivíduos que a compõem, tanto explorados quanto exploradores” (KONDER, 2009, p.43). E, conclui o autor, “Marx estava seguro de ter encontrado na alienação econômica a raiz do fenômeno global da alienação” (KONDER, 2009, p. 43). As relações sociais são mudadas de ordem, indo para seu sentido contrário. Assim, o ser social não se realiza em sua essência além de ser dominado pelo objeto de seu trabalho, ou seja, a mercadoria domina os indivíduos. Para Marx (2010), a alienação se torna um problema prático-social.

Por consequência, não pode haver nenhuma investigação séria sobre a estrutura do capitalismo, que se apresenta em geral como estrutura da mercadoria, nem, especificamente, sobre a reificação como o fenômeno central inerente à estrutura da mercadoria sem a atenção permanente à unidade entre propriedade privada capitalista e divisão permanente de trabalho capitalista (KOFLER, 2010, p.156).

Ao fazer referência à origem do fetichismo, pode-se concluir que determinações histórico-econômicas e sociais estão no cerne da problemática da alienação. Afinal, sabe-se que a compreensão apresentada por Marx sobre o fetichismo é uma modalidade de alienação, e essa alienação aderida ao fetichismo e arquitetada na sociedade capitalista é a reificação. Assim, diante dessas explicações importantes sobre alienação, fetichismo da mercadoria e do trabalho, dentro do modo de produção capitalista, é possível dizer que o trabalho é modificado e, por conseguinte, o indivíduo social também o é. Ao fazer referência à captura da subjetividade do trabalhador, e, após esta compreensão do trabalho, aderir a novas características nessa forma de sociabilidade, nota-se que a subjetividade do trabalho vivo, ao receber interferências de outras instâncias históricas e sociais, minimiza as possibilidades do despertar das necessidades reais para a vida humana. É esse o momento em que uma “subjetividade às avessas” passa a ser construída, atingida certamente por uma das contradições elementares do capitalismo, que vem a ser, de um lado, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que, em tese, seriam, de acordo com o seu caráter original, um processo de construção da liberdade e autonomia, ou seja, possibilitando a transformação do seu tempo livre para o desenvolvimento de outras habilidades e talentos. E, de outro lado, as relações capitalistas que produzem a vida social, que, por sua vez, são grades aprisionadoras do indivíduo, onde o trabalho torna-se uma atividade estranhada, alienada e, portanto, uma vida social sem sentido, preenchida pelo consumo de ideias, mercadorias e reforça o fetiche desse tipo de sociabilidade.

Portanto, o que pode ser entendido diante desses processos e fenômenos que emergem do modo de produção capitalista e ganham novas roupagens com os avanços na forma de organizar o trabalho e de gestão da força de trabalho é que não estão restritos à esfera da produção, mas também da reprodução das relações sociais. A captura da subjetividade está entrelaçada por todas as instâncias, o que culmina não somente na fragmentação do sujeito social, mas também nas possibilidades de sua organização³⁰ e resistência por parte da classe trabalhadora. Sabe-se que uma esfera complementa a outra (produção e reprodução), portanto, o processo de manipulação possui um ciclo que contempla a vida do homem, seja no trabalho ou nos raros momentos de lazer, seja na própria prece (CORDEIRO, 2018).

No contexto de acumulação flexível, reestruturação produtiva da forma de organização do trabalho toyotista, e através dos fenômenos aqui descritos, manifestados, cotidianamente,

³⁰ Estas categorias serão trabalhadas e adensadas no capítulo a seguir, pois sabe-se que essas são espaços da sociedade civil da hegemonia e contra-hegemonia, embora haja profundos momentos de desmobilização, sempre há espaço para a construção de alternativas para além da realidade colocada.

na vida social, entende-se que características de um sujeito isolado e em desavença com sua natureza tornam-se cada vez mais presentes. Essa atual forma de organização do mundo do trabalho produz características próprias que diferem umas das outras, e, certamente, reforçam o processo de captura da subjetividade. Nos parágrafos acima apresentou-se o conceito de “bolhas produtivas”, dos elementos estruturais de precarização desse tipo de organização. Essas “*inovações*” tornam-se mecanismos para que a busca pela garantia da sobrevivência e a manutenção de condições objetivas mínimas de vida do trabalhador “consintam” essa realidade. Em suma, sabe-se que este tipo de organização tem, como seus preceitos básicos, a concorrência, a meritocracia, o endeusamento do trabalhador polivalente e de forma mais profunda a administração, pelo olhar, do trabalho próprio e o do outro. Neste propósito, essas “*inovações*”, em realidade, só aprofundam o distanciamento e acirram a disputa entre os trabalhadores, afinal, “*concorrência é a alma do negócio*”.

A concorrência entre as pessoas e entre as empresas efetua-se em todos os níveis, reforçando a disputa contra os “outros” enquanto parte da moderna ética do trabalho concentrado no trabalho em equipe. Nessas equipes, as relações entre os trabalhadores constituem uma superficialidade partilhada voltada para tarefas específicas de curto prazo: é a base da recompensa presente e da fragmentação da unidade de classe em troca da noção de pertencimento a equipe muito útil ao exercício da dominação do capital (SENNETT *apud* WÜNSCH, 2013, p. 80).

Ora, o lócus do trabalho vem sendo preenchido por uma série de conceitos que constroem pilares de manutenção da manipulação social, porque, embora se perceba a construção de equipes de trabalho que acabam sendo uma forma de mediação para a captura da subjetividade, a metodologia empregada nestes ambientes possui cunho individual. Ou seja, os procedimentos e as estratégias que compõem o ambiente de trabalho propiciam ainda mais a disputa entre os trabalhadores, e não somente essa realidade imputa ao sujeito a responsabilidade por sua glória ou por sua tragédia. pois, transfere-se para a esfera particular a responsabilidade do sucesso, do desenvolvimento da produtividade. Mais do que *vestir a camisa da empresa*, é preciso pensar e voltar suas ações para aquela filosofia impregnada de desafetos.

De certo modo, a sociabilidade neoliberal, com seus valores, expectativas e sonhos de mercado e mais, com a exacerbação do fetichismo da mercadoria, tem contribuído para sedimentar os consentimentos dos trabalhadores assalariados às

novas “metas” da produção toyotista. É claro que estamos diante de um processo contraditório de construção da nova hegemonia do capital na produção, envolvendo nexos geracionais que tendem a resistir, mais ou menos, às novas implicações subjetivas do toyotismo (ALVES, 2011, p. 121)

Quando se fez referência à reordenação espaço-temporal demonstrou-se que não era uma simples alteração dos espaços de trabalho, das estruturas, dentre outras, mas uma transformação na construção de um novo pensar e um novo agir, baseado em um sistema distinto que provocou interferências profundas nos sujeitos. É uma nova forma de comportamento, uma nova forma de consumo, de produzir e reproduzir a vida social. Um dos exemplos típicos do toyotismo é que o processo de subjetivação (e dessubjetivação) se constrói por signos e imagens, e a manipulação social precisa assumir forma de imagens, um modelo visual. Não é por acaso que os valores-fetichismo, expectativas e utopias de mercado que estão no bojo das inovações sociometabólicas compõem esse novo homem produtivo, modificado com nexo psicofísico diferenciado do sistema Toyota. Ao refletir sobre o consumo, que é o lócus central do processo de subjetivação, a manipulação feita através de imagem de determinada marca é uma manifestação diferenciada do fetichismo que é reverberada incansavelmente (ALVES, 2011, p. 131). Portanto é possível verificar que, através dessas modificações, há um cercamento das esferas da vida humana, e que reforçam o vínculo do trabalhador com as ideologias difundidas no interior das fábricas, das indústrias, e a necessidade de manutenção daquele trabalho. E, ao mesmo tempo, o consumo reforça os valores-fetichismo propagados.

O próprio ato de consumir se apresenta sob a aparência de um gesto cultural legitimador [...] é a forma mercadoriana no seu estágio mais avançado como forma-publicitária. O que se consome é um estilo de vida e nada escapada a essa imaterialização que tomou conta do social [...] a cultura tornou-se peça central na máquina reprodutiva do capitalismo, a sua nova mola propulsora (ARANTES *apud* ALVES, 2011, p. 131-132).

Encaminhando-se para o encerramento desta importante seção para este estudo, entende-se que a nova forma de gestão da força de trabalho promove o processo de fragmentação da classe trabalhadora, em virtude da difusão de pensamentos individuais, meritocráticos, competitivos e do aumento do uso da tecnologia. A subjetividade humana vem sendo demarcada pelos atropelos da manipulação social e, portanto, sua vida objetiva

também. Nessa condição histórica da práxis social, demarcada por esse contexto histórico de fetichismo da mercadoria, é um grande desafio a “*negação da negação*”. Isto porque a constante valorização de valores-fetice, do consumo que determina a colocação social e o pertencimento a determinadas situações é uma sujeição inegável da subjetividade humana à sociedade controlada pelo capital, que, por sua vez, é na condição de um sistema de controle do metabolismo social. É, portanto, “uma poderosa — até o presente, de longe a mais poderosa — estrutura ‘totalizadora’ de controle do metabolismo social que surgiu no curso da história humana” (MÉSZÁROS, 2002, p.2012).

Por fim, o aumento da tecnologia e as modificações do mundo do trabalho, que assumem novas formas através do toyotismo, resultam em um novo estilo de vida. Esse estilo, embora tenha um movimento de qualificação das forças produtivas, da força de trabalho humana, constrói, a partir desse novo nexos, mecanismos de controle, de pressão e, sobretudo, de sociabilidade, os quais alteraram as relações dentro da própria classe e modificaram o verdadeiro sentido de solidariedade.

Instalou-se a nova fórmula do cada um por si, e a solidão de todos tornou-se regra. Agora, um colega afoga-se e não se lhe estende mais a mão. Em outros termos, um único suicídio no local de trabalho – ou manifestamente em relação ao trabalho – revela a desestruturação profunda da ajuda mútua e da solidariedade (DEJOURS; BÈGUE, 2010, p.21).

Enfim, os movimentos instalados e construídos a partir dessa nova etapa de desenvolvimento produtivo do capitalismo demonstram que a subjetividade humana, os laços solidários de classe acabam preenchidos por valores e compreensões incoerentes com o desenvolvimento do homem e da classe trabalhadora.

No próximo capítulo discorre-se sobre a classe trabalhadora brasileira, realizando-se um aprofundamento teórico sobre sua formação, seu desenvolvimento e suas transformações. Apresentam-se também outros dados coletados dos participantes da pesquisa que representam os sindicatos, a fim de compreender quais são os movimentos realizados pelo sindicalismo brasileiro frente a esses cenários até aqui trabalhados e outros que podem surgir ao longo do desenvolvimento desta produção.

3 A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE: sua forma de ser, resistir e organizar

Neste capítulo buscar-se-á apresentar elementos históricos da formação da classe trabalhadora em nível mundial, a partir de uma breve reconstituição desse momento. Dando prosseguimento as reflexões sobre a conformação da classe trabalhadora brasileira e seus contextos particulares, históricos e políticos. Em seguida, serão apresentadas as características do sindicalismo brasileiro e os sujeitos participantes da pesquisa, para que possa ser analisado e incorporado nesta produção os limites encontrados para o enfrentamento da conjuntura atual brasileira e as possibilidades existentes para o endossamento da organização sindical e da criação de novas perspectivas.

3.1 Breves considerações acerca da formação da classe trabalhadora

O avanço pressuposto pelas transformações no mundo do trabalho, tem em certa medida transformado as compreensões acerca do significado de classe, observa-se como já salientado anteriormente nesta produção, uma alteração na composição do capital, que por sua vez transforma a forma como se produz, como se consolidam as relações sociais e sobretudo, como o sujeito social se compreende e é compreendido neste dado momento histórico. O alargamento do mercado invadindo todas as esferas da vida social na contemporaneidade implica em novas divisões sociais, que em realidade são roupagens mais contemporâneas do processo de distinção e divisão entre as classes – “a sociedade burguesa moderna, oriunda do esfacelamento da sociedade feudal, não suprimiu a oposição de classe. Limitou-se a substituir as antigas classes por novas classes, novas condições de opressão, por novas formas de luta” (MARX e ENGELS, 2013, p. 24) Entretanto, é preciso atentar-se ao fato de que as referências sobre classe, em certa medida estão sendo construídas sob as bases interpretativas a partir de critérios da estratificação social, ou seja, pela renda e pelo acesso ao consumo, a “propriedade” e a “ausência de propriedade” como disse Marx Weber (1999).

Partindo deste tipo de análise, ocorre um esvaziamento acerca da importante compreensão sobre o lugar ocupado pelo sujeito no processo de produção e nas relações de trabalho. Não é de estranhar que na história mais recente as referências sobre classe estão sempre ligadas a estratificação, “classe A, B, C” e que, portanto, esfumaçam as reais classes que se contrapõem no modo de produção capitalista, classe trabalhadora e classe burguesa, aliás praticamente não são referidas nestes termos. Sobretudo, ressalta-se que ao não fazer

referência as classes como elas realmente são, oculta-se também as inúmeras divergências sobre as suas concepções de mundo, seus objetivos e projetos futuros, e por consequência disso o que está sendo ocultado nesse processo de mediação da vida social e das novas relações de trabalho, especialmente a partir dos anos de 1970, é o conflito de classe, a contradição capital *versus* trabalho que tem se acirrado cada vez mais, provocando profundos processos de precarização da vida humana.

Portanto, tratar classe social, ou melhor as classes sociais a partir de uma conceituação partindo do processo de troca, do consumo é no mínimo simplista do ponto de vista que pertencer a uma classe social ou outra não está apenas atrelado ao sentido econômico. Compreender unicamente a partir do viés econômico significa, fazer um recorte da totalidade social, desconsiderando que a realidade está em constante movimento, e é constituída por diversos fenômenos e processos que vão compor a dinâmica das relações sociais e que tem em seu bojo outros elementos, para além do consumo de mercado. Contudo, interessa ao capital acentuar o consumo como elemento central e alçá-lo a conformador do próprio ser social, na medida em que é avaliado por aquilo que consegue ter e não pelo que é. Nessa perspectiva alienada fica oculta a importância do trabalho elemento central à constituição humana.

Pretende-se neste capítulo é sobretudo compreender o processo de formação das classes sociais e retratar o seu movimento nas transformações atreladas ao mundo do trabalho, pois na medida em que se transforma o trabalho toda a compreensão da vida social humana também se modifica. Por isso, esta produção se identifica com a compreensão de classe que retrata as relações dos sujeitos, das concepções de mundo, dos projetos futuros, ao fato de que as classes se conformam que a partir disso, no conjunto da sociedade criam bases de produção e reprodução da vida. Esta compreensão da totalidade que envolve as classes sociais busca dar visibilidade ao fato de que as classes se conformam e se expressam nas múltiplas determinações que compõem a realidade social, ou seja, desde suas bases criadas no processo de produção até suas formas de consciência, e por fim de seus movimentos e articulações políticas. Enfim, compreender as classes sociais, como já salientado anteriormente, pressupõe reconhecê-la como parte da estratificação enrijecida, concepção que vem se espalhando nos tempos atuais de avanço do ideário neoliberal, exatamente para reduzir sua substância política. Compreender classes sociais é falar de conflitos, de contradições historicamente estabelecidas, reconhecer o antagonismo de classes e identificar como ele se expressa na realidade social no tempo presente buscando a transformação social.

É importante que se compreenda que ao pensar sobre classe social e/ou classe trabalhadora, não está se tratando de uma abstração, mas sim de apreensões da realidade social concreta e que possuem contradições inerentes a sua existência.

Assim, se em algumas situações a categoria de análise é construída para tentar dar conta de uma realidade vivida por homens e mulheres com base em parâmetros externos aos referenciais que empregam no cotidiano, em outros momentos as abstrações que utilizamos para analisar a realidade partem de categorias já compartilhadas pelas pessoas de uma determinada época [...] A categoria “classe social” e seus correlatos podem ser empregados nesses dois sentidos quando estudamos a história das sociedades humanas [...] a maior parte das sociedades do passado não se enxergava dividida em classes, mas a dinâmica de seus conflitos sociais pode ser apreendida pelo recurso à categoria classes sociais (MATTOS, 2019, p. 15).

Assim, é preciso pontuar elementos importantes e históricos que vão constituir a compreensão que Marx e Engels apresentam sobre o papel das classes sociais. Nos primeiros movimentos apontam o entendimento elementar sobre classe que está atrelada às relações de produção capitalista, compreendendo as transformações imperadas pela burguesia no processo de transformação da sociedade dada a superação do feudalismo, desse modo na obra *A ideologia alemã* de 1845, os autores descrevem,

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que tem de promover uma luta comum contra outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são submissos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho (MARX; ENGELS, 2009, p. 93-94).

Todavia, antes de avançar na compreensão sobre a classe trabalhadora, é preciso falar sobre o termo “proletariado”, que em seu sentido mais literal e sem simplificar o seu conceito, significa aquele que nada possui, ou ainda, aquele que não possui outra forma de sobreviver em uma sociedade fundamentada no processo de troca que não seja, colocando a sua força de trabalho como mercadoria para ser vendida ou comprada, “aquele que, sem capital e sem

renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato³¹” (Marx, 2010, p. 30). É importante ressaltar, e atentar-se ao fato de que Marx, em toda sua compreensão sobre classe trabalhadora não se restringiu ao operário industrial, do “*chão de fábrica*” ou que estivesse estritamente ligado ao que se pode definir como trabalho produtivo, que também não está restrito aos trabalhadores fabris, Marx em verdade, define como classe trabalhadora aqueles, não sendo proprietários dos meios de produção, vendem sua força de trabalho. É importante observar, contudo, que hoje, o assalariamento era uma das formas principais, porém entende-se que atualmente há outras formas de venda da força de trabalho que não seja através dessa forma, a partir do processo de precarização do mundo do trabalho e da desregulamentação das leis trabalhistas. Porém Marx no Livro 3 da obra *O capital* afirma que a definição da classe é dada pela forma como obtém a renda, pelo salário, pela renda da terra ou pelo lucro do capital.

Assim, como salientou-se nos capítulos anteriores sobre a teoria do valor, é importante fazer algumas breves interpretações sobre trabalho e trabalhador produtivo e improdutivo, embora entenda-se que este não seja o objetivo desta produção. No capítulo VI do Livro I, também chamado de capítulo inédito, Marx apresenta a distinção, “só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valor; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente nos processos de produção com vistas à valorização do capital” (1975, p. 229), ou seja, na medida em que se associa as duas distinções (subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital³²) a subsunção real significa dizer que não está mais restrito a apenas um operário, mas que tem impacto significativo na capacidade de trabalho social que se “converte no agente real do processo de trabalho total”. Assim sendo, reitera-se que o trabalhador produtivo é não se limita aquele que realiza tarefas manuais diretamente na produção e ainda, não é o “tipo” de trabalho desenvolvido e nem o local dentro das esferas que compõe o modo de produção capitalista que define se um trabalhador é ou não é produtivo. Afinal, sabe-se que o critério para classes sociais na inserção social não é o valor de uso produzido, aliás para o processo de produção capitalista isso é irrelevante, o que importa são as relações sociais que

³¹ É fazendo referência a economia nacional (econômica clássica) que Marx faz crítica em sua obra *Manuscritos econômicos-filosóficos* “Diz-nos o economista nacional, que tudo é comprado com o trabalho, e que o capital nada mais é do que trabalho acumulado. Mas ele nos diz, simultaneamente, que o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si própria e a sua humanidade” (MARX, 2010a, p. 28).

³² A primeira se faz pelo processo de subordinação direta dos trabalhadores aos capitalistas, ou seja: aquele que possui os meios de produção controlam as condições do trabalho daqueles que apenas possuem sua força de trabalho para vender. A segunda, é resultado da acumulação que advém do processo anterior e pode ser compreendida no investimento feito em maquinaria e ciência dentro da produção.

se conformam a partir da produção e seus diversos níveis de alienação. Por isso é necessário que se analise a teoria do valor a partir de mediações que considerem aspectos quantitativos (tempo de trabalho) e qualitativos (relações de produção).

Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, uma vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de mio direto de valorização do capital (MARX, 2013, p. 578).

O que está se afirmando aqui é que classe trabalhadora não se define, ou melhor, não se restringe ao emprego formal de fábrica, ou ainda, a aqueles que desenvolvem trabalho produtivo ou não. O que define o conceito de classe trabalhadora é sobretudo a condição proletária e o assalariamento, afinal a lei do valor é o meio pelo qual os seres humanos se relacionam no capitalismo, o que também pode ser denominado de relações sociais reificadas. Nesta linha de reflexão se pode afirmar que para Marx, a classe trabalhadora não é um grupo especial, com determinadas funções ou ocupação no interior das fábricas, pode-se dizer que a definição se encontra em: 1) aquele que não possui acesso aos meios de produção e precisa vender sua força de trabalho; 2) ao passo que vende sua força de trabalho, sua utilização no processo de produção é supervisionado e controlado pelos agentes representantes do capital (CALLINICOS, 2004). Portanto, é importante ressaltar que a definição de classe trabalhadora não tem só um sentido abstrato, é fruto de uma condição histórica, demarcada por um modo de produzir e reproduzir a vida, que instaura não somente diferentes condições e modos de vida nos sujeitos, mas que sobretudo cria antagonismos em relação a projetos futuros e concepções de mundo.

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. Classe, e não classes, por razões cujo exame constitui um dos objetivos deste livro. Evidentemente, há uma diferença. “classes trabalhadoras” é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelões, e juntos constituem classes trabalhadoras. Por classe, entendo um

fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente nas relações humanas (THOMPSON, 1987, p. 9).

Equivocam-se aqueles que buscam definições fechadas sobre classe social na obra *O capital apenas* no capítulo 52 do Livro III “As classes”.

Os proprietários da mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que tem no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista (MARX, 2013, p. 947).

Na verdade, a compreensão sobre trabalho e classe trabalhadora é central em toda a obra, embora Engels tenha finalizado alguns escritos após a impossibilidade da continuação do capítulo 52 pela morte de Marx: capitalistas (lucro), proprietários da terra (renda da terra) e trabalhadores assalariados (salário) como as três fundamentais classes do modo de produção capitalista, que na aparência se apropriam do que foi produzido, embora como demonstrado nos parênteses possuem formas distintas de apropriação, mas isso será retomado novamente mais a diante.

No Livro I de *O capital*, pode-se encontrar as formulações que abarcam a mercadoria, a compra e venda da força de trabalho, o mais valor, o trabalho entre outros elementos que em seu conjunto apresentam os objetivos primordiais do capitalista que é sempre extrair o máximo da capacidade da força de trabalho humana e gerar mais valor. O que se pode dizer que nesta etapa da produção marxiana, aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que a compram, estão em posições completamente antagônicas, contraditórias pois “o tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador” (MARX, 2013, p. 307).

Ou seja, a origem das classes não poder ser determinada na esfera do mercado, do acesso, mas sim pela função realizada na produção que os sujeitos passam a pertencer determinada classe social, não é pelo salário que recebem em troca da venda de sua força de trabalho, mas sim pelo papel social realizado no processo de produção de riqueza. Em síntese se pode afirmar: o salário e a quantidade recebida, que permite um determinado nível de

consumo são compreendidos como *determinados* pelas classes, a função do sujeito social na produção é o *determinante*, assim sendo a função realizada na esfera da produção de riqueza é a causa, a sua forma de ingresso no mercado de consumo é a consequência.

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção [...], pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupo humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social (LENIN, 1979, s/p)

Retomando as considerações que estavam sendo feitas sobre o capítulo 52 do Livro III de O capital, é importante que se entenda o que conforma os papéis e o lugar ocupado pelos sujeitos sociais no processo de produção, afinal de contas isto são os pressupostos da classe. Como dito anteriormente, Engels disserta sobre os três tipos de classes que são típicas do modo de produção capitalista, mas antes de adentrar a esses aspectos é importante questionar: 1) qual o tipo de propriedade que se possui para uma determinada produção; 2) qual é a relação de produção estabelecida entre si no processo produtivo; 3) o caráter contraditório que culminam em formas de enfrentamento partindo do pressuposto que possuem interesses diversos e que por fim antagonizam as classes. O que o sujeito tem em sua posse para construir o processo de produtivo é a forma que ele se insere na realidade social, aqui neste contexto demarcado pela sociabilidade burguesa, portanto o que se pode possuir é: 1) propriedade dos meios de produção; 2) propriedade da terra; e 3) propriedade da força de trabalho.

Dessa forma, o que vai ser determinante para pertencer a uma classe ou a outra não é o que possui de renda, mas sim o que tem enquanto propriedade para o processo de produção, e a partir disso é possível que se considere a renda. Desse modo, pode-se afirmar, como já dito anteriormente, que a análise sobre classe a partir de um viés simplista e estratificado que se explica a partir da capacidade de consumo de mercado, do poder aquisitivo é um equívoco. “há que se diferenciar setor socioeconômico (definido na esfera do mercado, poder aquisitivo) de classe social (determinado na esfera produtiva, papel desempenhado no processo produtivo)” (MONTAÑO, 2011, p. 87). Ao passo que a terra se torna um meio de trabalho quando apropriada pelo capitalista estas duas classes antes compreendidas de forma

separadas, agora podem ser uma só. Em suma, Engels define no Manifesto do Partido Comunista, o que se considera a partir da teoria marxista, que existem duas classes que se antagonizam no modo de produção capitalista,

Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados dos meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir (MARX e ENGELS³³, 2013b, p. 23).

A separação entre trabalho e meios de produção é um fundamento básico do modo de produção capitalista, por isso a propriedade privada é a concretização entre aqueles que possuem meios de produção e aqueles que possuem força de trabalho para vender. Pode-se afirmar, portanto, que essa contradição capital *versus* trabalho é inerente e fundamental a este modo de produzir, há necessidades completamente opostas dentro do processo produtivo, mas essa relação é ineliminável, pois uma vez superada essa contradição, superado estaria o capitalismo. Essa relação de produção, embora seja construída balizada pelo salário (considerando as condições de um trabalhador assalariado), como já se desenvolveu nos itens anteriores, é uma relação caracterizada pela exploração e expropriação da força de trabalho, culminando em um processo de trabalho em desefetivação. Neste caminhar, afirma-se que aqui está o núcleo duro da questão social, a contradição entre capital x trabalho; a acumulação de riqueza x pobreza e suas expressões, que contemplam não só desigualdades, mas a resistência empreendida pelos sujeitos, afinal, sabe-se que é a partir desses interesses conflitantes que podem ser organizados atos coletivos na perspectiva de enfrentamento dos traços dominantes do capital.

A partir das transformações no modo de produção capitalista, há em curso um processo de heterogeneização no interior das classes sociais, sobretudo na classe trabalhadora, que se diversifica a partir das compreensões mais contemporâneas sobre o mundo do trabalho. Observa-se que

As pequenas classes médias antigas – pequenos industriais, comerciantes, os que vivem de rendas, artesãos e camponeses – precipitam-se no proletariado, quer porque seu pequeno capital já não basta para empreendimentos da grande indústria,

³³ Nota de Engels à edição inglesa de 1888.

sucumbindo à concorrência dos capitalistas maiores, quer porque sua habilidade desvalorizou-se em consequência de novos modos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população (MARX e ENGELS, 2013b, p. 37).

É correto dizer que neste processo de transformação do mundo do trabalho, são características fundamentais a precarização, a desregulamentação, o trabalho invisível, o sujeito “empreendedor de si mesmo” dentre outras, ainda assim afirma-se que estas modificações não anulam o caráter de classe (burguesa ou trabalhadora) ao contrário acentuam o antagonismo, porque seu eixo central permanece sendo a exploração da força de trabalho e além disso, as modificações que integram o aumento do uso da tecnologia, no modo de produção capitalista, vem sendo utilizadas para ampliar os níveis de exploração e não para reduzir a jornada de trabalho, ou seja: o aumento tecnológico, como a internet das coisas, que deveria ser socializada para ampliar a qualidade e reduzir o tempo trabalho é na verdade utilizada para viabilizar a superexploração do sujeito que trabalha. Sendo assim, a exploração da força de trabalho se mantém e com isso, por mais diversa que seja a classe trabalhadora seus elementos primordiais entre a determinação de classe não se alteram.

Uma vez contempladas as análises acerca dos elementos básicos que distinguem as classes sociais, são oportunas que se problematize a realidade social forjada sob essas bases. São dois níveis a serem considerados “Modo de Produção” (estrutural) e “Formação Social” (conjuntural). A questão estrutural se assenta sob a separação entre o produtor e os meios de produção e da necessidade iminente da venda de sua força de trabalho para sobreviver em troca de um salário (muito abaixo do valor que é produzido pelo trabalhador). Neste momento se concretizam as duas classes fundamentais: capital (burguesia) e trabalho (trabalhadores); exploradores e explorados. São típicas do modo de produção capitalista, possuem um caráter antagônicos por ter a exploração como um de seus pilares e por outro lado também de enfrentamento, a saber do nível de consciência possível que aqueles explorados possuem sobre a realidade. No capítulo 12 de O capital, Marx argumenta que não são vistas como pessoas ou indivíduos, pois aparecem como “personificação de categorias econômicas”. Já o segundo nível da Formação Econômica e Social, a análise deixa de dar centralidade a estrutura e dá lugar a dinâmica da vida social objetiva, aparecem três níveis o da “estrutura social”, da “situação social” e da “conjuntura social”, ou seja trata-se de algumas particularidades que envolvem o capitalismo e seu desenvolvimento, refere-se as regiões e suas especificidades, ao desenvolvimento desigual e combinado, processo que modifica não a forma como os sujeitos se inserem na esfera da produção e portanto, determinante de classe,

mas também os difere de acordo com as condições de vida criadas a partir de contextos históricos determinados, e passam portanto a serem entendidos como grupos concretos, diferentes, porém originários do mesmo processo de produção, em suma: expressam as pluralidades (SANTOS *apud* MONTAÑO, 2011).

É momento de dar um passo a diante na análise. Tratou-se até aqui de diversos aspectos particulares que conformam a totalidade da vida social, em sua esfera produtiva e reprodutiva, neste sentido é necessário afirmar que no interior da classe trabalhadora e das partes que a compõe há elementos que extrapolam o antagonismo estrutural entre capital e trabalho. Versou-se sobre o desenvolvimento desigual e combinado e isto, não é se não uma referência a reprodução global do capital, necessita, portanto, percorrer alguns prelúdios elaborados na obra marxiana em sua totalidade. No livro III de O capital, Marx dá atenção especial a dimensão mais ampliada do capitalismo.

Tratando da produção e da reprodução global, as classes já não são determinadas unicamente pela extorsão da mais-valia ou pelas categorias de trabalho produtivo e improdutivo, mas pela combinação da relação de exploração na produção, na relação salarial e da produtividade/não produtividade do trabalho na circulação, da distribuição da renda na reprodução global (BENSAÏD, 1999, p. 158).

Por essa razão é de fundamental importância referir-se a lei da tendência à queda na taxa de lucro, pois este processo contribui para o crescimento da superpopulação relativa, ou, exército industrial de reserva (que serão adensados um pouco mais a frente). Bem, sabe-se que a extração do mais-valor são decorrentes e causadores e desse modo, componentes da contradição do capital de forma globalizada³⁴.

Atenta-se ao fato de que, esta produção não tem como fim analisar o Livro III e nem mesmo adensar a compreensão sobre a lei geral da acumulação capitalista, embora seja ela fundamental. Todavia, Marx constrói nessa obra a compreensão de que a mesma *taxa de mais-valor* pode gerar *taxas de lucros* distintas, e isso se deve à composição orgânica do capital, que em linhas gerais consiste na soma de capital constante (trabalho morto) e capital variável (força de trabalho), ou seja no momento em que se altera essa composição, seja para

³⁴ Pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar relação em toda a parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolita a produção e o consumo de todos os países (MARX e ENGELS, 2013b, p. 29).

maior aplicação em capital constante ou variável, a taxa de lucro também se modifica. Como retratado nesta produção, a alteração é uma realidade na contemporaneidade do capitalismo global, entretanto atenta-se: o que modifica nessa alteração é a taxa geral de *lucro*, portanto a taxa do *mais-valor* (elementar para o capitalismo) e originário da exploração do trabalho vivo permanece a mesma. Embora não seja este o objetivo central e que move essa tese, a relação entre capital constante e variável não pode ser explicada de forma tão simplória, mesmo porque é determinante nos movimentos da contemporaneidade.

A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. [...] essa composição é determinada pela proporção entre a massa de meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. [...] a primeira é composição de valor e a segunda, composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações. Onde se fala simplesmente composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica (MARX, 2013a, p. 689).

O fato é que com o desenvolvimento do capitalismo poderia ocorrer um entrave neste processo em razão da insuficiência de trabalho vivo para acompanhar o ritmo acelerado da reprodução do capital, ou seja, a redução da oferta de força de trabalho poderia implicar em condições de trabalho mais favoráveis à classe trabalhadora. Todavia, não é o que Marx aponta em suas reflexões. Partindo do pressuposto da citação anterior sobre a composição orgânica do capital, o que de fato interessa ao capitalista é a possibilidade de acumulação de capital seja da forma que acontecer, ou seja a extração de mais-valor sempre irá se sobressair nesse modo de produção.

A força de trabalho é comprada [...] não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, [...] que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadoria. A produção de mais-valor é a lei absoluta desse modo de produção (MARX, 2013a, p. 695).

Neste caminhar, um fator central e já adensado ao longo deste trabalho é o processo de intensificação do processo de produtividade, ou seja: do próprio trabalho (por isso, é inegável dizer que o trabalho é categoria central na obra de Marx), essa dinâmica modificada e acelerada na produção, é resultado do processo de centralização de capital, em breves palavras marxianas “uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas” (MARX, 2013b, p. 699). Em contrapartida deste movimento, decorre uma menor necessidade da força viva de trabalho, e aqui é o momento em que refletir-se-á sobre a superpopulação relativa, que em realidade é a classe trabalhadora desempregada, ou em linhas gerais é uma massa de trabalhadores que naquele momento, pois ela é dinâmica (em seu sentido quantitativo) não estão vendendo a sua força de trabalho - desempregado – mas que ainda assim são trabalhadores que a partir dessa condição acumulam-se resultando em um exército disponível para a extração de mais-valor, o que por consequência pressiona o salário pago aqueles “empregados” para baixo, inalterando dessa forma o objetivo central do capital: a acumulação. Sintetizando essa afirmação: quando se encontram nessa situação, ainda assim não deixam de pertencer a classe trabalhadora, na medida em que possuem sua força de trabalho para vender (é o que lhes resta). Ou seja, pertencer ou não a classe trabalhadora não é ter um emprego, mas sim depender de vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Estes sujeitos são, em realidade produto da ordem social burguesa.

Enfim, ao que se apresentou como classe trabalhadora e as breves considerações acerca de sua formação, é importante que no subitem a seguir se acresça ao debate a importância da consciência de classe. No engendramento e desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista, a dinâmica de alteração na composição orgânica do capital e ainda, as novas formas de organização da força de trabalho acabam por determinar que essa reprodução ampliada do capitalismo que engloba todo o planeta, acirre cada vez mais as contradições, maximizando a negação da negação, a desumanização da vida humana, e um trabalho sem sentido. “O operário moderno, em vez de elevar-se com o progresso da indústria, decai cada vez mais, abaixo das condições de sua própria classe. O operário transforma-se em indigente, e a miséria cresce mais rápido do que a população e a riqueza” (MARX e ENGELS, 2013b, p. 44). O capitalismo por mais que se consolide sob bases profundamente contraditórias não se supera por si só, para tal é preciso falar sobre consciência de classe.

3.1.1 Ensaio sobre a consciência de classe

Muito se pontou sobre o aspecto objetivo da classe trabalhadora, das condições reais e cotidianas de vida desse sujeito social, mas realizando uma reflexão sobre sujeito, classe e consciência de classe é importante tornar também central, o papel da subjetividade, que aliás não é uma dimensão desprezada em nenhum momento pela obra marxiana, toda objetividade é composta pela subjetividade, possui dupla dimensão. Como se fez referência no capítulo 02 item 2.6, a subjetividade é por um lado atrelada à consciência de classe, portanto ligada ao reconhecimento e pertencimento, e ao mesmo tempo é interligada com o sujeito real, histórico que tem a capacidade de transformar a sua realidade, através de seu fazer, ou seja: a práxis social. Desse modo é, fundamentalmente um traço importante de análise da realidade, pois cabe em si ações que podem transformar a realidade a partir da compreensão da potência existente na coletividade. A subjetividade neste sentido é essencial na apreensão da realidade, negar esta afirmação é negar a real interação entre objetividade subjetividade que constituem por fim, a práxis social humana.

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Fuerbach incluído – é que o objeto [Gegenstand], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma de objeto [Objekt] ou da contemplação; mas não como atividade humana sensível, como prática, não subjetivamente. Daí decorreu que o lado ativo, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo – mas apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não conhece a atividade real, sensível, como tal. Fuerbach quer objetos sensível [sinnliche objekte] efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento; mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [...] Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica” (MARX, ENGELS, 2009, p. 123).

A crítica feita por Marx na citação anterior se encontra nas Teses Sobre Fuerbach, que busca contrapor a negação do duplo caráter – objetividade e subjetividade – e colocar luz sob o aspecto de que esta interação da vida objetiva e subjetiva é tão central como o trabalho. Ao passo em que se planeja uma atividade orientada a um fim (trabalho concreto) é certamente uma concretização da interação entre subjetividade e vida material, em seu aspecto mais ontológico, embora não se restrinja a ele.

Portanto pode se afirmar que a consciência é determinada pela realidade social, e condicionante para realizar a transformação, as experiências vividas pelos sujeitos a partir de toda a complexidade expressa na realidade social determina um tipo de consciência, o que em

contrapartida não significa afirmar que se dará de forma uniforme, a própria condição pela qual o sujeito se insere na realidade determina diversas formas, podendo ser uma forma mais individual, isolada como também coletiva, “é impossível compreender a questão da consciência de classe [...] se não considerar que trabalho, vida cotidiana e consciência do ser social se inter-relacionam e se articulam de maneira indissolúvel” (ANTUNES, 1966, p. 99). Ou seja, é preciso pontuar a relevância que o cotidiano tem para a construção da consciência de classe, sobretudo afirmar antecipadamente que consciência é processo, visto que ela é construída.

A gente não pode se conformar, temos que tentar fazer uma batalha ideológica contra. Mas, particularmente acho que a consciência deriva da existência. Então por mais que a pessoa seja é consciente, ela é bombardeada com um monte de bobagem todos os dias, se a geladeira dela estiver vazia essa é a maior que a lição que ela vai ter (LÍDER SINDICAL 02).

Desse modo, o movimento realizado pela consciência é perfeitamente dialético, composto em cada etapa por elementos de superação, das formas que já existiam, da negação, que vão se contradizendo em seu desenvolvimento e inserido em determinados contextos históricos, e neste sentido pode apresentar saltos qualitativos, que não podem ser considerados apenas em seu sentido positivo, mas também em seu aspecto negativo. Avanços e recuos.

Ora, os sujeitos constroem as suas histórias a partir de suas experiências e vivências e de onde ele está inserido na sociedade, neste sentido suas particularidades se apresentam através de sua concepção de mundo, no aspecto subjetivo as relações sociais que emergem dessa realidade, também demarcam o seu “*ser*”. Mas até então o que se falou foi de um sujeito em sua individualidade, mas que está inserido dentro de uma totalidade social, e que portando pensar sobre consciência de classe se torna possível ao entender o movimento de ida e vinda entre totalidade e particularidade. Dessa forma, afirma-se que ao olhar para as particularidades cria-se um conjunto de fatores similares³⁵ que atravessam todos os sujeitos da classe trabalhadora, formando, portanto, uma condição de “*todo*”, embora se ressalte: processos e fenômenos como alienação³⁶, tendem na maioria das vezes esfumaçar as

³⁵ Como por exemplo alguns elementos estruturais já trabalhados em outros tópicos que determinam o pertencimento a uma classe ou não, ser uma classe ou outra.

³⁶ Ver capítulo 02.

possibilidades de compreensão da realidade, a capacidade de manipulação do capital cria no sujeito a sensação de ser singular.

As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 2017, p. 146).

Ou seja, sob as bases da sociabilidade burguesa se nota que o sujeito social empenha todas as suas forças pautadas a própria vida, a sua complexa e contraditória vida, fato é que ali pode ser compreendido como um sujeito inteiro, pois pauta-se cada vez mais pela sua própria história e necessidades individuais, singulares. Neste sentido é que se explica a consciência de classe como um processo, pois ela se desenvolve no interior da luta de classes e assume dimensão política. Assim sendo, como afirma José Paulo Netto em seu livro: Cotidiano, conhecimento e crítica - o acesso a consciência humano-genérica não se dá a partir deste tipo de comportamento, essa identificação só é possível quando a singularidade é superada, não quando este sujeito está despreendendo suas forças para diversos objetivos, mas sim quando toda sua força se volta para algo prolongado, menos imediato, onde é possível ultrapassar a heterogeneidade³⁷ da vida, compilando, uniformizando todas as suas capacidades em direção a um projeto que não se restringe a sua singularidade, mas sim onde se reconheça e se comporte como inteiramente homem (NETTO, 2012).

Mas é preciso que se atente a consciência de classe, e aos movimentos que foram mencionados anteriormente, porque em síntese o que se apresentou foi a verdadeira necessidade de afastar-se de análises que se edificam a partir de um olhar imediato da realidade, esta realidade como já dito esta preenchida de fenômenos que ocultam e dificultam a passagem importante entre a consciência-em-si para a consciência-para si, é nesse processo transformador que habita a possibilidade de desenvolvimento da consciência de classe. Entretanto, para esse processo de superação se atrela a necessidade da filosofia da práxis, ou

³⁷ A vida cotidiana configura o mundo da heterogeneidade. Interseção das atividades que compõem o conjunto das objetivações do ser social, o caráter heteróclito da vida cotidiana constitui um universo em que, simultaneamente, se movimentam fenômenos e processos de natureza compósita (LUKÁCS apud NETTO, 2012, p. 65).

seja, uma teoria revolucionária ser apreendida como uma crítica que pressuponha ultrapassar o senso comum, em outras palavras: senso crítico da realidade. Afinal, o objetivo de uma transformação radical da realidade só pode ser alcançado quando se construa sob as bases de uma teoria revolucionária. Sobretudo, o senso comum é parte do dia a dia e é repleto de ideias que se entrelaçam criando dificuldades para se chegar a algumas compreensões e intervenções, mas ainda assim dentro do mesmo senso comum, que como todas as coisas é atravessado por contradições, que há de se encontrar a possibilidade de se tornar útil para essa modificação estrutural e social. Como ressalta Gramsci (1999 p.101) é preciso “basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir um *ex novo* uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente”

Alcançar a consciência de classe por si só é impossível, requer ajuntamento de conhecimentos, de teorias que possibilitem a apreensão do real visando uma intervenção que a modifique, e não que só a contemple. Nesse sentido, o papel das ideias revolucionárias e os caminhos que são construídos para alcançar o objetivo fim por sua vez precisam de um sujeito que faça o papel mediador neste processo. Ou seja, um intelectual que sintetiza e o partido político que se torna um instrumento de organização da classe trabalhadora. O trabalhador em si, diante da realidade profundamente alienada não poderia construir a consciência de classe, pode sim, organizar-se para ter melhorias objetivas nas condições de vida, mas que ainda sim manteriam as bases do modo de produção capitalista, o que não deve ser contestado a saber que esse tipo de organização, como por exemplo os sindicatos, produzem dentro de determinadas categorias de trabalho processos de vivências, experiências e lutas que acendem dentro do trabalhador pequenas reflexões importantes sobre a sua realidade social.

Sabe-se que a obra *O capital* é sobre o modo de produção capitalista e tudo que dali se origina e modifica, Marx, no posfácio à segunda edição do livro afirma que sua produção é uma criação que emerge da classe trabalhadora, ora, aponta-se, portanto, o papel fundamental de entender a importância da organização e consciência de classe no processo de superação,

a acolhida que *O capital* rapidamente obteve em amplos círculos da classe trabalhadora alemã é a melhor recompensa do meu trabalho. Num folheto publicado durante a Guerra Franco-Alemã, o sr. Mayer, industrial vienense, economicamente situado do ponto de vista burguês, afirmou corretamente que o grande senso teórico, que é tido como um patrimônio alemão, abandonara completamente as ditas classes cultas da Alemanha para, ao contrário, ressuscitar na sua classe trabalhadora (MARX, 2013, p. 84).

E ainda

O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía, portanto, a possibilidade de todo desenvolvimento original da economia “burguesa”, mas não a sua... crítica. Na medida em que tal crítica representa uma classe específica, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é o revolucionamento do modo de produção capitalista e a abolição final das classes: o proletariado (MARX, 2013, p. 87).

Aqui neste momento é importante ter atenção para que não se caia em alguns determinismos que podem levar a uma compreensão equivocada de que somente pelo fato de ser e pertencer a classe trabalhadora já estão conformadas as condições para que o sujeito tenha comportamentos revolucionários e uma missão histórica. Há sem dúvidas potenciais revolucionários que se instauram dentro das contradições inerentes e próprias do modo de produção capitalista e estas contradições podem ser compreendidas de forma objetiva pelo modo e condição de vida dos sujeitos, entretanto, o aspecto subjetivo ou seja, a consciência de classe ainda é um fator determinante para que aconteça ou não essas ações transformadoras e revolucionárias. Interpretar e intervir na realidade não é uma tarefa linear e que se dá somente pelo aspecto objetivo da vida, o movimento processual da história modifica as condições, portanto a oposição feita pela classe trabalhadora só pode ser constituída sendo antagonista de outra classe, ou seja, quando se compreende qual é o seu lugar na história. Não por acaso, na obra O Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels, os autores afirmam “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (2013, p. 23).

Até o presente momento, apresentou-se diversos elementos que apontam as transformações do mundo do trabalho e, portanto, alteram também a objetividade subjetividade e a organização da classe trabalhadora, afinal essas novas formas de organização da força de trabalho implicam diretamente em novos comportamentos em decorrência de processos de alienação, manipulação e ideologias que capturam os sujeitos sociais. Dessa forma, ao falar desse indivíduo, ainda que capturado, ainda se está tratando acerca da classe trabalhadora. Ressalta-se que essa “unidade” de classe não está desconexa da realidade, ao contrário as relações sociais são construídas sob essas bases, o que se explica é o fato de que, além do histórico antagonismo entre trabalhadores e burguesia, há no

desenvolvimento das forças produtivas e sobretudo, a partir da reestruturação produtiva, a criação de interclasses, que podem ser notadas com o uso da tecnologia e a divisão social e técnica do trabalho que altera a lógica, por exemplo dentro das fábricas, e também fora delas sob a ótica do sujeito ser “*seu próprio patrão*” (assentadas em ideários neoliberais que reforçam a todo instante valores individuais, competitivos e meritocráticos). Assim, há atravessamentos que atingem a subjetividade desses sujeitos, criando abismos importantes dentro da própria classe trabalhadora, que tende a se compreender (no seu interior) por fatores determinados e não determinantes.

Ou seja, no imediatismo desse dado momento histórico, as análises que envolvem toda a unidade de classe passam despercebidas, ou melhor, são anuviadas, afinal o que salta aos olhos nesta realidade aparente é que inclusive, as condições de exploração são diferentes, embora em determinada circunstância realmente se apresentem assim, porém o que não pode se perder de vista é a essência do capital, sua contradição *em relação ao* trabalho.

Por fim, é preciso reconhecer a heterogeneidade que caracteriza a classe trabalhadora o que amplia ainda mais o desafio dessa construção, é preciso mediar, ter rigor científico na análise, para que ela possa apreender em verdade o que emerge da realidade, e não se petrificar em situações que aconteceram no século XIX. Cada período histórico encerrou situações concretas, particulares e específicas, contudo, na contemporaneidade ao falar-se de classe trabalhadora e consciência de classe é preciso reconhecer que os níveis de complexificação se aprofundaram, tornado ainda mais desafiadora essa construção coletiva e mais necessária e urgente, dadas as ameaças cada vez mais destrutivas do capital que exigem respostas. Apesar das adversidades sua potencialidade transformadora é inegável e a busca por superações é componente do sujeito histórico. As fábricas se modificaram, os sujeitos se modificaram, os processos de alienação se intensificaram em tempos de capitalismo manipulatório, o que só amplia a necessidade de produções que consigam acompanhar o momento histórico, considerando o sujeito social real, de carne e osso. Complexificaram-se todas as coisas, e sobretudo, aprofundou-se a crise do capital e a desvalorização da vida humana.

Evidencia-se assim, claramente, que a burguesia é incapaz de permanecer por mais tempo como classe dominante da sociedade e de impor-lhe, como lei e como regra as condições de vida de sua classe. É incapaz de assegurar o seu escravo a própria existência no âmbito da escravidão, porquanto é compelida a precipitá-lo numa situação em que tem que alimentá-lo em vez de ser por ele alimentada. A sociedade

não pode mais existir sob seu domínio, isto é, a existência da burguesia não é mais compatível com a sociedade (MARX e ENGELS, 2013, p. 45).

No próximo item irá se apresentar vistas sobre a classe trabalhadora brasileira dando atenção especial a suas condições particulares e históricas, de modo a fazer uma aproximação à realidade que contextualiza o processo de coleta de dados, e observações realizadas ao longo das entrevistas efetivadas com os líderes dos sindicatos que serão apresentadas no item após a análise do contexto brasileiro.

3.2 Vistas sobre a classe trabalhadora brasileira e seu contexto sócio-histórico

O propósito deste item é compreender quais são as mediações que dão movimento para o contexto sócio-histórico brasileiro e os impactos que atingem a particularidade da formação da classe trabalhadora nacional, ou seja, as condições que aqui se encontravam e se encontram para o seu desenvolvimento. É correto afirmar que as particularidades brasileiras implicam no processo de transformação social em consonância com o aprofundamento também das desigualdades sociais, todavia há de se considerar os avanços alcançados ao longo do tempo que caminham na esteira da resistência travada pela classe trabalhadora brasileira, ainda que este processo contenha em si heranças patrimonialistas, e assumam novas formas ao longo do desenvolvimento social. O novo que emerge sob bases já consolidadas e que, portanto, resiste a marca do tempo traz características peculiares e que se radicalizam no Brasil a partir da mundialização do capital. A relação entre o “novo” e o “velho” caminham juntos no contexto social brasileiro, dessa forma refletir sobre as relações de classe e de trabalho nesta realidade requer conhecer sua história do começo. Todavia, para se entender a relação entre o “novo” e o “velho” que imprimem especificidades a realidade social brasileira é preciso retomar a noção do desenvolvimento desigual, apresentada por Marx na Introdução aos Grundrisse, de 1857.

A desigual relação do desenvolvimento da produção material frente à produção artística, por exemplo. De uma maneira geral não tomar o progresso no sentido habitual. Arte moderna etc. Esta desproporção está longe de ser importante e tão difícil de apreender como a que se produz no interior das relações sociais práticas. Por exemplo, a cultura. O propriamente difícil nesse caso é discutir o seguinte: de que modo as relações sociais de produção, como relações jurídicas, seguem um desenvolvimento desigual [...] essa concepção aparece como desenvolvimento

necessário. Mas justificação do acaso. Como. (Da liberdade também, entre outras coisas.) (Influência dos meios de comunicação. A história universal não existiu sempre; a história como história universal é um resultado.) (MARX, 2011b, p. 89-90).

O que se aponta a partir da citação referida é sobre a desigualdade que assola o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, as forças produtivas se expandindo e ao mesmo tempo as relações sociais forjadas neste mesmo bojo precarizadas. Ampliam-se as possibilidades de criação, concentração e centralização de riquezas e ao mesmo passo se amplia visceralmente a miséria. Concentra-se o acesso aos bens produzidos a partir do trabalho social a uma pequena parcela da população e intensifica-se a pobreza. Em síntese: atinge-se todas as esferas da vida a partir do desenvolvimento desigual, não tão somente na esfera objetiva, mas também no âmbito das legalidades, da cidadania dentre outras. Assombra-se a realidade social e sobretudo, a apreensão da realidade e de seus representantes a partir de novas roupagens de fetichismo e de reificação, mistificando o abismo social produzido sob as bases capitalistas.

Dito isso, após uma breve explicação (que será retomada nas próximas páginas) volta-se para compreender de perto, a realidade brasileira e a formação de sua classe trabalhadora. Fato é que esta tese não contém em seu objetivo geral um aprofundamento do debate sobre condições sócio-históricas brasileiras, mas entende-se que por ter em seus fundamentos metodológicos um método de análise e de exposição que visa apreender os processos e fenômenos em seu núcleo duro, o movimento dos processos históricos serão seriamente precisam ser contemplados.

O processo de transformação do trabalho no Brasil, antes do período de 1888 (abolição da escravidão³⁸) onde havia o regime de pessoas negras escravizadas para uma atividade de trabalhador “livre” precisa ser entendido, porque de todo modo há uma modificação qualitativa deste trabalho, mas só é possível compreendê-la na integralidade ao analisar os componentes dessa transformação. Neste viés, o sujeito social passa a ser considerado um trabalhador livre, não por poder vender sua força de trabalho ou por não possuir os meios de produção apenas, mas sim porque passa a fazer parte de uma forma de produzir que ao mesmo

³⁸ Para aprofundamento e melhor compreensão a respeito do tema, sugere-se algumas leituras indispensáveis: Florestan Fernandes em “Cor e Estrutura Social em Mudança” e Caio Prado Júnior em “Evolução Política do Brasil e outros estudos”.

tempo modifica matéria prima em produto e também lhe modifica como sujeito. Assim sendo, o trabalhador livre (antes sujeito escravizado) se torna uma peça dentro do sistema capitalista. É certo que a classe trabalhadora brasileira e considerando aqui, o trabalhador livre para vender sua força de trabalho se forja no bojo da economia cafeeira. O processo histórico de produção e expansão da econômica nacional necessariamente se localiza aqui, a necessidade de organização dos trabalhadores para a produtividade, pois a exportação de café para o mundo exigiu naquele momento o seu aprimoramento. A competitividade de mercado estabelecida neste período era, portanto, compreendida como uma porta de entrada para o aumento da lucratividade do setor agrícola.

Assim, a fazenda cafeeira é obrigada a transformar o escravo, uma inversão onerosa de capital, em trabalhador livre em condições de circular no mercado de trabalho segundo as necessidades do sistema em emergência [...] dados determinados obstáculos institucionais que sobrevivem do regime escravocrata [...] ao lado da crescente necessidade de força de trabalho cada vez mais volumosa, como ocorre no oeste paulista, o fazendeiro promove a imigração de trabalhadores livres. Assim, instituições, valores, normas de comportamento, recursos tecnológicos obsoletos, ligados ao regime patrimonial escravocrata foram paulatinamente destruídos, reformulados ou reorganizados, de modo a possibilitar a estruturação da empresa capitalista (IANNI, 1963, p. 104).

Pode-se entender, portanto, que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro está atrelado a economia brasileira porque de um lado é este o setor que dará condições para que se consolide o processo de reformulação das bases produtivas e por consequência do desenvolvimento capitalista e por outro lado, porque há uma relação entre o que se tornam as fazendas de café e o advento da indústria que passam a ser por fim, o eixo de exploração da força de trabalho brasileira. Atenta-se ao fato de que o trabalho é assim entendido como um processo que modifica o homem, porque não se realiza da mesma forma em locais distintos. O trabalhador pode ser produtor de mercadorias a serem consumidas ou pode ser o que produz mercadorias e além, tem sua força de trabalho expropriada gerando mais-valia. “Por isso é que o trabalhador que se encontra no campo, como escravo, sitiante ou artesão não é semelhante àquele se acha no interior da fábrica” (IANNI, 196, p. 105).

O processo de migração do campo para cidade oferece desafios reais para aqueles trabalhadores que ao ingressarem no espaço urbano, complexificam a reprodução das relações sociais porque se modificou a produção da vida e, portanto, do trabalho. A falta que o espaço rural lhe causa ainda não permite que compreenda, sobretudo no novo espaço (urbano) que

encontrarão as possibilidades de reconquistar aquilo que antes era mantido em segurança (a exemplo: sua pequena produção de determinada fruta, criação de gado etc). Nesse sentido há uma nova forma de liberdade a ser desfrutada, mas que se contrapõe aos limites do capitalismo, a única forma de se garantir segurança material é estar inserido na sociedade urbana-industrial, embora essa nova situação ofereça algumas possibilidades. A ampliação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil impulsiona também a complexificação das lutas sociais e das contradições entre capital e trabalho.

Assim, é neste contexto histórico que a classe trabalhadora brasileira tem em seu fundamento um processo mais demorado em relação a consciência de classe, sobretudo porque havia neste momento necessidades objetivas importantes, de sobrevivência, de salário, alimentação, moradia e tantas outras a serem conquistadas. A formação de classe trabalhadora urbana nacional é heterogênea, a concentração da força de trabalho advinda de diversos locais nacionais e estrangeiros implicou numa disparidade entre eles, relacionadas desde as condições de vida, a valores, crenças, ou domínio de técnicas.

Portanto, pode-se perceber que em síntese, essa complexidade de condições da classe que se forjava no Brasil iria implicar em processos que trariam peculiaridades para a formação política dos trabalhadores. Havia então aqueles que ainda saudosos das condições do campo e outros, que já apresentavam um novo comportamento, embalados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Anteriormente, em outros capítulos e itens se apresentou os mecanismos específicos do capitalismo que invadem a sociabilidade humana, é correto afirmar as novas roupagens que surgem ao longo do desenvolvimento histórico e social da vida. Neste caminho é preciso reconhecer que, as novas manifestações que se apresentam através da captura da subjetividade do trabalhador, não são algo recente, mas sim processos reconstituídos sob novas bases. Um exemplo disso se encontra nos trabalhadores que migram do campo para a cidade e que incorporam a mentalidade liberal, que nos seus primórdios poderia ser reconhecida pela expressão “*self-made-man*”, ou seja, em tradução livre: o homem que se formou, que tanto se esforçou e conquistou, que sem necessitar da ajuda de ninguém e por seus próprios méritos alcançou sua ascensão. É possível reconhecer as similaridades com a contemporaneidade, por mais que dentro do sistema capitalista os limites para a classe trabalhadora sejam maiores que as possibilidades, capturar este sujeito e torná-lo parte da engrenagem é uma tarefa necessária para o modus operandi do capital. É preciso que esteja inteiro, voltado para a produção, para reproduzir os valores do capital, suas ideias e por fim, manter a engrenagem em pleno funcionamento.

O mito do self-made-man, entretanto, parece encontrar fundamento em duas ordem de fatores [...] é inerente a própria fase pioneira de constituição do capitalismo a transformação de uns poucos assalariados melhor dotados em pequenos e depois grandes empresários [...] por outro lado, na primeira fase do regime capitalista sobrevivem, ao lado de outros elementos de ordem econômico-social anterior, também concepções e ideais ligados a possibilidades de enriquecimento pelo trabalho individual intensivo (IANNI, 1963, p. 107).

A necessidade de manutenção da vida, antes vivida pelo trabalhador no campo permanece sendo o objetivo a ser alcançado nessa nova etapa da sociedade brasileira, buscará de todas as formas alguma recompensa e segurança material antes já experimentada, mesmo que lhe custe a própria vida “chega à morte sem haver compreendido toda a extensão do processo de proletarização que o envolveu. A tomada de consciência das próprias condições de vida, parece ser um processo que ultrapassa as possibilidades de consciência do próprio sujeito” (IANNI, 1963, p. 107).

É oportuno pontuar, que neste caminho percorrido até aqui, não se teve por intenção trazer elementos em uma “linha do tempo”, mas sim apontar os elementos fundamentais e saltar aos olhos os movimentos presentes na realidade, as contradições, as mediações, os processos de enfrentamento e resistência da classe trabalhadora. O que está se propondo aqui é construir vistas sobre esses elementos para inicialmente compreender os movimentos de mudanças do trabalhador, desde a condição de pessoa escravizada até o trabalhador livre – proletário. Embora se saiba que estas transformações não estão encerradas. Mas antes de avançar para problematizar o comportamento político dos trabalhadores brasileiros pode-se dizer que a burguesia nacional buscou cada vez mais se aprimorar no desejo de controle da população, dada a heterogeneidade apresentada pela classe trabalhadora que se formava. É fato de que haveria conflitos o que culminou em uma antecipação para refratar possíveis manifestações e levantes populares, o Estado possui papel determinante nessas ações de controle e repressão, todavia as possíveis manifestações estavam assentadas sob reivindicações objetivas, como por exemplo: melhores salários, o que naquele momento não representava nenhuma ameaça ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. De toda forma e por fim, é relevante dizer que aqui nascem as primeiras construções coletivas, representações de classe trabalhadora emergem deste momento, embora ainda que muito embrionárias e que pouco trariam de ganhos para a formação coletiva consciente do trabalhador, e mais distante ainda a possibilidade de apropriação daquilo que ele mesmo produziu e/ou produz.

A desigualdade de temporalidades históricas assinalada tem na feição antidemocrática assumida pela revolução burguesa no Brasil um de seus pilares. As soluções políticas para as grandes decisões que presidiram a condução da vida nacional têm sido orientadas por deliberações “de cima para baixo” e pela reiterada exclusão das classes subalternas, historicamente destituídas da cidadania social e política (IAMAMOTO, 2012, p. 105).

Há neste processo de transição uma burguesia nacional que ainda hoje, não compactua com valores democráticos, com processos que promovam a autonomia brasileira. Superposto a isso, encontra-se uma burguesia que visa restringir cada vez mais e de forma mais violenta uma “democracia restrita” nos termos de Florestan Fernandes. Mesmo essa, se configura cada vez mais distante e inacessível para aqueles que trabalham e vivem da venda da força de trabalho. É possível afirmar o papel do Estado neste sentido como assegurador de que os objetivos comuns da burguesia sejam transmitidos e consumidos pela classe trabalhadora como, objetivos universais. Na mesma direção apresenta-se a história como se todos estivessem buscando os mesmos objetivos, a noção de aparelhos privados de hegemonia³⁹ se encarrega de transbordar, mediados pelo Estado, a noção de paridade, legalidade, universalidade, mérito, possibilidades como elementos inerentes a existência humana, ignorando a nova realidade que se impunha. Neste período de transformação da realidade brasileira, pode-se observar uma subalternização da classe trabalhadora e o fortalecimento do Estado como um agente da burguesia.

O Brasil experimentou um processo de modernização capitalista sem por isso ser obrigado a realizar uma ‘revolução democrática-burguesa’ ou de ‘libertação nacional’ segundo o modelo jacobino: o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao complexo desenvolvimento capitalista do País. Por um lado, gradualmente e ‘pelo alto’, a grande propriedade latifundiária transformou-se em empresa capitalista agrária; e, por outro lado, como a internacionalização do mercado interno, a participação do mercado estrangeiro contribui para reforçar a conversão do Brasil em país industrial moderno, com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social. Ambos os processos foram incrementados pela ação do Estado: ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. Nesse sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a

³⁹ Ver nota de rodapé 27.

Independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução ‘pelo alto’, ou seja, elitista e antipopular (COUTINHO, 1999, p. 196).

Portanto é neste cenário e nessas condições estruturais que se forjam os novos comportamentos políticos da classe trabalhadora brasileira. Ressalta-se a importância de reconhecer que os interesses dos proprietários dos meios de produção não poderiam ser realizados se não pela exploração da força de trabalho. O movimento que ocorre do fluxo de capital para o mercado interno brasileiro estava assentado sob os baixos salários recebidos pelos trabalhadores. As condições de vida construídas na nova realidade brasileira portanto, apresentavam condições desfavoráveis para a busca da segurança que os trabalhadores encontravam antes de migrar para o centro urbano. Na cidade de São Paulo, pioneira no processo de industrialização era perceptível este processo de superexploração da força de trabalho

Pode-se dizer que a mulher recebia um salário aproximadamente $\frac{2}{3}$ do salário de um adulto, enquanto os menores tinham salários que variavam entre metade do salário do adulto e $\frac{1}{3}$ do salário da mulher. Matarazzo⁴⁰ chegou a ter máquinas mais baixas, adaptadas unicamente ao trabalho infantil (MARTINS, 2013, p. 260).

E ainda, a superexploração da força de trabalho no período de capitalismo industrial brasileiro é uma das características a serem percebidas com atenção, como afirma o autor Santos Neto, os cálculos dos salários a serem recebidos eram em realidade, “salário de escravo”.

Os salários operários eram determinados por fatores como: a necessidade de elevação das taxas de acumulação do complexo cafeeiro, a crise do capital em escala internacional provocada pela Primeira Guerra e a necessidade do capital industrial em ampliar o processo de expropriação de mais-valia. O rebaixamento dos níveis salariais na zona rural colaborava para que os capitalistas industriais rebaixassem os salários ao máximo, dado que um maior deslocamento da força de trabalho do campo para a cidade; a inexistência de sólidas organizações operárias permitia que os capitalistas rebaixassem os salários e impusessem leis draconianas contra os

⁴⁰ Empresário na cidade de São Paulo. “Além de fabricar tecidos, farinha de trigo, alimentos enlatados e açúcar refinado, tinha agências de venda de automóveis e de filmes de cinema” (DEAN, 2000, p. 270).

trabalhadores, como multas por atraso nos horários de chegada à fábrica, erros cometidos no processo de produção, quebras de máquinas etc (SANTOS NETO, 2015, p. 209).

É visível, a permanência de traços de origem escravocrata que persistem nas condições “novas” que surgiam naquela época. Esse processo de superexploração da força de trabalho, portanto se apresenta como uma nova corrente, mas que ainda mantinha o trabalhador livre preso as grosseiras necessidades. Assim, pode-se dizer que a consolidação do capitalismo brasileiro possui especificidades que não estão embricadas somente na alteração da forma de produzir, mas sobretudo é um modo de organização social, que atravessa a história do Brasil e pode ser compreendida até os anos de 1930 e após 1930. Até o período de 1930 como já se apresentou o contexto social e histórico é possível afirmar que haviam condições para o processo de industrialização, entre as quais, afirma Ianni (1963): a) acumulação do capital, que tem origem o sistema cafeeiro b) a superação do trabalhador escravizado para o trabalhador livre, a partir da migração, imigração, abolição da escravatura e o recomeço de pequenos agricultores, e no mesmo processo o mercado interno consumido mais, importações de maquinarias dentre outros. A segunda etapa que é após 1930, é o momento que o capitalismo supera a fase primitiva e inicia o seu processo de expansão, sobretudo com a tutela do Estado e por fim, a revolução de 30 aponta um processo de derrubada de legalidades que possibilitam o processo de desenvolvimento das indústrias, onde o Estado assume o papel de dirigente para que obstáculos não surgissem para embargar o processo de desenvolvimento da burguesia nacional. Neste sentido o Estado assume um novo papel, em síntese deixa de ser um sistema agroindustrial e passa a ser um espaço de livre atuação da burguesia brasileira, quando promove-se alterações importantes nas legislações que ainda eram do período pré-1930.

O movimento revolucionário de 1930- ponto culminante de uma série de levantes militares abortivos iniciados em 1922 – tem sua base nas populações urbanas, particularmente burocracia militar e civil e os grupos industriais, e constitui uma reação contra o excessivo predomínio do grupo cafeeiro (FURTADO, 2007, p. 282).

E mais,

[...] podemos dizer que, a partir de 1930, ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais, os ‘carcomidos da política’, como se dizia na época. Subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais. Muitos, a começar pelo próprio Getúlio, já tinham começado uma carreira vitoriosa, no interior da antiga ordem.” (FAUSTO, 2009, p. 327).

É possível afirmar na medida em que se altera a composição da burguesia nacional, certamente também se modifica a constituição da classe trabalhadora brasileira, já em condições extremamente difíceis e precárias iniciam movimentos de reivindicação que estão atrelados a questões fundamentais de sobrevivência, redução da jornada de trabalho, proteção no trabalho. Esses movimentos dos trabalhadores brasileiros ainda que sem uma motivação política aparente e sim objetiva, foi impulsionado por trabalhadores que imigraram do velho continente motivados por organização política da corrente de viés anarco-sindicalista⁴¹, embora o tratamento dado a estas mobilizações era de “caso de polícia” sem qualquer perspectiva de política social.

Considera-se oportuno salientar, que todos esses movimentos que vão consolidar a classe trabalhadora brasileira e também, a sua organização estão contidos na gênese e no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O desenrolar desses aspectos sociais, sobretudo é demarcado por fortes repressões. Dessa forma, o contexto social e histórico é mediado por uma clandestinidade necessária que permitiu então, ainda que de forma primitiva, condições de organização e mobilização. Há necessidade de mais uma vez demarcar o papel do Estado, na relação com a heterogeneidade da classe trabalhadora. Os primeiros movimentos sindicais que tinham influências socialistas eram fortemente perseguidos, enquanto de outro lado havia os sindicalistas de cariz patronais, que certamente continham em si uma ação política de amortecimento da luta de classes, desse modo revela-se o papel classista do Estado nessas condições.

Os sindicatos eram sistematicamente reprimidos pelo governo, que, negando-lhes o direito de existência, não se julgava na obrigação de moderar os conflitos, limitando-se a proporcionar proteção policial aos donos de propriedades. Dispersavam-se os piquetes de grevistas com porretes e cavalaria, empastelavam-se as sedes e os jornais dos sindicatos, prendiam-se e deportavam-se os líderes (DEAN, 2000, p. 277).

⁴¹ “O anarcossindicalismo constituiu-se como principal corrente no interior do movimento operário, sendo responsável pela condução dos diferentes movimentos paredistas e pela constituição de distintos periódicos: L’Avvenire, L’Operario” (SANTOS NETO, 2015, p. 211).

Embalados pelo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e pelo aguçar das contradições que emergem da contradição capital x trabalho, a burguesia nacional agora ampliada com o capital industrial e o capitalista agrário temem pelo aumento dos movimentos sociais. Fato é de que havia de imediato uma compreensão do cenário europeu e da influência dos movimentos mais robustos que chegavam até o Brasil alimentando teoricamente a classe trabalhadora brasileira. Houve diversas ações no sentido de enfrentar e buscar melhores condições de trabalho naquele momento, mas a ascensão da classe trabalhadora de forma mais arrojada acontece em 1917, sob os reflexos da revolução russa, que fora o evento mais marcante da década de 1930. “Setenta e cinco mil operários das indústrias paulistas cruzaram os braços, greve esta que deveria demonstrar aos que acreditavam que a questão social era simples questão de polícia, que começava no Brasil, a despertar a consciência proletária” relato do operário João Castaldi, (DIAS, 1955 *apud* IANNI, 1963, p. 114).

O clima de caos que se instaura no Brasil é o momento importante que forjaria a formação do conflito de classes brasileiro, é certo que a necessidade de acumulação do capital o papel classista assumido pelo Estado, não daria nenhuma garantia para que estes movimentos acontecessem de forma legal. Esse processo de fato culmina em uma certa desorganização na forma de reivindicação, sobretudo quando se refere a este trabalhador, que sendo um produto de uma sociedade capitalista em desenvolvimento possuía péssimas condições de trabalho, era perseguido pelo Estado, não dispunha de proteção ao trabalho, mas a tensão entre classes, como em qualquer crise do capital é também uma “brecha” histórica para a construção e avanço para a classe trabalhadora. Portanto, este é o contexto para o surgimento das primeiras associações operárias, partidos socialistas e comunistas e jornais dos trabalhadores. Importante observar que este avanço permitiria que as pautas fossem canalizadas, com o propósito de reivindicações organizadas e que pudessem colocar no centro das necessidades, a concepção coletiva, embora ainda não aparecesse dessa forma, fato é que organizar-se em partidos, ligas, jornais é uma forma de aglutinar temas importantes que provoquem processo do despertar coletivo e de classe. Dessa forma, diversas reivindicações vieram ser atendidas apenas após 1930, portanto o que estava em debate era sobretudo uma radicalização e a pujante necessidade de transformação das condições de trabalho.

Salienta-se que este processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro ainda não havia se consolidado de forma integral, portanto haveria algumas singularidades no processo

de “resposta” as demandas dos trabalhadores. É importante lembrar que se encontrava em colisão a burguesia agrário-comercial e de outra parte os capitalistas industriais em formação, não havia entendimento (dado a herança escravocrata) que agora tratavam com trabalhadores livres, em alguma medida organizados e que, portanto, o tensionamento de classes se tornaria uma constante. Aquele dono da terra, que até então era “dono” do trabalhador (pessoa escravizada) não possuía ainda, no desenvolver da industrialização brasileira nenhum entendimento sobre democracia, liberdade, conciliação, negociação e outros processos e mesma ordem. Portanto eram permanentes mecanismos de coerção (como por exemplo: violência e intolerância) que advinham do período pré-abolição. O desenvolvimento do processo da revolução burguesa brasileira conflita com as novas concepções do mundo moderno, industrial, “uma combinação entre a ordem tradicionalista e as concepções de cunho liberal que sustentam, no nível ideológico, o ordenamento competitivo da economia” (FERNANDES, 1975, p. 105). Em síntese: a burguesia nacional reconhece a necessidade da liberdade para o crescimento econômico, do trabalhador livre para a solidez do processo de acumulação de capital, mas ainda esbarra no processo da legalidade jurídico-política. Ainda caminham abraçados com a escravidão, assentados na necessidade de manutenção do poder, do coronelismo e do mandonismo.

O fator atravessou o conjunto da existência nacional nas relações entre homens livres: “o favor torna-se nossa mediação quase universal” (Schwarz, 1981, *apud* Yamamoto, 2012, p. 111). E ainda, “As elites dominantes brasileiras envolvidas atividades comerciais agroexportadoras identificam-se no mercado internacional com a lógica do lucro e com as ideias de liberdade e igualdade que supõem [...] tal conjunto ideológico defronta-se com a força e a violência nas relações básicas de produção e com “homens-livres” – mas na verdade dependentes -, cujo acesso a vida social dependia do favor de um grande, sendo a figura do agregado a caricatura (IAMAMOTO, 2012, p. 111).

Por fim, o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro e da classe trabalhadora brasileira está forjado em um bojo histórico preenchido pela herança da escravatura, e que se consolida distante da dimensão dos direitos sociais. Após esta breve explicação sobre o período que antecede a história mais recente, a partir de 1930 surge outra configuração, evidentemente resultado de um processo histórico contraditório. Modificam-se as relações entre a burguesia agora industrial (uma expansão mais consolidada) e a classe trabalhadora brasileira, sobretudo a partir da legislação eleitoral que amplia as possibilidades de participação política dos trabalhadores, o que poderia propiciar maior representatividade e

ao mesmo tempo, incorpora dentro da classe trabalhadora um novo comportamento que se pautava mais próximo das necessidades que dariam bases para a consolidação e avanço do capitalismo, contraditando-se com os levantes mais radicais realizados ainda em 1917.

Neste desenrolar é fato que ocorre uma complexificação em todos os setores da sociedade brasileira, no seu aspecto social, econômico, histórico e político. O avanço das indústrias nos centros urbanos inflou o contingente de trabalhadores que vinham em grande quantidade das zonas rurais para as cidades, o que apresenta uma característica importante, afinal estes trabalhadores recém-chegados a “modernidade”, não estavam ainda incorporados ao ambiente político e organizado de classe social. Ainda, continham em si necessidades de sobrevivência, mas sobretudo o sonho de ascender socialmente diante das novas oportunidades oferecidas. Este movimento do campo para a cidade não era composto apenas por homens, mas também por mulheres e crianças, mas de toda forma, o ingresso das mulheres no interior das indústrias modifica também a composição da força de trabalho, que agora passa a incorporar o papel significativo feminino e como próprio do modo de produção capitalista, o seu desenvolver requer a especialização de trabalhadores, e este processo como já discutido em capítulos anteriores provoca consequentemente uma diferenciação entre aqueles que trabalham. O conjunto desses fatores apresentam, portanto, uma alteração na forma de ser, não apenas da burguesia nacional, mas também da classe trabalhadora brasileira. A diversificação não era apenas no contingente numérico de trabalhadores, mas sobretudo em aspectos qualitativos a partir de profissionalizações.

Iniciou-se este item fazendo referência ao “novo” que se apresenta com roupagens modificadas, porém construídas sob bases “velhas”, ou seja: processos e fenômenos que permeiam a contemporaneidade, mas que advém de estruturas anteriores. O sentido que se quer dar a esta compreensão é evidenciar que o processo de desenvolvimento urbano industrial brasileiro já apresentava fenômenos que hoje se intensificaram, tornaram-se mais complexos e profundos e que por fim, permeiam a sociabilidade humana. Trabalhadores que migraram do campo para a cidade, e que agora participavam do processo de industrialização experimentavam uma mobilidade social distinta daquela até então, vivida no campo. Encontraram novos componentes sociais que não haviam sido vivenciados em sua realidade originária, o que se confirma a partir das modificações na legislação, ainda que restritas. Essencialmente proporcionavam um acesso a um modo e uma condição de vida que modularam expectativas de que aquela realidade urbana, aparentemente democrática, livre e mola propulsora de oportunidades seria alcançada por todos. Nota-se: a captura da

subjetividade, hoje mais intensa a partir da reorganização da força de trabalho e da alteração da composição do capital, já apresentava seus indícios neste momento.

O trabalhador que migra para a cidade na busca pela sua ascensão é capturado pelos novos desejos produzidos pelo advento da indústria, esboça-se possibilidades de conquista, de empreendedorismo onde mesmo que no chão de fábrica, o seu objetivo era ser “seu próprio patrão”. Essa divisão, ou melhor esse processo de heterogeneização da classe trabalhadora, que permanece se aprofundando até os dias correntes é visível neste contexto. É neste bojo que inicia uma divisão dentro da classe trabalhadora, minimizando as possibilidades da consciência de classe, afinal dividiam-se aqui aqueles que pertenciam as fábricas e ali estavam pela sua sobrevivência e os indivíduos (entende-se: desprovidos ainda de uma compreensão política) sonhavam os sonhos impossíveis vendidos pelo capitalismo. “Mesmo quando permanecem por longo período de tempo em fábricas, os migrantes rurais, estando, por assim dizer, subjetivamente orientados para fora da indústria, não se identificam com a condição de operário” (LOPES, 1960 *apud* IANNI, 1963, p. 122). Transformaram-se não apenas os sonhos, mas sobretudo o trabalho, alteraram-se as relações de trabalho e, portanto, as relações sociais, é uma nova forma de sociabilidade, uma nova forma de se localizar na sociedade brasileira.

O proletário brasileiro está impossibilitado de organizar a sua ação política de modo condizente com a alteração das condições de objetivação do trabalho. O comportamento político operário será determinado ou motivado por interesses estranhos aos da classe operária, enquanto esta não estiver em condições de organizar coletivamente os seus alvos e os seus instrumentos de luta (IANNI, 1963, p. 123).

O capital é movimento, não há razões de não ser seja pela função social adquirida, seja por sua necessidade de dominação, de toda forma estes processos que invadem a classe trabalhadora brasileira não ocorrem de forma unilateral, na realidade a burguesia nacional se movimento no interior desse processo, utilizando as peças necessárias para a manutenção e desenvolvimento deste novo período. Embora tivesse algumas legislações que se pautavam basicamente para dar sobrevida ao trabalhador, e o aumento significativo do contingente dos mesmos, era necessariamente importantes que aqueles que assumissem o poder de mediar os conflitos acontecesse, certamente, como já dito, na busca pela garantia do movimento de expansão do capital.

Fato é que os avanços acontecem, como as Leis do Trabalho de 1943, regulamentação e funcionamento dos sindicatos, mas ressalta-se que, não é apenas uma concessão da burguesia para a classe trabalhadora, é justamente um reconhecimento dos movimentos antecedentes, em meados dos anos 30, que se apresentam como um entrave para o pleno desenvolvimento industrial, movimento feito pela classe trabalhadora. É a contradição capital versus trabalho em carne e osso.

Exterioriza-se injustificável desconfiança na colaboração das organizações sindicais, surgidas sob o estímulo da necessidade comum e dos interesses de classe, / as leis, há pouco decretadas, reconhecendo essas organizações, tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, **em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado.** Explica-se, assim, a conveniência de fazê-las compartilhar da organização política, com personalidade própria, semelhante à dos partidos, que se representam de acordo com o coeficiente das suas forças eleitorais (Cf. VARGAS apud IANNI, 1963, p. 124, grifo nosso).

Todas essas transformações legais que decorriam em virtude da luta de classe marcam um novo período de atuação dos trabalhadores que começa a imperar no Brasil, ainda que dentro dos limites impostos pelo modo de produção capitalista. O comportamento político dos trabalhadores organizados, em certa dimensão se direciona diante das necessidades de expansão do capitalismo culminando neste momento em uma perda de radicalidade já experimentada. Em síntese: uma movimentação política distinta das reais necessidades que o mundo do trabalho apresentava aos sujeitos. Esse caminhar do proletariado capturado pela lógica industrial, no momento retardou debates importantes, sobretudo como salientado anteriormente nesta Tese, sobre consciência de classe, concentrando-se, portanto, na luta pelo atendimento de necessidades importantes, porém sem o questionamento e enfrentamento estrutural.

Se fez referência sobre o sonho introjetado nos trabalhadores que migram do campo para a cidade, os desejos inatingíveis propagados pela sociabilidade burguesa, e também se afirmou o papel do Estado não só como um aparelho importante e representativo da burguesia nacional, mas sobretudo o papel mediador (embora classista) que exerce. A luta travada pela classe trabalhadora proporcionou alguns avanços, mas de todo modo, a captura subjetiva

daqueles que ainda começavam a degustar da “democracia restrita⁴²” não abriu espaço para a reflexão, desse modo os direitos conquistados neste contexto histórico se apresentam de uma forma geral como um benefício do Estado, descaracterizando e mais, despolitizando os enfrentamentos realizados. Desse modo, o surgimento do sindicato é algo alheio ao trabalhador, algo “de fora”, uma estrutura que deveria ser utilizada para manter a conformidade social, de negociações e manutenção do *status quo*. Ou seja, um caldo histórico propício para reforçar fenômenos particulares, como por exemplo: a alienação. Um sindicato que por fim se apresentava como um espaço de reparação, ajuda, acolhimento e não um instrumento aglutinador para lutas políticas mais significativas.

À medida que os industriais acentuam a sua ação coletiva, criando órgãos como o Serviço Social da Indústria, a classe operária perde transitoriamente a possibilidade de aprimorar meios de atuação. Tolhida por uma legislação trabalhista que, ao lado de garantir-lhes direitos, limita-lhe a ação política; envolvida por órgãos tais como o SESI, os “círculos” e as “juventudes”, a classe operária foi paulatinamente inserida num sistema político destinado a evitar ou limitar a emergência de tensões sociais fundamentais (IANNI, 1963, p. 127).

Não é mais uma questão de polícia, é uma questão política. Uma constante necessidade de dominação e expansão do capitalismo, buscando pelos aparelhos e espaços classistas dominar todas as esferas da reprodução da vida, “é uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo ao seu modo de ser” (MARX, 2008, p.268-269). Assim, os movimentos que atravessam o processo urbano industrial brasileiro, a burguesia nacional passa a amortecer as tensões provocadas pelo conflito de classe, que neste momento estão integrados ao Estado e desse modo exercem funções decisivas e direcionadas para o controle dos trabalhadores, utilizando-se de mecanismos que nebulam suas condições de trabalho e de vida. Suas reivindicações aparentam ser neste dado contexto, reformistas. Mas é preciso preservar aqui, a processualidade histórica que interage a todo momento com as relações sociais, nada está determinado a ser somente uma coisa ou outra, o próprio modo de produção capitalista se

⁴² Restrita aos membros das classes dominantes que universalizam seus interesses de classe a toda nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia. O país transitou da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático [...] ocorreu sem uma desagregação radial da herança colonial (IAMAMOTO, 2012, p. 106).

modifica, tem suas crises, suas ondas de expansão, e não seria diferente com as possibilidades de reorganização da classe trabalhadora brasileira. As condições estruturais e objetivas de vida dos trabalhadores, muito embora com o desenvolvimento do capitalismo, permaneçam precárias, os obrigam a repensar seus posicionamentos políticos, questionando elementos fundamentais do sistema.

Compreender a classe trabalhadora brasileira e todo o seu contexto sócio-histórico não é somente um processo linear de transição, de surgimento de classes, de desenvolvimento industrial, da superação do sujeito escravizado para o trabalhador livre para vender sua força de trabalho, mas sobretudo entender as minúcias que permeiam essas transformações, os fenômenos que se apresentam e mistificam nas relações de produção e sociais. “As relações de dominação-subordinação são um dos requisitos da categoria classe social, [...] nelas que se exprimem de um modo mais acentuado, o grau de consciência dos interesses e ideias comuns” (FERNANDES 1960, *apud* IANNI, 196, p. 130).

Enfim, a revolução de 1930 é típica revolução burguesa, que ocorre “de cima para baixo” sem participação popular e que arrasta a herança colonial escravocrata, agregando novos sujeitos, mas que ainda assim, assegura a participação burguesa. Após 1917, quando tiveram levantes importantes como em toda a década pré-1930, as reivindicações eram tratadas como caso de polícia embora com o desenvolvimento e a necessidade de expansão do capitalismo nota-se, por parte da elite nacional a necessidade de capturar este trabalhador, subjetivamente, induzi-lo ao sonho impossível de ser o “self-made-man”, embora suas condições objetivas mal lhe assegurassem a sua capacidade de vender a força de trabalho. A regulamentação das leis trabalhistas foi um instrumento importante de manipulação e controle da classe trabalhadora, conquanto para a precariedade existente no interior das indústrias garantiria ao sujeito que trabalha mínimas condições legais e também espaços de organização política. Não por outra razão, estes espaços de organização, como por exemplo: os sindicatos são apresentados pelo Estado como um aparelho assistencial, um “bem-feito”, e passa a ser, portanto, naquele momento, compreendido pelos trabalhadores não como um instrumento de luta, e certamente este processo emperra as possibilidades de avanço sobre a consciência de classe. De toda forma, a processualidade histórica que permeia a vida recoloca os sujeitos na cena contemporânea.

No próximo subitem serão apresentados alguns dados recentes da realidade da classe trabalhadora brasileira, para em seguida dar ênfase ao sindicalismo brasileiro.

3.2.2 A contemporaneidade brasileira: algumas rápidas objetivações

Aqui busca-se de uma forma objetiva apresentar alguns dados da realidade brasileira recentes sobre os aspectos do emprego. Se ao longo deste trabalho e com maior ênfase no item anterior, as condições históricas do desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira, sobretudo a passagem da força-de-trabalho escravizada para o então conhecido “trabalhador livre”. De todo modo, um fio importante que tece esse processo de desenvolvimento é marcado por baixos salários, uma característica importante a ser ressaltada no advento do capitalismo brasileiro, de sociedade agrária para urbana-industrial. Embora não seja objeto de análise desta Tese, é importante demarcar que o ciclo de industrialização nacional, que percorre os anos de 1930-1980 pode ser compreendido também como um ponto de partida para o surgimento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, o autor Márcio Pochmann em sua obra: *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, convida para essa reflexão,

O ciclo de industrialização nacional (1930-1980), apesar do inegável avanço do emprego assalariado, sobretudo nas grandes cidades, prevaleceu certa incapacidade de absorção da totalidade da força de trabalho urbana, conformada por enorme fluxo migratório do meio rural. Para que o segmento sobranete dos trabalhadores não se convertesse em desemprego aberto, houve significativa presença dos postos de trabalho informais, inclusive como uma forma original de “passagem” para o emprego formal (POCHMANN, 2012, p. 24).

Este movimento já demonstra o processo de precarização do trabalho, a saber que os informais recebiam uma quantidade de salário muito inferior aos que tinham trabalho formal, não obstante mesmo que havia a necessidade da proteção deste trabalhador, de fato ela nunca ocorreu e tendeu-se nos anos seguintes a se tornar cada vez mais profunda.

Adiantando-se um pouco na história e agora sim, trazendo dados mais recentes do cenário brasileiro, o último Censo⁴³ realizado em 2010 apontou que 84% da população brasileira se encontrava no meio urbano, e apenas 16% no espaço rural. Em 2015 os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE apontou que 13,9% da população ainda mantinha alguma ligação com as atividades do campo, 21,5% nas atividades

⁴³ Os dados podem ser acessados pelo site: <www.ibge.gov.br>. E os dados que se referem a Pnad podem ser encontrado em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx>>. Acessados em dez. 2021.

industriais e 64,5% de trabalhadores nos serviços⁴⁴ (este número expressivo de trabalhadores no serviço, demonstra com nitidez algumas características do processo de desregulamentação do trabalho, onde se trabalha por conta própria ou sem carteira assinada).

O aumento exponencial da população urbana brasileira, desde os seus primórdios trouxe modificações consideráveis, a complexificação das expressões da questão social o que demonstra o intumescimento da população que sob as mais diferentes condições sociais ampliaram as contradições da sociedade brasileira. Desde 1930, a legislação que rege o trabalho no Brasil reconhece a “carteira de trabalho” como um aparato para a proteção dos direitos dos trabalhadores, uma conquista das lutas travadas no seio da sociedade. São esses direitos importantes, que colocariam limites no processo de trabalho como por exemplo: jornada de trabalho, descanso, férias remuneradas, trabalho insalubre e/ou perigoso dentre outros, e que caracterizam, portanto, o trabalho formal, ou popularmente conhecido como “trabalhar de carteira assinada”.

De todo modo, essas condições legais não impediram o processo de precarização do trabalho, pois foram desmontadas a partir da primeira reforma trabalhista, realizada em 2002 pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT). Neste sentido, em 2015 o Brasil possuía um contingente de 53,6 milhões de pessoas trabalhando em atividade fora do campo, 78,3% no setor privado e 21,7% no setor público (MATTOS,2019). Todavia, dentro dessa totalidade de dados, há dados significativos: 20,6% dos trabalhadores do setor privado não tinham carteira assinada, e 20,4% do setor público também não, o que pode ser explicado pela precarização que atravessa não somente o setor privado, mas também do setor público. Fazendo a soma deste aglutinado de trabalhadores sem proteção legislativa, pode-se afirmar que 44% dos trabalhadores ocupados no ano de 2015, eram informais.

É possível perceber a ausência dos direitos dos trabalhadores ao observar que, em 2015, 62% dos ocupados contribuíram para a previdência social, portanto, descontados os 3,7% dos empregadores, constatava-se que mais de 40% dos trabalhadores não o faziam e estavam excluídos, portanto, dos direitos previdenciários, podendo no máximo ser atendidos no futuro com benefícios assistenciais do sistema de seguridade social (MATTOS, 2019, p. 86).

⁴⁴ Todo o setor de serviços como principal fonte geradora de novas ocupações, compreende-se a reconfiguração de parte significativa da classe trabalhadora. Ou seja, a força dos novos segmentos da classe trabalhadora na base da pirâmide social brasileira nos impede de a identificarmos como uma nova classe social, muito menos como classe média no país (POCHMANN, 2012, p. 123).

Estes dados convidam para as importantes reflexões, que tem se tentado sustentar até aqui, sobre o contínuo processo de heterogeneização da classe trabalhadora, e sua fragmentação. Nesse sentido é preciso que se questione quais são as possibilidades e os desafios a partir desta realidade de retomar os pontos em comum para a construção de um projeto que elementarmente possibilite ao trabalhador condições de criar novas perspectivas, que não estejam assoladas pela retirada dos direitos, precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho. Inicia-se trazendo alguns dados sobre a informalidade brasileira, como uma expressão do desmonte trabalhista, mas isso não quer dizer, em verdade que os trabalhadores formais não estejam também, atravessados pelo mesmo processo. De forma mais ou menos intensa, mais ou menos profunda, este é um traço que risca a todos aqueles que precisam vender o seu trabalho para sobreviver.

Em 2011 estimava-se que havia uma população economicamente ativa de 105 milhões de pessoas, sendo que deste montante 12 milhões de empregados estavam abarcados na categoria de trabalhadores “terceirizados⁴⁵”. Não há, portanto, nenhuma cobertura legal por parte desses trabalhadores e não somente isso, não se encontra uma capacidade representativa, organizada de luta, como por exemplo: os sindicatos. Alguns sindicatos têm absorvido esses trabalhadores buscando um movimento mais amplo que debata as condições de trabalhador, de seus direitos, da necessidade da busca por maior estabilidade, e não por seu *locus* no processo produtivo ou o tipo de relação de trabalho estabelecida.

A gente abriu o nosso estatuto do para acolher qualquer categoria. Eles podem vir a se associar aqui com a gente, e a gente vai dar um amparo necessário naquele momento que precisam: de um médico do trabalho, um advogado. Às vezes, lugar para ele se reunir, para ele se organizar, agora a poucos dias a gente fez do Uber aqui, junto com a CUT. Teve essa necessidade de abrir porque a gente representa uma classe que é para uns uma categoria antiga, que tem os trabalhadores todos regularizada, a gente não pode parar por aqui. A gente tem que entrar no mundo conforme ele gira. Muita gente dos nossos que foram metalúrgicos toda vida se transformar nessas pessoas. Estão migrando para esse campo de autônomo, e a grande maioria deles, estão sendo bem explorados e estão se dando conta disso, e eles estão refletindo, nas ideologias, nas diferenças de projeto do país (LÍDER SINDICAL 01).

⁴⁵ O movimento de terceirização associa-se fundamentalmente às necessidades de redução dos custos de contratação dos trabalhadores [...] a contratação de trabalhadores terceirizados impõe custos menores em relação aos praticados pelos postos de trabalho não terceirizados, o que é razoável em ambiente desfavorável de competição em relação ao exterior e ausente crescimento econômico [...] constata-se o aprofundamento da terceirização com o objetivo de redução de custos de contratação (POCHMANN, 2012, p. 112).

De fato, essas novas concepções e categorias, que vem sendo desvendadas elencam desafios importantes para compreender a realidade atual. As alterações nos padrões de trabalho e suas relações dão margem para teorias como o “fim do trabalho”, ou da classe trabalhadora em seu sentido original, sobretudo a partir das modificações que envolvem o salário, ou o “trabalho assalariado”. Na mesma direção, análises que estão balizadas pelo “emprego padrão”, que devem ser contestadas partindo do pressuposto de que em realidade o trabalho é central para a vida humana, ontologicamente uma esfera para o despertar humano e contraditoriamente na ordem do capital, apresenta um duplo caráter, sendo um campo de mistificação e fetichização. Neste sentido, porquanto prevalecer este tipo de sociabilidade, a exploração do trabalho humano permanecerá sendo essencial para a engrenagem do sistema.

Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida de seu processo de humanização, também é verdade que, na sociedade capitalista, o trabalho torna-se assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado e abstrato (ANTUNES, 2010, p. 10)

Ora, considerar a dimensão ontológica do trabalho não é um entrave para a problematização do caráter do trabalho assumido na lógica do capital, é mais do que isso é fundamentar elementos que possam servir de protoformas para a construção de um novo modo de produção e de reprodução da vida social. Sobre as teses que propagam o “fim do trabalho” deve-se pensar que o processo de complexificação das relações de trabalho, assumido nos tempos mais correntes, trazendo uma intensificação para a o trabalho social, não pode desconsidera a interação que permanece entre trabalho vivo e trabalho morto.

Este fato explicita que o modo de produção capitalista depende cada vez menos do trabalho estável e utiliza-se cada vez mais de diferenciadas formas de regularização das relações de trabalho, é neste contexto que está inserido o trabalhador terceirizado. É bem verdade que o capitalismo não pode (por sua própria sobrevivência) abdicar do trabalho vivo, ao contrário: necessita cada vez mais que o novo complexo de produção – demarcadamente após a reestruturação produtiva – incorpore o uso indiscriminado de máquinas e tecnologias, portanto, o trabalho morto. Ao mesmo tempo, intensificar o ritmo de produtividade do trabalho vivo, culminando no sobretrabalho, o que em linhas gerais pode ser entendido como: embora haja o uso em grande escala das máquinas, por outro lado a força de trabalho passa a

ser intensificada, produzindo mais em menor tempo é o ponto onde se pode dizer que há uma reordenação do tempo e do espaço.

É da própria vida ou mesmo do ponto de vista empresarial, elas podem fazer mais cursos para se aprimorar, uns serem melhores bancários, não é o que acontece, manda para a rua. Esse é o problema da tecnologia. Hoje ela é apropriada pelo patrão para prejudicar os trabalhadores, mas a tecnologia em si ela seria maravilhosa, né? A questão é quem controla a tecnologia, assim como é quem controla os meios de produção é quem controla a riqueza. O problema não é o dinheiro ou não, a riqueza ou a tecnologia (LÍDER SINDICAL 02)

Os novos sujeitos que surgem desse processo são diferenciados se comparados ao sistema de produção taylorista. Por exemplo, há um aumento de trabalho intelectual dentro dos locais de trabalho e por isso um inchaço de “novos proletários” demarcados pela precariedade, alta rotatividade e pelo sobretrabalho. Essa transferência de inteligência, do trabalhador para as máquinas não é capaz de acabar com o trabalho vivo, afinal o próprio mecanismo de interação que exerce o sujeito sob a máquina é o que dará a tecnologia a capacidade de se desenvolver cada vez mais, gerando “a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico” (ANTUNES, 2015, p. 210).

É nessa fase do capitalismo que esse metabolismo social se apropria cada vez mais da capacidade intelectual, tornando-o não um apêndice da máquina, mas mais do que isso, o transformando em um sujeito complexificado, subjetivamente capturado e que tende a se distanciar cada vez mais das suas bases particulares que o coloca em uma condição de igualdade de classe. As metamorfoses no interior do mundo do trabalho, além dos processos de reestruturação produtiva atravessam a capacidade organizacional dos trabalhadores, dissipam-se as paridades, se ampliam as lacunas promovidas pela especialização, promove a fragmentação impedindo o reconhecimento da condição central para uma nova forma de ser e viver: a classe, mas que ainda possui potencial como sujeito histórico transformador. Por fim, os processos e fenômenos como o estranhamento, alienação e fetichização ocultam a possibilidade de uma vida plena de sentidos. Esse é então, o desafio proposto no próximo item, entender o sindicalismo e o movimento sindical, considerando serem importantes instrumentos da classe trabalhadora na perspectiva de reunir as particularidades que atravessam a todos que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver.

3.3 Sindicalismo e movimento sindical – um esforço sobre seus papéis

O contexto de surgimento dos sindicatos em nível mundial está vinculado a industrialização e desenvolvimento do capitalismo, demarcadamente no século XVIII, quando consolidava-se a Revolução Industrial, a saber pela introdução de novas tecnologias no campo da produção no interior das fábricas.

Havia no seu início as corporações de ofícios, que se atrelavam de acordo com o papel desenvolvido por cada trabalhador, sobretudo porque proibiam a realização das atividades sem que o sujeito estivesse ligado às corporações. De outro lado, aqueles que possuíam papel de liderança dentro desses espaços acabaram por fim monopolizando as regras, o que causou, uma diferença e uma série de desentendimentos daqueles que ali trabalhavam. O antagonismo que surge dentro das corporações é o que vai servir de protoforma para o seu fim, dando espaço para uma nova forma de organização e mobilização social. Este é, portanto, o contexto histórico-social e político do surgimento dos sindicatos, mesmo que embrionário por hora, o advento das máquinas e o desenvolvimento do capitalismo complexificou as relações sociais, agudizou ainda mais o caráter contraditório das classes.

O maquinismo desenvolveu-se prodigiosamente, tornando-se mesmo uma lei imperativa para os fabricantes capitalistas na concorrência que faziam entre si, em busca de maiores lucros. O emprego da força mecânica e das máquinas nos novos ramos industriais, assim como a utilização de máquinas mais avançadas em ramos já mecanizados, deixaram sem trabalho um grande número de operários. Esse excedente de mão-de-obra substituído pela máquina fortaleceu ainda mais o capitalista que, a partir de então passou a pagar um salário ainda mais humilhantes para os operários (ANTUNES, 1980, p. 10).

O que estava se consolidando não era apenas o desenvolvimento tecnológico da época, ou a expansão do capitalismo e menos ainda um salto qualitativamente melhor para a sociedade em sua forma total e coletiva. Apresentava-se ali, condições precárias de trabalho, horas a fio de exploração da força de trabalho, sem qualquer resquício de legalidade, e ainda a utilização da mão-de-obra infantil e feminina em larga escala, levando todas as camadas sociais a condições exaustivas e desumanas. Havia, contudo, dentro dessa condição desumana

de trabalho, uma perspectiva de coalização entre os trabalhadores, perpassava por todos aqueles que ali estavam, as mesmas condições insustentáveis de trabalho, que se espalhavam para fora do trabalho.

Necessariamente, naquele dado contexto histórico o conflito entre capital versus trabalho se tornara cada vez mais iminente, fato é que o papel dos sindicatos de forma primeira é econômico, qual seja, respaldar e possibilitar que o operário não precise aceitar um salário muito menor e que, portanto, não garanta o seu sustento e de sua família.

Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro do capitalista aumenta não só em função da baixa dos salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que a capitalista obriga o operário a exercer (ANTUNES, 1980, p. 13).

Ao fazer uma viagem de volta no tempo, para examinar alguns pontos importantes, nesse processo observa-se que a partir da Revolução Francesa, em 1789 que deu origem as ideias liberais, as corporações de ofício citadas anteriormente, que até então, em certa medida, tinham um caráter aglutinador da classe trabalhadora e portanto, não se apoiavam nos valores liberais apregoados, como individualismo, competição entre trabalhadores, méritos e concorrência (para citar brevemente alguns) e sobretudo, contrapunham-se a ideia apregoada de um Estado minimamente interventor, o que facilitaria neste sentido, uma maior ausência de condições legais de resguardo das condições de trabalho. Por fim, eram contrários a máxima do *laissez faire, laissez passer* que se balizava em,

[...] sustentar que a liberdade individual não se compatibiliza com a existência de corpos intermediários entre o indivíduo e o Estado. Para ser livre, o homem não pode estar subordinado a associação, porque esta suprime a sua livre e plena manifestação, submetido que fica ao domínio da vontade grupal (NASCIMENTO, 1991, p. 21).

Pode-se compreender de fato, o motivo pelo qual as corporações de ofícios foram também suprimidas, não somente por movimentos feitos por aqueles que passaram a ter poder de decisão dentro das corporações, mas também pelo contexto político que se forjava naquele momento. Assim sendo, as corporações passam a ser entendidas como atos infracionais,

subversivos, as atividades sindicais se tornam ilegais, embora fossem de extrema importância para a classe trabalhadora, “As cooperativas desempenharam um papel importante, tanto em termos de alternativa aos modelos empresariais de tipo capitalista, como de organização de trabalhadores separados daquela estrutura” (NASCIMENTO, 1991, p. 27).

Embora tivessem as proibições que já buscavam, naquele dado momento, criminalizar os movimentos de organização da classe trabalhadora, conclui-se aqui que não é um processo que se origina na contemporaneidade, embora se apresente com novas roupagens e a partir de formas mais profundas. A constante tentativa de ocultar a luta de classes e de minimizar as possibilidades propostas pela unidade dos trabalhadores é própria do modo de produção capitalista, é oriundo da manutenção da propriedade privada.

Homem livre e escravo, patricio ou plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto (MARX e ENGELS, 2013b, p. 23).

É possível portanto, afirmar que embora houvesse proibições acerca do movimento dos trabalhadores, e aqui especificamente no locus sindicato, e as diversas que ainda existem, a capacidade de organização sempre buscará superar os limites impostos pelo capitalismo. Fato é, que em meados dos anos 1820 e 1830, em Manchester – Inglaterra, ou seja, não por acaso, mas por ser um grande polo industrial em desenvolvimento na Europa, emergem as primeiras organizações sindicais. Entende-se que este momento é importante dizer, o conhecido movimento de “quebra-quebra” das máquinas, não surtiu nenhum ou quase nenhum efeito positivo para os trabalhadores, aliás foram perseguidos e tiveram a sociedade se colocando contrária a seus atos, e sobretudo, não foi atingida a dimensão estrutural do capitalismo. Neste viés, era favorável aos trabalhadores, que conseguissem desenvolver formas organizadas de luta, que tivessem legalidade jurídica, sobretudo para reconhecimento dos avanços para o mundo do trabalho que poderiam emergir a partir de então. O direito de livre associação, que até meados dos anos de 1820 era restrito a classe dominante, passa a ser também direito da classe trabalhadora, o que propiciaria uma maior capacidade de concentração de esforços e de projetos coletivos que eram antagônicos aos da classe dominante. Assim, surgem as trade-unions, ou as uniões sindicais, mas cabe que se ressalta-se aqui, esse tipo de organização se comparada às formações sindicais da atualidade, é possível

observar que continham em si, atuações elementares, ou seja: no desenvolvimento da organização da classe trabalhadora, após a possibilidade de livre associação, o papel das trade-unions eram de aglutinação dos trabalhadores e sobretudo, a tentativa de reuni-los para realizar grandes greves, onde pautavam-se condições de salário, portanto ainda um processo restrito, limitado à esfera da produção, horas trabalhadas, aumento de salários, e a possibilidade de livre organização dos trabalhadores, mas nem por isso menos importante.

As trade-unions negociavam com os capitalistas a criação de uma escala de salários, forçando sua aceitação, e deflagravam greve sempre que esses salários eram rejeitados. [...] as trade-unions auxiliavam financeiramente os operários em greve ou desempregado, através das “Caixas de Resistência”, o que aumentava sobremaneira a capacidade da luta de classe operária e tornava arriscado para o capitalista diminuir os salários ou aumentar as horas de trabalho (ANTUNES, 1980, p. 18).

Neste modo, entende-se ser oportuno, fazer algumas breves considerações sobre essa contradição apresentada pelo surgimento do sindicalismo e suas formas de se organizar no contexto social, histórico e político daquele dado momento histórico. Embora, o sindicato seja um *lócus* de análise das possibilidades de organização da classe trabalhadora, nesta Tese busca-se apresentar elementos que possibilitem o debate acerca do tema e que por isso, devem ser examinados mais de perto. Ao afirmar que o surgimento dos sindicatos traz consigo pautas econômicas, que estão ligadas a questão salarial, apresenta-se o que Marx discorreu.

O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível de salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor (MARX, 2008b, p. 65).

A classe trabalhadora tem sua força, de forma imediata, pela sua quantidade, pela capacidade numérica, para que essa união possa significar uma condição de “igualdade” para negociar o valor de sua força de trabalho, “a luta entre as duas grandes classes da sociedade se converte necessariamente em uma luta política” (LÊNIN, 2008a, p. 99), é palpável a inutilidade da luta individual e solitária. Ora, o que está se dizendo é: uma quantidade significativa de trabalhadores, de braços cruzados, ainda que reivindicando suas pautas sem a mediação de uma consciência política efetiva, é impactante para aquele que depende da força

de trabalho alheia para não tão somente produzir mais-valor, como sobretudo para a manutenção do sistema, de uma forma geral.

Graças à ação sindical, a lei dos salários se impôs pela força aos patrões capitalistas. Com efeito, bem-organizados, os operários de todos os ramos da indústria podem receber – ao menos aproximadamente – o justo valor da força de trabalho que alugam e, com ajuda da legislação do Estado, fixar o tempo de trabalho, para que não exceda sua duração máxima [...]. Isso é o máximo que os sindicatos – como estão organizados atualmente – podem esperar obter e só ao preço de uma luta tenaz e de um imenso gasto de força e de dinheiro (ENGELS, 2008a, p. 72).

E ainda,

Com efeito, começa a entender [o operário] que o movimento atual [luta sindical], como gira exclusivamente em torno dos problemas do aumento de salário e de diminuição das horas de trabalho, mantém a classe em um círculo vicioso, porque o mal básico não reside no baixo nível dos salários, mas sim no sistema de trabalho assalariado. Se está tomada de consciência se estender no seio da classe operária, mudará consideravelmente a posição dos sindicatos: estes não gozarão muito tempo do privilégio de ser as únicas organizações da classe operária. Ao lado ou acima dos sindicatos de cada ramo da indústria surgirá uma união geral, uma organização política da classe operária em seu conjunto. (ENGELS, 2008b: 75).

Quando se afirmou anteriormente, a noção quantitativa dos trabalhadores em um movimento de greve e apontou-se a ausência da compreensão política desse movimento, Engels afirma nas citações anteriores que, embora tenha a necessidade imediata de melhores salários e condições de trabalho, e, portanto, um limite da atuação do sindicalismo, é ao mesmo tempo neste bojo que se forja a necessidade de desenvolvimento da consciência política e, portanto, de classe. É o processo de luta, de greve, de organização e do mesmo fim, coletiva que se encontram os elementos centrais para tal processo, é preciso ir além das reivindicações objetivas, embora sejam importantes e fundamentais, é necessário que se extrapole para outras questões que não estão ligadas apenas a esfera econômica dessas lutas até então travadas. Portanto, é, a luta sindical um ponto de partida, a protoforma para a verdadeira necessidade de enfrentamento a questão central do capitalismo: a contradição capital versus trabalho. “a luta entre as duas grandes classes da sociedade se converte necessariamente em uma luta política” (ENGELS, 2008b, p. 73). Pode-se dizer então, que os sindicatos são espaços que preparam os trabalhadores para a necessária reunião de pautas

coletivas, da necessidade de construção de um novo horizonte, todavia, como Lênin (2008^a), as ações grevistas são “escolas de guerra” e não necessariamente “a guerra”. Portanto, sim, as ações sindicais e grevistas são em sua proporção um necessário aparelho de enfrentamento, pedagógico, mas ao mesmo tempo esbarra em limites políticos – a saber a consciência de classe.

Observa-se a importância dada por Lênin aos movimentos grevistas, mesmo que estes ainda acontecessem de forma “inconsciente” no sentido político:

Toda greve infunde vigorosamente nos operários a ideia do socialismo; a ideia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital. [...] A greve ensina os operários a compreender onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários; ensina a pensar não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária. [...], mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere aos governos e às leis. (LÊNIN, 2008a: 104).

Ou seja, não há nenhuma luta política, onde estejam os trabalhadores conscientes dos seus movimentos que não passe pela formação sindical e do movimento grevista, ou de outra forma: a formação da consciência política, necessariamente é forjada no sindicalismo, das reivindicações mais objetivas e do movimento grevista.

O sindicato tem que se preocupar com formação política, tem que se preocupar com palestra, a gente tem jornal toda semana. Mas a gente pode conversar às vezes 10 anos com uma pessoa, e ela não vai mudar de opinião. Agora, às vezes uma greve, um piquete, um enfrentamento onde fica explícito o papel que o patrão tem que o governo tem isso derruba um monte de ilusões, e faz a pessoa avançar. O sindicato tem que estar em movimento, ele tem que estar lutando se as pessoas lutam, se as pessoas se movimentam, elas aprendem, elas chegam as suas próprias conclusões pela sua vida prática que já é uma vida dura. A existência do assalariado é uma existência que ele querendo ou não, liga ele aos interesses da classe trabalhadora e não aos do patrão (LÍDER SINDICAL 02).

O acabamento mais rigoroso da luta política, que hoje pode ser vista nos partidos, passa pelo sindicato, portanto, não é de menos valor que suas origens e suas funções ainda que estivessem centradas na luta por melhores salários, afinal é condição humana, biológica a importância do vestir, comer, beber para criar as possibilidades de reflexão. Portanto, sim, para o acabamento da consciência de classe, é necessariamente importante a luta, ainda que esbarre

em limites econômicos, dos sindicatos. É no partido que a luta de classes toma sua forma mais acabada. O papel do partido é a difusão, pelos operários de vanguarda, das ideias socialistas por todos os setores do operariado – e aqui os sindicatos terão outra importante função: servir como correias de transmissão entre o partido e a base operária (LÊNIN, 2008a).

A particularidade propicia movimento, portanto, media a singularidade dos sujeitos e a universalidade. Pode-se afirmar neste sentido, que a particularidade proposta pela luta sindical, até então é elementar para o encontro de pontos comuns na luta heterogênea dos trabalhadores. O sindicalismo contém em si, a particularidade dos elementos que se forjam desde as trade-unions, que possuem uma concepção primária, das condições objetivas de sobrevivência da classe trabalhadora, até o extrapolamento para uma luta organizada que contenha caráter político, com propostas de novas formas de sociabilidade, a partir de disputas mais conscientes, que ultrapassem o campo da produção.

Por assim dizer, se afirma que o sindicalismo é este movimento particular, que está dentro da singularidade (ou seja, do sentido individual do trabalhador, do movimento de pertencimento, e que culmina nos pontos comuns, lhe inserindo dentro da classe trabalhadora – venda força-de-trabalho) até a universalidade, já dotada de uma consciência em larga escala, promovendo o reconhecimento das verdadeiras engrenagens a serem combatidas, reconhecendo os limites do modo de produção capitalista, e portanto, da sociabilidade burguesa como um entrave para o desenvolvimento humano. É importante ressaltar o que os líderes sindicais participantes da pesquisa apontam como compreensão dos sindicatos, a saber, de suas diferenças políticas derivadas das filiações em suas respectivas centrais sindicais.

Eu penso que a classe trabalhadora, ela mesmo que tenha uma propaganda contra os sindicatos, aos movimentos sindicais e movimentos de base, o sindicato é primordial pra poder fazer um embate do dia a dia e representar os trabalhadores no dia a dia. Isso é muito difícil, sabe, porque tem uma propaganda grande no país, das mídias, do empresariado, querendo desfazer esse trabalho. Então e aí que a gente tem que se aprofundar mais nesse momento para que os trabalhadores se sintam é representado. A nossa principal estratégia hoje, e que nós estamos servindo de base para outras pessoas é a OLT (Organização no Local de Trabalho). Esse é o nosso foco. Porque nós não achamos outros caminhos a não ser se organizar no local de trabalho, essa é o nosso foco sempre (LÍDER SINDICAL 01).

E mais,

O sindicato ele é um instrumento de conciliação entre o trabalho e o capital, surge como uma estrutura, essencialmente legal dentro do Estado e permitido para negociar o valor da força de trabalho e as condições de trabalho. Pode assumir um caráter combativo ou ter um caráter entreguista, ou vendido ou burocrata. Na minha perspectiva ele pode assumir inclusive um caráter revolucionário, contrariando a própria natureza dele de ser algo institucional ainda institucional. Pode perfeitamente ser combativo, mas que é institucional, pode inclusive transcender essa institucionalidade e se converter em algo mais profundo que envolva uma luta não só por aquela categoria, mas um projeto de destruição do próprio capitalismo, das próprias relações sociais e econômicas que tem hoje, e servir como um dos pontos de apoio para uma sociedade diferente, socialista. Na minha perspectiva, milito no movimento sindical para atender às necessidades urgentes do trabalhador, não é o trabalhador antes de sonhar com o futuro sem exploração, sem opressão, sem desigualdade. Antes ele está preocupado em saber se no final do mês ele vai receber o salário dele ou não, se vão cortar o tíquete refeição, o vale transporte, se vai tirar o décimo terceiro, se vai ter o plano de saúde. Então, tem que lutar para essas coisas imediatas. As condições objetivas e imediatas (LÍDER SINDICAL 02).

Assim, é no interior do movimento sindical que se encontra um valioso momento de generalização das condições do trabalhador, ou seja: são suspensas as diferenças propostas pelas singularidades e passam a ser compreendidas pelas particularidades que atravessam a todos aqueles que estão na mesma condição, a saber, o enorme contingente de trabalhadores que estão locados dentro dos sindicatos. O caráter mais elementar do sindicalismo, embora ainda contenha algumas expressões que signifiquem o não desmistificar das mais profundas relações do modo de produção capitalista, pressupõe um componente imprescindível para as lutas mais adensadas politicamente: a ação coletiva.

Por fim, observa-se que no contexto atual, os sindicatos vêm enfrentando novos desafios, sobretudo considerando a crise estrutural do capital, o processo de precarização do trabalho, a desregulamentação do trabalho e a captura da subjetividade dos sujeitos, o que inegavelmente culmina no surgimento de novos sujeitos no mundo do trabalho, e ainda o alargamento dos excluídos, os não empregáveis. Estas são as razões pelas quais no próximo item desta Tese, versar-se-á sobre a trajetória do sindicato brasileiros e os novos caminhos necessários, que substancialmente devem perpassar pela retomada de bandeiras de luta política revolucionária, contra hegemônica pautadas pela superação da lógica do trabalho subsumido ao capital.

3.3.1 Sindicalismo Brasileiro após 1930: ruptura ou conciliações?

Salientou anteriormente, no começo deste capítulo sobre o desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira, e o tratamento dado pelo Estado a estes sujeitos. O Estado que assume um papel classista em sua forma mais ampliada, se torna outro espaço a ser disputado. Assim sendo, após algumas transformações acontecerem no entendimento tanto da classe trabalhadora para o Estado, bem como o que entendia o Estado pela classe trabalhadora. Nos primórdios dos anos 30, o sindicato passa a ser, não somente tolerado, como receber grandes intervenções do Estado, o que se pode nomear naquele momento, de um corporativismo estatal, de cariz autoritário.

Havia uma constante negação e tentativa de apagamento da luta de classes que se tornava cada vez mais latente na sociedade brasileira. As possíveis negociações estabelecidas e mediadas pelo Estado, se tornariam a tônica para a manutenção e regulamentação das pautas sindicais.

A vida sindical era completamente controlada pelo Ministério do Trabalho, sobretudo no concernente à sua administração e funcionamento. As eleições eram fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho e apuração delas era presidida por membros do Ministério Público do Trabalho. Havia, ainda, uma Comissão de Enquadramento Sindical, no mesmo Ministério, encarregada de fixar o quadro das Atividades econômicas e profissionais (LIRA, 2009, p. 121)

Entretanto, é importante que se reconheça que sempre houve movimentos combativos no sentido de avançar na luta de classes, de avançar no reconhecimento da legitimidade dos sindicatos no Brasil. Mesmo que ainda diante de um contexto sócio-histórico que controlava as ações sindicais, a rebeldia dos trabalhadores, e sobretudo a criminalização do direito de organização dos trabalhadores, havia mobilização, e sempre haverá. O que é fundamentalmente importante dizer é que os direitos conquistados vieram através da luta de classe, e necessariamente devem ser cotidianamente defendidos, pois sempre serão os primeiros a serem colocados em “xeque” diante de uma crise do capital. Contudo, ressalta-se que durante o período varguista, as leis trabalhistas foram antecipadas visando a necessidade de assegurar o processo de industrialização, o que não descaracteriza a necessidade de manutenção e organização da classe trabalhadora para a garantia e avanço dos mesmos.

Muito antes que os sindicatos pudessem existir, muito antes que existisse a lei dos sindicatos, muito antes de existir o Estado Novo, Getúlio Vargas, os sindicatos

existiam de maneira clandestina. Existiam através de reuniões de trabalhadores, de luta, e isso vai seguir existindo sempre, não enquanto houver conflito com a relação do trabalho. Vai existir luta, vai existir rebelião, e isso vale para o movimento sem-terra, para o movimento sem-teto não tem lei permitindo a luta do sem-teto. Mas, aí o movimento sem teto crescendo, por quê? Porque as lutas pela moradia é a cria da necessidade de ter um movimento como esse (LÍDER SINDICAL 02).

O sindicato passa a ser, neste contexto, um espaço de corporativismo, a saber que todas as medidas constituídas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio dos anos de 1930, seriam desenvolvidas pelo sindicato, similar ao que hoje os municípios fazem com os conselhos paritários de políticas setoriais, administradores de recursos e fiscalizadores de instituições, secundarizando o controle social sobre o estado, o que é fundamental para reduzir a substância política desses espaços, menos controle sobre o estado e ainda servem como elemento que dá legitimidade diante da sociedade às decisões verticais. Mais um exemplo que mostra como as estratégias de dominação se reedita com novas roupagens. Em 1931, a promulgação da Lei dos Sindicatos (nº 19.770) buscava *aparentemente* preservar a unicidade e neutralidade sindical, de modo que pudessem, os sindicatos, se articularem sem que o Estado fosse o regulador/mediador desses movimentos. Todavia, há uma transformação no caráter desse sindicato, que agora não estava restrito a esfera privada, mas sobretudo seria atribuído a ele, funções de autoridade, mas que ainda estariam sob as amarras do Estado, que teria como único objetivo dar a estas sindicatos uma autonomia relativa, desde que suas prerrogativas fossem a de “conciliação”. Esse processo de conciliação ocorre oscilando entre a cooptação e a coerção como parte do jogo de poder.

A vida sindical era completamente controlada pelo Ministério do Trabalho, sobretudo no concernente à sua administração e funcionamento. As eleições eram fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho e apuração delas era presidida por membros do Ministério Público do Trabalho. Havia, ainda, uma Comissão de Enquadramento Sindical, no mesmo Ministério, encarregada de fixar o quadro das Atividades econômicas e profissionais (ROWLAND *apud* MATTOS, 2009, p. 63).

Não havia, portanto, no governo de Getúlio Vargas espaço para criação de sindicatos que não tivessem um aspecto classista na sua conformação. Aqueles sindicalistas mais combativos estavam a cada dia, mais afastados do movimento, em contrapartida para aqueles que permaneciam dentro dos novos moldes estabelecidos e balizados pelo Estado, eram concedidos alguns benefícios que estavam dentro da nova legislação sindical. Embora

houvesse todas essas amarras concebidas pelo Estado, aqueles líderes sindicais, revolucionários em 1934 publicam um artigo no jornal *Nossa Voz*, que possuía vínculo com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que problematizava a ausência de representatividade das categorias de trabalho e de um viés mais combativo e menos conciliador.

A sindicalização criada pelo outubrismo (referência à “Revolução” de outubro de 1930) é reprodução fiel da “Carta Del Lavoro” imposta a ferro e fogo pelos camisas negras ao proletariado italiano (...) Criou-se, para substituir revolucionariamente seus direitos, os tribunais arbitrais que tudo resolvem de fato, favoravelmente ao patronato (...). Os sindicatos ministerializados deixam de representar os anseios do proletariado, para serem o porta-voz do governo (MUNAKATA. 1981, p. 87).

Embora houvesse pequenas manifestações dos sindicalistas mais combatentes, o movimento histórico torna-se ainda mais complexo, após 1937, a partir do Estado Novo que promoveu dentre diversas transformações, a integração Estado e sindicato. Sabe-se de algumas similaridades propostas na Constituição Federal de 1937 com a Carta Del Lavoro de 1927, lei trabalhista da Itália fascista de Benito Mussolini. Mas se acredita ser importante pontuar essas deliberações publicamente copiadas. A Constituição Federal de 1937 expressa que apenas os sindicatos previamente reconhecidos pelo Estado teriam direito a representação daqueles trabalhadores que ali estavam sindicalizados. Mistifica a relação entre as duas classes antagônicas (capital versus trabalho) propagando a ideia de que ambos possuem as mesmas condições e devem portanto, buscar o bem do país (similaridades também podem ser notadas no Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro), “Deus acima de todos, Brasil acima de tudo”, neste sentido refutando as diferenças das classes sociais, embora o Estado seja um agente imperativo da classe dominante e por fim, torna os representantes desses sindicatos “legalizados” pelo governo de Getúlio Vargas (Estado Novo) verdadeiros representantes dos interesses alheios, o que concebe a ideia dos “pelegos” dentro desses espaços de mobilização e organização da classe trabalhadora. “O espaço para reivindicações restringia-se aos rígidos limites impostos pelo governo” (MATTOS, 2009, p. 70).

Observa-se o que fora determinado na Constituição Federal de 1937, art. 138,

A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participaram da categoria de produção para que foi constituído e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos

coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer, em relação a eles, funções delegadas do poder público. (BRASIL. 1937).

E ainda, ao se comparar com a Carta del Lavoro de 1927, lei trabalhista italiana, em sua declaração III, fica explícito a imediata reprodução do caráter fascista que assume neste sentido a declaração brasileira,

A organização sindical ou profissional é gratuita. Mas só o sindicato legalmente reconhecido e sujeito ao controle do Estado, há o direito para representar legalmente toda a categoria de empregadores ou trabalhadores, para quem é constituído; para protegê-los, em face do Estado e outras associações profissionais, interesses; para celebrar acordos coletivos de trabalho obrigatório para todos os membros da categoria, para impor a eles contribuições e para exercitar, com relação a eles, funções delegadas de interesse público (tradução da autora).

A história compreende diversos movimentos, é possível observar ao longo desta produção, as mais diversas roupagens novas que se apresentam a realidade social, mas que ao mesmo tempo consistem em processos específicos do modo de produção capitalista e a defesa incessante dos meios privados de produção, a propriedade privada e o acúmulo de capital. Ao observar alguns elementos da Constituição Federal de 1937, pode-se notar um constante receio, para não chamar de medo, do comunismo. A insegurança por parte daqueles que compunham o poder político a época, justificava o emprego de medidas radicais, em nome da ordem, da paz, da família, da propriedade privada e sobretudo, da estabilidade política para que país pudesse crescer. Ora, não há coincidências na história, é neste contexto histórico que eclode a Segunda Guerra Mundial. É, portanto, neste sentido que o Estado percebe a necessidade de controle dos sindicatos, para que não extrapolem os limites impostos pela classe dominante brasileira e que, em contrapartida, por meio de medidas assistencialistas capturem estes sujeitos para os seus valores e sua ideologia, que nada tem a ver com a sua realidade. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, houve um enfraquecimento das bases teóricas, até então sustentadas pelo fascismo e nazismo que vinham da Europa, incorporadas pelo Estado Novo brasileiro.

Sendo assim, o governo de Getúlio Vargas começa a dar sinais de esgotamento, proporcionado pela necessidade de retorno a um governo democrático de direito, pela vitória de aliados da democracia e sobretudo a pressão da classe trabalhadora, que mesmo em

condições subalternas manifestava suas insatisfações com a recessão econômica. Após a derrocada do Estado Novo, seguem-se os anos de redemocratização entre 1945 e 1964, marcados pelo período de transição política após o fim da ditadura de Getúlio Vargas, a convocação de eleições livres e promulgação de nova Constituição Federal em 1946, período caracterizado por forte tensão política e sindical, combinados com o início da industrialização do pós-guerra. Ainda é possível verificar fortemente os efeitos da estrutura corporativista herdada do governo de Vargas. A estrutura sindical varguista mostra-se única em longevidade, pois possui uma elasticidade que permite sua adaptação às adversidades históricas (BOITO Jr., 1991).

Se a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes, como bem afirmaram Marx e Engels (2013b), a história brasileira é forjada por golpes. O Brasil experimentou na década de 1950 até o golpe da ditadura civil-militar em 1964 grandes avanços no movimento sindical. Havia um exponente número de greves, uma grande mobilização da sociedade civil para a participação em sindicatos e um importante reconhecimento das lutas defendidas naquele espaço. Havia diversas comissões dentro das fábricas, muito impulsionadas pelos líderes comunistas, que antes estavam em um posição periférica por serem entendidos como subversivos, e esta presença de lideranças importantes e radicais consolidavam dentro do sindicato, antes dotado de posições verticais e de poder, uma transformação na configuração, ou seja: a criação de objetivos e necessidades horizontais, atravessados por objetivos comuns e que de fato, engrandeceu a organização da classe trabalhadora.

Assim, alguns elementos importantes nasceram da combatividade dos sindicatos, o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) que depois veio a ser chamado de Pacto de Unidade e Ação (PUA), também se criou os Pactos Intersindicais (PIS) que extrapolavam as ações localizadas por regiões e traçavam enfim, uma unidade com os mesmos princípios. Embora houvesse um crescimento das entidades representativas, as sindicalizações ainda se mantinham em níveis baixos⁴⁶.

⁴⁶ Essa regra geral de baixo índice de sindicalização tinha suas exceções, que comprovavam a possibilidade de alto grau de representatividade de algumas das direções de sindicatos de ponta. Era o caso de três das principais entidades cariocas: o sindicato dos bancários, com um índice de associação de aproximadamente 75% às vésperas do golpe militar (25.929 sócios em aproximadamente 35 mil bancários); dos ferroviários da Leopoldina, cuja marca de filiação chegava a 85% (17 mil sócios para 20 mil trabalhadores na base), segundo depoimento do ex-presidente do sindicato, Demisthóclides Batista; e dos metalúrgicos, com um índice que atingia 50% da categoria em 1961 (MATTOS, 2009, p. 92).

Ressalta-se que tais organizações intersindicais não tinham caráter de organizações paralelas, mas, pelo contrário, nasceram de uma árdua luta dentro dos sindicatos oficiais e que visavam, isto sim, a transformação radical da estrutura sindical vertical (ANTUNES, 1980, p. 70).

Em 1962, foi realizado o III Congresso Sindical Nacional, quando se buscava uma unidade dos trabalhadores brasileiros, tendo, portanto, uma centralização e coordenação de luta, a fim de ampliar os impactos das reivindicações feitas. Este congresso dá origem a única organização: O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Criação de um Comando Geral dos Trabalhadores, composto de dois representantes de cada federação não confederada ou de cada Confederação e, no caso de qualquer Confederação se recusar a participar do novo organismo, caberia a seus filiados, federações ou sindicatos indicar o representante do setor profissional (DELGADO, 1986, p. 55.).

Todavia, em 01º de junho de 1964, promulga-se a Lei Antigreve, que certamente veio para cercear o movimento, pois o texto consistia em uma enorme burocratização para o processo de deflagramento de greve, retirando assim dos trabalhadores um de seus, se não o maior instrumento de luta e de reivindicação. Diferentemente do que havia sido proposto no Estado Novo, que havia uma explícita proibição dos sindicatos, no período da ditadura civil-militar houve um processo de “regulamentação”, que certamente veio para restringir os atos e movimentos sociais. Os fundamentos que compõem a estrutura do sindicalismo de Estado no Brasil criam uma rede viciosa de relações existentes entre a burocracia estatal, sindicatos e trabalhadores, traduzidos na investidura sindical, no princípio da unicidade e nas contribuições sindicais obrigatórias gerando um aparelho sindical vinculado e dependente do Estado e apartado das bases, pois limita a deliberação dos trabalhadores sobre questões de estrutura e organização dos entes sindicais. (BOITO JR. 1991).

O CGT foi, especialmente durante o Governo de João Goulart, a expressão mais significativa do movimento sindical brasileiro [...] a 13 de março de 64, mais de 200.000 trabalhadores, convocados por sindicatos e organizações operárias, dirigiram-se ao Comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro, visando implantar as reformas de base, a formação e a unidade de Frente Popular e Democrática [...] **os setores reacionários procuravam conter os avanços populares. Em São Paulo,**

Após João Goulart ser deposto pelo golpe militar, através da CLT, e se aproveitando dos dispositivos já previstos em lei com permissão do Ministério do Trabalho, o Estado passa a perseguir, prender, criminalizar os movimentos sindicais e seus líderes. As alternativas encontradas eram o exílio, a clandestinidade ou a prisão (tortura e morte). “O impacto do golpe sobre os sindicatos foi violentíssimo, e mais de uma década seria necessária para que uma retomada efetiva das mobilizações de trabalhadores e das jornadas grevistas pudesse acontecer”. (MATTOS. 2009. p. 102).

A partir dos anos de 1970, instaura-se um novo contexto sócio-histórico no Brasil, sobretudo pelo complexo de reestruturação produtiva, que surge após a grande crise, depois da Segunda Guerra Mundial. O fato é, que se altera a forma de produzir, de gerar a força de trabalho, como consequência há alterações na forma como se organiza, resiste e luta a classe trabalhadora. Assim sendo, é neste cenário que insurge um novo sindicalismo, sob um dos períodos mais violentos da ditadura brasileira. Este novo comportamento do sindicato brasileiro, tinha raízes naqueles que haviam partido para a luta armada e agora estavam tomando seus lugares dentro das organizações políticas nacionais. Embora houvesse uma radicalização na luta sindical e um adensamento do regime antidemocrático por parte do Estado, no plano econômico era visto como “anos de ouro” – parafraseando José Paulo Netto.

De certa forma, embora fosse um profundo desmonte da democracia brasileira, dos direitos humanos e da dignidade humana, as estruturas dos sindicatos e seus espaços estavam mantido. Neste período o que o Estado buscava era o controle dos sindicatos, a fim de apaziguamento do conflito de classes e não sua destruição, embora, no sentido ontológico um sindicato que tem como função a preservação de ordem posta, a conciliação e não a combatividade por si só, já apresenta motivos para se questionar suas intenções. Embora fosse uma era de ouro para o capitalismo no espectro mundial, no Brasil apresentou algumas dificuldades, havia uma crescente inflação e no intuito de controle desse disparate, o governo implementou a Leis do Arrocho, que versava sobre o controle dos salários, a proibição do direito a greve, o fim da estabilidade decenal, o desmonte do sistema previdenciário balizado pelos institutos de pensão, ou seja, medidas profundamente antipopulares.

Com as sucessivas greves desencadeadas em 1978 já estavam sedimentados os caminhos para o novo sindicalismo brasileiro. Os líderes sindicais combatiam os pelegos em luta para manter-se à frente dessas entidades. Eram eles ainda maioria, no Brasil, porém começaram a perder definitivamente os espaços no ABC paulista, com a supremacia das diversas correntes ideológicas de esquerda (LIRA, 2009, p. 124).

A importante participação dos grevistas no ABC paulista no final dos anos 70 e início dos anos 80 rompera com o pacifismo aparentemente vivido no Brasil, o que em verdade era o braço repressor do Estado impedindo as livres manifestações, neste viés as lutas no grande ABC são uma chamada para a reorganização e mobilização popular, abrindo um ciclo e um novo caminho importante para o sindicalismo brasileiro. Observa-se alguns dados:

Em 1978 os metalúrgicos da região do ABC abriram um ciclo de greves sem precedentes na história dos conflitos brasileiros. Sua principal característica durante a década foi a incorporação crescente de categorias ou segmentos de trabalhadores que jamais haviam experimentado confronto direto. Em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2188. O número atual de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhão para 132 milhões (NORONHA, 1991, p. 95).

É neste momento que a classe trabalhadora brasileira assume novamente o cenário de lutas nacionais, impactando profundamente a produção e, portanto, freando, até então a larga escala produtiva, este movimento ficou conhecido como as “operações tartarugas”, que embora não tivesse um amplo alcance nacional, ainda assim forçaram os patrões a dialogar com os grevistas, e conceder um aumento salarial. É importante salientar que a classe trabalhadora brasileira e o movimento sindical por mais que tenham sido criminalizados durante décadas no contexto político brasileiro, nunca saíram de cena. Em 1968, quando havia uma grande mobilização grevista prevista no ABC paulista, o Estado através do Ministério do Trabalho sancionou a ilegalidade das greves, reprimindo com coerção os trabalhadores que ali estavam organizados, e ainda foi realizada a intervenção dentro dos sindicatos por parte do poder legal. E assim levou-se até os anos de 1978 para a recuperação da capacidade de mobilização, literalmente a paralisação generalizada das máquinas. Os trabalhadores fizeram a “letra morta” referente a toda a legislação que impedia o movimento de greve, buscando desvincular na essência o papel do Estado dentro dos sindicatos. Também

se compreendeu a importância da classe trabalhadora como fundamental para a redemocratização da sociedade brasileira, ou seja: entender o papel político que ali ainda havia, embora adormecido. Preparou-se uma ampliação de categorias que compõem a massa de trabalhadores, não se restringindo aos de “chão de fábrica”, mas mais do que isso, ampliando vertiginosamente outras profissões que estavam naquele momento sofrendo com o desarranjo da exploração imparável, o que lhes concedia a condição de proletário cada vez mais rápido (ANTUNES, 1980).

Neste momento de reestruturação dos sindicatos e da representatividade, como já se falou anteriormente, além do entendimento quanto às particularidades que envolvem o papel dos sindicatos, havia concomitantemente a disputa entre projetos políticos partidários, de forma ainda embrionária. Notadamente naquele contexto, a disputa se dava entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essas disputas versavam sobre as direções e construções em termos de projeto societários, que também balizaram as ações dos sindicatos.

Em 1980, os movimentos sociais se organizam para a criação das centrais sindicais, período em que se realizou o I CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), mais precisamente no ano de 1981, em Praia Grande – SP. Durante a realização da conferência, divididos os trabalhadores em duas grandes tendências, deu-se a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

No I CONCLAT (1981) desenhava-se, entretanto, uma forte polarização: de um lado encontraram-se aqueles que defendiam um sindicalismo de perfil classista, mais combativo e, de outro, aqueles que apregoavam um sindicalismo de perfil mais conciliador, mais moderado. No primeiro bloco encontrava-se o que de mais expressivo havia no novo sindicalismo, com Lula, Olívio Dutra etc. Este bloco foi responsável pela criação da CUT (ANTUNES, 1995, p. 46)⁴⁷.

As diferenças apresentadas pelos dois partidos políticos que assumiam o cenário grevista e de mobilizações podem ser compreendidas da seguinte forma: de um lado, estavam os reformistas, que apresentavam propostas de central classista, privilegiando neste sentido a hipotética possibilidade de conciliação de classe, harmonizado em um grande pacto nacional: trabalhadores, empregadores e Estado; de outro lado estavam os mais tradicionais, buscando

⁴⁷ Para uma análise mais aprofundada do sindicalismo na década de 1980 sugere-se a leitura de Ricardo Antunes, *O novo sindicalismo no Brasil*. 2. ed. Pontes, São Paulo, SP, 1995.

uma central sindical que apresentasse características mais radicais, combativas e independentes.

Dentro do novo sindicalismo brasileiro, é possível encontrar algumas divergências dos grupos que ali se encontravam como lideranças, sobretudo a disputa pelo imposto sindical, justamente porque se antagonizavam na defesa pela manutenção do imposto, que era entendida como indispensável para a manutenção dos sindicatos, e que hoje apresenta-se de outra forma. Colaboram para esse entendimento, os líderes sindicais que participaram dessa pesquisa e que apresentam a realidade concreta a partir da retirada do imposto citado. A pergunta que norteou as seguintes respostas, encontra-se no anexo B, e se questiona sobre os impactos causados nas sindicalizações e manutenção dos sindicatos.

Faz uns 15 anos que o imposto sindical sempre era devolvido. Na época do imposto sindical, era 70% do valor recolhido de trabalhadores que ia parar no sindicato e os 30% eram integralmente devolvidos, os outros 30% eram mordidos por outras entidades. E não é por acaso que foi instituída esse imposto, ele surge com o Estado Novo Vargas à medida que ele tem interesse e permite os sindicatos, permite a lei de greve, ele cria a CLT. Mas ao mesmo tempo, ele cria leis trabalhistas, e diz que essas leis são regidas pelo Ministério do trabalho e os sindicatos têm que estar reconhecidos pelo Ministério do trabalho. Então, tem um processo de incorporação dos sindicatos dentro da estrutura estatal e a remuneração dos sindicatos também passa a ser via Estado então o Estado vai lá e recolhe, bota a mão dentro do bolso do trabalhador. Toma um Dia do Trabalho do mês de março 1/30 avos daquele salário sindicato o estado toma do trabalhador. E da maneira compulsória, porque pessoa não tem como impedir aquilo e depois o Estado vai lá e reparte para os sindicatos que são reconhecidos e que cumprem com os pré-requisitos que ele [o Estado] quer. Existe maior domesticação que isso? Impossível! A gente sempre foi contra (LÍDER SINDICAL 02).

E,

A gente sempre fala nessa situação de retirada de imposto sindical, mas não é só isso, foi diminuiu a organização sindical, aquelas que não eram muito sólidas acabaram por fechar. Então a organização do sindicato, nós, por exemplo, sindicato de 90 anos, nós já trabalhávamos com a possibilidade de um dia não termos imposto sindical. Porque nós, nunca fomos um defensor árduo do imposto sindical. Por quê? Isso é mais da CUT, nós entendemos que quem é englobado dentro de uma convenção coletiva, que a gente negocia e que ele teve as suas vantagens, ele tem que manter o sindicato, entendeu? Não é o sindicato recebeu um dinheiro, que tu faça outro não faça, represente outro não represente, tu vai ter aquele valor para receber e vai viver conforme a organizar. Então, nós, trabalhamos sempre assim, sempre foi assim, com a possibilidade de aquelas pessoas que são convencioneadas ajudar a manter o sindicato e o que aconteceu? Acabou imposto sindical e não aconteceu isso que a gente defendia. As pessoas ficaram assim eu vou ganhar mesmo que eu não pague. Eu tenho 3500 sócios e eu tenho em torno de 15000 pessoas na base. E esses 3500 mantêm o sindicato. E os outros, pela reforma trabalhista [que ficaram fora], vêm aqui fazer uma oposição, que é: - “a gente não

que pagar nada”. Ele vai ganhar a mesma coisa com aquele que está sentado do lado dele, que mantém o sindicato. Então isso foi assim foi um desmonte total sindicatos (LÍDER SINDICAL 01).

Outro ponto importante, é que a partir da retirada do imposto sindical, a estrutura física dos sindicatos também teve de ser reformulada, alguns bens materiais, espaços para encontros foram atingidos. O que está se afirmando, é que a retirada do imposto sindical, a partir da reforma trabalhista evidenciou o modus operandi do Estado na tentativa de controlar a organização da classe trabalhadora. Ao passo em que se realiza a reforma da previdência, estende os prazos para aposentadoria, retira a estabilidade dos trabalhadores e por isso, passam a depender da capacidade de negociação dos sindicatos para evitar grandes demissões por exemplo, necessariamente uma estrutura sindical precarizada atravessa esse processo. Assim, hoje os sindicatos brasileiros possuem o tamanho que a sua base sindicalizada permite, considerando que cada vez mais diminui o número de trabalhadores estáveis, não por outra razão os sindicatos têm tentado aglutinar forças em diferentes categorias para fortalecer suas raízes no campo político e social.

Não existe Independência política sem independência financeira. A gente sempre fez questão de a nossa entidade ser sustentada pelo dinheiro que voluntariamente as pessoas dão, e o sindicato vai ter o tamanho que a base permitir. Se a arrecadação não for suficiente para ter um prédio de 10 andares vai ter uma casa, se não for suficiente nós vamos adequar o nosso orçamento com a nossa base. Felizmente hoje o nosso sindicato é extremamente saudável financeiramente, tem capacidade de investimento muito grande, faz campanha em rádio, televisão, outdoor o tempo inteiro e fazia sempre, há muitos anos, nunca precisou do dinheiro do imposto sindical. Então o governo ataca os sindicatos, claro, pelo dinheiro. O governo não quer tirar porque ele tem uma compreensão de democracia operária e sindical. Ele quer fazer isso para ferrar o sindicato, é óbvio, o governo quer desmontar os sindicatos! Só que um sindicato que se permite ser desmontado porque tiram o dinheiro, com todo o respeito, mas esse sindicato também é um sindicato bem problemático. Por que ele não deveria depender desse dinheiro para poder existir (LÍDER SINDICAL 02).

E ainda,

Isso impactou em imensamente nos trabalhadores e também nos sindicatos. Quando eu falo nos trabalhadores, é principalmente a reforma previdenciária que nós como metalúrgicos a gente se aposentava com 25 anos e hoje tu vai ter que ter 25 anos de trabalho. Claro que comprovado, e não tinha idade mínima e hoje vai te levar para 60 anos no mínimo. Isso impactou muito, muito na nossa categoria e a reforma trabalhista ela impactou em tudo, ela impactou nos ganhos do trabalhador, no regime de trabalho deles e também dentro do sindicato, dentro da organização dos

sindicatos (...). Então de 2019 para cá, o sindicato que não se reformulou, não se refez, ele vai fechar logo ou já fechou. Então a gente abriu o estatuto, trouxe mais pessoas, trouxe pessoas que não são da categoria para dentro, para nos ajudar a manter, a gente se desfez de algumas coisas, que já estavam no dando muito prejuízo, bens materiais e refez uma organização aqui, menor, mais enxuta. E hoje a gente está sobrevivendo com as próprias pernas. Não digo assim, nadando de braçada, mas está tranquilamente sobrevivendo. (LÍDER SINDICAL 01).

Essas divisões que se apresentam como divergências dentro do sindicalismo brasileiro são importantes para se fazer uma reflexão. O retorno da classe trabalhadora ao cenário nacional com fortes representações, em certa medida não modificou a estrutura, mas modificou a ação política, esse viés proporcionou alguns debates sobre a concepção das “oposições sindicais” que continham a ideia de que era preciso a criação um novo sindicato, que fosse alternativo ao modelo vigente. Em síntese, tratava-se de construir um sindicato que não tivesse dentro da sua estrutura nenhuma participação do Estado, portanto com um cariz que saltaria aos olhos como autônomo. Pode-se considerar essa interpretação reconhecendo diversas limitações tanto teóricas quanto práticas, ao observar o caráter classista assumido pelo Estado, é possível concluir que mesmo que o sindicato estivesse separado do Estado isso não lhe garantiria autonomia, como já salientados em parágrafos anteriores, pois a luta sindical por si só, não é suficiente para a supressão das amarras políticas e dos valores propagados pela burguesia nacional.

Outro fator importante é que autonomia não é resultado, é processo, é construção coletiva dentro de espaços que sejam capazes de mediar as particularidades, ou seja: abranger as singularidades dos indivíduos, alçá-las no plano horizontal onde culminam condições que igualam os trabalhadores (exemplo: os salários) e por fim, buscar a universalidade das reivindicações, ou seja: aglutinar a massa trabalhadora. Ao se desprezar a capacidade de unificar estes trabalhadores, propondo uma estrutura paralela, além de uma ilusão, entende-se ser um equívoco, pois o que em verdade está se fazendo é promover a desmobilização em massa.

O agente principal dessa mudança é o proletariado, através de uma luta consciente, organizada e dirigida, o que pressupõe a existência de um partido que eleve sua consciência de classe e trace claramente os objetivos dessa luta, sua estratégia e sua tática, que organize as forças e as dirija (VÁZQUEZ, 1977, p. 201-202).

A luta que se almeja e espera da classe trabalhadora não deve estar limitada ao contexto das fábricas, sobretudo a saber das modificações na forma de produzir, com a inserção de tecnologias, com o avanço das terceirizações, com o demasiado avanço de ideologias neoliberais, mas sobretudo, deve emergir de partidos organicamente capazes de se conectar com esses sujeitos, a partir de uma práxis que seja revolucionária, uma práxis genericamente política. Por isso é hercúleo o desafio de apreender as transformações propostas pela reestruturação produtiva e seu impacto na organização sindical, em realidade encontra-se mais perguntas do que respostas, pressupondo a todo instante a necessidade imediata de retomada do movimento de base. Mas antes de se avançar para o último item desta Tese, antes de sua conclusão se considera importante pontuar os desafios para o movimento sindical frente a este “novo mundo do trabalho” composto por estes “novos sujeitos”.

As transformações que permeiam o trabalho, os sindicatos e os partidos políticos se complexificaram e se intensificaram, isto deve-se ao fato de que a materialidade e a subjetividade do trabalhador estão as avessas, e isso pode ser explicado pelo movimento de mundialização do capital. Ao retomar alguns elementos que vem sendo discutidos ao longo desta Tese, salienta-se as mudanças na forma de organizar o trabalho como sendo o núcleo duro de onde emergem os impactos na classe trabalhadora. Os novos processos como flexibilização, desregulamentação dos direitos trabalhistas, e sobretudo a captura da subjetividade dos sujeitos a partir de ideias neoliberais, que vivem sob uma constante investida manipulatória. Essas investidas se apropriam não apenas do *fazer*, mas ainda, do *saber*, do sentir, do perceber, implicam no acirramento do trabalho estranhado. As ideias neoliberais amplamente difundidas enfatizam o individualismo, atribuindo às competências e características pessoais a glória ou a desgraça deste sujeito, justifica-se, portanto, a desigualdade como um processo meramente individual, de merecimento ou de esforço. Se amplia nesse contexto a noção falaciosa de que alcançar o sucesso, dentro desta lógica capitalista, requer apenas atributos individuais: ser inteligente, polivalente, esforçado, empreendedor, ter força de vontade, em suma: “*trabalhe enquanto os outros dormem*”.

Essa ofensiva liberal naturaliza e oculta, portanto, o papel determinante da estrutura econômica, ou seja, do modo de produção capitalista, como a força motriz que empuxa o desenvolvimento das potencialidades humanas, afinal, a classe trabalhadora está cada vez mais distante do acesso daquilo que produz, e ainda, das condições para garantir o seu desenvolvimento. O capitalismo passa a ser assim (dentro dessa ideologia) não um sistema que produz riqueza para poucos, pobreza para a maioria, mas ao contrário, se justifica as

desigualdades sociais a partir do sujeito individual, o que por consequência impacta na capacidade organizativa, na fragmentação da classe trabalhadora e, portanto, das suas lutas coletivas. No lugar do coletivo, instaura-se a competição. É possível afirmar, portanto, que a classe trabalhadora se transformou, são novos sujeitos.

Dentre todas essas transformações encontradas no seio da sociedade brasileira, em especial a partir dos anos de 1980, houve importantes avanços e conquistas da classe trabalhadora brasileira, articuladas ao papel dos sindicatos. Como já demonstrado, houve diversas greves com expressivo contingente de participação, o surgimento de centrais sindicais, a exemplo da CUT (1983), foram travados embates consideráveis na tentativa de aglutinação dos trabalhadores, e sobretudo, buscou-se ampliar a liberdade dos sindicatos para que não ficassem atrelados ao Estado.

Em contrapartida, próximo ao início dos anos 1990, as políticas neoliberais começam a dar indícios de que avançariam fortemente na sociedade brasileira, o que culminou em uma grande escalada de privatizações, flexibilização do trabalho e outras ações, o que evidentemente impactou em altos números de desemprego, atravessando a atuação do sindicato, acuando os movimentos que até então estavam construindo avanços importantes. O novo sindicalismo, que nasce após o I CONCLAT, e que, portanto, é responsável pelo surgimento da CUT nesse momento começa a perder força pois as novas concepções neoliberais que surgiam, requisitavam um sindicato que não se assentasse sob o enfrentamento da nova realidade, abrindo campo para o aparecimento de um sindicalismo alinhado a estas propostas, de cariz conservador, como por exemplo a Força Sindical (1991).

Abriu-se um campo de disputa, mas que certamente não renderia a classe trabalhadora avanços tão consideráveis assim. É certo que diante da ofensiva do capital e do papel dos sindicatos, dentro de suas capacidades, o que lhes coube foi a construção de alternativas que conectassem o trabalhador com suas bases, que propiciassem reflexões – ainda que unicamente atreladas a realidade objetiva – e que sobretudo, propusessem ações que fossem antagônicas às implementadas pelo do desenvolvimento capitalista, ou seja, aquelas que fazem oposição, que atuam de forma combativa.

Além da combatividade anterior, era necessária a articulação de uma análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas, de modo a dotar o novo sindicalismo dos elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao ideário neoliberal, no lado mais nefasto e, de outro, à acomodação social-democrática, que, apesar de sua crise no centro, aumentava fortemente seus laços políticos e

ideológicos com o nosso movimento sindical, apresentando-se cada vez mais como a única alternativa possível para se fazer o combate ao neoliberalismo (ANTUNES, 2015, p, 203).

Toda esta reflexão construída e a retomada de alguns elementos importantes, tem por objetivo dar visibilidade a dimensão dos desafios que permanecem na sociedade brasileira. Essa disparidade de projetos entre as centrais sindicais permanece, se arrastam e invadem o cotidiano do trabalhador, seja no “trabalho formal” ou “informal” e este é, sem dúvidas, o maior desafio, como construir saídas, ações coletivas com tamanho estranhamento do trabalho? Um processo de estranhamento que se complexifica em razão do contínuo processo de heterogeneização da classe trabalhadora; como não perder a dimensão política, ou seja, para além de pautas imediatas necessárias, vislumbrar um projeto societário de cariz socialista? Não se pode perder de vista a perspectiva de emancipação humana, que vem sendo solapada na contemporaneidade por valores de mercado, por sonhos de consumo, pelo acordo, pela conciliação.

Não há dúvidas de o sindicalismo brasileiro apresenta uma dualidade entre rupturas e conciliações, a saber a expressiva resistência da classe trabalhadora até aqui. Mas é inegável ao mesmo tempo o avanço brutal gerado pelo capital, que condiciona como moeda de troca, a sobrevivência do trabalhador: o comer, o morar, o existir. Essas contradições são inerentes ao modo de produção capitalista, que se assentam sob consentimento e resistência.

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Mas, para viver, é necessário antes de mais beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, [...] O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos (MARX, 2009, p. 40-10).

Assim, em diversos momentos da história brasileira, as lutas sindicais galgadas estão atreladas unicamente a pautas econômicas, embora se saliente que a dimensão política é onde vão se encontrar compreensões mais ampliadas sobre classe, classe-em-si e por fim, classe-para-si. Neste sentido, no próximo item desta Tese se debate o movimento de base, como instrumento importante para o processo político e de desfetichização da realidade. O movimento sindical é um *locus* de análise deste trabalho e se entende que, embora não seja

suficiente para alcançar uma organização da sociedade para além do capital, o sindicalismo brasileiro tem importantes contribuições a dar nos rumos da história brasileira. Por isso o movimento de base é fundamentalmente importante, é preciso retomar o núcleo duro, os trabalhadores, auxiliando-os a compreender suas novas conformações, atuar de forma classista e não reformista, apreender da realidade que a luta que deve ser arquejada é a luta de classes.

3.4 O trabalho de base como processo fundamental na criação de novas perspectivas

O objetivo desta Tese é apresentar elementos que comprovem a dualidade do trabalho assumida na ordem do capital e os impactos causados na organização da classe trabalhadora, entretanto, além de apresentar estes fundamentos importantes que são apreendidos na realidade social, atreve-se a apresentar alguns apontamentos que estão no trabalho de base, sendo este entendido pela autora como um instrumento pedagógico importante a ser retomado e reafirmado pelos sindicatos e por seus representantes e líderes para que assim possam capilarizar no interior de suas organizações valores que tem sido capturados e modificados pela sociabilidade burguesa. Assim, se busca apresentar neste item, elementos substanciais para o trabalho de base.

O pressuposto de toda luta popular é a liberdade, e como já demonstrado ao longo desta Tese, a libertação só poder ser construída e consolidada pela classe trabalhadora, é nela que se encontra o poder revolucionário. Forjados dentro do contexto do capitalismo, todos os direitos sociais e políticos do trabalhador não são compreendidos como pressuposto de uma sociedade minimamente justa, aliás, todos esses direitos só foram construídos a partir de levantes populares que de forma organizada se contrapuseram a ordem social estabelecida. A retomada do trabalho de base deve ser construída a partir de um processo dialético, que consiste sobretudo na superação de práticas antigas, já experimentadas e que não lograram em grande medida resultados positivos para o atendimento das necessidades sociais, mas sobretudo, essencialmente perceber as mudanças que atravessam a sociedade mundial e brasileira, buscando não o processo de “desconstrução” ou do “basismo”, que repousa no conceito em “começar do zero”. O retorno ao trabalho de base como um processo criativo para novas perspectivas é o resgate balizado na liberdade, e na construção de compreensões políticas que sejam suficientemente capazes de transpor o contexto das adversidades.

Ao se reconhecer a dualidade do trabalho no modo de produção capitalista e salienta-se que o seu sentido ontológico é da realização daquele que trabalha, portanto, uma esfera

libertadora que dá sentido à vida, é preciso que o trabalho se base se fundamente a partir desse pressuposto. O trabalho de base, nesse sentido, deve nascer e se renovar de acordo com as necessidades da população, criar mediações que permitam o sentimento de pertencimento político, de classe, entendendo que o despertar coletivo é também luta coletiva. Por isso, um dos marcos a serem considerados no trabalho de base é a educação, elaborar pedagogias que sejam capazes que aglutinar, de forma democrática, o que se contrapõe ao processo de convencimento, ou do “conscientizar o próximo”. Por isso, método e metodologia são alicerces para a construção desses novos rumos, mas para isso é preciso ter visão política, intenção política.

Pensar em uma construção coletiva, com participação política, com ativismo social deve certamente emergir das bases, exercendo um trabalho que possa ser multiplicado através de ações e pessoas, tanto no aspecto qualitativo, quanto no aspecto quantitativo. O trabalho é a categoria central da vida, da construção do ser social, por este motivo estas movimentações que buscam uma nova sociabilidade devem privilegiar os espaços de trabalho, mas além disso, invadir os outros espaços, como o lazer, a cultura, a educação ente outros. Criar elos, que envolvam e transpassem por todas as particularidades que compõe a classe trabalhadora, e os sindicatos são organizações que podem contribuir neste movimento.

Quando uma entidade ou um cargo passam a ser um meio de vida, fica claro que alguém está se servindo do povo para seus próprios interesses. A organização é um meio para reunir e preparar o povo para as conquistas. O cargo é, então, uma tarefa de luta popular, e não um privilégio individual (PELOSO, 2012, p. 16).

Voltando para a realidade, se pode entender por que *aparentemente* as pessoas não se mobilizam, não se revoltam (em grande escala), sobretudo porque não é de fácil percepção na contemporaneidade líderes que de fato representem os anseios populares. Há um descolamento simbólico, seja pelo discurso, sejam pelas pautas, seja pelo viés político adquirido, o retorno ao trabalho de base representa a necessidade de superar o personalismo e pautar o protagonismo popular, da classe trabalhadora.

No Brasil, tá cheio de gente falando pra gente, mas não com a gente. Faz 500 anos que o povo brasileiro leva porrete. Tudo isso tem a ver com o trabalho do educador(a): numa posição autoritária, é evidente que o educador(a) fala ao povo, fala ao estudante [...] O terrível é ver um montão de gente se proclamando de

É nesta toada que se quer consolidar este item, o trabalho pedagógico de compreender a vida e sobretudo, em funções quase que biológicas ouvir o outro, entender o que o outro está a dizer e reconhecer este método (independentemente de como se der o processo da “escuta”) Esse processo permite os primeiros ensaios para se localizar coletivamente no mundo e que promove o processo de reflexão, o reconhecimento de que dentro das transformações do mundo do trabalho muitas coisas são solapadas. Não há tempo para se ouvir, falar e refletir outros sentidos que não sejam os atribuídos pelo próprio trabalho abstrato. Acabou-se a fronteira entre o pensar o lugar no mundo (enquanto sujeito transformador) e a forma de trabalho assumida no capital. Capturou-se a razão e a sensibilidade em virtude do avanço das concepções individuais, por isso em certa medida compreende-se a inércia posta no cotidiano. O trabalho de base, portanto, deve partir da forma como “o povo se compreende na realidade, e não apenas da maneira como eu entendo a realidade” (FREIRE, s/d, p. 24).

Utilizando-se do sentido freiriano, o trabalho de base pressupõe crer em uma utopia, mas não em seu sentido impossível, mas do inédito viável, justamente o que não se pode abrir mão para pensar na construção de uma sociedade onde a riqueza socialmente produzida, seja também distribuída. “Fazer trabalho de base é assumir-se como operário dessa utopia que dá razão de uma esperança coerente, criativa e subversivamente transformadora” (PELOSO, 2012, p. 65). Como se pode observar, está localizado também no trabalho de base o campo para a criação de estratégias de enfrentamento, que deve ser composto por estes sujeitos.

Três objetivos norteiam o movimento de trabalho de base: 1) a participação massiva dos trabalhadores, a construção de uma rede de animação, resistência e vitórias; 2) democratização do poder: a tomada de decisão é um ato importante, compartilhar responsabilidades. Por isso deu-se ênfase ao ato de ouvir, pois este objetivo requer diálogo, debate, disputar politicamente e internamente, transformar o poder a serviço da grande maioria; 3) construção socialista: ter neste horizonte o fim das opressões, buscar satisfazer as necessidades materiais e espirituais de forma plena e para isso, requer desde já uma outra alternativa de relação entre os homens e a natureza (PELUSO, 2012).

A insistência no viés político necessário para essas transformações serem consolidadas, antagonizam com valores e míticas difundidas pela ideologia neoliberal. Sinalizou-se anteriormente a “inércia” que pode ser percebida nas camadas populares da sociedade brasileira, de toda forma, isso não se explica apenas pela representatividade, pelas

pautas ou pelos projetos anunciados. Em realidade, há uma promulgação da necessidade de se abster da política, ou melhor: que a classe trabalhadora não deve “discutir política” - já afirmava o velho ditado: “*política não se discute*”, ora, certamente essa frase popular o deveria servir para os trabalhadores, porque até então, não houve um dia sequer que a burguesia não tenha discutido política, e nem a classe trabalhadora, o que está se problematizando é a forma como ocorre a participação efetiva. Todavia, Engels em um rascunho de um discurso proferido na Conferência de Londres em 1871, chamado “Sobre a ação política da classe trabalhadora” afirma,

Uma abstenção completa da ação política é impossível. A imprensa abstencionista participa da política todos os dias. A questão é apenas de como se dá essa participação e em qual política se participa [...] a opressão política dos governos existentes, obriga os trabalhadores a se ocuparem com a política, queiram eles ou não, seja por objetivos políticos ou sociais (ENGELS, 2012, p. 307).

Diante das discussões apresentadas até aqui, é preciso considerar a criação de novas perspectivas através do trabalho de base, como uma estratégia pedagógica que perdure, que permaneça sob qualquer conjuntura, certamente em algumas obtendo maiores avanços, em outros contextos sócio-históricos mais amordaçadas, mas sempre sendo um espaço que canalize a rebeldia popular (que não se apague), mesmo de forma inconsciente a classe trabalhadora susta em si, uma chama de transformação. Evidentemente que canalizar essa potencialidade transformadora não é apenas conviver com ela, mas direcioná-la para a transformação.

Todo o percurso dos movimentos das massas foram para radicalizar contra objeções concretas de vida, são ações políticas transformadoras. A fragmentação da classe trabalhadora consiste além de todos os aspectos apresentados, um processo de categorização. Embora possa ser compreendida inicialmente como um desarranjo, conseguir dar respostas as reivindicações de determinadas categorias é protoforma para a construção de participação política coletiva. Afinal de contas, todo método, toda metodologia e qualquer pedagogia sem viés político e acima de tudo transformador, não possui valor.

Rejeitamos e desprezamos, a qualquer preço, todo e qualquer compromisso com um partido puramente político. Não queremos ser transformados numa sociedade secreta, nem queremos submergir no atoleiro da evolução puramente econômica.

Devemos, cidadão, abandonar a todo custo as regiões de pura teoria, devemos nos esquecer de nós mesmos e pensar que as massas são ignorantes, obstinadas e inertes, em razão de sua grande quantidade de preconceitos. E é sua educação, sua transformação, sua emancipação no fim das contas (SEÇÃO PARISIENSE⁴⁸, 2012, p. 316).

É, pois, assim que se torna necessário a organização da luta sindical e da luta política. Uma não pode estar separada da outra, ou em direções opostas, sobretudo porque os caminhos que podem culminar na transformação da sociedade estão além do embate econômico. Neste sentido, é importante a formação de quadros políticos que sejam capazes de compreender como se pode avançar na construção da consciência política.

[...] a consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. A única esfera de onde se poderá extrair esses conhecimentos é das relações de todas as classes e camadas com o Estado e o governo, na esfera das relações de todas as classes entre si (LENIN, 2010, p. 145).

O que Lenin apresenta é que os aspectos que conformam a realidade social deveriam ser compreendidos pelas lutas de massas. É desta forma que a experiência social é uma vivência ainda que incipiente da consciência. Mas além, não pode repousar nessa experiência como possibilidade de apreender a concepção de classe, é preciso se apropriar de teorias, da ciência, e que sejam produzidos por todas as camadas sociais, inclusive aqueles que não pertencem a classe trabalhadora. Essa apropriação dos conhecimentos científicos que não são oriundos das massas populares é importante para se ressaltar as particularidades, entender os pormenores que percorrem dentro da diversidade dos trabalhadores, ou seja: aglutinar reivindicações que estejam balizadas por objetivos amplos, coletivos, e menos anseios individuais. Por essa razão a formação de sindicalizados, delegados e representantes que é oferecida pelos sindicatos é um fator importante para que se crie a relação dialética entre teoria e prática, fazer o caminho de ir e vir entre o que se encontra na realidade com o que se compreende na teoria.

⁴⁸ Essa citação se refere a um trecho da Declaração das seções parisienses aos delegados das Associação Internacional reunidos no Congresso. Através da seção Ferré, um dos principais ramos da AIT estabelecidos após a derrota da Comuna de Paris, lido em 1872 no Congresso de Haia (MUSTO, 2012).

Um sistema de cursos que são a cada três meses ou quatro meses para os delegados sindicais. A gente é a favor da organização, ter um local de trabalho. A gente acha que os trabalhadores devem eleger um representante e que esse representante deva ser um porta-voz deles muitas vezes nem sequer alinhado ao sindicato pode ser da oposição sindicato, mas que é o representante. O local então, a nossa formação, digamos mais aprofundada ela concentra mais sobre os diretores e sobre os delegados sindicais que são 01 por unidade. São as assembleias, são as participações em atividades gerais. A gente tem um jornal regular, semanal, que também faz a discussão política de conjuntura sobre os problemas estão começando. As portas estão abertas para procurar o sindicato e a gente está sempre em contato com a base (LÍDER SINDICAL 02).

A gente tem a Federação Estadual dos Metalúrgicos que dá a gente formação para todos os estados dos metalúrgicos do Estado. E aí depois tem a Confederação Nacional dos Metalúrgicos que pega Brasil todo. Então se faz um congresso lá na CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Depois ele vem para federação e depois vem pros sindicatos, mas vem sempre dentro de um mesmo rumo, pela CUT, na formação, de organização, são nessas 3 instâncias (LÍDER SINDICAL 01).

A processualidade histórica é também sobre reconhecer os espaços que vão se abrindo como possibilidades, pois a final, não há espaços desocupados na luta política. Por isso que urge a necessidade de organização sobre cada área e o tipo de enfrentamento que podem fazer, seja através do sindicato ou do partido político. A elaboração de um método abastecido por uma teoria que consiga contemplar todos os aspectos da vida, política, social e humana. Método aqui neste sentido diz respeito a forma como se deve ocupar os espaços a partir do entendimento dos espaços políticos a serem ocupados, quanto mais espaços políticos foram preenchidos pela classe trabalhadora, mais representatividade, mais oportunidades.

Deixar de ocupá-los significa perder as oportunidades que a história oferece, e que às vezes pode levar muito tempo para se criarem as mesmas condições propícias para a transformação. Por isso que não acontecem revoluções todos os dias. As que triunfam, nós sabemos, porque as vemos triunfar. As que são derrotadas, nascem fora do momento oportuno; e as que não vemos é porque perdeu-se a oportunidade histórica de impulsioná-las, ou ainda não nasceram as oportunidades para a sua realização (BOGO, 2000, p. 125).

Ou seja, é um processo de formação, educativo. Pressupõe nesse entendimento a necessidade de além de educar para a luta, se forjar na luta. É por essa razão que o movimento sindical é indispensável, é necessário, contudo, problematizar alguns aspectos que conformam

as direções sindicais, os líderes, os projetos, mas não há dúvidas de que é um espaço que propicia a embrionária aglutinação de trabalhadores. As reivindicações por mais objetivas e imediatas que sejam, se conformam em processos que podem expressar descontentamentos coletivos, mesmo que no seu interior existam divergências políticas. O sindicalismo é um espaço que tem a capacidade de dinamizar a insatisfação, sobretudo pela proximidade que possui com aquele trabalhador formal, que se orienta, por exemplo, através das comissões de fábrica.

É trabalho de base. Então, em Porto Alegre, nós trouxemos essa ideia do ABC. Lá dentro da fábrica no chão de fábrica, a gente consegue a mapear algumas lideranças possíveis e a gente monta um Comitê sindical por empresa (CSE). Onde eles vão representar o sindicato nas negociações, vão representar o sindicato no todo, a única coisa que eles não vão fazer é assinar um documento pelo sindicato. Eles têm o mesmo mandato que a direção. Quando chega na próxima vez que eu vou montar uma direção, eu vou lá e pego aqueles que estão no CSE, que deram resultados e os trabalhadores querem que eles fiquem.

A nossa organização não é na porta da fábrica (é no local de trabalho, interno). Hoje a gente ainda tem a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que é uma coisa que os empresários transformaram numa ferramenta deles, mas nós temos que ter essas pessoas lá, então por isso a organização do local de trabalho é essencial para nós (LÍDER SINDICAL 01).

Fazer a viagem de volta ao trabalho de base é buscar despertar os pontos em comum que existem entre os trabalhadores, as condições pré-determinadas que lhes impõe a necessidade da venda de sua força de trabalho, e além disso é despertar a pujante necessidade de reconstruir seus valores. A solidariedade que teve seu conceito profundamente esvaziado e ao mesmo tempo preenchido por uma porção de entendimentos invertidos, a partir da captura pela lógica neoliberal, significou a sua despolitização e, portanto, o ocultamento de sua dimensão de classe, acabou por ser resumida em elemento meritocrático e benevolente. Neste sentido tomar de voltar a noção de sociedade solidária, através das estratégias que o trabalho de base propõe é um desafio, mas é uma possibilidade de diminuir o distanciamento entre os trabalhadores, os abismos que foram se consolidando no interior da classe trabalhadora que acaba por fragmentá-la.

Uma solidariedade autêntica começa a se colocar a partir da empatia e da identidade criada no momento reflexivo que leva à autoidentificação e à mútua compreensão. Porém, como visto, não há salto automático da consciência singular para a consciência mais acabada, organizada, generalizada (universalizada ou humano

genérica), portadora de um contra projeto societário. O salto qualitativo na consciência de classe, a ampliação da percepção de que a luta precisa converter-se em uma luta contra o Estado e o domínio de classe, contra todas as personificações do capital, ocorre no processo de mobilização, de enfrentamento das condições de exploração mais diretamente perceptíveis: na luta sindical (ARBIA, 2013, p. 122).

Portanto, entende-se que o movimento sindical em conjunto com a retomada do trabalho de base se apresenta como uma potencialidade de mobilização e enfrentamento das mais diversas formas de exploração do modo de produção capitalista.

Em suma, não há no movimento de base processos imediatos, ao contrário é um caminho longo e que apresenta dificuldades e limites, a saber das ofensivas da sociabilidade burguesa, entretanto é através da participação nos movimentos populares que pode ser encontrada as alternativas que por fim, possam superar o trabalho estranhado e alcançar a emancipação humana, que aliás é inseparável da emancipação política. “O hoje é real, é a realidade que você pode interferir, as ‘oportunidade’ de mudança ‘tá’ no presente, corrida hoje, vitória amanhã” (Racionais MC’s – A vida é Desafio). É preciso reafirmar a função criativa do trabalho, a solidariedade universal, a possibilidade de construção de um ser social ético e estético.

Para isso, buscou-se apresentar até aqui a realidade apresentada pelos líderes sindicais, que trouxeram suas ações combativas, os pensamentos sobre a conjuntura brasileira e seus desafios, que, sobretudo resistem aos ataques cotidianos do Estado. Certamente os impactos para a organização da classe trabalhadora a partir da captura da subjetividade e das modificações do mundo do trabalho diante da reestruturação produtiva são profundos e necessariamente cada vez mais, diante da lógica do capital também mais profunda e complexa. Todavia, urge a necessidade de não se perder a esperança, e mais, de não se perder a dimensão da capacidade política que possui a classe trabalhadora.

Nunca é o fundo do poço, há sempre condições de resistir. O capitalismo não tem como matar todos os trabalhadores porque o próprio capitalismo acabaria. Então essa é uma contradição deles, não é? O capitalismo, como Marx disse, também criou seu próprio coveiro ao criar o proletariado. O proletariado cada vez é mais numeroso, cada vez mais tem menos a perder (LÍDER SINDICAL 02).

No próximo capítulo, e último, apresenta-se a conclusão sintetizando todos os elementos que foram explorados ao longo deste trabalho, ou seja: a Tese.

4 CONCLUSÃO

Pensar os elementos que constituem a realidade social é uma tarefa que exige esforço. Para além do esforço, é necessário que se aplique o devido rigor científico para que consiga, não somente apreender os movimentos observados, mas também viabilizar a possibilidade de que esta Tese se torne mais um subsídio que auxilie na fundamentação de novas perspectivas, dentro e fora do ambiente acadêmico. Por isto, a coerência entre método e metodologia, alinhamento entre as referências bibliográficas e a coleta de dados são importantes para que se alcance os objetivos propostos. Enfim, do que está se tratando é da pulsante necessidade de corroborar com o movimento de desocultamento dos fenômenos e processos que conformam o modo de produção capitalista que atravessam a vida, ou seja: compreender para transformar. Assim, se faz um resgate do eixo central dessa Tese, que está elencado na introdução (capítulo 01) que consiste em: entender como as determinações do modo de produção capitalista e a nova forma de gestar a força de trabalho impactam na organização da classe trabalhadora brasileira tendo em vista a captura da subjetividade do trabalhador e quais são os limites e possibilidades de organização, sobretudo no sindicato. Analisou-se este problema de pesquisa tendo como marco temporal o início da década de 1970 até o ano de 2021, a saber, da coleta de dados realizada em tempo corrente.

Buscou-se ao longo desta construção traçar os parâmetros que hoje balizam a sociedade brasileira e as transformações que ocorreram e ocorrem no mundo do trabalho, tendo como um de seus principais fenômenos a captura da subjetividade os impactos que dela decorrem para a organização da classe trabalhadora na contemporaneidade. Sobretudo, ressaltou-se desde o começo desta Tese o importante e fundamental reconhecimento sobre a centralidade da categoria trabalho, não apenas para essa elaboração, mas como ponto de partida de qualquer análise do modo de produção capitalista. O trabalho é a categoria fundante do ser social, e por isso é determinante entender suas novas conformações para que a partir de uma lógica dialética, se apreenda a realidade objetiva que comporta todos os movimentos históricos e sociais. E ainda, reafirmar que as reivindicações dos trabalhadores na contemporaneidade exprimem a forma assumida pelo trabalho no capitalismo e denunciam o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a capacidade organizativa da classe trabalhadora.

A nova forma de gestar a força de trabalho, a partir da reestruturação produtiva revela a intensificação do processo de desumanização no qual os sujeitos trabalhadores estão envolvidos. A fundamentação do modo de produção capitalista, que consiste na: propriedade privada, divisão social e técnica do trabalho e na produção de mais-valia dão conta da fetichização das relações sociais e do trabalho estranhado (alienado).

O toyotismo, sendo uma forma de organização do trabalho, possui algumas características importantes que vão tornar mais intenso o processo de captura da subjetividade, novas roupagens que em tempos correntes são interpretadas como elementos “essenciais” para o desenvolvimento, mas que na verdade fragmentam a classe trabalhadora. A produção por demanda, típica técnica toyotista é bastante diversificada, e está assentada sobre o trabalho operário em equipe, mas dentro dessas equipes há competições, oriundas da disseminação de valores neoliberais que promulgam ideias como: competência, mérito, polivalência, dedicação, individualismo entre outras que justificam a “corrida” entre os próprios trabalhadores. Neste sentido é uma intensificação da exploração da força de trabalho, visto que a produção “*just in time*” significa dizer: esgotar ao máximo toda a sua capacidade produtiva, no menor tempo possível portanto, apresenta diferentemente da técnica fordista conhecida como uma fábrica vertical, que continha grande parte da sua produção interna. A lógica toyotista apresenta uma transferência (terceirização) do que antes era feito em suas fábricas, e é deste momento em diante que o CCQs (Círculos de Controle e de Qualidade) assumem o protagonismo, levando a diante o mítico discurso da qualidade total.

Aqui encontra-se um ponto importante a ser notado que contribui para o processo de captura da subjetividade, o sistema toyotista de gestão do trabalho busca cada vez mais intensificar a subordinação dos trabalhadores a lógica do capital, vendem-se cursos, palestras, vídeos, sonhos, desejos de consumo, entre uma outra infinidade de coisas que sustentam a lógica irracional do capital, por isso, ao falar dos CCQs e a falaciosa ideia da qualidade total, é curioso notar que muitas das avaliações de como aumentar o desempenho, buscar novos e mais expressivos resultados, vêm dos próprios trabalhadores, o que na verdade resulta num processo não apenas de captura da subjetividade, mas sobretudo de controle da capacidade de amenizar as possíveis ações de resistência. Nebula-se a contradição elementar, torna-se opaca a noção de classe trabalhadora que adquire uma nova roupagem, a da colaboração, ou em termos empresariais “aqueles que vestem a camisa da empresa,” ou ainda “aqueles que devem doar sua alma”.

A captura da subjetividade é a todo instante reafirmada em todas as dimensões da sociabilidade. O ideal da equipe de trabalho, a linguagem utilizada no interior desses espaços,

a sensação de pertencimento, mesmo quando nada lhe pertence, e ainda, o desenvolvimento de uma identidade pautada pelos valores do capital, por isso são colaboradores, e não trabalhadores. São colaboradores na construção do sonho impossível. Os antagonismos de classe não se apresentam mais como um limitador, eles são transpostos e associados a uma questão individual, meritocrática e de mercado, a lógica da competição. Estar ou não estar, ter ou não ter, depende da capacidade de cada sujeito. É um processo profundo, que interioriza o trabalho alienado, o trabalhador direciona o seu pensar e o seu fazer para o capital.

Assim, o complexo de reestruturação produtiva não apenas se apresenta como uma nova forma de produzir através das inovações tecnológicas, mas sobretudo pela transformação sociometabólica que atinge a sociabilidade humana, a disseminação de valores-fetichismo, ideias de cunho mercantil atravessam mais a classe trabalhadora – aquele que depende da venda da sua força de trabalho para sobreviver. Essas práticas muitas vezes de forma equivocada são compreendidas como avanços, na verdade se tornam molas propulsoras de consentimentos ilegítimos por parte dos trabalhadores. Todavia, a coleta de dados com os sindicatos participantes da pesquisa, demonstrou que mesmo com toda essa diversidade de técnicas e articulações propostas pelas novas técnicas de produção, ainda assim, os trabalhadores são capazes de se articular e construir greves que impactam de alguma forma nessa avassaladora dominação. Embora a verdadeira contradição capital versus trabalho tenha sido caprichosamente mascarada pelos processos e fenômenos típicos dessa forma de sociabilidade e a elementar engrenagem do modo de produção capitalista se travista com novas roupagens, e atravesse os sujeitos, ainda há espaços que buscam frear as investidas inumanas do capitalismo.

A subjetividade construída dentro desses moldes é sem dúvida alguma, uma subjetividade às avessas, porque além de todos os fenômenos que constituem sua elaboração, no campo prático, há também o adoecimento e a precarização da saúde mental do trabalhador. Representa, portanto a dimensão totalitária que as novas bases da organização do trabalho assumem, tanto em seu sentido objetivo quanto subjetivo. Assim sendo, pode-se dizer que a produção de valor nestas condições é adoecedora do ser, necessita para a expansão do valor, um sujeito em desefetivação, uma vida vazia de sentidos, seja no trabalho ou fora do trabalho. O toyotismo requer uma racionalidade do trabalhador, que se envolva integralmente com suas novas tecnologias que constituem o processo de produção de mercadorias.

Não há dúvidas, portanto, que o fator *stress* atrelado ao processo de estranhamento do trabalho, a invasão de valores neoliberais em todas as dimensões da vida, o aprofundamento da reificação nas relações sociais só poderia culminar na negação da atividade humano-

sensível, que se torna um trabalho em desefetivação, eis, portanto, aqui o duplo caráter do trabalho no modo de produção capitalista.

O toyotismo é uma técnica de produção ousada, que surge da tentativa de contornar a crise estrutural do capitalismo e para que obtivesse sucesso, se fez necessário à investida em elementos que modificassem o sentido do trabalho. A primeira é compreendida como a precarização, não apenas do trabalho, mas daqueles que trabalham, há uma nefasta destruição em curso, a saber, a enorme e contínua expansão do desemprego, dos baixos salários, da desregulamentação legal dos direitos trabalhistas, e ao mesmo tempo o descaso e a utilização até as últimas consequências do meio ambiente, que se compreendido ontologicamente é onde se encontra a relação entre homem e natureza, com sentido libertador, coerente que passa a ser utilizado para a produção de mercadorias e por isso, desumaniza a sua condição fundamental. “Destrói-se a força humana que trabalha; destrói-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando uma monumental sociedade descartável” (ANTUNES, 2009, p. 228).

É correto afirmar que esses elementos que estão sendo apresentados, têm como por objetivo desta Tese compreender a classe trabalhadora no contexto social e histórico brasileiro, mas de todo modo, salienta-se que estes processos de transformação do mundo do trabalho, certamente abrangem todo o planeta e a todos os trabalhadores em nível mundial, o que Marx denomina de trabalho social combinado, trabalhadores e trabalhadoras estão sob condições bastante similares. Todavia, é importante que se observe as especificidades de cada espaço, mas a particularidade que atravessa a classe trabalhadora é única: a intensificação de forma mais complexa da precarização das condições de trabalho, a diversidade das formas que capturam os sujeitos de forma subjetiva, e o aumento exponencial da tecnologia, o que não seria um fator desagregador da classe trabalhadora caso fosse acessível a todos e utilizada para a redução do tempo de trabalho, e não para a sua intensificação. Por isso é de fundamental importância uma organização numa escala ampliada para enfrentar a incontrolabilidade do capital. As relações de trabalho que se demonstram em alta tendência dentro das empresas, se balizam pela individualização, e o constante movimento de alterar o verdadeiro significado da solidariedade de classe e fragmentar os movimentos sociais, e este é um desafio que deve ser enfrentado. É fundamental confrontar as míticas propagadas sob as novas nomenclaturas que vêm sendo adotadas pela mentalidade corporativista, “trabalhador” – “colaborador”, que buscam neutralizar a contradição entre o trabalho social de um lado, e o capital do outro. A reorganização dos sindicatos e o retorno as bases, imprescindivelmente

deve passar por essa compreensão. Afinal, não há sentido de florir as fábricas se não há olhos que consigam contemplar suas cores.

As profundas modificações estruturais no interior da produção de mercadorias, a partir da reestruturação produtiva, atingem a dimensão física e espiritual do trabalho. Pode-se afirmar, portanto, que a complexificação da classe trabalhadora é cada vez mais latente, e que ao contrário de algumas concepções teóricas acerca do fim do trabalho vivo, o que de fato acontece é uma modificação qualitativa no mundo do trabalho. Qualitativa porque, sobretudo há um salto importante na forma de produzir, com mais tecnologia, com novas características na relação entre trabalhador e as máquinas, o pensar ocupa mais espaço e se torna a principal dimensão nessa nova etapa. Por outro sentido, ainda que se alcancem todas essas novas condições, em consonância ocorrem em níveis extremos à exploração e intensificação da força de trabalho, que são representados na heterogeneização da classe trabalhadora: o trabalhador, o desempregado, o desalentado, o terceirizado e aqueles que compõem a superpopulação relativa. Todos, atravessados pelos mesmos fenômenos e por isso, cada vez mais capturados subjetivamente pelos valores fetiche que a sociabilidade burguesa produz e reproduz. Em síntese o que se afirma é a expansão do trabalho socialmente combinado, que passa a ser responsável pelo processo de trabalho total.

O movimento de subdivisões dentro da classe trabalhadora, não é assim por dizer, um diferencial entre aquele que está ligado ao trabalho fabril ou não. O despontamento tecnológico não será o motivo do fim do trabalho vivo, ao contrário, torna a relação entre capital constante e capital variável, trabalho produtivo e improdutivo cada vez mais acentuado e por fim, transforma qualitativamente a forma de extração da mais-valia relativa e absoluta, obtida com a mundialização do capital e suas novas formas de organização da força de trabalho, ou seja, a tendência universalizadora do capital.

Verifica-se assim que os caminhos que levam a expansão e acumulação do capital, não possuem nenhuma relação com o fim do trabalho vivo, em virtude do desenvolvimento tecnológico, são em realidade coniventes com o processo de degradação da vida humana e do trabalho, exponenciando o entrelaço entre o trabalho alienado e o trabalho assalariado, entre sujeitos livres e éticos e os valores do capital. A superação da dualidade do trabalho necessariamente se converge na necessidade de superar o capital e seu metabolismo social.

Toda essa ofensiva do capital tendo como um de seus exemplos, a reestruturação produtiva, embora consiga avançar não reconhece medida de restrição, por isso é preciso entender que no engendrar das contradições específicas do capitalismo estão consentimento e resistência, burguesia e proletariado, miséria e riqueza. Ainda assim é notável a atuação

sindical como um espaço que, embora seja também atravessado por estes processos e fenômenos, ainda se constitui como um instrumento de luta importante da classe trabalhadora. Assim, embora ocorra a captura da subjetividade, e a superexploração da força de trabalho, é preciso reafirmar que há uma parte importante destes trabalhadores que compreendem a necessidade de uma oposição e do enfrentamento organizado e político, a esta lógica e que assume, portanto, um comportamento de classe. Ao longo desta Tese, foram apresentados dados importantes sobre o contexto sócio-histórico brasileiro, e do movimento sindical ao longo dos anos, buscando evidenciar as transformações pelas quais, também passam e necessitam passar os sindicatos.

Os dados coletados com os líderes sindicais participantes da Tese demonstram divergências nas estratégias de organização, de luta, de referenciais teóricos e do entendimento sobre aspectos importantes (como o imposto sindical), mas o que se notou é que não se perde a originalidade das necessidades, ou seja: as lutas econômicas são fundamentalmente a centralidade dos sindicatos, mas não se abre mão de pautas mais coletivas, ou de classe e do viés político. O enorme contingente de trabalhadores que não estão ligados ao ramo de metalurgia, por exemplo, que, aliás, estão no setor de serviço, trabalhando em plataformas de viagens, hoje vêm sendo absorvidos pelo STIMEPA, como apontou um dos líderes sindicais entrevistado, o que reforça a urgência de sindicalizar os trabalhadores pelas particularidades que atravessam a todos que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver – o salário. E esse movimento só reforça a importância dos sindicatos para que de forma objetiva, consigam organizar politicamente e numericamente os seus sindicalizados regulares (da categoria) e não regulares (trabalhadores do setor de serviço que vem sendo acolhidos). O impacto de milhares de *braços cruzados* para uma organização e mais, pela pujante necessidade de sobrevivência da organização sindical, deverá necessariamente superar o abismo entre os trabalhadores regulares e não regulares, afinal, sabe-se que o processo de reestruturação produtiva e, sobretudo do desmantelamento da legislação trabalhista (retirada de direitos), e a terceirização vêm diminuindo drasticamente o quantitativo de trabalhadores que possuem estabilidade.

Os contornos da crise estrutural (acumulação) elevaram a luta política, econômica e de manipulação social a outros níveis, resolução e certamente atravessaram as organizações sindicais e os trabalhadores. O que modificou as formas de enfrentamento e de combate dos sindicatos, a ver a direção abordada por uma grande parte dos sindicatos brasileiros que se tornaram entidades de negociação, de caráter mais propositivo e menos combativo o aumento exponencial de judicializações para de confrontos que em realidade são coletivos e passam a

ter uma compreensão individual. A criminalização do direito a greve, a partir da mediação do Estado (classista) modificou também em alguma parcela as pautas originais. Evidentemente, todas as questões que envolvem a relação de trabalho são importantes e devem ser defendidas, mas não podem ser restringidas a categorias ou adquirir um caráter empresarial – corporativo, pela razão de que se tornam despolitizadas e distantes de um horizonte que represente os verdadeiros projetos da classe trabalhadora.

Desta forma, os movimentos dos sindicatos brasileiros assumem na contemporaneidade um leque de desafios para a sua retomada do trabalho de base e ações que vislumbrem o retorno da verdadeira solidariedade de classe. A saber, que as mobilizações que apresentam um perfil mais defensivo tendem a negociar o precário, e não ampliar os direitos. O sindicato é, sobretudo, pela particularidade que lhe confere - a pauta econômica - um espaço pedagógico, de formação política (ao entender sua importância originária), embora não seja suficiente para a superação da ordem posta, é o espaço aglutinador da força de trabalho viva. Ao retomar o capítulo três desta Tese é possível compreender historicamente os importantes movimentos feitos pelos sindicatos na década de 1980-1990, o protagonismo assumido pelas greves numerosas e os avanços que foram conquistados, mas que, contudo, no período mais recente após 2002 tiveram um refluxo diante das conciliações entre Estado, capital e trabalhadores que são por própria natureza antagônicos em seus respectivos projetos, possibilitando neste movimento uma ofensiva ideológica da sociabilidade burguesa e seus valores, que acaba por enfim capturar subjetivamente os trabalhadores. Com relação às possibilidades de avanço, notou-se ao longo da construção desta Tese, a partir da colaboração dos líderes sindicais que participaram que é indispensável o papel dos sindicatos, e que permanece sendo um espaço que conforma a luta da classe trabalhadora, mas a partir de diversas modificações existentes no mundo do trabalho, é necessário que se agregue concepções e vertentes políticas que não percam a compreensão da luta de classes.

Diante da radicalização das expressões da questão social, o sentido que deve estar no horizonte é a perspectiva socialista, que retome junto ao trabalho de base, a representatividade, o sentido combativo, democrático e político, que incorpore a transformação social. O protagonismo dos sujeitos que trabalham deve ser compreendido como uma possibilidade a partir da reconstrução e ampliação da atuação do movimento sindical, presente no campo político de modo a superar a limitação às dimensões econômicas e que se contraponha ao caráter mais reformista.

O que se teve como período de análise desta Tese, e como já se afirmou nos capítulos anteriores, com maior ênfase no de número dois, o toyotismo é um modelo de gestão

horizontalizado, diferentemente do fordismo, que apostava nas fábricas verticalizadas, assim sendo os sindicatos brasileiros na contemporaneidade precisam ter uma lógica que acompanhe as modificações do mundo do trabalho, absorvendo os trabalhadores que possuem e não possuem estabilidade, ou seja: compreender a nova morfologia da classe trabalhadora na contemporaneidade, de modo a articular as dimensões concretas da vida social, compreender que a lógica da produção e reprodução das relações sociais e da vida deve ter como prioridade o valor de uso. Superar a lógica do tempo disponível fora do trabalho que acaba sendo consumido como uma mercadoria, que na verdade condiz com a fetichização da vida.

Em síntese, defende-se a Tese de que o trabalho na ordem do capital possui um duplo caráter. O seu sentido ontológico está atrelado à libertação, das possibilidades finitas que a relação entre homem e natureza podem proporcionar, de outro lado – no sentido abstrato é desafeto, desumaniza aqueles que trabalham, devasta a natureza e torna as relações entre os sujeitos uma relação entre coisas, mistifica a existência pelo sentido abstrato. Os processos e fenômenos que atravessam os sujeitos, como a captura da subjetividade e a manipulação social, também estão presentes nos sindicatos, mas ainda assim permanecem sendo espaços chave de resistência e construção de alternativas em conjunto com a retomada do movimento de base, em razão da necessidade urgente de construir um novo sujeito, humano genérico, humanizado, solidário, sensível e, ou seja, ético e estético. O trabalho é assim, portanto, uma categoria central na construção de um projeto alternativo socialista, que enfim forjará a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. **Elaboração de projetos de pesquisa.** Capacitação em Serviço Social. CEAD/UNB, 2009.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho.** 7ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A dialética do Trabalho I.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **A dialética do Trabalho II:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho.** In: Serviço Social e Sociedade, Nº 123, São Paulo, 2015b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf>>. Acesso em: 05 de ago. 2021.

ARBIA, Alexandre Aranha. **Sindicalismo e particularidade** – excursão sobre a natureza e função do fenômeno sindical. In: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, Vol. 8, Nº 15, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Sindicalismo-e-particularidade-para-pdf.pdf>>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo:** grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva. 49. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BOGO, Ademar. **Organização Política e política de quadros**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- BOITO Jr., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1991.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.
- CALLINICOS, Alex. **Making History: Agency, Structure, and Change in Social Theory**. 2ªed. Lieden: Brill, 2004. Disponível em: < Making History: Agency, Structure, and Change in Social Theory - Alex Callinicos - Google Livros>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.
- CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CORDEIRO, Luisa F. **As transformações no mundo do trabalho: a produção flexível e suas manifestações na subjetividade do trabalhador**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2018. Disponível em: < <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7822>>. Acesso em: 17 de jun. de 2021.
- CORRIAT, Benjamim. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro, Revan/ UFRJ, 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CRESS 10ª REGIÃO. **Coletânea de Leis**, 2005.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEAN, Warren, A industrialização durante a República Velha. In. Fausto, Boris. História geral da civilização Brasileira. III. O Brasil republicano: 1. Estrutura e poder e econômica (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- DEJOURS, Christophe e BÈGUE, Florence. **Suicídio e trabalho: o que fazer?** Brasília: Paralelo, 2010.
- DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1986.
- ENGELS, Friedrich. **Os sindicatos (I)**. In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008a.
- _____. **Os sindicatos (II)**. In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008b.

- _____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- FONTES, Virginia. **Manifesto Comunista e o pensamento histórico.** Artigo publicado em coletânea organizada por Daniel Aarão Reis Fº, Rio, Editora Contraponto, 1997. Este artigo encontra-se em <http://resistir.info>. Acessado em 10 de maio de 2021.
- FROMM, Erich. **Conceito Marxista de Homem.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- GALVAN, Cesare. **Capital, tecnologia e questionamentos.** João Pessoa: Shorin, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** In: Conselho Federal de Serviço Social/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Orgs). **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v.1.
- GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução.** 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992
- HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- HARVEY, David. **Para entender O capital.** São Paulo: Boitempo. 2013.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,** disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/defaultut.aspx>>. Acesso em dez. 2022.
- IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda V. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operaria na agroindústria canvieira paulista.** 5ªed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IANNI, Octavio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IASI, Mauro L. **Ensaio sobre a consciência e emancipação.** 2ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro L. **A Maldição e a Emancipação do Trabalho (Ou como a humanidade dançou e como ela pode dançar)**. In: Sociabilidade burguesa e Serviço Social. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

IASI, Mauro L. Trabalho, emancipação e estranhamento. *In.*: SANT'ANA, R.S. (Org.). **O Avesso do Trabalho II: Trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. 1.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KOFLER, Léo. História e Dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

LENIN, Vladimir. I. **Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo**. Ed Escriba, 1960.

_____. **Sobre as greves**. In AGUENA, Paulo (Org.). O Marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermann, 2008a.

_____. **O que fazer?** Questões candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **I. Uma grande iniciativa**. Obras Escolhidas em três tomos, Edições Avante! - Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, T3, 1979. Disponível em: <UMA GRANDE INICIATIVA (marxists.org)>. Acessado em: 11/11/2021.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4 ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LIRA, Fernanda Barreto. **A greve e os novos movimentos sociais: para além da dogmática jurídica e da doutrina da OIT**. São Paulo: LTR, 2009.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Conversando com Lukács**: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LOWY, M. **O Método dialético e teoria política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- LOWY, M. **100 Palavras do Marxismo**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4.ed. – São Paulo: Atlas, 1999
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: L&PM, 2013b.
- _____. **História, Natureza, trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MARX, Karl. **O Capital. Tomo I**. Lisboa: Avante, 1990
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.
- _____. **Resolução da AIT sobre os sindicatos**. In AGUENA, Paulo (Org.). **O Marxismo e os Sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008b.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- _____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.
- _____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010c.
- _____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro I, Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. **Glosas marginais ao Manual de economia política de Adolph Wagner.** **Revista Verinotio:** Rio de Janeiro. v. 23. n. 2 p. 252- 279 nov. 2017. Disponível em:< glosas.pdf (marxists.org)>. Acesso em: 06 de mai. De 2021.

MATTOS, Marcelo B. **A classe trabalhadora:** de Marx ao nosso tempo. 1ª.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2016.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria L. **Estado, Classe e movimento social.** 3ª.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

MUSTO, Marcello. **Trabalhadores, uni-vos!:** antologia política da I Internacional. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito Sindical.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo. Saraiva, 1991.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação.** São Paulo: Livraria Editora Ciências humanas, 1981.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação.** São Paulo: Livraria Editora Ciências humanas, 1981.

_____. **Introdução ao método da teoria social.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **O Leitor de Marx.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria C B. **Cotidiano:** conhecimento e crítica. 10^a.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OHNO, T. **O sistema Toyota de Produção:** além da produção em larga escala. Porto Alegre: Brookman, 1997.

PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de base:** seleção de roteiros organizados pelo Cepis. 1^a.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PONCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2010.

PRATES, Jane C. **A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico:** do projeto à análise do dado. In: FERNANDES, Idília e PRATES, Jane C. (Org). **Diversidade e estética em Marx e Engels.** Campinas: Papel Social, 2016.

PRATES, Jane Cruz. **O Planejamento da pesquisa social.** Revista Temporalis nº 7, Porto Alegre: ABEPSS, 2003b.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2003a.

SANTOS, Vinicius Oliveira. **Trabalho Imaterial e teoria do valor em Marx:** semelhanças ocultas e nexos necessários. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil.** São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

THOMPSON. Edward P. **A formação da classe operária – V. I – A árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WEBBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial -UNB, 1999.

WÜNSCH, Paulo Roberto. **O movimento dos trabalhadores frente ao complexo de reestruturação produtiva:** o sindicalismo dos metalúrgicos de Caxias do Sul. Bauru: Projeto Editora Práxis, Canal 6, 2013.

ZACARIAS, I. **Marxismo e Serviço Social:** o trabalho do assistente social em questão. Porto Alegre: Editora Movimento, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu Luisa Fernandes Cordeiro responsável pela pesquisa **“A organização sindical da classe trabalhadora brasileira diante da captura da subjetividade”**, realiza um convite para você participar como voluntário nesse estudo.

Esta pesquisa pretende desocultar os limites e possibilidades que o modo de produção capitalista e o mundo do trabalho utilizam, através de suas novas formas de gestar a força de trabalho, para capturar a subjetividade do sujeito fazendo com que a organização da classe trabalhadora e suas mobilizações sofram impactos e fragmentações, com vistas a dar visibilidade às manipulações e propor estratégias que instiguem processos de desalienação.

Acreditamos que ela seja importante porque a justificativa em que se baseia esse projeto de pesquisa está na possibilidade de aprimorar o processo do saber, não somente acadêmico, mas também de desmistificar os fenômenos que atravessam a sociabilidade do sujeito e capturam a vida cotidiana. Ou seja, a contribuição social aqui pretendida inclui, o universo profissional e acadêmico, o seu intuito está em acrescentar no processo de desvendamento da vida humana e da organização da classe trabalhadora contribuições que, possibilitem o homem de se reconhecer como sujeito histórico, agente transformador e pertencente a única classe social capaz de uma transformação social, que reconhece no outro a possibilidade de ser realizado.

Para sua realização será feito o seguinte: estudo do tipo enfoque misto, que possuem dupla abordagem, tanto qualitativa, quanto quantitativa. Para análise do material relativo ao conjunto dos documentos será utilizada a análise documental. Para a pesquisa empírica, a técnica que irá se utilizar será de entrevistas semiestruturadas realizadas de modo online, para a coleta de depoimentos em virtude da pandemia do novo Corona Vírus, que serão previamente agendadas com os participantes, ressalta-se a importância de ter acesso a internet, a saber que a coleta dos depoimentos irá ocorrer via plataforma Google Meet (podendo ser acessado via computador, celular e/ou tablet) e terá em média uma duração de 01 hora e 30 minutos. O instrumento que aqui será empregado é um formulário que orientará o aprofundamento de informações referentes a história dos sindicatos, número de sindicalizados, análise de conjuntura, estratégias e instrumentos de luta utilizados pelas organizações na contemporaneidade. A entrevista será gravada e os dados transcritos pela própria pesquisadora, resguardada a garantia de que o(a) entrevistado(a) não será identificado(a) quando houver a divulgação dos resultados e que as informações serão utilizadas somente

para fins científicos do presente projeto de pesquisa. Os dados de identificação serão confidenciais e os nomes reservados.

Sua participação constará de participação voluntária.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos, como não desejar responder todas as perguntas, se sentir desconfortável com a forma de abordagem da pesquisadora, estigmatização da sociedade civil a partir da divulgação dos dados, e quebra do sigilo dos dados coletados, em virtude do uso contínuo da tecnologia onde há um aumento significativo de hackers (invasores). Você tem o direito de pedir uma indenização e assistência por qualquer dano que, comprovadamente, resulte da sua participação no estudo, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, o que está previsto na Resolução 510 de 2016, art. 18 e art. 19 e § 2º.

Os benefícios que se espera do estudo são novas formas de enfrentamento das expressões da questão social na contemporaneidade, através da resistência, da organização da classe trabalhadora, sobretudo os movimentos e experiência construídas e vividas pelos sindicatos brasileiros, além da contribuição no processo de construção de consciência da sociedade a respeito da importância da construção do conhecimento científico.

É importante esclarecer que, caso você decida não participar, existem outros tipos de tratamento, indicados para o seu caso que será a comunicação via e-mail (da pesquisadora responsável <lusebraefg@hotmail.com> informando que não deseja participar.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer informação sobre o estudo, bastando para isso entrar em contato, com Luisa Fernandes Cordeiro no telefone (31 9 91918431) a qualquer hora, ou pelo e-mail: lusebraefg@hotmail.com.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa você terá direito à assistência gratuita que será prestada por Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS no horário de atendimento 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00, pelo telefone 5133203345, no endereço Av. Ipiranga 6681, Prédio 50 - Sala 703, Porto Alegre – RS/ Brasil CEP 90619-900 ou pelo e-mail cep@pucls.br.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão no caráter de participação voluntária.

Se por algum motivo você tiver despesas decorrentes da sua participação neste estudo com transporte e/ou alimentação, você será reembolsado adequadamente pelos pesquisadores

(ressarcimento de despesas com transporte e alimentação do participante e de seu acompanhante se for o caso).

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação (confidenciabilidade).

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma.

Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas.

Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. **Ao assinar e rubricar todas as páginas deste documento, você de forma voluntária e esclarecida, nos autoriza a utilizar todas as informações de natureza pessoal que constam em seu prontuário de atendimento, imagens, resultados de exames e diagnóstico, material biológico se for o caso, para finalidade de pesquisa e realização deste estudo.** Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Eu, **(nome completo do participante)**, após a leitura **(ou a escuta da leitura)** deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expresse minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo, **autorizando o uso, compartilhamento e publicação dos meus dados e informações de natureza pessoal para essa finalidade específica.**

Assinatura do participante da pesquisa ou de seu representante legal

Assinatura de uma testemunha

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE OBTVEU O CONSENTIMENTO

Expliquei integralmente este estudo clínico ao participante ou ao seu cuidador. Na minha opinião e na opinião do participante e do cuidador, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, para que uma decisão consciente seja tomada.

Data: _____

Assinatura do Investigador

Nome do Investigador (letras de forma)

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

APÊNDICE B

FORMULÁRIO PARA CONDUÇÃO DA COLETA DE DEPOIMENTOS ONLINE DOS LÍDERE SINDICAIS

Dados de identificação – Bloco 01

- 1) Nome do sindicato:
- 2) Endereço:
- 3) Nome do líder e função dentro do sindicato:
- 4) Número de sindicalizados:
- 5) Ano de fundação:
- 6) Link ou site para conhecer a história do sindicato:

Elementos teóricos - Bloco 02

- 1) Para você, qual o seu entendimento sobre o sindicato? O que ele representa para a classe trabalhadora? Qual a sua visão sobre os impactos da reestruturação produtiva no nível de consciência dos trabalhadores?
- 2) Como você percebe as estratégias da ideologia dominante para ampliar as formas de alienação?
- 3) Como esse processo de alienação se manifesta no cotidiano de trabalho?
- 4) Quais os impactos desses processos na organização da classe trabalhadora? Ou seja: quais os rebatimentos para a capacidade organizativa e para a criação de movimentos de resistência?

- 5) Como o sindicato vem reagindo frente a este processo?
- 6) Qual a sua visão sobre o cenário político, social e econômico brasileiro e como isso impacta no campo das lutas coletivas e no cotidiano do sindicato?
- 7) Considerando que a conjuntura de retirada de direitos é um projeto em curso fruto das políticas neoliberais. Como os líderes sindicais percebem a importância dos sindicatos para o enfrentamento desse processo?
- 8) Além da retirada dos direitos, também ocorreu a retirada da contribuição sindical obrigatória, diante disso: quais são, na sua visão, os limites e as possibilidades diante dessa realidade para a manutenção do trabalho sindical e quais as estratégias utilizadas pelo sindicato para o enfrentamento dessa adversidade?
- 9) Qual o impacto desse contexto na redução do número de sindicalizados?
- 10) Há diversas bandeiras de luta dentro da classe trabalhadora, quais são as bandeiras priorizadas pelo seu sindicato?
- 11) Sabe-se da importância do trabalho de base para a construção de novas perspectivas, resistências e avanços políticos para a classe trabalhadora. Neste sentido, vocês realizam algum tipo de formação? Caso sim, com que conteúdo e de que forma?
- 12) Gostaria de fazer algum comentário ou observação complementar sobre o processo de alienação que caracteriza o tempo presente e suas particularidades no contexto brasileiros?

ANEXOS

ANEXO A

Carta de aprovação no Sistema de Pesquisas (SIPESQ) da PUCRS



SIPESQ

Sistema de Pesquisas da PUCRS

Código SIPESQ: 10227

Porto Alegre, 7 de dezembro de 2020.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "(A) A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DIANTE DA CAPTURA DA SUBJETIVIDADE EM TEMPOS DE PRODUÇÃO FLEXÍVEL". Este projeto necessita da apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Toda a documentação anexa deve ser idêntica à documentação enviada ao CEP, juntamente com o Documento Unificado gerado pelo SIPESQ.

Atenciosamente,

Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES

ANEXO B

Parecer final de aprovação do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.601.285

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012, Resolução nº 510 de 2016 e a Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DIANTE DA CAPTURA DA SUBJETIVIDADE EM TEMPOS DE PRODUÇÃO FLEXÍVEL proposto pela pesquisadora Jane Cruz Prates com número de CAAE 40829120.3.0000.5336.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1677757.pdf | 16/02/2021 13:19:36 | | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.docx | 16/02/2021 13:19:16 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Outros | CartaResposta_word.docx | 11/01/2021 10:35:49 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Outros | CartaResposta_pdf.pdf | 11/01/2021 10:35:08 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | ProjetoPesquisa.docx | 08/12/2020 12:12:23 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Brochura Pesquisa | DocumentoUnificadoSipesq.pdf | 08/12/2020 12:12:13 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Orçamento | Orçamento.docx | 08/12/2020 12:10:50 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Outros | LattesLuisaFernandes.pdf | 08/12/2020 12:08:15 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Outros | LattesJanePrates.pdf | 08/12/2020 12:07:57 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | CartaAprovacaoSipesq.pdf | 08/12/2020 12:07:02 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | CARTADISPENSADOCRESPLOCALDA PESQ.docx | 08/12/2020 12:06:03 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | CARTADISPENSAANUENCIA.docx | 08/12/2020 12:05:45 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Cronograma | Cronograma.docx | 08/12/2020 12:04:54 | Jane Cruz Prates | Aceito |
| Folha de Rosto | FolhaDeRosto.pdf | 08/12/2020 12:04:04 | Jane Cruz Prates | Aceito |

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon **CEP:** 91.619-900

UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br